

ROGÉRIO MIGUEL PUGA

# IMAGOLOGIA E MITOS NACIONAIS

O EPISÓDIO DOS DOZE DE INGLATERRA NA LITERATURA PORTUGUESA (c. 1550-1902)  
E O NACIONALISMO (COLONIAL) DE TEÓFILO BRAGA



CETAPS  
Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies



UNIVERSIDADE DE OPORTO  
CUA UNIVERSITY

**TÍTULO**

Imagologia e Mitos Nacionais

O Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (c. 1550-1902)  
e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga

**AUTOR**

Rogério Miguel Puga

**DESIGN E PAGINAÇÃO**

Nuno Pacheco Silva

**LOCAL DE EDIÇÃO**

Lisboa e Goa

**ISBN**

978-989-658-270-8

**DEPÓSITO LEGAL**

383185/14

**EDIÇÃO**

CALEIDOSCÓPIO – EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA  
Rua de Strasburgo, 26, R/c Dto.  
2605-756 Casal de Cambra – PORTUGAL  
telef. (+351) 21 981 79 60 | fax (+351) 21 981 79 55  
e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt | www.caleidoscopio.pt

**CETAPS**

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies



**UNIVERSIDADE DE GOA**  
**GOA UNIVERSITY**

*À minha mãe, Maria da Conceição Nunes do Deserto de Puga,  
por me ensinar a ser cavaleiro nos e dos meus sonhos...*

*À Professora Doutora Maria Leonor Machado de Sousa,  
pela Amizade, pelo Saber e pelos Estudos Anglo-Portugueses.*



## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	11
<b>PARTE PRIMEIRA</b>	
O mito nacional dos Doze de Inglaterra na literatura portuguesa até à publicação do poema narrativo de Teófilo Braga (1902).....	29
1. Imagologia, identidade(s) e mitos nacionais literários.....	31
1.1. Os Doze de Inglaterra: nacionalismo e identidade nacional.....	37
2. O mito nacional dos Doze de Inglaterra como tema recorrente na literatura portuguesa.....	45
2.1. A função do mito nacional literário .....	46
2.2. História e ficção: personagens referenciais de figuras históricas (Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, e Álvaro Vaz de Almada).....	53
2.3. Os principais textos anteriores ao poema narrativo de Teófilo Braga.....	64
<b>PARTE SEGUNDA</b>	
A “Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra” por Teófilo Braga .....	103
1. A recuperação de mitos e auto-estereótipos na Obra de Teófilo Braga.....	105
2. O diálogo entre os elementos paratextuais da colecção «Alma Portuguesa» e os auto-estereótipos: a história e a ‘feição nacional’ .....	110
3. Os mundos possíveis da história e da literatura, ou Froissart e Chaucer no Palácio de Sabóia.....	125
4. A viagem como símbolo de honra e de aprendizagem.....	131
4.1. Machim e Ana d’Arfet: viagens e lendas de cariz anglo-português .....	135
4.2. Em busca da <i>ekphrasis</i> : a peregrinação de Magriço e o ideal de cavalaria .....	138
5. O género do código ético da cavalaria.....	151
6. A recepção do poema narrativo em Portugal e no Brasil (1902-1906) .....	158
CONCLUSÃO.....	165
BIBLIOGRAFIA.....	171



## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho é uma versão revista e aumentada da dissertação de mestrado em Estudos Anglo-Portugueses que redigi, sob orientação da Professora Doutora Maria Leonor Machado de Sousa — a quem agradeço a amizade, o acompanhamento e o apoio nessa viagem, inclusive em tempo de férias —, e defendi na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no final de 2006. Agradeço às Professoras Doutoradas Leonor Machado de Sousa e Helena Carvalhão Buescu a orientação do meu projecto de pós-doutoramento, em 2007, no Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito do qual estudei a evolução do tema dos Doze de Inglaterra na literatura portuguesa até ao presente século, dando origem a um trabalho que publicarei futuramente.

Agradeço também à Prof<sup>a</sup>. Doutora Zulmira Castanheira, coordenadora do pólo de Lisboa do CETAPS, e ao Mestre Delfim Correia da Silva, autor do prefácio e coordenador do Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Goa (Índia), instituições que publicam a presente obra em parceria com a Caleidoscópio, à qual agradeço também na pessoa do seu director, o Dr. Jorge Ferreira.

Recordo, em forma de homenagem, a Professora Doutora Maria Leonor Carvalhão Buescu, que, a partir da epopeia camoniana, me permitiu desvendar as múltiplas viagens do episódio que aqui estudo.



## PREFÁCIO

A obra *Imagologia e Mitos Nacionais: O Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (c. 1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga*, de Rogério Miguel Puga, agora publicada pela Universidade de Goa, pelo Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS) e pela Caleidoscópico, é um contributo para o estudo das relações entre literatura e história, e sobretudo do referido episódio na literatura portuguesa, pois trata-se do primeiro estudo académico sobre a representação imagológica do referido episódio desde os século XVI até à publicação do poema narrativo *Os Doze de Inglaterra* (1902), de Teófilo Braga (1843-1924), intelectual que foi também, entre 24 de Maio e 4 de Agosto de 1915, Presidente da República. Trata-se do texto revisto e (deveras) aumentado da dissertação de mestrado em Estudos Anglo-Portugueses (Literatura Portuguesa) de Rogério Miguel Puga, defendida, com a classificação máxima de Muito Bom, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2006, (então) com o título “A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga: Rupturas e Continuidades em torno de um Episódio Literário”.

O autor é investigador e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e é investigador colaborador do Centro de História de Aquém e de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova, do Centro de Estudos Comparatistas (CEC) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e do Centro de Estudos Interculturais (CEI) do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), desenvolvendo a sua investigação nas áreas da literatura de viagens, dos estudos anglo-portugueses e (pós-)coloniais, nomeadamente das relações luso-inglesas na Europa e na Ásia. Foi no âmbito dessa sua investigação que visitou, em Março de 2012, a Universidade de Goa e a delegação da Fundação Oriente em Pangim, para apresentar três palestras sobre representações de Goa nas literaturas inglesa e portuguesa. Iniciou também investigação em torno de Goa como tema literário na escrita ficcional e memorialista em língua inglesa, temática que muito interessa à Universidade de Goa, que se associa à publicação do presente estudo do autor.

Rogério Miguel Puga deixa claro que o episódio do Magriço e dos Doze de Inglaterra marca uma presença recorrente na literatura portuguesa desde o século XVI, sobretudo a partir da publicação de *Os Lusíadas*, e prova-o através do estudo imagológico de cada uma das mais importantes obras que abordaram o tema até à publicação, em 1902, do texto de Teófilo Braga, doze anos após o Ultimato britânico, poema que ecoa a epopeia camonianiana e é o principal objecto de estudo da obra que temos entre mãos, cuja primeira parte analisa, através de uma abordagem comparatista, a reprodução do enredo e de auto- e hetero-estereótipos dos Doze de Inglaterra nas obras de Camões, Pedro Mariz, Manuel Correia, Manuel Faria e Sousa, Jacinto Cordeiro, Inácio Védouro, Jacinto Loureiro, Garrett, Gomes Leal e Camilo Castelo

Branco, entre outros (por exemplo William Beckford). A segunda parte aborda temáticas e estratégias literárias como: o espaço e o tempo históricos, o género, o ideal de cavalaria, as relações anglo-portuguesas, a “alma portuguesa”, as viagens marítimas e terrestres como aprendizagem e glorificação (mitificada) dos feitos heróicos portugueses, nomeadamente a tomada de Ceuta (1415), ‘ficcionalizada’ enquanto corolário das façanhas dos Doze. O autor analisa ainda a recepção do poema no Brasil e na Europa através da leitura de textos de intelectuais portugueses e brasileiros como Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) e Fernandes Agudo (1877-1949), entre outros.

Se a dimensão histórica do episódio já foi estudada, sobretudo no que diz respeito à versão original quinhentista, por Artur Magalhães Basto e Carlos Riley, a obra de Rogério Miguel Puga assume-se como o primeiro estudo académico sobre a representação do tema e do imaginário literário dos Doze de Inglaterra. O trabalho de investigação do autor na área das relações anglo-portuguesas é para nós extremamente valioso, pois, centrando-se em questões e temas tão profusamente referenciados na historiografia da ‘Índia Portuguesa’ e nos estudos literários indo-portugueses, enriquece os actuais estudos comparatistas, interculturais e interdisciplinares, e muito particularmente na perspectiva da inter-relação história-literatura. As pertinentes propostas de análise e interpretação do tema lendário e histórico dos Doze de Inglaterra, imortalizado também sob a forma de um “palimpsesto literário” que Teófilo Braga reutiliza, a exemplo de outros autores, alguns mesmo estabelecendo um dialogismo extraliterário, agora reunidas nesta obra, e tendo em conta a rigorosa fundamentação e metodologia de investigação literária apresentada, constitui um importante contributo para o programa de Estudos Portugueses da Universidade de Goa. É pois com grande satisfação que a Universidade de Goa co-publica esta obra de Rogério Miguel Puga.

Delfim Correia da Silva

Leitor do Camões e Coordenador do Departamento de Português

Universidade de Goa

## INTRODUÇÃO

- Persecution, says he, all the history of the world is full of it.  
Perpetuating national hatred among nations.
- But do you know what a nation is? says John Wyse.
- Yes, says Bloom.
- What is it? says John Wyse.
- A nation? says Bloom. A nation is the same people living in the same place.
- By God, then, says Ned, laughing, if that's so I'm a nation for I'm living in the same place for the past five years.
- Or also living in different places.

James Joyce, *Ulysses*, 1922, 12, 1417-1431

O presente trabalho é uma versão revista e aumentada da dissertação de mestrado em Estudos Anglo-Portugueses que redigimos, sob orientação da Professora Doutora Maria Leonor Machado de Sousa, e que defendemos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no final de 2006. Posteriormente, decidimos partir dessa versão original, que se deteve sobretudo nas temáticas associadas às relações anglo-portuguesas no poema narrativo<sup>1</sup> *Os Doze de Inglaterra* (1902), de Teófilo Braga (1843-1924),<sup>2</sup> para analisar os auto-/hetero-estereótipos (imagens nacionais)<sup>3</sup> e a ideologia nacional(ista) da obra, que recupera um antigo mito nacional histórico-literário. A dimensão histórica do tema dos Doze já foi abordada, sobretudo no que diz respeito à versão original quinhentista, por Artur Magalhães Basto (1935) e por Carlos Riley (1988),<sup>4</sup> sendo nosso objectivo demonstrar a utilidade da imagologia para o estudo de auto- e hetero-estereótipos ou imagotipos veiculados por mitos nacionais, bem como proceder a uma análise transtemporal da iconoesfera<sup>5</sup> do episódio-mito na literatura portuguesa, e especificamente em *Doze de Inglaterra* (DI). Ao longo da primeira parte deste trabalho estudamos as variantes do tema<sup>6</sup> desde o século XVI no que

- 
1. Sobre o poema narrativo nacionalista e histórico do Romantismo, cujos conteúdo (medieval) e interesse pela realidade coeva o aproximam de DI, vejam-se Vítor M. de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 1998, pp. 590-591 e Teresa Almeida, s. v. «Poema Narrativo», 1997, pp. 423-425; sobre a poesia narrativa (e a narrartiva na poesia) em geral, veja-se Brian McHale, «Beginning to Think about Narrative in Poetry», *Narrative*, 2009, pp. 11-27.
  2. Sobre a figura polémica de Teófilo Braga, veja-se Rui Ramos, *Teófilo Braga: Fotobiografia*, 2006.
  3. Sobre o auto-estereótipo literário do português, vide Simon Kuin, «Portuguese», 2007, pp. 220-223.
  4. Artur de Magalhães Basto, *Relação ou Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, 1935 e Carlos Riley, «Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade», 1988.
  5. Para uma definição de iconoesfera, veja-se A. W. Johnson, «Imagology, Literature, and the Writing of History: Shakespeare's *Tempest* and the Iconospheres of *Prospero's Books*», 2008, pp. 12-13.
  6. Sobre os conceitos de tema literário e tematologia, veja-se Frank Trommler (ed.), *Thematics Reconsidered: Essays in*

diz respeito aos protagonistas, ao espaço e ao tempo da acção e aos estereótipos nacionais, elementos que, como veremos, são revisitados ao longo de quatro séculos por diversos autores, permitindo-nos essa abordagem analisar as inovações e as temáticas de *DI* na segunda parte.

Doze anos após o Ultimato britânico e oito antes da implantação da República Portuguesa, Joaquim Teófilo Fernandes Braga publicou *DI*, que seria o volume quarto da colecção «Alma Portuguesa: Rapsódias da Grande Epopeia de Um Pequeno Povo», a qual foi descrita como uma obra “grandiosa pela concepção mas de realização frouxa”<sup>7</sup> por Jacinto do Prado Coelho, que, tal como A. Machado Pires,<sup>8</sup> defende que o seu autor “não tinha o dom da poesia”.<sup>9</sup> A estrutura (divisão em cantos e invocação) e a temática do texto aproximam-no da epopeia camoniana, estratégia intertextual que será fácil de entender se recordarmos que o episódio dos Doze, “épicaamente detalhado no livro de Theophilo Braga”,<sup>10</sup> é representado pela primeira vez em *Os Lusíadas*, se exceptuarmos a breve e anónima relação quincentista (c.1550), que também analisaremos sumariamente. Como veremos, o mito literário em questão celebra e ficcionaliza, desde o século XVI, o início das relações anglo-portuguesas,<sup>11</sup> a Casa de Avis e as famílias Coutinho e Vaz de Almada, sendo, sobretudo após 1890, utilizado também para criticar a Grã-Bretanha, a velha aliada de Portugal, no âmbito do nacionalismo colonial.

Se, a partir do século XIV, os torneios diminuem no Norte da Europa, a referência a esses exercícios lúdicos paramilitares, bem como a justas e a ‘tavolados’, aumenta em Portugal, bastando recordar os que se realizaram no Porto na véspera do São João de 1384 e durante as bodas do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, em Fevereiro de 1387, bem como quando do casamento do filho de D. João I, D. Afonso, com D. Beatriz, filha de Nuno Álvares Pereira, em 1401.<sup>12</sup> A cavalaria andante é, tal como prova a reinvenção do episódio de que nos ocupamos, um tema recorrente na literatura portuguesa desde a Idade Média, sendo evidente o sucesso dos livros de cavalaria em Portugal até inícios do século XVII.<sup>13</sup> As temáticas do cavaleiro e das suas andanças são das mais fecundas do imaginário ocidental, sendo

---

*Honor of Horst S. Daemmrich*, 1995.

7. Jacinto do Prado Coelho, s.v. «Braga, Teófilo», 1992, p. 120.
8. A. Machado Pires, s.v. «Braga (Joaquim) Teófilo (Fernandes) (e o Romantismo)», 1997, pp. 55, 57.
9. Jacinto do Prado Coelho, *op. cit.*, p. 120.
10. F. Agudo, *Teófilo Braga e a «Alma Portuguesa» (Crítica aos Doze de Inglaterra)*, 1902, p. 64.
11. Tiago Viúla de Faria, «The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages», 2012, estudou recentemente as relações entre Portugal e a Inglaterra (1369-1449) e propôs uma reconceptualização das relações internacionais na Europa medieval ao analisar quer o desenvolvimento dessas relações como fruto da acção não apenas da coroa, mas também de uma comunidade política alargada, quer a forma como as cortes de ambos os países se representam uma à outra. Vejam-se ainda os seguintes estudos do autor: «Comunicação Visual e Relações Externas: Abordagens a Partir do Caso Anglo-Português», 2012, pp. 211-224, «Tracing the “Chemyn de Portyngale”: English Service and Servicemen in Fourteenth-Century Portugal», 2011, pp. 257-268, «Pela “Santa Garrotea”: Ofício Cavaleiresco nas Vésperas de Alfarrobeira», 2005, pp. 61-86, *idem* e Flávio Miranda, «“Pur bonne alliance et amiste faire”: Diplomacia e Comércio entre Portugal e Inglaterra no Final da Idade Média», 2010, pp. 109-127.
12. Cf. J. Gouveia Monteiro, «Torneios, Justas e Feitos de Armas: Escolas de Guerra e Desporto de Nobres no Ocidente Medieval», 1994, pp. 293-364, T. Viúla de Faria, «Pela “Santa Garrotea”», p. 68 e Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, 2013, pp. 23-24.
13. Entre a publicação da *Crónica do Imperador Clarimundo donde os Reis de Portugal Descendem* (Lisboa, 1522) e a reedição da *Terceira e Quarta Parte da Crónica de Palmeirim de Inglaterra* (1604), o género conta cerca de 24 edições, havendo inclusive romances de cavalaria manuscritos com datas posteriores [vejam-se Aurélio V. Díaz-Toledo, «Os Livros de Cavalarias Renascentistas nas Histórias da Literatura Portuguesa», 2006, pp. 233, 246-247 e Lénia M. Mongelli (org.), *E Fizerom Taes Maravilhas... Histórias de Cavaleiros e Cavalarias*, 2012].

‘apropriadas’ inclusive por manifestações futebolísticas, como acontece quando da deslocação da Selecção Nacional liderada por Otto Glória, ou seja dos chamados Magriços Renascidos, a Inglaterra no Verão de 1966 para disputar a fase final do Campeonato do Mundo, onde conquistaram o terceiro lugar.<sup>14</sup> Os leitores do jornal *A Bola* escolhem Magriço quer como nome de guerra para os jogadores, quer como mascote da Selecção de entre cinco alternativas, aparecendo “empertigado, aguerrido, lança em riste, o Galo de Barcelos envergando a armadura e o elmo do lendário cavaleiro Álvaro Gonçalves Coutinho”.<sup>15</sup> O referido momento futebolístico é interpretado como “evocação da lusitanidade”<sup>16</sup> através da analogia entre ‘Magriço Eusébio’ e os jogadores e os Doze de Inglaterra, utilizando-se o passado como reserva do património ideológico da nacionalidade, “uma relação de inter-identificação e valorização entre o individual e o colectivo, entre o presente e o passado dos portugueses”.<sup>17</sup> O auto-estereótipo do lutador e honrado ‘cavaleiro’ português que vencera em Londres é recuperado para veicular os desejos da população portuguesa durante o Mundial de Futebol de 1966. Esse processo de valorização do passado mitificado é reactivado nas aulas de Língua Portuguesa em que os alunos estudam *Os Lusíadas*, o veículo de contacto por excelência entre esse episódio cavaleiresco e os leitores lusos e estrangeiros. É através da epopeia camoniana que o tema dos Doze é disseminado e se torna parte da nossa memória colectiva social e (até) histórica, chegando curiosamente autores como Teófilo Braga a defender a autenticidade histórica do episódio:

Pelo estudo comparado das chronicas de Froissart e dos historiadores da epoca de Ricardo II, e das noticias de Manoel Fernandes Villa Real, que escreveu com o pseudonymo de *Manoel Soeyro*, chega-se a apurar a realidade historica do Torneio dos Doze de Inglaterra, como sendo realizado no primeiro dia das grandes justas, que em Inglaterra se celebraram em 1390; chamou-se a esse torneio dos Doze a *Fête de la Calenge*.<sup>18</sup>

Aliás, o estudioso norte-americano James H. Guill, na sua *History of the Azores Islands* (1972), menciona o episódio como histórico sem, no entanto, apresentar as suas fontes,<sup>19</sup> e se outros estudos recentes continuam a referir-se ao combate londrino como real,<sup>20</sup> autores como

- 
14. Existe actualmente na Alemanha (Singen, Estugarda) o Futebol Clube ‘Magriços’, composto por emigrantes portugueses e luso-descendentes, sendo assim a associação do episódio literário ao futebol importada para o estrangeiro por comunidades lusas. Existe também um vinho verde chamado “Magriço”, produzido pela Caviopor e em cujo rótulo se pode ver um cavaleiro com escudo e lança.
  15. Homero Serpa e Vítor Serpa, *História do Futebol em Portugal*, 2004, p. 95 (pp. 94-99).
  16. Veja-se Silva Resende, «Magriço: Traço de Lusitanidade, Evocação Histórica e Voto de Portugueses», *A Bola*, ano xxxii, n. 3048, 13-06-1966, capa e p. 8.
  17. Carlos Riley, «Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade», p. ii.
  18. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa: Camões. A Obra Lírica e Épica*, 1911, pp. 506-507. O *Challenge* referido por T. Braga é um dos muitos festivais desportivos patrocinados por Ricardo II, em Smithfield (Carlos Riley, *op. cit.*, p. 199, n. 20), topónimo que *DI* refere na p. 273. Braga também menciona os Doze em *História da Literatura Portuguesa: Poetas Palacianos*, 1871, p. 19.
  19. James H. Guill, *A History of the Azores Islands*, vol. 5, 1972, pp. 71-73. Na p. 71, o autor identifica alguns dos Doze: “The leader of the twelve was Álvaro Gonçalves Coutinho [...]. Then there was João Pereira da Cunha [...]. There is Martin Lopes de Azevedo [...]. There were two brothers from the Algarve, Vasco Anes da Costa and Soeiro da Costa”.
  20. Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, pp. 25, 341.

Alberto Pimentel declaram-no ficcional e indicam como possível fonte do mesmo o combate entre 24 cavaleiros em Constantinopla do *Palmeirim de Inglaterra*,<sup>21</sup> enquanto Edgar Prestage apresenta o episódio a par do confronto da Ala dos Namorados e situa temporalmente a viagem dos Doze em 1385.<sup>22</sup> Já Jorge de Sena afirma que a “história dos ‘Doze de Inglaterra’ (que mais tarde Camões immortalizará) não é senão, no século XV, como depois o famoso *Palmeirim da Inglaterra* no século XVI, o reflexo de uma tradição literária cavaleiresca (que teve no século XVI europeu um surto extraordinário, ainda quando já ferida de ridículo por Ariosto no seu irónico *Orlando Furioso* que terá influenciado Cervantes)”.<sup>23</sup>

O início da divulgação do tema literário — e, portanto, do longo processo da sua (re)mitificação — tem lugar em Coimbra, cidade em que se encontrava inicialmente a relação quinhentista «Cavalaria de Alguns Fidalgos Portugueses», texto-fonte do episódio de que nos ocupamos. É também nessa cidade que supostamente Camões e a maioria dos primeiros intelectuais que se referem aos Doze de Inglaterra estudam,<sup>24</sup> como, por exemplo, o comediógrafo Jorge Ferreira de Vasconcelos (1515?-1585?)<sup>25</sup> e o guarda-mor da livraria universitária Pedro de Mariz (1565-1615).<sup>26</sup> Aliás, a primeira referência ao episódio que se conhece é da autoria de Jorge Ferreira de Vasconcelos. No seu romance de cavalaria dedicado à educação dos príncipes, *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* (Coimbra, 1567), o mito dos Doze funde-se com a narrativa das aventuras dos cavaleiros da segunda távola redonda e do rei Sagamor, cujos feitos de armas apenas são igualáveis aos desses portugueses, a quem são dedicados os três últimos capítulos da obra. É no contexto das quase inacreditáveis façanhas dos lusos (“estranhas novidades”) que o narrador refere, no capítulo 46 («De uma maravilhosa aventura que veio na corte»), os “treze” [*sic.*] cavaleiros que se batem em Londres:

Parte de discrição e dote de juízo é de nada conceber admiração, por ter o entendimento exercitado em saber e ouvir estranhas novidades. Daqui procede não pôr dúvida nas maravilhosas obras de cavalaria atrás notadas de dom Lucidardos, por ser cousa tão natural e tão tratada de Portugueses,

- 
21. Alberto Pimentel, *Um Contemporâneo do Infante D. Henrique*, 1894, pp. 131-133, paralelismo que se verifica apenas no número de cavaleiros e que é retomado por Magalhães Basto, *Relação*, p. 54. Relativamente aos combates-jogos do cavaleiro errante, vide Michel Stanesco, *Jeux d'Errance du Chevalier Médiéval: Aspects Ludiques de la Fonction Guerrière dans la Littérature du Moyen Age Flamboyant*, 1988, pp. 17-122, 148-212, 225-235 e Richard W. Kaeuper, *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, 2002, pp. 120-233. Sobre o armamento defensivo e ofensivo utilizado pelos combatentes portugueses no século XV a partir das crónicas portuguesas de Rui de Pina, Fernão Lopes e Zurara, veja-se Paulo Jorge Simões Agostinho, *Vestidos para Matar: Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*, 2013.
  22. Edgar Prestage, «A Cavalaria de Portugal», s./d., pp. 176.
  23. Jorge de Sena, *Amor e Outros Verbetes*, 1992, p. 83.
  24. Cf. Hernâni Cidade, s.v. «Camões, Luís Vaz de», 1992, p. 136.
  25. Cf. Jean Subirats, *Jorge Ferreira Vasconcelos: Visages de Son Oeuvre et de Son Temps*, vol. I, 1982, pp. 7-9, 31-32. Vasconcelos e Camões talvez tenham sido colegas em Santa Cruz (Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 78). Sobre a obra de Vasconcelos, consultem-se Ettore Finazzi-Agrò, *A Novelística Portuguesa do Século XVI*, Lisboa, 1978, pp. 45-55 e Luís de Sousa Rebelo, s.v. «Vasconcelos, Jorge Ferreira de», 1992, pp. 1133-1134.
  26. Mariz é o primeiro autor a divulgar uma versão em prosa da narrativa quinhentista dos Doze da Inglaterra e é o editor e, provavelmente, o acrescentador dos comentários de Manuel Correia a *Os Lusíadas*, edição na qual se encontra a versão mais próxima do manuscrito «Cavalaria de Alguns Fidalgos Portugueses» (Riley, *op. cit.*, p. 38, n. 7). A primeira edição (1594) dos *Diálogos* ignora o episódio dos Doze (cf. Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 12, n. 2, 39), que surge nas edições aumentadas da obra (1599, 1674, 1749) e a que os sucessivos ‘aumentadores’ (António Craesbeek de Melo e Frei Joaquim Xavier dos Serafins Pittarra) adicionam a lista completa dos doze cavaleiros portugueses.

de cujos passados ouvimos e sabemos, de certeza, outras de não menos preço, e dos presentes temos vistas (a)vantajadas; porque não se nega aos Lusitanos, desde o tempo dos Romanos, que fizeram memória dos feitos heróicos um abalizado e raro grau de cavalaria. E em tempo del-Rei dom João, de boa memória, sabemos que seus vassallos, no cerco de Guimarães, se nomeavam por cavaleiros de Távola Redonda e ele por rei Artur. *E de sua corte mandou treze cavaleiros Portugueses a Londres, que se desafiaram em campo cerrado com outros tantos Ingleses, nobres e esforçados, por respeito das damas do duque de Alencastro.* E de Santarém saíram três cavaleiros andantes a buscar aventuras por Espanha, ganhando muita honra e em nossos tempos foram outros *a Itália, Inglaterra e França, em que se abalizaram como gentis soldados, vindo daí a capitães, não menos que os antigos.*<sup>27</sup>

O episódio era então conhecido antes da publicação de *Os Lusíadas*, tal como o auto-estereótipo do corajoso e ímpar cavaleiro português, mas, como veremos, deve-se ao poema épico a sua divulgação e o facto de se ter tornado um mito-símbolo nacional. Ficam claras as semelhanças temáticas entre o romance de Vasconcelos, *Os Lusíadas* e as obras que se ocupam dos Doze no que diz respeito ao enaltecimento da fama e da valentia do povo luso, que igualam as dos romanos. Os tópicos do *primus inventor*, da supremacia do real e dos modernos *versus* antigos são também recorrentes na epopeia camoniana<sup>28</sup> e ecoariam intertextualmente em várias narrativas posteriores. À excepção de *DI*, apenas as primeiras obras descrevem demoradamente a afronta das damas inglesas. Os textos posteriores, talvez devido ao conhecimento generalizado do episódio, omitem ou não se demoram no motivo da viagem dos Doze, ou seja, da injúria que os leva a partir, começando, por exemplo, a comédia *Los Doze de Inglaterra* (1634), de Jacinto Cordeiro, *in medias res*, quando Magriço se encontra já a viajar por terra. No século XVII, nos seus comentários à epopeia camoniana, Pedro de Mariz,<sup>29</sup> Manuel Correia<sup>30</sup> e Manuel de Faria e Sousa<sup>31</sup> referem o episódio e a suposta crónica na qual Camões se teria baseado. O primeiro autor afirma transcrever elementos de um texto cronístico (a *Chronica Antiqua Huius Temporis*), o segundo refere a diferença entre os versos camonianos e a Relação,<sup>32</sup> enquanto o terceiro tenta provar a veracidade das estrofes de *Os Lusíadas*.<sup>33</sup> Como veremos, o episódio é celebrizado inicialmente por Camões e até ao século XX por autores consagrados da literatura portuguesa, como Almeida Garrett e Teófilo Braga, acabando esses

27. Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, 1998, p. 367, itálico nosso.

28. Veja-se Camões, *Os Lusíadas*, 1987: I, 24, 26-27, 31, 43, 44-46, 51, 55, 57; II, 22, 45, 54, 92, 100; IV, 6 (Aljubarrota leva as lutas romanas ao esquecimento), 64 (portugueses são mais corajosos que Trajano), 76, 85; V, 4, 7 (Lisboa será a nova Roma), 14, 23, 26, 37, 75, 86 (portugueses superiores a Eneias e Ulisses, pois os últimos são imaginários), 88-89, 95, 192; VI, 30 (os portugueses são superiores aos romanos); VII, 14; VII, 14-15, 30; VIII, 11-12 (D. Afonso Henriques abafa a fama dos romanos), 70-73, 84, 89; IX, 38 (de acordo com Tétis, os portugueses imitam os romanos), 45, 69, 90; X, 19 (face ao prémio/ilha e à fama dos portugueses, Tétis pede desculpa à Grécia e a Roma), 26 (D. Lourenço de Almeida igualará os romanos), 79, 131, 140.

29. Vejam-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 1, 1972, pp. 326-330 e António Meireles do Souto, «Pedro de Mariz: Qual o Seu Valor Historiográfico?», 1965, pp. 251-270.

30. Sobre Manuel Correia, veja-se Joaquim Ferreira, *Camões: Dúvidas e Acertos*, 1960, pp. 13-18.

31. Acerca de Manuel de Faria e Sousa, veja-se Joaquim V. Serrão, *op. cit.*, vol. 2, 1973, pp. 107-108 e Jonathan William Wade, «Early Modern Iberian Landscapes: Language, Literature, and the Politics of Identity», 2009, pp. 85-157.

32. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 12, n. 2-3.

33. Camões, *Os Lusíadas Comentados por Manuel Faria e Sousa*, p. 113.

textos por veicular uma determinada forma de ser e sentir português, através dos mais variados auto- e hetero-estereótipos. São muitos os textos que referem ou tiram partido do potencial simbólico do episódio, que se torna parte do imaginário nacional português, principalmente através de *Os Lusíadas*, o “poderosíssimo instrumento vulgarizador dos Doze da Inglaterra”,<sup>34</sup> sendo significativo o facto de o tema dos Doze merecer um verbete no *Dicionário da Literatura* de J. do Prado Coelho,<sup>35</sup> e um capítulo na colectânea ilustrada *Lendas da História de Portugal* (2009), da autoria de Carlos Rebelo, destinada a um público mais jovem.

O estereótipo/imagótipo literário do cavaleiro assenta nas três características da ética cavaleiresca (fidelidade, valentia e generosidade),<sup>36</sup> interinfluenciando-se a acção de cavaleiros e a representação literária desde cedo, como conclui George Gusdorf ao definir a figuração romântica do cavaleiro: “o romance da existência não permaneceu um fenómeno literário. Através de um prodigioso retorno, o imaginário veio parasitar o real; dar forma e sentido ao estilo de vida da classe privilegiada, no final da Idade Média”.<sup>37</sup> Também José Mattoso se refere à função lúdica e de exemplo dos ‘livros de cavalaria’ do ponto de vista do leitor, palavras que se aplicam ao enredo dos Doze. Tais obras desempenhavam “a necessária função social de proporcionar a este público ávido de modelos exemplares e de exortações, os seus motivos de acção. Para quem não fossem suficientes os atractivos materiais ou o orgulho pessoal, ofereciam o ideal do serviço desinteressado ou mesmo da recompensa mística”.<sup>38</sup> Os doze heróis-protagonistas do mito — que partilham o nome e alguns traços identitários com figuras históricas medievais — são continuamente recuperados, e os seus comportamento e carácter reavaliados e definidos como modeladores do herói nacional, processo pelo qual o mito tem vindo a ser reintroduzido (e até estudado) no quotidiano português.<sup>39</sup> um autocarro que tarda em chegar é associado a D. Sebastião e um cavaleiro é comparado a Magriço. As aventuras dos paladinos lusos assumem-se como motivo e tema literários<sup>40</sup> nas mais diversas obras desde a centúria de Quinhentos, e esse fenómeno de revisitação literária e mitificação presta-se a uma análise no âmbito da imagologia e dos estudos anglo-portugueses, não sendo, no entanto, nosso objectivo abordar exhaustivamente os contextos de produção e de recepção dos textos que deram vida ficcional a Magriço e aos seus onze pares até 1902, de Jorge Ferreira de Vasconcelos a Camilo Castelo Branco. Como veremos, desenvolve-se, desde o século XVI, uma rede de (inter)textos e interdiscursos que textualiza

- 
34. Carlos Riley, *op. cit.*, p. 3. Sobre o episódio na literatura pós-camioniana, veja-se Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 39-59.
35. Jacinto do Prado Coelho, s.v. «Doze de Inglaterra», 1992, pp. 274-275. Magriço e a viagem a Londres são também referidos pelo dicionário enciclopédico *Larousse* [Claude Augé (dir.), *Nouveau Larousse Illustré: Dictionnaire Universel Encyclopedique*, 1898, p. 363].
36. Georges Duby, *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*, 1987, p. 118, Jean Flori, *La Chevalerie*, 2004, pp. 5-16, 32-41, 73-125 e Philippe Contamine, *Les Chevaliers*, 2006, pp. 9-92.
37. Georges Gusdorf, «Romantismo e Cavalaria», 1986, p. 199.
38. José Mattoso, «Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade», 1987, p. 357.
39. Sobre a construção-narração de heróis nacionais, vejam-se Sérgio Campos Matos, «Heróis e Anti-Heróis de Uma Memória Histórica. Para a Caracterização dos Paradigmas de Heroísmo nos Manuais Escolares (1895-1939)», 1987-1988, pp. 39-77 e Nicole Ferrier-Caverivière, «Figures Historiques et Figures Mythiques», 1988, pp. 603-611.
40. Sobre o motivo literário (temática/objecto/padrão verbal/imagem recorrentes/elemento descritivo de atmosferas), veja-se William Freedman, «The Literary Motif», 1998, pp. 206-208.

imagens ideológicas e idealizadas do Outro<sup>41</sup> inglês e do *Self* português num passado recuado e glorificado. Há muito que nos interessa o estudo não apenas das representações de Portugal nas literaturas de língua inglesa, mas também da imagem<sup>42</sup> da Grã-Bretanha e do mundo anglófono na literatura portuguesa, e um dos objectivos do presente trabalho é contribuir para a análise do ‘estereótipo’ da Grã-Bretanha enquanto velha aliada (e também rival) no imaginário literário luso, nomeadamente através do mito dos Doze. Analisamos assim simultaneamente a representação do passado nacional e o uso que os diversos autores vão fazendo desse passado. Se são cada vez mais os estudos<sup>43</sup> que se ocupam dos processos de representação popular, da utilização da história por artistas e da sua circulação quotidiana, Billie Melman propõe que, em vez de nos focarmos na representação do passado através das palavras (fontes, historiografia, literatura) e de imagens (pintura, cinema), também analisemos a circulação dessas interpretações e das imagens da história, enquanto define a ‘cultura da história’ moderna, ou seja, “[the] production of segments of the past, or rather pasts, the multiplicity of their representations and the myriad ways in which [...] individuals [...] looked at this past [...] and made use of it, or did not, both in the social and material world and in their imaginary”.<sup>44</sup> Esta mesma posição informa o nosso estudo do mito nacional dos Doze (como ferramenta ideológica e auto-estereótipo) ao longo dos séculos, e sobretudo de *DI*, pois, como conclui Teresa Pinto Coelho, o próprio Ultimato britânico anuncia-se simultaneamente como “destruidor e renovador”:

como um mito político que, se em Junqueiro assume especial força na figura do místico guerreiro do século XVI, não deixa de ser o catalisador de esperanças que, goradas ao longo dos tempos, parecem agora encontrar concretizações. Ele é o desfecho da crónica de uma morte há muito anunciada que encontra no final do século o seu túmulo e a sua ressurreição.<sup>45</sup>

- 
41. Cientes de que o *Self* só existe através do Outro, entendemos como ‘Outro’ (nacional) qualquer personagem não portuguesa (estrangeira). Sobre a relação entre o *Self* e Outro, veja-se, por exemplo, Emmanuel Levinas, *Totalité et Infini: Essais sur l'Extériorité*, *idem, Entre Nous: Essais sur le Penser-à-l'Autre*, 1993 e *idem, Altérité et Transcendance*, 1995.
  42. Como recorda Laetitia Nanquette, *Orientalism Versus Occidentalism*, 2012, pp. 2-4, o conceito de imagem literária não remete para o domínio físico da visão, mas sim para a ‘representação’ literária. Essa imagem é uma ‘miragem’ e muitas vezes não é (nem tem de ser) reflexo exacto da realidade, surgindo da consciência dialéctica da diferença entre o *Self* e o Outro, o ‘cá’ e o ‘lá’. Já Olavi K. Fält («Introduction», 2002, p. 8) define imagem como “an intellectual heritage handed down to us, which we carry with us [...]. An image is like a map that we have in our head, which depicts reality but is not itself real by comparison with the object which it represents.” O autor aborda o estudo da imagem ao longo dos tempos, afirmando na página seguinte: “historical image research draws attention to what an image is like, how we have formed a particular image of a certain thing, why we have this image, what purpose it serves, what changes have taken place in it, and what all this tells us of the creators of the image. It is of secondary importance whether the image is a ‘correct’ or a ‘wrong’ one, as one cannot even aspire to ‘correctness’ in such a matter.” Ao analisar a representação do episódio em questão na literatura portuguesa, e sobretudo em *DI*, seguimos de perto esta definição.
  43. *The Clothing of Clio* (1984), de S. Bann, *Theatres of Memory* (1994-1998), de R. Samuel, *The Heritage Crusade and the Spoils of History* (1997), de D. Lowenthal, *History and National Life* (2002), de P. Mandler, *Performing the Past: Memory, History and Identity in Modern Europe* (2010), de K. Tilmans, F. Van Vree e J. Winter (eds.), e *Popularizing National Pasts: 1800 to Present* (2012), de S. Berger, C. Lorenz e B. Melman (eds.).
  44. Billie Melman, *The Culture of History: English Uses of the Past, 1800-1953*, 2006, p. 4.
  45. Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalypse e Regeneração: O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, 1996, pp. 99 e 268, respectivamente.

Na primeira parte, definimos conceitos como imagologia, nacionalismo, identidade nacional e mito literário, e estudamos o episódio dos Doze até ao século XIX a partir de uma abordagem comparatista, de forma a: identificar rupturas e continuidades, verificar de que forma os Doze se tornam um *topos* intertextual e contextualizar o poema teofiliano na tradição do episódio. Como veremos adiante, os paratextos das três obras da colecção de Teófilo Braga «Alma Portuguesa», os apartes em *DI* e outros escritos do autor revelam a carga ideológica desse projecto, nomeadamente o seu objectivo de cariz nacionalista e cultural, bem como o enriquecimento da memória colectiva<sup>46</sup> e da identidade cultural com base em auto- e hetero-estereótipos e na comparação por (dis)semelhança com a Grã-Bretanha. Se um mito nacional tem duas componentes — a mítica e a nacional —, e é, no século XIX, rapidamente adaptado pelos discursos nacionalistas por ligar o universal ao particular e o ficcional ao real, permitindo a autocontemplação (nacional) sem rejeitar a perspectiva humana universal,<sup>47</sup> a análise de *DI* permite-nos estudar a actividade de Teófilo Braga como ideólogo e (semi-) mitógrafo (*myth-remaker*) que, tal como outros autores, recria narrativas de identidade nacional persistentes (como a dos Doze) ao mitificar o passado — nomeadamente a ajuda ficcional de Portugal a Inglaterra e o início do império luso — para tentar definir o presente e até o futuro, bem como intensificar o sentimento de coesão nacional. Sendo o nacionalismo um fenómeno não apenas político, mas também cultural<sup>48</sup> e presente no quotidiano,<sup>49</sup> os mitos nacionais literários são também fruto e ferramenta do projecto nacionalista, e é enquanto tal que os analisaremos, pois, como recorda Eduardo Lourenço, a propósito da autognose colectiva e de vários mitos portugueses, a literatura é também “interpretação de Portugal”.<sup>50</sup>

Tal como os conceitos de nação e de nacionalismo, a que o mito nacional está associado, este último tem sido questionado e continuamente desconstruído (sobretudo pela crítica pós-moderna) devido a nacionalismos e regionalismos extremistas e a diversos conflitos no

46. Sobre o estudo da memória nacional em Portugal, veja-se Maria Isabel da C. João, «Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)», 1999, pp. 24-28.

47. Maike Oergel, *The Return of King Arthur and the Nibelungen: National Myth in the Nineteenth-Century English and German Literature*, 1997, pp. 1-8.

48. O nacionalismo é descrito como um fenómeno também cultural no *site* do projecto sobre nacionalismos europeus coordenado por Joep Leerssen: “national thought as it emerged in the nineteenth century was not merely a political ideology, it had an important cultural (linguistic, literary) component. One of the most important sources of inspiration for nascent nationalism was philological research into the nation’s vernacular linguistic and literary ‘roots’ and rootedness. [It is important] to situate these intellectuals and their endeavour in the context of European cultural and political history, to chart how and to which extent these ‘men of letters’ formed communication networks, exchanging information and inspiration, while working on the interstice between various cultural fields, such as linguistics, literary history, cultural history, folklore study, the preparation of text and source editions (authentic, manipulated or wholly fabricated), and the writing of literary texts like historical novels or national epics” [Joep Leerssen, «Cultural Nationalism from the Point of View of SPIN», *Study Platform on Interlocking Nationalisms*, <<http://www.spinnet.eu/cultural-nationalism>>, s./d. (consultado a 5-2-2014)]; veja-se também *idem*, *Remembrance and Imagination*, 1996, *idem*, «The Cultivation of Culture: Towards a Definition of Romantic Nationalism in Europe», 2005 e Oliver Zimmer, *Nationalism in Europe*, pp. 4-49.

49. Sobre a construção do nacionalismo através de práticas e discursos do quotidiano, vejam-se: M. Billig, *Banal Nationalism*, 1995, R. Wodak *et al.*, *The Discursive Construction of National Identity*, 1999, T. Ederson, *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, 2002 e M. de Fátima Amante, «A Reprodução Quotidiana do Mitos Nacionais: O Caso de Nuno Álvares Pereira», 2011, pp. 219-233.

50. Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, 1982, p. 85.

século XX. O nacionalismo tornou-se, durante algum tempo, uma temática problemática e ‘sensível’,<sup>51</sup> pois, enquanto ideologia/ideação<sup>52</sup> política e fenómeno social relativamente recente, tem ‘assumido’ diferentes ‘formas’ — sobretudo a partir do final da Guerra Fria —, desde o sentimento de superioridade e o patriotismo fervoroso ao genocídio, passando pelo mito do supranacionalismo europeu, que a recente crise económico-financeira enfraqueceu. Esse questionamento deveu-se (e deve-se) também ao desinvestimento cultural, ao crescente individualismo, à diversificação étnica e cultural das sociedades actuais e à globalização, processo durante o qual o papel do Estado-nação perde (supostamente) relevância, sobretudo em alguns discursos académicos e políticos. Seria, aliás, interessante verificar junto da população até que ponto os referidos factores desestabilizaram efectivamente a manutenção simbólica das identidades nacionais e os mitos que as ‘sustentam’,<sup>53</sup> e se estes últimos passaram realmente a ser vistos de forma menos positiva no dia-a-dia. Projectos transnacionais como a União Europeia parecem ter falhado no que diz respeito à convergência de interesses nacionais, como demonstra a recente crise económica, durante a qual sucessivos chefes de Estado se distinguem dos de outros países afectados pela crise, que caracterizam pela negativa e através do argumento da falta de poder dessas nações na ‘arena’ política internacional.<sup>54</sup> Observou-se igualmente um processo de ‘fragmentação’, reconceptualização e hibridização da (cada vez mais subjectiva) identidade nacional ou cultural,<sup>55</sup> dificultando a existência de uma teoria sobre o nacionalismo unanimemente aceite pela comunidade científica; aliás, como clarifica Menno Spiering, “national identity [...] is what people feel it to be [...]. [A]ny attempt at absolute definition should be recognized as ‘futile’”.<sup>56</sup> Adoptámos a definição generalista de identidade nacional de Mary Fulbrook, pois, como veremos mais adiante, a autora reflecte sobretudo acerca de mitos nacionais:

- 
51. Anthony D. Smith, *Nations and Nationalism in a Global Era*, 1998, pp. 148-153, ao refutar argumentos antinacionalistas, conclui, na p. 155: “the myths, memories, symbols and ceremonies of nationalism provide the sole basis for such social cohesion and political action as modern societies, with their often heterogenous social and ethnic composition and varied aims, can muster”.
  52. Sobre o polémico conceito de ideologia no campo da crítica e da teoria literárias, vejam-se: Tom Cohen, *Ideology and Inscription*, 1998, pp. 31-97 e David Hawkes, *Ideology*, 2003, pp. xi-xv, 1-15, 69-75. Terry Eagleton, *Ideology: An Introduction*, 1991, pp. 1-2, define ideologia a partir de várias ideias, interessando-nos as seguintes por se relacionarem com a ideia de projecto político, social e cultural que *DI* representa para T. Braga, como veremos na segunda parte: “the process of production of meanings, signs and values in social life [...] which offers a position for a subject; [...] forms of thought motivated by social interest; [...] identity thinking; [...] the medium in which conscious social actors make sense of their world; [...] action-orientated set of beliefs”.
  53. Gérard Bouchard, «Introduction», 2013, p. xi; veja-se G. Hosking e G. Schöpflin (eds.), *Myths and Nationhood*, 1997.
  54. Quando, em 2011, as agências Standard & Poor’s e Moody’s ameaçam baixar o *rating* norte-americano, Obama afirma: “Contrary to what people are saying, we are not Greece, we are not Portugal” (Alex Spillius, «We’re not Greece, Says Barack Obama as US Fears Grow», *The Telegraph*, 16-1-2011, versão *online*). Já durante o chamado ‘resgate’ a Portugal, o primeiro-ministro português insistiu várias vezes em que Portugal estava numa situação melhor que a Grécia e que era (visto como) um país mais cumpridor: “Nós não somos a Grécia” (Carolina Reis, «“Nós não Somos a Grécia”, Insiste Passos», *Expresso*, 7-12-2012, versão *online*), enquanto o governo espanhol adopta a mesma estratégia para acalmar o eleitorado nacional: “Não somos Portugal, não somos a Grécia” (Pedro Crisóstomo, «Governo Espanhol: “Não Somos Portugal, não Somos a Grécia”», *Público*, 6-7-2011, versão *online*).
  55. Anthony D. Smith, *Nationalism and Modernism: A Critical Survey of Recent Theories of Nations and Nationalism*, 2001, p. 6.
  56. Menno Spiering, *Englishness: Foreigners and Images of National Identity in Postwar Literature*, Rodopi, Amesterdão, 1992, p. 8; veja-se também Stephanie L. Barczewski, *Myth and National Identity in Nineteenth-Century Britain: The Legends of King Arthur and Robin Hood*, 2000.

a sense of national identity is shaped in part by a common past, the perception of shared memories; often a sense of community in adversity; and a sense of common destiny. This cluster includes as one element a shared history and common memories. Even the latter, in any event, are selective remembrances refracted through specific cultural spectacles [...]. Myths are clearly a major and important element in this aspect of identity construction: the tales that are told about a nation's past are crucial to embodying an almost anthropomorphic sense of that nation's history as biography. The sense of community in adversity and the sense of common destiny may also be sustained in part by myths [...] which define the Self and Other.<sup>57</sup>

Para estudar o mito literário nacional dos Doze, seguimos de perto a abordagem imagológica de Joep Leerssen ao estudar o pensamento nacional enquanto fenómeno cultural, pois essa metodologia “thematizes the constant interweaving of intellectual and discursive development with social and political ones”.<sup>58</sup> Aliás, o nacionalismo de Teófilo Braga e dos demais republicanos não advoga lealdade à Monarquia e tenta capitalizar o descontentamento popular para instaurar a República, ou seja, o orgulho nacional que *DI* visa despertar ou recuperar em 1902 é sobretudo histórico e cívico e não pretende exaltar o regime político de então. Como recorda Sérgio Campos Matos, T. Braga valoriza a “função social da memória histórica como instrumento de coesão e de ressurgimento nacional: o culto do passado a pensar num futuro de República Federal em que os povos peninsulares mantivessem as suas autonomias [...] é no contexto deste programa historicista e nacionalizador que surge toda uma literatura de formação histórica e cívica.”<sup>59</sup>

Enquanto poema que narra a viagem e a estada dos Doze na Londres medieval e que visa elogiar a “alma portuguesa” e estimular o orgulho nacional após o Ultimato britânico, *DI* representa forçosamente paisagens naturais e culturais estrangeiras, auto- e hetero-estereótipos, bem como juízos de valor sobre a suposta antiga aliada Grã-Bretanha, e, embora em muito menor grau, sobre a vizinha Espanha. Numa análise à luz da imagologia, no âmbito dos estudos anglo-portugueses — campo de investigação interdisciplinar que tem privilegiado o estudo das relações culturais e literárias entre Portugal e o Reino Unido<sup>60</sup> —, para além de nos debruçarmos sobre o poema de Braga é também nosso objectivo, como já afirmámos, preencher um ‘vazio’ no âmbito desta área de investigação: o da representação<sup>61</sup> do episódio dos Doze de Inglaterra na literatura portuguesa.

Na segunda parte, analisamos de que forma episódios históricos de cariz anglo-português são reapropriados ficcionalmente em *DI* — um projecto ideológico de cariz nacionalista

57. Mary Fulbrook, «Myth-Making and National Identity: The Case of the G.D.R.», 1997, p. 73.

58. Joep Leerssen, *National Thought in Europe: A Cultural History*, 2006, p. 17.

59. Sérgio Matos Campos, «Historiografia e Intervenção Cívica em Portugal no Século XIX: De Herculano à I República», 2012, pp. 162-163.

60. Maria Leonor Machado de Sousa, «Editorial», 1990, p. 7 e Carlos Ceia, «Para a Definição do Conceito de Estudos Anglo-Portugueses», 2001, p. 97, referem a perspectiva interdisciplinar dos Estudos Anglo-Portugueses.

61. Seguimos a definição geral do conceito ‘representação’ apresentada por Jacques Le Goff, no prefácio da primeira edição de *O Imaginário Medieval*, 1994, p. 11: “Este vocábulo, de uma grande generalidade, engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida.”

— através de estratégias literárias como: a representação da “alma portuguesa” a partir de hetero- e auto-estereótipos (imagótipos) literários; o diálogo entre os elementos paratextuais e o poema; o diálogo inter-artes (*ekphrasis*); a representação do género e do ideal de cavalaria; a caracterização de figuras, do tempo e dos espaços históricos (medievais); a análise da natureza das relações anglo-portuguesas e das suas consequências, a longo prazo, para Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos domínios ultramarinos; a descrição da “feição nacional” (“alma portuguesa”); a técnica do *suspense* e a intertextualidade; a inserção de contos e adágios populares no tecido do texto; a abordagem do tema da viagem marítima e terrestre como sinónimo de aprendizagem e glorificação dos feitos heróicos, temática que remete para a expansão marítima colonial, fenómeno geralmente mitificado como ‘Descobrimientos portugueses’. É ainda nosso objectivo analisar a recepção positiva de *DI* em Portugal e no Brasil quando da sua publicação (1902-1906), através das apreciações de autores como Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) e Fernandes Agudo (1877-1949), entre outros. Tal como as restantes obras em que o episódio dos Doze marca presença, *DI* tira partido da relação que existe entre literatura e história ao representar imagótipos como personagens, espaços e tempos históricos, artifício que nos recorda a natureza híbrida do romance histórico, subgénero com o qual o poema partilha características, como veremos.

O conceito de literatura, enquanto fenómeno social e construção ou *poiesis* histórico-antropológica,<sup>62</sup> bem como as complexas relações entre a história e a literatura são cada vez mais abordados de forma interdisciplinar.<sup>63</sup> Maria de Fátima Marinho estuda as relações entre o passado e a sua transposição para a escrita e afirma que estas são “sempre difíceis mas também sempre sedutoras”, sobretudo devido ao facto de a história ter tomado consciência da impossibilidade de produzir um discurso único e definitivo sobre acontecimentos reais.<sup>64</sup> Maria Alzira Seixo resume essas mesmas relações a partir de quatro perspectivas de trabalho, a saber: 1) através da história literária (captação do sentido evolutivo dos modos de escrever, ler, ensinar e difundir a literatura); 2) através da interdisciplinaridade que convoca o conhecimento da história e da literatura, entendendo os estudos literários como intersecção do espaço das ciências da linguagem e dos estudos de estética com o das ciências históricas, ou seja, o estudo do relacionamento entre a poética (cenas de efabulação) e a historicidade (cenas de convocação histórica); 3) através do estudo da história em geral entendida como memória de um passado humano colectivo passível de ser reconstituída e alterada verbalmente e, portanto, tema ou motivo de textualização literária, e 4) através da acepção da história como movimento accional de um texto, como intrincado de problemas e actuações e como intriga

62. Vide Manuel Gusmão, «Da Literatura enquanto Construção Histórica», 2001, pp. 181-224 e *idem*, «Da Literatura enquanto Configuração Histórica do Humano», 2004, pp. 309-319.

63. Sobre a relação entre literatura e história, vejam-se Maria Teresa de Freitas, *Literatura e História: O Romance Revolucionário de André Malraux*, 1986, Lionel Gossman, *Between History and Literature*, 1990, pp. 227-256, Dirce Côrtes Riedel (ed.), *Narrativa, Ficção e História*, 1998, Luiz E. Vêscio e Pedro Brum (org.), *Literatura e História*, 1999, D. Lee e T. Fulford, «The Beast Within: The Imperial Legacy of Vaccination in History and Literature», 2000, pp. 1-23, M. de Fátima Marinho e Francisco Topa (coord.), *op. cit.*, e M. Fátima Marinho, *Um Poço sem Fundo: Novas Reflexões sobre Literatura e História*, 2005.

64. *Ibidem*, pp. 9-20; vejam-se também as páginas 25-59, 135-147 desse estudo.

ou efabulação, pois contar uma história é remeter para situações que se reportam a um mundo “real” (circunstancial) e ao imaginário da memória comum.<sup>65</sup> Relativamente ao estudo do mito e do poema de T. Braga, interessam-nos sobretudo as três últimas relações entre literatura e história, ou seja a história como efabulação, estratégia, tema ou motivo literário, sendo nosso objectivo contribuir para o estudo dessa inter-relação, sobretudo ao nível das segunda e terceira perspectivas apresentadas por Maria Alzira Seixo, pois analisamos de que forma o passado nacional e a ficção se questionam mutuamente em *DI*, de que modo a história se assume como elemento estruturante do texto e quais são os limites e a função da representação ideológica da história na literatura em geral. Como veremos, Teófilo Braga advoga uma função social e política para a literatura e para o uso da memória histórica, pois o conhecimento histórico contribui para a formação moral e cívica e, conseqüentemente, para a união e para o ‘orgulho’ nacionais.<sup>66</sup> Como recordam os estudos de Antze e Lambek<sup>67</sup> e de Caldicott e Fuchs<sup>68</sup>, a memória é uma ‘prática’ que surge de experiências e que as molda, estando portanto intimamente relacionada com a identidade e, conseqüentemente, com a (re)criação de mitos nacionais literários como o dos Doze, demonstrando *DI* que as memórias (nacionais) são também recuperadas ou ficcionalizadas quando se buscam, constroem ou recuperam identidades, sobretudo em momentos de crise.

Só conhecendo a história, de que o poema narrativo se apropria, podemos estudar esse subgénero literário e a sua relação com a representação da mesma, nomeadamente através da abordagem de temáticas como a construção do espaço e do tempo pretéritos e a recepção das dimensões literária e histórica de *DI*. A abordagem de temas comuns à história e aos estudos literários — como o género (*gender*), a ideologia, a nacionalidade, o espaço e o sentimento de pertença, os grupos/papéis sociais e a representação do discurso — permite estudar simultaneamente a relação de ambas as ciências e o aproveitamento que *DI* faz dessas temáticas ao ficcionalizar as aventuras dos paladinos portugueses. Relativamente à descrição de espaços e tempos históricos, bem como à caracterização das personagens, *DI* pertence à tradição realista, embora contenha episódios e elementos fantásticos da tradição portuguesa, entendendo nós o conceito de realismo tal como David Lodge o define: “the representation of experience in a manner that approximates closely to descriptions of similar experiences in non-literary texts of the same culture”.<sup>69</sup> Para a sensação de realismo e de historicidade do mito dos Doze concorrem a sua longevidade, a referência ao episódio em obras de cariz historiográfico, as personagens referenciais ou históricas, a figura do cronista e a representação de espaços medievais portugueses, ingleses, franceses e espanhóis. Tivemos o conceito de realismo presente

65. Síntese elaborada a partir de Maria Alzira Seixo, «Literatura e História: Poética da Descoincidência em *Peregrinação de Barnabé das Índias*, de Mário de Carvalho», 2004, pp. 231-241.

66. Veja-se Sérgio Campos Matos, «História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX», 1992, pp. 51-71.

67. Paul Antze e Michael Lambek, «Introduction: Forecasting Memory», 1996, p. xii.

68. Eric Caldicott e Anne Fuchs, «Introduction», 2003, p. 12.

69. David Lodge, *Modes of Modern Writing*, 1977, p. 25. Tzvetan Todorov (*Critique de la Critique*, 1984, pp. 9-12) identifica como características do texto realista a coerência (com o real) e a particularização (através de pormenores descritivos). Recuperaremos esta temática mais adiante.

ao estabelecer paralelismos entre o poema e algumas fontes históricas, verificando até que ponto e de que forma o texto ‘ficcionaliza’ a história de forma criativa e premeditada. Se uma abordagem apenas ou demasiado historicista da obra em questão não é a mais apropriada, ignorar que o contexto histórico representado pelo sujeito poético-narrador<sup>70</sup> aponta para uma realidade extratextual (Portugal, Espanha, França e Inglaterra medievais) será retirar ao texto muito do seu valor e do seu poder de significação. Não é, no entanto, nosso objectivo determo-nos de forma aprofundada nas relações históricas anglo-portuguesas no século XIV, servindo as incursões pela história sobretudo para estudar as referências a figuras, tempos e espaços nas sucessivas actualizações do mito. Como veremos, o poema narrativo de Braga, tal como *Os Lusíadas*, texto que nela ecoa amiúde, assume-se como uma representação de feitos heróicos dos portugueses e de episódios verídicos e lendários das relações anglo-portuguesas, como a presença de John of Gaunt e de D. Filipa de Lencastre em Portugal, o Tratado de Windsor, a Lenda de Machim e os Doze de Inglaterra, partilhando, como já referimos, várias características formais e temáticas com a epopeia camonianiana.

O Tratado de Windsor (ficcionalizado por Teófilo Braga) é assinado entre os reis português e inglês após episódios como o apoio dos cruzados ingleses a D. Afonso Henriques durante a tomada de Lisboa (1147), os contactos comerciais no Atlântico e o *Chemin de Portyngale*. As relações diplomáticas e culturais entre Portugal e a Inglaterra intensificam-se sobretudo depois das assinaturas dos tratados de Tagilde (10-7-1372) e de Windsor (9-05-1386). Em 1372 fora assinado, entre D. Fernando e o duque de Lencastre, que se autoproclamara rei de Castela,<sup>71</sup> o Tratado de Tagilde (de amizade e aliança contra Henrique II de Castela), o qual foi confirmado em Londres (16-6-1373) e se transformou em tratado de paz e aliança entre Eduardo III e D. Fernando, sendo embaixador português Andeiro, como se observa no drama histórico de Jacinto Heliodoro e em *DI. O Tratado de Windsor*, um acordo diplomático de amizade e confederação, acabou por ser o principal instaurador da aliança multissecular entre os dois países, surgindo na sequência das guerras joaninas e nomeadamente da Batalha de Aljubarrota, que, por sua vez, têm lugar durante o ‘sistema de guerras de Crécy’ (1337-1388), da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), contexto no qual Teófilo localiza a acção do poema.

O tratado de 1386 e as relações anglo-portuguesas têm efeitos imediatos, sobretudo junto da burguesia e dos militares lusos, e repercussões culturais, uma vez que Filipa de Lencastre, ao casar com D. João I (1387),<sup>72</sup> traz consigo o seu séquito inglês, que acaba por influenciar a

70. Tratando-se de um poema narrativo de cariz pouco (ou nada) lírico, opto consciente e deliberadamente por utilizar também a expressão ‘narrador poético’ para me referir à ‘voz que fala’ no texto, que narra.

71. Sobre a acção de John of Gaunt durante a Guerra dos Cem Anos, veja-se Manuela Santos Silva, «“John of Gaunt”, Duque de Lancaster, Rei de Castela e Leão: A “Praxis” de Vida de Um Cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos», 2009, pp. 159-171.

72. Sobre a ida de Fernando Afonso de Albuquerque e outros embaixadores de D. João I a Londres, em 1386, para pedir auxílio militar no início das guerras contra Castela, veja-se Peter E. Russell, *A Intervenção Inglesa*, pp. 397-406.

cultura cortesã portuguesa<sup>73</sup> ao nível dos ideais cavaleirescos, da educação dos infantes,<sup>74</sup> da biblioteca real, da introdução do título de duque em Portugal, do serviço da Capela Real, que passou a ser o de Salisbury, e da primeira tradução de uma obra inglesa [*Confessio Amantis* (*O Amante*), de John Gower (c.1330-1408)]. É portanto significativo que em *DI* o embaixador inglês entregue à rainha, como presente de Chaucer, um livro de poemas, que ela afirma ser útil para “os Serões da côrte, entre os Infantes!”<sup>75</sup> Alguns autores ingleses servem-se também dessa união matrimonial para recordar o sangue inglês do infante D. Henrique,<sup>76</sup> nomeadamente Samuel Purchas (c.1577-1616), que, em 1625, publica *Hakluyt Posthumus or Purchas his Pilgrimes*, colectânea de fontes documentais inglesas e europeias sobre as explorações marítimas que pretende glorificar as façanhas marítimas inglesas e que relaciona a gesta colonial lusa com a herança lencastriana.<sup>77</sup>

Relativamente às viagens frequentes de cavaleiros portugueses, que, à semelhança dos ficcionais Doze, se deslocam a Inglaterra e França no início do século XIV, existem várias referências às mesmas, nomeadamente na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*.<sup>78</sup> Também D. João I afirma, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Fernão Lopes:

Porque os boõs homeẽs de meus rregnos nom ajam rrezam desqueçer o uirtuoso exerciço das armas. Ou per uemtura querendo obrar em ello, nom hiram buscar os rregnos alheos, homde prouem sua força, teemdo amte ssi cousa tam aazada em que o possam fazer. Ca sabees quando me alguũs pedem leçemça pera hir fazer em armas a Framça ou a Imgraterra, he necessario que os correja e lhe faça merçee pera sua uiagem [...] homde me faram muyto mayor seruiço.<sup>79</sup>

Como já afirmámos num outro estudo,<sup>80</sup> a coragem, a fama e a sede de independência dos cavaleiros portugueses é representada na literatura inglesa quincentista, nomeadamente na obra de Thomas Kyd (1558-1494) e de George Peele (1558-1596), facilitando a aliança anglo-portuguesa o aparecimento e a intensificação de diversos hetero-estereótipos sobre os paladinos lusos por terras de Inglaterra. A cooperação militar e comercial, bem como o casamento de D. João I e Filipa estreitam as relações entre as coroas inglesa e portuguesa, e o contexto da mais antiga aliança diplomática é o *background* do mito dos Doze, sendo recuperado por Teófilo Braga para criticar a Grã-Bretanha após o Ultimato de 1890.

73. Vide William J. Entwistle e P. E. Russell, «A Rainha D. Felipa e Sua Corte», 1940, pp. 317-346 e Manuela Santos Silva, «Filipa de Lencastre e o Ambiente Cultural na Corte de Seu Pai (1360-1387)», 2007, pp. 245-258, «Philippa of Lancaster, Queen of Portugal: Educator and Reformer», 2009, pp. 37-46, e *A Rainha Inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre* (1360-1415), 2012.

74. Consulte-se Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, 1983, pp. 9-29, 70-119.

75. *DI*, p. 86.

76. Vide Mowbray Morris, *Tales of the Spanish Main*, 1901, p. 3.

77. Samuel Purchas, *Hakluyt Posthumus or Purchas his Pilgrimes*, vol. 2, 1905, p. 10.

78. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, 1997, p. 194: “E ainda, Senhor, vos vedes como os nobres mamçebos de vossos rregnos vos pedem liçemça ora pera Framça, ora pera Ymgraterra e pera outras partes a fim de fazer de suas homrras [...] e em fim vão servir outros Senhores”.

79. *Idem*, *Crónica da Tomada de Ceuta*, 1915, pp. 258-259.

80. Rogério Miguel Puga, «A Imagem do Cavaleiro Português no Teatro Isabelino: *The Spanish Plays*, de Thomas Kyd, e *The Battle of Alcazar*, de George Peele», 2000, pp. 7-42.

A nossa interpretação do episódio — com base em conceitos e metodologias sobretudo dos estudos literários, mas também da historiografia e da antropologia — possibilita uma abordagem interdisciplinar das obras em questão, através do estudo da textualização das histórias de Portugal e de Inglaterra e da representação dos Doze ao longo dos tempos. A metodologia que adoptamos no que diz respeito ao estudo comparatista imagológico faz, assim, eco das palavras de Helena Carvalhão Buescu ao afirmar que a literatura comparada surge como espaço reflexivo privilegiado para a tomada de consciência do carácter histórico, teórico e cultural do fenómeno literário,<sup>81</sup> centrando-se a nossa abordagem de *DI* no texto e nos contextos das suas produção e recepção, ou seja, na dinâmica do processo de leitura e nos tipos de reacção que a obra suscita no início do século XX, enquanto Portugal se questiona e tenta retratar com base num passado mitificado. A análise do mito dos Doze e dos contextos históricos das suas representações permite-nos estudar, na senda de estudos como *Imagined Communities* (1983), de Benedict Anderson,<sup>82</sup> quer a forma como os vários autores vão (re)utilizando o episódio, quer, na segunda parte, como Teófilo Braga textualiza as nações portuguesa e inglesa e os seus passados. Estudamos ainda de que modo esses espaços e universos imaginados são adaptados e transformados de forma selectiva, por exemplo, através de tradições e rituais religiosos ‘inventados’, como os que Magriço observa em Santiago de Compostela, Salamanca e durante a feira de Landit, em Paris. Embora Anthony D. Smith<sup>83</sup> critique a teoria da ‘imaginação’ de Anderson e recorde que a nação tem uma existência real fora das suas representações discursivas, devendo ser considerados os sentimentos colectivos e a participação de comunidades concretas, o nosso trabalho não contempla as realidades sociológica e histórica da nação, que também não são, como veremos, o objecto de estudo da imagologia.

Com efeito, *DI* veicula os complexos de inferioridade e de superioridade com que, de acordo com Eduardo Lourenço<sup>84</sup> e Boaventura de Sousa Santos,<sup>85</sup> o português lida em simultâneo ao recordar, a partir do século XIX, o passado colonial ‘glorioso’ face ao seu estatuto (coevo) semiperiférico na Europa e no próprio império devido ao seu colonialismo também subalterno.<sup>86</sup> Essa duplicidade na auto-imagem lusa recorda-nos um dos princípios reivindicados para os estudos imagológicos por Joep Leerssen: “When looking at discourses on national or

81. Helena Carvalhão Buescu, *Grande Angular: Comparatismo e Práticas de Comparação*, 2001, p. 14; sobre a “indagação comparatista”, ou o comparatismo, veja-se *ibidem*, pp. 1-52.

82. Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 1983, p. 6: “all communities [...] are imagined. Communities are to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined”.

83. A. D. Smith, *Nationalism and Modernism*, pp. 131-142: “national communities do purvey great historical and linguistic narratives, which are vital to their survival and renewal. But they contain much else besides — symbols, myths, values and memories, attachments, customs and traditions, laws, institutions, routines and habits — all of which make up the complex community of the nation” (p. 138); como veremos, Teófilo Braga convoca e incorpora todos estes elementos listados no seu poema.

84. Eduardo Lourenço, *op. cit.*, pp. 21-22.

85. B. de S. Santos, *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, 1990, pp. 59-61; veja-se João Medina, «Zé Povinho e Camões: Dois Pólos da Prototipia Nacional», 1986, pp. 11-21.

86. Cf. Boaventura de Sousa Santos, *op. cit.*, pp. 130-131 e *idem*, «Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity», 2002, pp. 9-43. Recorde-se o “colonialismo informal” (dependência) a que a Grã-Bretanha sujeitou Portugal sobretudo após as invasões francesas.

ethnic identities, it becomes as interesting to look at the strategies deployed to dismiss information and at details that could cloud the picture or obfuscate sharply drawn binary oppositions, as it is to look at the coherent patterns that are being highlighted”.<sup>87</sup> Relativamente aos complexos (simultâneos) de superioridade e de inferioridade do Português, Eduardo Lourenço afirma que o Ultimato foi o “traumatismo-resumo de um século de existência nacional traumatizada”, sobretudo devido à forte componente imperial da nossa auto-imagem,<sup>88</sup> que Teófilo Braga recupera em *DI*, funcionando a imposição britânica como “abalo sísmico da entidade pátria [...que leva à exaltação através da] convergência de todas as imagens culturais da Nação”.<sup>89</sup> Valentim Alexandre utiliza a mesma metáfora para referir a importância do Ultimato enquanto trauma na construção da narrativa identitária nacional (incapaz de fazer o luto) que, por sua vez, afirma o autor, tem oscilado entre a depressão e a euforia.<sup>90</sup> A partir da década de 1870, sobretudo após a assinatura do Tratado de Lourenço Marques, o nacionalismo (radical de raiz) colonial intensifica-se, como demonstram, por exemplo, *Um Grito e Poemas Portugueses* (1890), de Luís Osório, que são respostas ao Ultimato, *Finis Patriae* (1890) e *Pátria* (1896), de Guerra Junqueiro, *Os Piratas do Norte* (1890), de Lopes Mendonça, *Portugal em África, Os Filhos de D. João I* (1891), *Vida de Nun'Álvares* (1892), de Oliveira Martins e *Só* (1892), de António Nobre. Esse fenómeno literário e cultural foi analisado por Teresa Pinto Coelho no seu já referido estudo,<sup>91</sup> para o qual remetemos o leitor, resumindo também Valentim Alexandre os efeitos psicológicos do Ultimato na população portuguesa, que se sente humilhada, pois

não era apenas espoliada dos seus territórios africanos: via-lhe ser também negada a qualidade de nação europeia de pleno direito, capaz de “civilizar” os povos “atrasados” — o que atingia o próprio cerne de uma identidade construída em torno das Descobertas, como momento fundador da missão de Portugal no mundo. Não estavam por isso apenas em causa as colónias: era também o estatuto do país.<sup>92</sup>

Em Fevereiro de 1890, numa carta aos jornais nacionais, Guerra Junqueiro refere o “luto pesado [...] [da] alma nacional” após o “mais cobarde dos insultos” e a mais “aleivosa das afrontas”, sugerindo uma série de iniciativas culturais simbólicas que mostrasse “o espectáculo surpreendente dum povo, que ultrajado na honra e violado no direito, se recolhia na sua dor e no seu orgulho”, enquanto o “mundo inteiro se diverte, rindo, numa grande patuscada

87. Joep Leerssen, «Representation», 2007, p. 417.

88. Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p.17; veja-se também pp. 41, 44.

89. *Ibidem*, p. 106.

90. V. Alexandre, «Traumas do Império: História, Memória e Identidade Nacional», 2006, pp. 23-41; veja-se também *idem*, «O Império Português (1825-1890): Ideologia e Economia», 2004, pp. 959-979.

91. Sobre a recuperação da figura de Camões com símbolo de uma nova época e da temática literária das viagens e glórias marítimas lusas após o Ultimato como motor de regeneração e reacção à decadência nacional, veja-se Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, pp. 148-159.

92. V. Alexandre, «Traumas do Império», p. 34.

cosmopolitana”.<sup>93</sup> Teófilo Braga parece, aliás, ter seguido esse plano regenerador ao publicar a coleção «Alma Portuguesa», pois se, após o Ultimato, os feitos lusos dos séculos XV-XVI servem para justificar o projecto português em África,<sup>94</sup> esses mesmos feitos são recuperados quer pelo hino nacional *A Portuguesa*, quer por *DI*, poema que os apresenta (nomeadamente, a tomada de Ceuta) na sequência da viagem a Londres dos doze cavaleiros, alguns dos quais participam nessa empresa marítima.

O processo de compensação e de apego ao passado que caracterizam *DI* dá origem a um forte sentimento de identidade nacional que interpreta esse passado como herói-protagonista, fenómeno denominado “hiperidentidade mítica” por Eduardo Lourenço.<sup>95</sup> Após o Ultimato, a cultura portuguesa torna-se mais (auto)reflexiva, nem que seja para recuperar lugares-comuns e mitificações exacerbadas de um passado visto como glorioso que se tornou um *topos* e uma arma política e social. Terá sido talvez esse complexo de inferioridade-superioridade que, em 1902, levou T. Braga a mostrar ao público-leitor, através do mitomotor (*mythomoteur*)<sup>96</sup> dos Doze, os motivos que justificavam o complexo de superioridade e o orgulho nacional. Um país periférico na Europa, cujos interesses coloniais no litoral africano eram, desde a Conferência de Berlim (1884-1885), cada vez mais desconsiderados, vale-se assim da sua memória histórica mitificada, nomeadamente da tradição dos Doze enquanto “literary form of a metaphoric myth”,<sup>97</sup> para se retratar internamente e perante o estrangeiro. Como veremos, o uso literário do mito nacional de que nos ocupamos, tal como outras representações caracteriológicas, é influenciado por circunstâncias ideológicas e históricas, bem como por convenções discursivas e culturais lusas, como a mitificação da ‘alma portuguesa’. A simbologia do mito vai-se alterando de contexto para contexto, e os Doze passam de mito familiar a nacional e simbolizam a honra, a valentia e os valores tidos como portugueses, bem como a fama conquistada no, e vinda do, estrangeiro. Durante a crise provocada pelos interesses comerciais e coloniais da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX, sobretudo em África, o mito sustenta o auto-estereótipo do português superior (em termos morais) ao britânico, que o primeiro sempre ajudou e por quem é traído nos espaços doméstico e colonial. De seguida definimos alguns conceitos desenvolvidos no âmbito da imagologia e que utilizaremos para analisar quer as imagens nacionais ou os auto-estereótipos associados a Portugal, materializados por metonímia através dos Doze, quer os hetero-estereótipos que representam negativamente os britânicos no mito em questão.

---

93. Missiva de Guerra Junqueiro, *Jornal de Viana*, ano 4, n.º 342, 16-2-1890, p. 1 [apud Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, 1999, p. 35].

94. Veja-se Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, p. 155.

95. Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 1988, pp. 1-10. Sobre a representação da identidade nacional ou portugalidade na literatura portuguesa e sobretudo na obra de Miguel Torga, veja-se Luís Martins Fernandes, *Expressões da Identidade Nacional em Miguel Torga*, 2011, pp. 1-60.

96. Termo cunhado por Ramon d'Abadal i de Vinyals, «À Propos du Legs Visigothique en Espagne», 1958, pp. 541-585, retomado por John A. Armstrong, *Nations before Nationalism*, 1982, e posteriormente por Anthony D. Smith, *Ethnic Origins of Nations*, 1986, pp. 57-58.

97. William K. Ferrell, *Literature and Film as Modern Mythology*, 2000, p. 4.



## **PARTE PRIMEIRA**

O MITO NACIONAL DOS DOZE DE INGLATERRA  
NA LITERATURA PORTUGUESA ATÉ À PUBLICAÇÃO  
DO POEMA NARRATIVO DE TEÓFILO BRAGA (1902)



# 1. IMAGOLOGIA, IDENTIDADE(S) E O MITO NACIONAL LITERÁRIO

Imagology or image studies deals with the discursive and literary articulation of cultural difference and of national identity.

Joep Leerssen, «The Rhetoric of National Character», pp. 268-269

No âmbito deste trabalho, ao analisar as personagens do mito dos Doze como símbolos sine-dóquicos de auto-estereótipos nacionais, estudaremos manifestações ideológicas do nacionalismo cultural, e a imagologia é, sem dúvida, a área de estudos que ultimamente mais tem contribuído para a análise das auto- e hetero-imagens nacionais literárias. Atentaremos na construção discursiva do chamado ‘carácter’/‘alma’ nacional, ou seja, de tradições inventadas (Hobsbawm)<sup>1</sup> e comunidades imaginadas (Anderson). Os etnotipos, ou auto- e hetero-estereótipos, veiculam convenções ficcionais e discursivas, como mitos de identidade cultural, e não realidades sociais, ou seja, são “stereotypical characterizations attributed to ethnicities or nationalities, national images and commonplaces [that] take shape in a discursive and rhetorical environment”<sup>2</sup>.

A imagologia literária ou cultural é uma área de estudos interdisciplinar que se desenvolve de forma sistemática sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial,<sup>3</sup> no âmbito da literatura comparada, e que, apesar das reservas iniciais de René Wellek nos anos 50-60 do século passado,<sup>4</sup> tem vindo a ganhar terreno no seio das mais variadas áreas do saber, da psicologia social e cognitiva à história, passando pelo *marketing*.<sup>5</sup> A imagologia não estuda a sociedade em si,

- 
1. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (ed.) *The Invention of Tradition*, 1983, pp. 1-2, descrevem tradições inventadas como “a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolical nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past”.
  2. Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, 2007, p. xiv.
  3. Em 1988, Hugo Dyserinck («Sobre o Desenvolvimento da Imagologia Literária», 2005, pp. 39-48) defende uma perspectiva supranacional e a neutralidade cultural como pressupostos/objectivos (talvez impossíveis) da imagologia (cf. Celeste R. de Sousa, *Do Cá e do Lá: Introdução à Imagologia*, 2004, p. 73). Vide H. Dyserinck, «O Problema das *Images* e *Mirages* e Sua Pesquisa no Âmbito da Literatura» [1966], e os restantes textos na antologia Celeste R. Sousa (org.), *Imagologia*, 2005; H. Dyserinck, «La Dimension Imagologique du Comparatisme Littéraire», 1997, pp. 83-106, *idem*, «Imagology and the Problem of Ethnic Identity», 2003 e Celeste R. Sousa, *Do Cá e do Lá e idem*, «Literatura e Imagologia: Uma Interpretação Produtiva», 2011.
  4. René Wellek, *Concepts of Criticism*, 1963, pp. 282-295.
  5. Sobre os pressupostos e as metodologias da imagologia literária, vejamos: as já referidas obras de Hugo Dyserinck, Jean-Marie Carré, *Images d'Amérique*, 1927, *idem*, *Les Écrivains Français et le Mirage Allemand (1800-1940)*, 1947, Marius-François Guyard, *La Littérature Comparée*, 1951, Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, 1982 [1978], Daniel-Henri Pageaux, «L'Imagerie Culturelle: De la Littérature Comparée à l'Anthropologie Culturelle», 1983, pp. 79-88; Peter Firchow, «The Nature and Uses of Imagology», 1990, pp. 135-142, Maria Manuela Gouveia Delille, «Imagens da Alemanha nos Jornais e Revistas Literárias da Geração de Coimbra (1858/59-1865/66)», 1992, pp. 26-36, Stuart Hall, *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, 1997, Jean-Marc Moura, «L'Imagologie Littéraire: Tendances Actuelles», 1999, pp. 191-192, Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, 2001 [1988], Nora Moll, «Imágenes del 'Otro': La Literatura y los Estudios Interculturales», 2002, pp. 347-386, Pia Sillanpää, *The Scandinavian Sporting Tour*, 2002, Celeste R. de Sousa, *Do Cá e do Lá*, *idem*,

mas sim discursos literários; daí que Manfred Fischer utilize o termo mais neutral ‘imagótipo’, cunhado em 1962 por Oliver Brachfeld, para designar ‘imagem literária’ (acentuando o seu carácter estético), preferível, segundo o autor, a ‘estereótipo’, que apresenta uma certa carga negativa associada ao preconceito.<sup>6</sup> Em 1987 Manfred Fischer sugere a substituição do termo estereótipo por ‘imagótipo’, que designaria imagens simbólicas literárias enquanto criações linguísticas, conceito que também Manuel Sánchez Romero define como “la suma de estereotipos, prejuicios e imágenes”,<sup>7</sup> enquanto Julie M. Dahl clarifica que, ao contrário dos termos ‘imagem’ e ‘estereótipo’, o conceito ‘imagótipo’ demonstra “the weightiness of a pre-engrained image that has gained currency through a long history of repetition in a variety of contexts. It bears the connotation of discourse, image, prejudice and othering, all while allowing for the inevitable shifting that goes on within a discourse over time”.<sup>8</sup> De acordo com a autora, são cada vez mais os investigadores que, face ao desenvolvimento recente do estudo do estereótipo, preferem utilizar este último termo. Referir-nos-emos sempre a estereótipos literários, cientes de que a expressão ‘carácter nacional’ foi sendo substituída pelo conceito construtivista ‘estereótipo nacional’.<sup>9</sup> A imagologia analisa, portanto, representações ou imagens literárias intertextuais quer do *Self* cultural (auto-estereótipo/imagem/imagótipo), quer do Outro ou outros (hetero-imagem) com quem o primeiro se compara para se definir, tratando-se de uma “mental discursive representation or reputation of a person, group or ‘nation’. [...] Images specifically concern attributions of moral or characterological nature (e.g. “Spaniards are proud”).<sup>10</sup> Se Daniel-Henri Pageaux esclarece que a imagem é uma mistura de sentimentos e de ideias que provocam ressonâncias afectivas e ideológicas no receptor,<sup>11</sup> Celeste Sousa defende, na senda de Hugo Dyserinck, que a investigação imagológica

---

«Literatura e Imagologia», M. Sánchez Romero, «La Investigación Imagológica Contemporánea y su Aplicación en el Análisis de Obras Literarias», 2005, pp. 9-28, Maria Manuel Baptista, *Identidade-Ficções*, 2006, Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *op. cit.*, Kari Alenius, Olavi K. Fält e M. Mertaniemi (eds.), *Imagology and Cross-Cultural Encounters in History*, 2008, W. Zacharasiewicz, *Imagology Revisited*, 2010, Philippe Beck, «Imagologie, Psychologie Sociale et Psychologie Cognitive. Pour Une Recherche Concertée», 2010, pp. 57-69, Julie M. Dahl, *op. cit.*, pp. 23-40, Ana P. Coutinho Mendes, M. Fátima Outeirinho e J. D. de Almeida (eds.), *Nos & Leurs Afriques. Images Identitaires et Regards Croisés, Constructions Littéraires Fictionnelles des Identités Africaines*, 2013, os volumes da colecção «Studia Imagologica» editada por H. Dyserinck e J. Leerssen e os 23 vols. da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*.

6. Cf. Alain Montandon, «Les Caractères Nationaux dans la Littérature Française: Problèmes de Méthode», 2002, pp. 251-269, David J. Rosenberg, «Towards a Cosmopolitanism of Self-Difference: Heinrich Heine and Madame de Staël between France and Germany», 2007, p. 29, n.º 56, Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *op. cit.*, p. xiii.
7. Manuel Sánchez-Romero, *op. cit.*, p. 24.
8. Julie M. Dahl, «Suicidal Spaniards in Moody Portugal and Other Helpful Stereotypes: Imagology and Luso-Hispanic Cultural Studies», 2011, p. 27. Uma das questões mais problemáticas da imagologia tem sido exactamente a ausência de definições precisas relativamente a conceitos nucleares. Beller («Perception, Image, Imagology», 2007, pp. 7-9) e Leerssen («Imagology: History and Method» e «Image», 2007, pp. 17-32 e 342-344) esclarecem que a imagologia não é uma nova disciplina académica, mas sim uma forma diferente de abordar questões já antigas e, dada a sua natureza interdisciplinar, há todo um conjunto de termos que têm sido utilizados como sinónimos — nomeadamente *topos*, lugar-comum, preconceito, estereótipo, imagótipo, cliché, imagem (mental) —; daí que a terceira secção de *Imagology* (2007) os defina.
9. William L. Chew, «What's in a National Stereotype? An Introduction to Imagology at the Threshold of the 21st Century», 2006, pp. 179-187.
10. Joep Leerssen, «Image», 2007, p. 342.
11. Daniel-Henri Pageaux, «De l'Imagerie Culturelle à l'Imaginaire», p. 136.

constitui uma valiosa parte constitutiva da comparatística geral e tem como tarefa, não descobrir novos perfis nacionais, nem perguntar pelos “caráteres nacionais”, mas almeja alcançar e analisar, em primeiro plano, as configurações das imagens de países presentes na literatura, o modo como elas se estruturam, assim como estudar seu desenvolvimento e sua repercussão. Além disso, a imagologia também pretende contribuir para esclarecer o papel que tais imagens literárias desempenham no encontro de culturas. Acima disso, uma preocupação mais alta ainda se sobrepõe: a imagologia não faz parte de nenhum pensamento ideológico, mas é, isso sim, uma contribuição à desideologização. Pretende, a partir da análise das imagens, chegar ao modo como funciona o pensamento e às suas estruturas. Assim, ela participa da destruição dos estereótipos e dos imagotipos, ao mesmo tempo em que ajuda a dar conta da influência, do poder e da manipulação de correntes ideológicas e políticas. A imagologia propõe-se pôr a descoberto a falta de plausibilidade de algumas teorias relativas ao “carácter popular” ou à “alma dos povos”.<sup>12</sup>

Já A. W. Johnson defende a denominação ‘imagologia cultural’ e define auto-imagem como “an image of selfhood reflected by any particular focal group”, e hetero-imagem como “image of otherness/alterity that is perceived as being separated off by any particular focal group [which convey...] a rhetorical projection of particular mind-sets by particular groups”,<sup>13</sup> concluindo que o estereótipo<sup>14</sup> — enquanto juízo de valor afectivo e imagem simplificada — é mais perceptível em hetero-imagens do que em auto-imagens, pois o que nos é mais distante é mais facilmente simplificado; daí a estereotipação, que é um “saber partilhado”<sup>15</sup> através do qual percebemos, conhecemos e categorizamos o meio circundante e explicamos ou justificamos a realidade.<sup>16</sup> Como conclui Beller ao definir estereótipo no âmbito da imagologia, e como o mito dos *Doze* e *DI* demonstram, “the mutual relations between nations are a social given, involving a discourse burdened with prejudice and spawning stereotypes, as much as the artistic invocation, articulation and instrumentalization of national themes and figures is a given”.<sup>17</sup> Os estereótipos são então formas ou “modos ambivalentes de saber e de poder”,<sup>18</sup> pelo que devemos considerar o contexto sócio-histórico que os produziu. Torna-se importante recordar que o nosso estudo se ocupa sobretudo do produto da reficção

12. Celeste Ribeiro de Sousa, *Do Cá e do Lá*, p. 70.

13. A. W. Johnson, *op. cit.*, pp. 10-11.

14. Veja-se a definição de estereótipo de J.-N. Jeanneney, *Une Idée Fausse Est aussi Un Fait Vrai: Les Stéréotypes Nationaux en Europe*, 2000 e de Manfred Beller, «Stereotype», 2007, p. 429 (“a stereotype is a generalization about a group of people in which incidental characteristics are assigned to virtually all members of the group, regardless of actual variation among the members. Once formed, stereotypes are resistant to change”). Os estereótipos difundidos também através da literatura são percepções ou crenças normativas e emotivas (por vezes criadas durante confrontos sociais) sobre pessoas/povos e características partilhadas por essas comunidades, e permitem rotular terceiros e as suas atitudes, bem como reagir perante eles, discriminando-os por vezes [C. C. Barfoot (ed.), *Beyond Pug’s Tour: National and Ethnic Stereotyping in Theory and Literary Practice*, 1997, Ruth Amossy e Anne Herschberg Pierrot, *Stéréotypes et Clichés: Langue, Discours, Societé*, 1997 e A. Barker (ed.), *O Poder e a Persistência dos Estereótipos*, 2004].

15. Daniel-Henri Pageaux, «De l’Imagerie Culturelle à l’Imaginaire», 1989, pp. 140-145 e J.-Ph. Leyens, V. Yzerbyt e G. Schadron, *Stéréotypes et Cognition Sociale*, 1996, p. 12.

16. C. McGarty et al. (eds.), *Stereotypes as Explanations: The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*, 2002.

17. Manfred Beller, «Stereotype», 2007, p. 433.

18. Homi K. Bhabha, *The Location of Culture*, 2010, p. 95; tradução nossa.

de uma narrativa social prévia, o auto-estereótipo nacionalista do ‘carácter português’ e do hetero-estereótipo do britânico em Portugal enquanto velho aliado europeu e rival colonial. Cientes de que o contexto de recepção de um estereótipo ou imagotipo se torna rapidamente também o seu contexto de difusão<sup>19</sup> (por exemplo, as obras literárias que contemplaremos e os seus leitores), interessa-nos estudar a génese, o desenvolvimento e a função dos estereótipos literários (negativos e positivos) associados à nacionalidade, à etnia e ao género, entre outras categorias. Interpretar criticamente os textos que recuperam o mito dos Doze de Inglaterra é também desconstruir a sua ideologia/ideação, pois, como recorda Joep Leerssen,

the imagologist studies, not only, the image of the nation in question, but also the context, more importantly the attitude of the author. One of the basic insights in image studies is that the mechanism of the representation of foreign nations can only be analysed properly if we take the attitude of the author into account. A representation of Britain by a Frenchman or by a Dutchman or by a German may differ because of the nationality of the respective authors. For this reason the imagologist distinguishes between auto-images and hetero-images: the attitudes one has towards one's own cultural values (self-image, auto-image) and the attitude towards the other (hetero-image). Any representation of cultural relation is a representation of a cultural confrontation; and the author's own cultural values and presuppositions are inevitably involved in this confrontation. There is, in other words, always a degree of subjectivity (auto-image) involved in the representation of another culture. This unavoidable degree of subjectivity is one of the main differences between an “image” and objective information.<sup>20</sup>

Enquanto elementos do discurso literário (que é também ideológico), os estereótipos alertam-nos para o significado de “mitos que apoiam auto-imagens colectivas e estratégias de exclusão e de construção de fronteiras”,<sup>21</sup> ocupando-nos nós não apenas de paisagens visuais ou mentais de *DI* (parte segunda), mas também das paisagens acústicas, olfactivas, étnicas e, embora em menor grau, até culinárias. Se Walter Lippman afirma, no seu estudo pioneiro *Public Opinion* (1922), que as nossas imagens (ou modelos mentais) afectam significativamente as nossas vidas, pois agimos de acordo com esse nosso mundo imaginado,<sup>22</sup> o uso de estereótipos regionais e nacionais na literatura, sobretudo na era da chamada globalização, relaciona-se com o facto de as comunidades tentarem manter as suas identidades colectivas, distinguindo-se das demais,<sup>23</sup> como acontece com os hetero-estereótipos que sustentam a anglofobia portuguesa no pós-Ultimato. Torna-se, então, óbvio que essa imagem mental

19. R. Frank, «Qu'Est-Ce Qu'Un Stéréotype?», 2000, p. 20.

20. Joep Leerssen, «Images-Information-National Identity and National Stereotype: National Identity and National Stereotype», *Images*: <<http://www.imagologica.eu/leerssen>>.

21. Waldemar Zacharasiewicz, *Imagology Revisited*, p. 12, tradução nossa.

22. Walter Lippman, *Public Opinion*, 1998, pp. 3-32, 79-94, é dos primeiros autores a estudar e a falar de estereótipos (símbolos, ideias, generalizações). Vejam-se os estudos de Kenneth E. Boulding, *The Image: Knowledge in Life and Society*, 1973 [1956], pp. 5-18 (a nossa verdade subjectiva é a imagem que pauta o nosso comportamento) e de Philip Kotler, Donald Haider e Irving Rein, *Marketing Places*, 1993, pp. 141-143.

23. Walter Lippman, *op. cit.*, p. 16.

que cada um produz é uma (cosmo)visão subjectiva e individual e inclui os valores, crenças, atitudes, saber(es) e preferências do seu ‘detentor’.<sup>24</sup> O presente estudo ocupa-se de uma macro-imagem específica, o mito nacional dos Doze, e de várias micro-imagens, ou seja, os estereótipos associados a portugueses e ingleses, tendo em mente que uma imagem literária é simbólica, emocional, social e histórica. É, portanto, necessário indagar os elementos e as motivações subjacentes à sua formação e à sua (re)criação ao longo dos tempos. No que diz respeito ao mito literário, a imagem-memória de Magriço (também enquanto figura histórica) vai sendo alterada e ficcionalizada ao longo dos séculos, tornando-se diferente da que encontramos nas fontes históricas,<sup>25</sup> ou seja da imagem histórica ou historiográfica, e, como recorda Celeste Sousa,<sup>26</sup> os constructos imaginários acabam, inúmeras vezes, por passar por verdades. Curioso é o facto de Magriço — um filho segundo que terá caído em desgraça junto do rei — ter permanecido, graças a Camões e a outros autores, o mais famoso dos Coutinhos. É essa também a força dos mitos nacionais. Curiosamente, na introdução da narrativa *Viriato*, antes de abordar um outro mito nacional, Teófilo Braga apresenta uma definição de arte moderna que invoca a imagologia: “um dos fins da Arte Moderna é a representação da vida dos povos e dos aspectos da natureza dos paizes longinuos, e também a evocação das edades passadas, vencendo por este exotismo o apagamento das impressões de tudo quanto nos cerca; assim se inicia a phase estetica constructiva”,<sup>27</sup> ideia de estereótipo que Eduardo Lourenço também convoca através da expressão “imagem interna da aventura nacional”<sup>28</sup> e que hoje associaríamos ao conceito de auto-imagótipo.

A imagologia permite-nos também estudar o processo de criação (ou de destruição) de imagens literárias que fazem parte da memória histórica de uma comunidade e de “tout ce que la littérature a transformé en mythe”.<sup>29</sup> A título de exemplo, poderemos referir os hetero-estereótipos físicos associados às damas inglesas do episódio dos Doze por Almeida Garrett, não em obras literárias, mas num estudo sobre o romance tradicional «Dom Aleixo», que imagina a composição poética no contexto histórico medieval e na boca de personagens-figuras históricas: “Tem este romance um viço, um frescor de originalidade [...]. Se o cantaria o Magriço áquellas misses de olhos azues que foi defender a Inglaterra? Ou se o traria de Normandia o conde de Abranches?”<sup>30</sup>

O mito literário pode ser definido como uma narrativa que é fruto da tradição oral/literária e que “um autor aborda e modifica com grande liberdade”, sendo-lhe atribuídas “novas

24. Olavi K. Fält, «Theoretical Roots of the Study of Historical Images», 2002, p. 41.

25. João F. da Fonseca (Alvaro Gonçalves Coutinho, *o Magriço: O Cavaleiro e o Seu Tempo*, 2013, p. 17) fala-nos exactamente dessa disparidade entre o Magriço das fontes literárias (“cavaleiro andante, errante, aventureiro, perseguidor de causas de honra e glória”) e o Álvaro Coutinho das fontes históricas (“com perfil de filho segundo, afastado da herança do seu pai, caído em desgraça, que procurava no seu tempo a melhor forma de vida (ou de sobreviver) mais próxima possível da sua condição nobiliárquica”).

26. Celeste Ribeiro de Sousa, *Do Cá e do Lá*, p. 32.

27. Teófilo Braga, *Viriato*, 1904, pp. viii-ix.

28. Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, p. 15.

29. Pierre Brunel, «Préface», 1988, p. 14; veja-se M.-C. Huet-Brichard, *Littérature et Mythe*, 2001.

30. Almeida Garrett, *Obras Completas*, vol. 1, edição de Teófilo Braga, 1854, p. 427.

significações”<sup>31</sup> Como veremos, na segunda metade do século XIX os Doze tornam-se símbolo da independência, da antiguidade e da honestidade lusas face aos interesses coloniais britânicos em África. O mito literário não se cinge a um texto poético específico, mas transcende-o, pois encontra-se no seu conteúdo/enredo, com personagens também fixas que o poeta poderá alterar.<sup>32</sup> Aliás, não é apenas o escritor que recria mitos (basta recordar, por exemplo as ‘mitologias de Freud’<sup>33</sup> como o complexo de Édipo), tornando-se claro que o mito nacional é uma forma privilegiada de interrogar e (re)pensar a sociedade. Se Clifford Geertz parafraseia Max Weber ao afirmar que o ser humano é “an animal suspended in webs of significance he himself spun”,<sup>34</sup> quando considerarmos essas teias de significação elementos da cultura, poderemos concluir que o mito faz parte dessa rede metafórica de que o antropólogo parte para definir cultura de forma genérica, como um sistema simbólico: “the culture concept to which I adhere [...] denotes an historical transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms by means of which men communicate, perpetuate, and develop their knowledge about attitudes toward life”,<sup>35</sup> definição que também é aplicável ao mito dos Doze desde o século XVI. Estudaremos assim que auto- e hetero-estereótipos literários são (re)criados e reforçados até ao início do século passado (por exemplo, o dos portugueses como honrados cavaleiros e pioneiros coloniais, honestos e leais e o dos ingleses como ladrões e pouco cortesões). Teófilo Braga capitaliza e reflecte, através do mito dos Doze, os estereótipos colectivos e a ‘crença geral’ que então eram veiculados também pela imprensa e por outros autores, sem criticar ferozmente a Grã-Bretanha. Verificaremos assim que o objectivo de T. Braga doze anos após o Ultimato é sobretudo elogiar os portugueses com base nos seus ‘carácter’ e passado gloriosos e não tanto denegrir os velhos aliados de forma ostensiva, mesmo que a imagem negativa dos britânicos se encontre presente nos paratextos e textos dos três volumes da colecção «Alma Portuguesa». Os heróis representados nessa colecção são fruto de uma selecção ideológica e política e não apenas de cariz literário, pois veiculam valores, características e traços dos lusos e dos ingleses que o autor deseja evidenciar, pelo que se torna necessário indagar de forma crítica e informada quer o mito, enquanto narrativa ideológica e não apenas estética, quer os contextos das suas sucessivas (re)utilizações; daí que nos detenhamos sobretudo nas abordagens teóricas da imagologia relevantes para a nossa análise de estereótipos ou imagótipos geográficos, históricos, naturais, antropológicos, comportamentais, religiosos e monumentais nas obras que dão forma ao mito dos Doze desde o século XVI.

---

31. Pierre Albouy, *Mythes et Mythologies dans la Littérature Française*, 1969, p. 9.

32. Fritz Graf, *Greek Mythology: An Introduction*, 1996, p. 2.

33. Vide Rachel Bowlby, *Freudian Mythologies: Greek Tragedy and Modern Identities*, 2007.

34. Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, 1973, p. 5.

35. *Ibidem*, p. 89.

## 1.1. OS DOZE DE INGLATERRA: NACIONALISMO E IDENTIDADE NACIONAL

O nacionalismo tem sido estudado como ideologia, sentimento, identidade, movimento/fenómeno social e político, força unificadora das sociedades industriais e constructo cultural, interessando-nos sobretudo a última abordagem para o estudo de textos literários. Como afirmámos na «Introdução», este trabalho contribui para o estudo do nacionalismo cultural e literário à luz dos preceitos da imagologia ao analisar quer o mito nacional literário dos Doze, quer auto-estereótipos (sobre o *Self* nacional) e hetero-estereótipos (sobre estrangeiros) veiculados por várias obras desde o século XVI, mas sobretudo por *DI*, poema narrativo de forte cariz ideológico. Analisaremos assim de que forma o Outro estrangeiro, principalmente o britânico, é percebido e textualizado em Portugal antes e após o Ultimato, e questionaremos criticamente a forma como a identidade e a alteridade, os preconceitos e os conflitos nacionalistas — enquanto constructos simbólicos historicamente marcados — são representados, ou seja, ocupar-nos-emos da “nossa imagem enquanto produto e reflexo da nossa existência e projecto históricos [...]. Uma imagologia, quer dizer, um discurso crítico sobre as imagens que de nós mesmos temos forjado”.<sup>36</sup> O objectivo deste subcapítulo não é reflectir sobre o conceito de nacionalismo de forma aprofundada, mas sobretudo clarificar conceitos e ideias úteis para estudar o mito dos Doze e o uso que dele fazem obras literárias de cariz nacionalista, pelo que remetemos os leitores interessados para estudos de síntese sobre a temática em questão.<sup>37</sup> O nacionalismo literário e a identidade nacional veiculados pelas obras que convocam ou ficcionalizam o episódio dos Doze, bem como o estatuto de *DI* enquanto projecto ideológico, levam-nos a perguntar de que forma a identidade nacional é construída (enquanto discurso ou narrativa cultural) e recuperada, e para que fins. Que função têm os mitos e os símbolos culturais e literários na construção do nacionalismo? Esse processo de recuperação contínua do episódio dos Doze permite-nos verificar que a elite cultural, nomeadamente os intelectuais e artistas, tem um papel importante na construção e na manutenção de *mythomoteurs* e logo do ‘complexo mito-símbolo’<sup>38</sup> das nações. Se Manuel Villaverde Cabral<sup>39</sup> defende que Portugal se vai distinguindo devido à sua configuração demográfica, social e económica, José Mattoso estuda “a identidade que [n]os une, as permanências do tempo longo”, alertando para a “tomada de consciência da colectividade nacional: o reconhecimento do que permaneceu idêntico através de formas e soluções historicamente diferentes”,<sup>40</sup> concluindo, em *A Identidade Nacional*, que Portugal não teve origem numa formação étnica, mas sim “numa

36. Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, p. 14.

37. Vejam-se A. D. Smith, *Nationalism and Modernism*, Oliver Zimmer, *Nationalism in Europe, 1890-1940*, 2003 e J. Hearn, *Rethinking Nationalism: A Critical Introduction*, 2006, entre outros.

38. John Armstrong, *Nations before Nationalism*, 1982 e Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of Nations*, pp. 57-58. O complexo mito-símbolo compreende os mitos, memórias e símbolos de uma comunidade, o material que autores como Camões, Garrett e T. Braga utilizam nas suas obras ao recuperar mitos políticos, religiosos e comunitários fundacionais que conferem à respectiva comunidade um sentimento/sentido identitário, reforçando a consciência nacional.

39. Manuel Villaverde Cabral, «Portugal e a Europa: Diferenças e Semelhanças», 1992, p. 945.

40. José Mattoso, *Identificação de Um País: Oposição*, 2001, p. 30.

realidade político-administrativa. [...] O que fez a sua unidade foi a continuidade de um poder político que dominou”.<sup>41</sup> Ou seja, devido à estabilidade das fronteiras, ao poder político unificado ao longo dos tempos e a conflitos com o Outro vizinho ou o Outro invasor, surge em Portugal, bem como na Inglaterra e na Holanda e noutros países, uma forma de ‘etnocentrismo’ ou de (consciência de) identidade colectiva<sup>42</sup> que Anthony D. Smith e Breully distinguem do nacionalismo que surge como discurso ideológico nas nações políticas do século XIX.<sup>43</sup> Por seu lado, Philip S. Gorsli defende que no início do período moderno já havia uma forma de nacionalismo, marcada pela linguagem religiosa, que ainda não foi considerada nacionalismo porque as abordagens modernistas desse fenómeno produzem interpretações distorcidas da política cultural do início da época moderna.<sup>44</sup> Quer *Os Lusíadas*, no século XVI, quer *DI*, no século XX, pretendem enfatizar a ancestralidade nacional, e, como veremos, Teófilo Braga ecoa as preocupações dos nacionalistas dos séculos XVIII-XIX sobre o ‘carácter nacional’ através de um discurso que combina preocupações culturais e políticas.<sup>45</sup> É precisamente essa forma de nacionalismo que estudamos, mais especificamente a identidade nacional cultural e literária de finais do século XIX e do início do século XX. Como recorda Ana Paula C. Mendes,

tal como a identidade do sujeito — que não pode ser encarada como uma forma de ser plena e apriorística, mas antes como uma realidade fundamentalmente dinâmica ou relacional — também aquilo a que se poderá chamar a identidade literária, onde se cruzam questões de identidade pessoal e social (embora sem pretender assimilá-la a uma cultura nacional, como aconteceu no século XIX), acaba sempre por revelar uma dimensão estrangeira, que é uma das manifestações do Outro. [...] Na medida em que na constante busca identitária o confronto com o Outro supõe sempre uma comparação, explícita ou implícita, e se integra naquilo que, numa terminologia backthiniana, se apelidará de dialogismo cultural, a imagologia literária, enquanto estudo das representações do estrangeiro (do Outro) na Literatura, foi-se afirmando como um dos domínios mais antigos da Literatura Comparada.<sup>46</sup>

De acordo com José Gil, os portugueses existem “mesmo como ficção, ou ilusão da opinião, [...como] entidade” e merecem “que se pense nela”,<sup>47</sup> afirmando Guilherme d’Oliveira Martins que embora o Estado-nação já não seja “o alfa e o ómega da vida política e social

41. *Idem*, *A Identidade Nacional*, 1998, p. 67.

42. T. C. W. Blanning, *The Culture of Power and the Power of Culture*, 2002, pp. 15-25, 279-283, A. Hastings, *The Construction of Nationhood*, 1997, pp. 5-21 e Peter Burke, *op. cit.*, pp. 113-122.

43. Anthony D. Smith, *Theories of Nationalism*, 1983 e John Breully, *Nationalism and the State*, 1993.

44. Philipp Gorski, «The Mosaic Moment: An Early Modernist Critique of Modernist Theories of Nationalism», 2000, p. 1456; sobre essa posição veja-se O. Zimmer, *op. cit.*, pp. 16-17.

45. Sobre esse discurso nacionalista em geral, veja-se Anthony D. Smith, *The Ethnic Revival in the Modern World*, 1981, Maurizio Viroli, *For Love of Country: An Essay on Patriotism and Nationalism*, 1995, David A. Bell, *The Cult of the Nation in France: Inventing Nationalism, 1680-1800*, 2001 e O. Zimmer, *A Contested Nation: History, Memory and Nationalism in Switzerland, 1761-1891*, 2003.

46. Ana Paula Coutinho Mendes, «Representação do Outro e Identidade. Um Estudo de Imagens na Narrativa de Viagens – II Imagologia Literária», 2000, p. 93.

47. José Gil, *Portugal, hoje: O Medo de Existir*, 2005, p. 15.

contemporânea”, tem, no entanto, um lugar insubstituível, pois “as identidades nacionais coexistem e completam-se e só se enriquecem abrindo-se num contexto cosmopolita e universalista”, evitando a agressividade e o expansionismo violento, ou seja,

quando falamos de identidade e de diferença é essa mesma questão que está presente, contra os patriotismos retrospectivos, ressentidos ou gloriosos, sempre abstractos e ilusórios; o que se impõe é cuidar do ‘patriotismo prospectivo’, no sentido de um ‘patriotismo constitucional’, aberto, cosmopolita, humano e realista. [...] Os traços da nossa identidade não estão exclusivamente [...] numa qualquer mitologia nacionalista — estão, sim, num equilíbrio ou numa síntese que exige a compreensão das diferentes raízes e de um percurso histórico longo e multifacetado.<sup>48</sup>

Também George Mosse defende que condenar o nacionalismo sem ressalvas, ou identificá-lo imediatamente como racismo/xenofobia é privarmo-nos da possibilidade de discutir e compreender a “mais poderosa ideologia dos tempos modernos”,<sup>49</sup> sendo claro que cada país tem a sua história. Como é sabido, Portugal, Alemanha, Timor-Leste, África do Sul ou Índia têm os seus percursos e tensões, e nem sempre o discurso sobre a nação é positivo ou elegíaco, nem tem de sê-lo, como demonstram os chamados ‘estudos revisionistas’. Aliás, Manuel Simões chama a atenção para (ideias e) contra-ideias de Portugal que considera “de carácter maniqueísta, que vão desde o ‘Portugalinho’, de João Medina, um ‘país para trazer ao colo’ de Couto Viana, [a]o ‘jardim da Europa à beira-mar plantado’”;<sup>50</sup> imagens distópicas ou disfóricas que também são ficcionalizadas em obras literárias como o romance *Cortes* (1974), de Almeida Faria: “merda de pátria, azar ter caído aqui, ninguém nem nada me consola, desastre de ter tomado o comboio errado, em descensão há séculos, apodrecido por dentro, por fora velho cagado, arrumado em ramal fechado, atacado da demência do passado, mantido em vida por extremo artifício, tresanda a bafio, a morte, a melancolia, a ingloria”,<sup>51</sup> ou como o artigo «Portugal, Portugalinho» que João Medina publica no *Diário de Notícias* (22-09-1976): “uma data ou duas na cronologia dos tempos, um episódiozinho marítimo na saga do Homem. Isso e nada mais. [...] Somos uma nesga, isto é, não somos nada”.<sup>52</sup>

O estudo académico de mitos contemporâneos para os quais Roland Barthes chamou a nossa atenção através de *Mythologies* (1957)<sup>53</sup> não se tem desenvolvido da forma que seria de esperar, mesmo no âmbito dos estudos sobre nacionalismo/cidadania, dimensões com as quais o mito está intimamente relacionado. As diversas representações literárias, historiográficas e até propagandísticas do nacionalismo deverão ser analisadas, desconstruídas, mas nunca ignoradas, pois existem enquanto fenómeno social e cultural, nacional e universal, tendo obviamente efeitos positivos e negativos. Aliás, mesmo que as ignorássemos ou

48. Guilherme d'Oliveira Martins, *Portugal: Identidade e Diferença*, 2007, pp. 12, 14-15 e 71.

49. George L. Mosse, «Racism and Nationalism», 1995, p. 168.

50. Manuel Simões, «A Europa Vista de Portugal», 1992, p. 384.

51. Almeida Faria, *Cortes*, 1986, p. 189.

52. Apud A. Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, 1989, p. 179.

53. R. Barthes, *Mythologies*, 1957, p. 7: “le mythe est un système de communication, c'est une message”.

tentássemos neutralizar, essas narrativas (ou ecos delas) sobreviveriam no nosso imaginário. A estreita relação entre cultura, ideologia, poder, nacionalismo e política é também pautada por sentimentos colectivos, como os que o Ultimato desperta em Portugal. *DI* permite-nos ainda analisar o efeito da humilhação face ao repto da Grã-Bretanha, a forma como o país reagiu simbolicamente através da recordação do passado glorioso, utilizando, através da literatura e de outras artes, mitos nacionais para atacar a velha aliada e estimular o orgulho nacional com base numa reacção colectiva de retaliação que acaba por compensar, até certo ponto, a perda através da partilha do ‘sentimento nacional’. Ao estudar os efeitos da derrota em diferentes comunidades, Wolfgang Schivelbusch afirma que cada sociedade experiencia a perda e a vingança de forma diferente; no entanto, as respostas (psicológicas, culturais ou políticas) dos vencidos formam um grupo de padrões ou arquétipos universais e intemporais, sendo o primeiro deles “a state of unreality-or dreamland”, que surge quando a depressão inicial após a derrota dá rapidamente lugar à euforia e à recusa do novo poder;<sup>54</sup> daí que os republicanos tenham capitalizado o desagrado geral relativamente ao Ultimato para atacar a Monarquia. Dá-se, de seguida, o acordar (*awakening*) da nação, que se torna “perdedora na batalha, mas vencedora em termos espirituais”.<sup>55</sup> O poema de T. Braga é assim um dos meios utilizados para recuperar o orgulho nacional após a ‘derrota’ do golpe colonial da Grã-Bretanha, inserindo-se *DI*, portanto, no fenómeno que Schivelbusch denomina “cultura de derrota”. Como veremos, o poema representa o ideal medieval de cortesia (masculina) e o código de honra que são assim associados ao auto-estereótipo do português, por oposição aos ingleses, que desrespeitam as suas donzelas e são caracterizados através de um termo utilizado várias vezes para os descrever enquanto os Doze estão em Londres: o adjetivo ‘ladrão’. A Grã-Bretanha não demonstrara honra ou respeito por Portugal na questão do Ultimato, e *DI* sugere ficcionalmente que o código de honra sempre fora seguido pelos lusos, exigindo Portugal essa mesma ética de países terceiros, sobretudo aliados; daí que um dos Doze castigue com a morte simbólica um dos desrespeitosos cavaleiros ingleses em Londres.

Se Arjun Appadurai<sup>56</sup> defende que a nação é definida com base não apenas nas fronteiras geográficas nacionais, mas também na diáspora e na acção dos meios de comunicação, para Amin Maalouf<sup>57</sup> a nossa identidade vai-se transformando e construindo ao longo do tempo e, logo, não é estática, ideia que é também partilhada por Stuart Hall, para quem a identidade depende de mecanismos dialógicos e retroactivos,<sup>58</sup> e por Balibar, de acordo com quem não existem identidades, mas sim identificações com instituições e com os seus membros (as identidades são o objectivo de processos de identificação).<sup>59</sup> Devido a esse dinamismo

---

54. W. Schivelbusch, *The Culture of Defeat: On National Trauma, Mourning and Recovery*, 2004, p. 10.

55. *Ibidem*, pp. 14-20; nossa tradução.

56. Arjun Appadurai, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, 1996.

57. Amin Maalouf, *Identités Meurtrières*, 1998, p. 188.

58. Stuart Hall, *Representation*, 1997, p. 1. Para uma tipologia de identidades dinâmicas e em transformação (identidade-resistência e identidade-projecto), veja-se João Maria André, *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização*, 2005, pp. 18-24.

59. Etienne Balibar, «Culture and Identity (Working Notes)», 1995, p. 187.

no processo da construção da identidade em diferentes contextos históricos, os doze cavaleiros lusos foram utilizados desde o século XVI como símbolo do glorioso passado nacional, enfatizando ora a nossa antiguidade enquanto nação e, logo, as nossas antigas história e identidade (literatura autonomista),<sup>60</sup> ora a coragem que manteve as fronteiras nacionais e as alargou através da expansão marítima (retórica colonial). São inúmeras as abordagens teóricas sobre as representações de identidade nacional e o nacionalismo enquanto ideologia, bastando referir o ‘etnosimbolismo’ e o ‘nacionalismo banal’. Se as teorias primordialistas defendem que o sentimento nacional foi uma força mobilizadora ao longo da história, as teorias modernistas/instrumentalistas encaram o nacionalismo como um fenómeno (político) relativamente recente e fruto de processos de modernização e especificamente da acção quer de elites económicas, artísticas e intelectuais (os ‘cronistas do passado étnico’),<sup>61</sup> quer do Estado. Já a teoria etnosimbolista<sup>62</sup> defende que a modernidade revestiu antigos padrões étnicos identitários com um novo poder ideológico, ou seja interpreta a nação como um fenómeno já antigo e estuda aspectos culturais (o ‘complexo mito-símbolo’) como a memória histórica, os sentimentos, mitos, valores, atitudes e práticas nacionais que demonstram a longa construção da identidade étnica das nações. De acordo com Gellner,<sup>63</sup> a propagação dos mitos e da “imagética da nação”<sup>64</sup> entre as massas, bem como as suas sobrevivência e eficácia só são possíveis com a democratização e a massificação do ensino, que possibilita o acesso e a interpretação generalizada dessas ‘histórias’. Aliás, no que diz respeito ao mito dos Doze nos séculos XX-XXI, a escola é o seu principal meio de difusão. Se determinados mitos nacionais são criados por autores ou grupos de interesse específicos, essas narrativas têm obviamente de ser recebidas e ‘fazer sentido’ junto da população em geral para que sejam difundidas, quer oralmente, quer através da literatura, dos meios de comunicação social e das redes sociais.

Se já existiam ideias pré-modernas de consciência/unidade nacional, a maioria dos académicos (Hobsbawm, Geller, Anderson, Breuille e Smith) concordam em que o nacionalismo é um fenómeno relativamente recente, que surge na Europa após as revoluções francesa e norte-americana, em finais do século XVIII, início do século XIX. Não há, no entanto, como já afirmámos, concordância sobre a ‘essência’ desse mesmo fenómeno.<sup>65</sup> Leerssen estuda os

---

60. Sobre a literatura autonomista em geral, veja-se Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipines*, 1948, pp. 69-72.

61. Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of the Nation*, 1986, p. 109. Vejam-se também John Hutchinson, *The Dynamics of Cultural Nationalism*, 1987, Danielle Conversi, «Reassessing Theories of Nationalism. Nationalism as a Boundary Maintenance and Creation», 1995, pp. 73-85, José Sobral, «A Formação das Nações e do Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o Caso Português», 2003, pp. 1093-1126 e Athena Leoussi, «The Ethno-Cultural Roots of National Arts», 2004, pp. 143-158.

62. Vejam-se, por exemplo, Patrick J. Geary, *The Myth of Nations*, 2002, P. Lawrence, *Nationalism: History and Theory*, 2005 e J. Hearn, *op. cit.*, pp. 1-20, que, na p. 11, define nacionalismo em traços gerais como “the making of combined claims, on behalf of a population, to identity, to jurisdiction and to territory”.

63. Cf. Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, 1983.

64. Maria de Fátima Amante, *op. cit.*, p. 224.

65. Oliver Zimmer, *Nationalism in Europe*, p. 5: “is nationalism primarily an ideology or political religion, a political movement seeking state power, a cultural formation allowing industrial societies to function, a modern cognitive framework, a movement of cultural and historical revival, or a combination of all these factors? A second, closely related, controversy concerns the causal links between pre-modern national consciousness (some authors have used the concepts of ethnicity, ‘nation’, or ‘patriotism’) and modern nationalism.”

discursos do nacionalismo<sup>66</sup> através da análise de etnotipos/estereótipos — equivalentes ao ‘carácter nacional’ que Anthony D. Smith e John Breully defendem como elemento central do nacionalismo — relativos a comportamentos e temperamentos específicos do *Self* e do Outro representados na literatura como, por exemplo, Magriço e os outros onze paladinos ficcionalizados em obras portuguesas enquanto auto-etnotipos ou estereótipos (pseudo-)históricos. Como sabemos, é impossível teorizar sobre o nacionalismo cultural sem referir questões como identidade e uso dos mito nacionais, pois as memórias históricas e as narrativas míticas são elementos da identidade nacional.<sup>67</sup> O ‘longo’ mito nacional literário dos Doze deve assim ser entendido e analisado simultaneamente como fruto e instrumento de sucessivas construções políticas e culturais, ambas emotivas, ou, nas palavras de Hobsbawm, como tradições inventadas.<sup>68</sup> Como o próprio episódio demonstra, essas tradições ‘inventadas’, enquanto elementos simbólicos da identidade nacional,<sup>69</sup> não surgem apenas com o nacionalismo dos séculos XVIII-XIX, havendo um processo de capitalização e de recuperação das mesmas com base em rupturas e continuidades de práticas e de partilhas por parte de redes culturais e sociais já existentes.<sup>70</sup>

O complexo simultâneo de inferioridade (coeva) e de superioridade (pretérita) expresso em *DI* e noutros textos oitocentistas leva a que o poema veicule simultaneamente anglofilia (a amizade que pautou as relações anglo-portuguesas) e anglofobia (as traições inglesas).<sup>71</sup> É, portanto, necessário conhecer o contexto histórico-político em que as obras de cariz ideológico-político são redigidas para podermos fazer uma leitura profunda de *innuendos* e da forma como as culturas portuguesa e inglesa são representadas e com que objectivo. Como veremos, o episódio dos Doze atribui aos lusos uma identidade heróica e uma fama vinda do estrangeiro, e é através do prisma da heroicidade (masculina) que também analisamos a noção de identidade nacional nas obras em questão. Uma parte do culto de heróis no século

66. Joep Leerssen (*National Thought in Europe*, pp. 14-16) tenta definir o complexo conceito de nação a partir de três outros — sociedade, cultura e etnia/raça —, e define nacionalismo como ideologia política baseada em três premissas: a) a nação é o mais natural agregado de seres humanos e, logo, a lealdade para com ela é superior a todas as outras; b) o Estado é soberano e representa a nação; a lealdade cívica para com o Estado é uma extensão da solidariedade ‘nacional’ (cultural, linguística, étnica); e c) o Estado corresponde à nação, localizando o nacionalismo “in a tradition of ethnotypes — commonplaces and stereotypes of how we identify, view and characterize others as opposed to ourselves. In tracing the development of national thought and nationalism, it is important to follow, alongside the socio-political ‘nation-building’ developments that take place in and between societies, also the discursive patterns of self-identification, exoticization and characterization that take place in the field of culture” (*ibidem*, p. 17), ecoando, mais tarde, o estudo supranacional da história europeia proposto por Anne-Marie Thiesse em *La Construction des Identités Nationales*, 1999.

67. Anthony D. Smith, *National Identity*, 1991.

68. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (ed.) *op. cit.*, pp. 1-2.

69. Cf. A. D. Smith, *Nationalism and Modernism*, p. 130.

70. Ao estudar a forma como a ‘indústria cultural’, em associação com o poder político, molda a ideia de nação, Anthony D. Smith, «History and National Destiny: Responses and Clarifications», 2004, p. 196, conclui: “given the many economic and political ruptures between pre-modern and modern collective cultural identities in the same area, any continuity between *ethnie* and nation had to be located in the cultural and symbolic spheres. This in turn led to the adoption of the term ‘ethno-symbolism’ for an approach that sought to establish relations between the different kinds of collective cultural identity by focusing on elements of myth, memory, value, symbol, and tradition that tended to change more slowly, and were more flexible in meaning, than the processes in other domains”.

71. Sobre as relações de fobia, filia, mania e reserva do *Self* com o Outro, veja-se Daniel-Henri Pageaux, «Recherche sur l’Imagologie: De l’Histoire Culturelle à la Poétique», 1995, pp. 148-149, *idem*, *La Lyre d’Amphion*, 2001, pp. 307-308.

XIX centra-se em figuras medievais e renascentistas, relativas a períodos que são considerados ‘idades de ouro’ da história de Portugal, recuperando heróis que parecem ter vivido em prol dos interesses da nação, quando, como é do conhecimento geral, os interesses pessoais e políticos também motivaram essas figuras históricas. Os textos que Teófilo Braga publica na coleção «Alma Portuguesa» concorrem assim para a construção do heroísmo nacional no *fin de siècle*,<sup>72</sup> fenómeno que seria exacerbado durante o Estado Novo.

Leerssen analisa o papel da cultura na formação e na disseminação do nacionalismo, nomeadamente dos mitos literários e estereótipos que, a partir do historicismo romântico, passaram erradamente a ser considerados ‘continuidades étnicas’,<sup>73</sup> como aliás a obra de Teófilo Braga revela. As identidades nacionais ganham forma a partir da oposição entre a nação e uma variedade de estrangeiros estereotipados, transformando-se esses constructos ao longo dos tempos, pelo que Leerssen define nacionalismo como um fenómeno também cultural e não apenas político que surge da “instrumentalização política” de estereótipos,<sup>74</sup> interessando-nos os imagótipos sobretudo ao nível do comportamento,<sup>75</sup> ou seja das “nuanced images” do Outro, e não tanto ao nível de características físicas. Como veremos na segunda parte, os portugueses autocaracterizam-se como pioneiros marítimos e velhos aliados de Grã-Bretanha, país que ajudaram sempre que necessário até que os britânicos prejudicaram o império luso em prol dos seus interesses. *DI* reforça a hetero-imagem do britânico como traidor e usurpador de territórios lusos que se faz valer da antiga aliança,<sup>76</sup> da avidez europeia por colónias em África, bem como da dependência e da posição semiperiférica, e logo fraca, de Portugal na Europa. O estereótipo permite caracterizar os inimigos-aliados britânicos, reagir à afronta do Ultimato e estimular o ‘orgulho’, ou, como o prefácio do poema afirma, o ‘sentimento nacional’. O cosmopolitismo português sugerido pelos paratextos do poema advém do facto de os Doze deixarem o espaço de conforto nacional e viajarem pela Europa e posteriormente pelo mundo. Dois dos paladinos permanecem na Europa e dez regressam, eufóricos, a Portugal, para partir para África num outro projecto nacional económico e religioso. O leitor tem assim

- 
72. Para um estudo sobre esse fenómeno na literatura francesa, veja-se Venita Datta, *Heroes and Legends of Fin-de-Siècle France: Gender, Politics, and National Identity*, 2010.
73. B. Brincker et al., «Seventh Nations and Nationalism Debate: Joep Leerssen’s *National Thought in Europe: A Cultural History*», 2013, pp. 409-433.
74. Cf. *Study Platform on Interlocking Nationalisms* (<http://www.spinnet.eu/cultural-nationalism>).
75. Vejam-se Joep Leerssen, «The Rhetoric of National Character: A Programmatic Survey», 2000, pp. 267-292 e E. Irimias, «Behavioural Stereotypes in Intercultural Communication», 2011, pp. 167-174.
76. Os temas da diplomacia, dos interesses, das crenças comuns e dos segredos de Estado que fazem parte da aliança luso-inglesa, na época contra Castela, são retomados nos cantos IV, p. 90; VI, p. 129 e VII, p. 144 de *DI*. Sobre a mais velha aliança do mundo, sobretudo no que diz respeito às expansões marítimas inglesa e portuguesa e às relações culturais, históricas e diplomáticas, vejam-se: Visconde de Santarém, «Introdução», in *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo*, vol. 14, 1865, pp. vii-clii; *ibidem*, vol. 15, pp. v-clxxxiv; *ibidem*, vol. 16, pp. v-cclviii; *ibidem*, vol. 17, pp. i-ccv; *ibidem*, vol. 18, pp. v-lxxvii; Edgar Prestage, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England, and Holland from 1640 to 1668*, 1925; *idem*, *The Anglo-Portuguese Alliance*, reprint de *Transactions of the Historical Society*, 4.ª série, vol. 17, 1934, pp. 69-100; *idem*, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, 1971; AA. VV., *Portugal e a Inglaterra: Textos Principais dos Tratados de Aliança*, s./d.; Cunha Leal, *Portugal e a Inglaterra*, 1932, pp. 6-26, 163-252; AA. VV., *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa: 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*, s./d.; AA. VV., *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Rogério Miguel Puga, *The British Presence in Macau, 1635-1793*, 2013, as já referidas obras de Tiago Viúla de Faria, bem como os 22 números da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 1990-2014.

acesso à psicologia das personagens enquanto viajantes durante os percursos entre Lisboa e Londres, e sobretudo à de Magriço, cuja viagem é igualmente interior e pautada por descobertas pessoais, enquanto o espaço da acção e da empresa lusa se alarga do espaço nacional ao europeu e posteriormente ao internacional, com a tomada de Ceuta. A viagem, o amor pela pátria e a honra caracterizam então a ‘identidade nacional’ ou o auto-estereótipo das personagens lusas, até porque os espaços são também produto da nossa acção, como sugere Orlando Ribeiro (“a paisagem é quase um produto do passado”),<sup>77</sup> enquanto determinados comportamentos são associados a espaços culturais e nacionais específicos, como conclui Mike Crang: “places provide an anchor of shared experiences between people and continuity over time. Spaces become places as they become ‘time-thickened’. They have a past and a future that binds people together round them.”<sup>78</sup> *DI* sugere essa mesma ideia quando os cavaleiros ingleses utilizam as crónicas para definir os bons costumes, ou quando são associados a Portugal sentimentos e comportamentos específicos. A alteridade que nós percebemos no Outro é a sua própria identidade,<sup>79</sup> pelo que, como recorda José Manuel Sobral, reflectir sobre a identidade nacional exige de nós um esforço de distanciação e de reflexividade, até porque a memória é uma reconstituição do passado a partir da actualidade:

as descrições do carácter nacional, que assumem essa uniformidade fictícia, multiplicam-se: os portugueses [...] são fortes [...] melancólicos e saudosos. São lugares-comuns, mas que perdurarão em definições do chamado carácter nacional português e que ainda hoje não desapareceram. A analogia entre colectivos e personalidade individual é uma ilusão. A ideia de que os povos tenham um carácter próprio, uma essência, detectável nas suas variadas manifestações, também. Mas a crença nessa personalidade e nesse carácter, com as suas virtudes e os seus defeitos, é um facto real. [...] O nacionalismo — aqui no sentido de manifestação da identidade nacional e não no de uma doutrina ou ideologia — parece estar frequentemente num estado de latência, como que adormecido, para em outras ocasiões, mais raras, irromper de modo afirmativo e violento.<sup>80</sup>

As obras ‘imaginadas’ ou ‘inventadas’ que abordaremos de seguida e que constituem o *corpus* do mito dos Doze ficcionalizam as aventuras de heróis portugueses no estrangeiro, onde conquistam fama internacional, e são esses mesmos cavaleiros-protagonistas cuja fama vem ‘de fora’ que são recuperados ao longo dos séculos até à actualidade e servem de símbolo da identidade ou, como Teófilo Braga lhe chama, do ‘sentimento nacional’.

77. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1963, p. xii.

78. Mike Crang, *Cultural Geography*, 1998, p. 103.

79. Henri Pageaux, *La Littérature Générale et Comparée*, 1994, pp. 71-72, divide a relação com o Outro em quatro atitudes fundamentais: a mania (o estrangeiro é tido como superior); a fobia (o estrangeiro é tido como inferior), a filia (a cultura receptora e a realidade estrangeira são positivas e complementam-se), o cosmopolitismo/internacionalismo (as relações entre culturas transformam-se em movimentos de unificação).

80. José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*, 2012, pp. 50 e 96, respectivamente; vejam-se também pp. 13, 22.

## 2. O MITO NACIONAL DOS DOZE DE INGLATERRA COMO TEMA RECORRENTE NA LITERATURA PORTUGUESA

E então contava histórias de cavaleiros andantes. E, verdadeiramente, as afrontas e grandes desventuras, que ela contava a que se eles punham pelas donzelas, me fazia haver dó deles.

Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça*, 1996, pp. 42-43

As diferentes versões ou representações do mito dos Doze de Inglaterra têm sido estudadas de forma isolada por historiadores<sup>81</sup> e filólogos,<sup>82</sup> sobretudo no âmbito dos estudos camonianos, prestando-se o episódio a uma abordagem interdisciplinar e pluralista. É, aliás, essa a posição que adoptamos, pois são vários os contextos históricos e os quadros mentais e conceptuais que reproduzem, relêem e ‘consomem’, através de obras literárias, o conhecido tema que interpretamos com um sinedóquico auto-estereótipo. Além disso, ao longo dos séculos o próprio episódio literário (e até historiográfico) dos Doze foi textualizado em áreas como a historiografia, a literatura genealógica,<sup>83</sup> a iconografia,<sup>84</sup> a literatura de cordel,<sup>85</sup> a imprensa periódica,<sup>86</sup> a poesia, o teatro<sup>87</sup> e até o futebol. O enredo do mito nacional multissecular de que nos ocupamos, e que eleva os portugueses a heróis europeus, foi inclusive estrategicamente rentabilizado pela propaganda do Estado Novo, nomeadamente na Exposição do Mundo

- 
81. Vide Manuel Soeiro, *Anales de Flandes*, vol. 2, 1624, pp. 26-27; D. Fernando de Menezes, *Vida e Acções del Rei D. João I*, livro 5, 1677, pp. 340-344; José Soares da Silva, *Memórias para a História de Portugal*, tomo 3, 1732, pp. 1367-1372; Artur de Magalhães Basto, *op. cit.* e Carlos Riley, *op. cit.*
82. Referimos algumas análises do episódio no âmbito dos estudos camonianos e notas em diversas edições da epopeia: Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, 2.ª edição, 1599 [1594], diálogo IV, capítulo 2; Manuel Correia, *Os Lusíadas do Grande Luís de Camões Príncipe da Poesia Heróica*, 1613, pp. 175-181; Manuel de Faria e Sousa nos comentários aos *Lusíadas de Luís de Camões*, 1972 [1639-1640], canto VI, colunas 102-113, 116-143; Visconde de Juromenha (org.), *Obras de Luís de Camões*, vol. 6, 1869, p. 538; T. Braga, *História de Camões*, vol. 2, 1875, pp. 429-434; Joaquim de Araújo (ed.), *Luis de Camões, Os Doze de Inglaterra*, 1891; Júlio de Jesus Martins, *Os Doze de Inglaterra*, 1956 e Jorge Tavares, *Os Doze de Inglaterra. Paráfrase, Ilustrações e Estudo do Torneio Medieval*, 1985.
83. Inúmeros nobiliários associam o nome de fidalgos ao episódio que acabam por sumariar ou parafrasear [Damião de Góis, D. António Lima e Fr. Álvaro da Fonseca, cuja utilização dos Doze é estudada por Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 127-140 (anexo «Os Feitos do Magriço nos Nobiliários»)].
84. Pedro José de Figueiredo, *Retratos e Elogios de Varões e Donas que Ilustram a Nação Portuguesa*, tomo 1, 1817, publica retratos de quatro cavaleiros (Álvaro Coutinho, Álvaro Vaz de Almada, Soeiro da Costa e João Pereira Agostim da Cunha), indicando que encontrara o retrato (que reproduz) de Magriço no Paço Velho (Riley, *op. cit.*, p. 16). Inúmeras edições ilustradas de *Os Lusíadas* contêm representações visuais dos Doze, bem como os sucessivos estudos sobre o episódio na epopeia (por exemplo, Júlio de Jesus Martins, *Os Doze de Inglaterra*, desenhos de Júlio Gil, 1956).
85. Vide Inácio R. Vêdouro, *Desafio dos Doze de Inglaterra*, 1732.
86. Em 1863 é fundado em Trancoso o jornal *O Magriço: Semanário Político, Literário e Noticioso* (1863-1864). Vejam-se também João Teixeira Soares, «Os Doze de Inglaterra», *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*, dirigida por Teófilo Braga e Teixeira Bastos, 1880-1881, pp. 448-466 e Silva Resende, *op. cit.*, capa e p. 8, que resume o episódio.
87. No âmbito da dramaturgia, e para além da adaptação teatral do episódio recentemente publicada por António Torrado (*Doze de Inglaterra*, 2000), existem a comédia *Los Doze de Inglaterra*, de Jacinto Cordeiro (1606-1646) e a peça que inaugura o Teatro Nacional (13-4-1846), de Jacinto Heliodoro Loureiro, *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, 1896, que abordaremos mais adiante.

Português (1940),<sup>88</sup> e partilha características com o romance histórico, pois os vários autores foram ficcionalizando a interação e as aventuras, na sua grande maioria imaginárias, das figuras históricas portuguesas e inglesas que ‘povoam’ o enredo nuclear, de D. João I a Chaucer; daí que adoptemos a designação de ‘mito histórico-literário’, cientes de que este não pode ser dissociado da memória e dos demais símbolos nacionais, como o herói, pois veicula os valores que a respectiva comunidade valoriza. Talvez seja por essa razão que os heróis míticos “totalizam e recriam constantemente a história humana e abolem o tempo [...] fortalecendo sentimentos de pertença e capacidade de imaginação colectiva”.<sup>89</sup> De seguida, deter-nos-emos nas principais características e funções do mito nacional em geral, que nos permitem compreender melhor o papel do episódio de que nos ocupamos.

## 2.1. A FUNÇÃO DO MITO NACIONAL LITERÁRIO

Nesta primeira parte abordamos as personagens referenciais e os principais textos da “tradição [...] heroico thema”<sup>90</sup> dos Doze, desde meados do século XVI até à publicação de *DI*, estabelecendo comparações entre várias obras portuguesas e o poema narrativo de Teófilo Braga, que analisaremos na segunda parte, sobretudo no que diz respeito às temáticas que se repetem e através das quais o mito foi sendo actualizado e (logo) enriquecido. Antes dessa análise da ‘evolução’ do episódio na literatura portuguesa, importa definir o conceito de mito nacional literário, analisando a forma como o tema dos Doze é mitificado ao longo dos séculos por diversos autores e associado à identidade portuguesa, tornando-se parte da chamada “cultural grammar of nationhood”<sup>91</sup> a que Boaventura de Sousa Santos também alude ao recordar que as práticas sociais têm uma dimensão simbólica e que os mitos sobre a sociedade portuguesa fazem parte da nossa realidade social e como tal devem ser analisados, abordando também o excesso mítico de interpretação que marca o discurso nacionalista português (para compensar o défice de realidade), que, por sua vez, reforça o mito, mesmo quando tenta desconstruí-lo.<sup>92</sup>

Herdámos dos gregos a noção do mito como ficção.<sup>93</sup> Mircea Eliade<sup>94</sup> define o mito como intemporal e eterno, e Eric Dardell<sup>95</sup> afirma que as narrativas míticas têm a capacidade constante de actualizar tudo, enquanto Lauri Honko<sup>96</sup> lista doze formas de percepçarmos o

88. Para uma foto do painel decorativo “Os Doze de Inglaterra”, na sala “Europa Militar”, do Pavilhão dos Portugueses no Mundo, veja-se Maria Isabel da C. João, *op. cit.*, p. 1052 e fig. 84.

89. Maria de Fátima Amante, *op. cit.*, pp. 221 e 222, respectivamente.

90. Expressão de Teófilo Braga (*DI*, p. 4).

91. Orvar Löfgren, «The Nationalization of Culture», 1989, pp. 21-22.

92. Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice*, pp. 49-51.

93. J.-P. Vernant, *Myth and Society in Ancient Greece*, 1990, p. 203.

94. Mircea Eliade, *Myths, Dreams and Mysteries: The Encounter between Contemporary Faiths and Archaic Reality*, 1970, p. 16.

95. Eric Dardell, «The Mythic», 1984, p. 231.

96. Lauri Honko, «The Problem of Defining Myth», 1984, pp. 47-48.

mito (como explicação para fenómenos enigmáticos, como projecção inconsciente, como forma de arte que estrutura o mundo de forma simbólica, como narrativa religiosa, mapa de comportamentos e legitimação de instituições sociais). Para T. S. Eliot,<sup>97</sup> a utilidade do mito reside na ordem que este impõe ao caos da vida moderna, enquanto para Marina Warner a sua vitalidade constante reside na abertura e na flexibilidade que permitem a (re)criação de novos significados e padrões.<sup>98</sup> Se Michel Tournier enfatiza a dimensão colectiva do mito como “histoire que tout le monde connait déjà”,<sup>99</sup> Ana Klobucka afirma que os mitos culturais manipulam a realidade pretérita,<sup>100</sup> conclusão que nos é útil como ponto de partida para estudar o palimpséstico mito nacional literário dos Doze enquanto produto da retórica do ‘carácter’/identidade nacional ou do ‘inconsciente mítico’, conceito sugerido por Francisco da Cunha Leão em obras como *O Enigma Português* (1960), *O Que É o Ideal Português* (1961) e *Ensaio de Psicologia Portuguesa* (1971). Fazem parte desse discurso mitificante os estereótipos enquanto elementos do mito nacional e “teorias explicativas”<sup>101</sup> que são utilizados em caso de confronto para contrapor o endogrupo ao exogrupo, como é o caso dos cavaleiros portugueses e ingleses em *DI*, facções que, mesmo após o combate, continuam a ser oponentes, pois os londrinos ofendem os lusos com base nas suas futuras conquistas marítimas, enquanto estes últimos percebem os primeiros como frios e traidores, sendo os auto- e hetero-estereótipos naturalmente marcados pelo autocentrismo. Ao relacionar o passado e o presente da nação, os mitos nacionais permitem recuperar, actualizar e (re)interpretar acontecimentos históricos cruciais da história nacional, sendo estes “os mais susceptíveis de fomentarem a mitificação do acontecimento em si ou de alguns dos seus protagonistas”.<sup>102</sup> Como veremos, o mito dos Doze é provavelmente fruto de uma mitificação familiar que se nacionaliza através de *Os Lusíadas*, sendo posteriormente recuperado por inúmeros escritores como mito de valor militar e de resistência<sup>103</sup> para demonstrar a forma como uma comunidade subsiste devido à sua resistência (militar). Se a dinastia de Avis se assume ao vencer o inimigo ‘espanhol’, após o Ultimato Teófilo Braga utiliza o episódio dos Doze a lutar vitoriosos contra os ingleses exactamente com esse objectivo em mente, ou seja, enfatizar a antiga glória e independência portuguesas.

A ficcionalização de ‘memórias antigas’, até nas nações mais jovens, tem como objectivo a construção de origens remotas, o reforço da autoridade moral e a manutenção da legitimidade do poder,<sup>104</sup> ou seja, pretende formar ou reforçar uma identidade que passa a ser aceite

97. T. S. Eliot, *Selected Prose of T. S. Eliot*, 1975, p. 177.

98. M. Warner, *Managing Monsters: Six Myths of Our Time*, 1994, p. xiv. Para outras definições de mito, veja-se S. Sellers, *Myth and Fairy Tale in Contemporary Women's Fiction*, 2001, pp. 1-9.

99. Michel Tournier, *Vent Paraclet*, 1977, p. 189; veja-se também Marcel Detienne, *L'Invention de la Mythologie*, 1981, pp. 239-240.

100. Anna Klobucka, *The Formation of a National Myth*, 2000, p. 19.

101. Philippe Beck, *op. cit.*, p. 61.

102. Cf. Maria de Fátima Amante, *op. cit.*, p. 222.

103. George Schöpflin, «The Functions of the Myth and a Taxonomy of Myths», 1997, pp. 31-33 e *idem*, *Nations, Identity, Power: The New Politics of Europe*, 2002, p. 94.

104. Gérard Bouchard, «National Myths: An Overview», 2013, p. 285.

e partilhada. O mito nacional, enquanto “constitutive story”<sup>105</sup> de um povo, reclama uma leitura histórica, e a coleção «Alma Portuguesa» em que *DI* se insere, através de figuras-mitos nacionais como Viriato e Gomes Freire, apresenta vários exemplos e modelos nacionais de honra que materializam características que o autor define como portuguesas, por exemplo, o amor, que também seria representado no volume sobre Inês de Castro, o qual não chegaria a ser publicado. Embora esses mitos se auto-sugiram como relatos históricos, Arash Abizadeh define-os como “inspiring narratives, stemming from human *imagination*, in which we tell ourselves who we are or want to be”,<sup>106</sup> fazendo o episódio dos Doze, enquanto símbolo social unificador, parte deste processo criativo de construção do nacionalismo e (do sentido) da nação ao longo dos tempos. Tratando-se de um mito nacional literário, a questão da veracidade histórica não se coloca, pelo que verificaremos que características as personagens principais retêm dos seus co-referentes extratextuais, ou seja, das figuras históricas, nunca confundindo as (re)criações artísticas com as historiográficas. Como é sabido, os mitos nacionais como aquele de que nos ocupamos são uma componente (construtora) da identidade nacional que contém uma vertente mí(s)tica, como refere David Miller:

once we discover that national identities contain elements of myth, we should ask what part these myths play in building and sustaining nations”) ao identificar duas utilidades sociais desses mitos: “[which] perform a moralizing role, by holding up before us the virtues of our ancestors and encouraging us to live up to them [...] they provide reassurance that the national community of which one now forms part is solidly based in history, that it embodies a real continuity between generations [revealing...] sacrifices made in the past by one section of the community on behalf of others.”<sup>107</sup>

Será com as premissas que já elencámos em mente que analisaremos o mito dos Doze na literatura portuguesa e especificamente em *DI*, pois Teófilo confessa que usa essa ‘estória’ nacional(ista) para ‘moralizar’ a nação. Os mitos revigoram-se, e em universos como o da literatura infanto-juvenil tornam-se até mais fantasiosos, como acontece com os Doze na já referida peça de teatro infantil *Doze de Inglaterra* (2000), de António Torrado, e é através de obras como essa que os mitos nacionais são recriados no imaginário de crianças que, mais tarde, lerão Camões. O mito literário em questão sobreviveu no imaginário nacional (popular e erudito) através do ensino escolar,<sup>108</sup> como aliás muitos outros, e é também através da epopeia camoniana que esse mini-enredo é traduzido para inúmeras línguas e internacionalizado.<sup>109</sup>

105. Expressão de Rogers M. Smith, «Citizenship and the Politics of People-Building», 2001, pp. 73-96.

106. Arash Abizadeh, «Historical Truth, National Myths and Liberal Democracy: On the Coherence of Liberal Nationalism», 2004, p. 293.

107. David Miller, *On Nationalism*, 2005, pp. 34-36 e 42, respectivamente. Vejam-se C.-G. Dubois (ed.), *L’Imaginaire de la Nation (1792-1992)*, 1991, D. Chauvin (ed.), *Iris: Mythe et Nation*, 1995, Anthony D. Smith, *Myths and Memories of the Nation*, 1999, *idem*, *The Cultural Foundations of Nations: Hierarchy, Covenant, and Republic*, 2008, *idem*, *Ethno-symbolism and Nationalism: A Cultural Approach*, 2009, F. Monneyron, *La Nation aujourd’hui: Formes et Mythes*, 2000 e S. J. Mock, *Symbols of Defeat of the Construction of National Identity*, 2012.

108. Veja-se João de Braga, *Galeria*, 1980, p. 55, que associa o mito ao ensino e à história local.

109. Sobre as sucessivas traduções da epopeia, bem como do seu estudo em Inglaterra, veja-se Maria Leonor Machado de

Assim sendo, e para recuperar uma expressão de Anna Klobucka ao estudar a “formação do mito nacional” de Mariana Alcoforado e das *Cartas Portuguesas*, também o mito dos Doze encontrou “the most fertile ground in the national imagination, turning the (real) country[ies] of [their] fictional origin [and foreign adventures] into a truly fascinating space of cultural invention and intervention”, e se assumiu, ao longo de quase cinco séculos, como “an account of an elaborate enterprise of cultural mythmaking”.<sup>110</sup> Havendo uma enorme variedade de definições e de tipologias de mitos, subscrevemos a definição de Mary Fulbrook, para quem as nações são elas próprias mitos e estes são “stories which are not necessarily true, but which have symbolic power. They are constantly repeated, often re-enacted”,<sup>111</sup> passando a tradição dos Doze exactamente por esse processo de recuperação ao longo dos séculos. Atentemos também na definição de George Schöpflin:

myth is one of the ways in which collectivities — in this context, more especially nations — establish and determine the foundations of their own being, their own system of morality and values.[...] Myth is a set of beliefs, usually put forth as a narrative, held by a community about itself. Centrally, myth is about perceptions rather than historically validated truths [...]. It is the content of the myth that is important, not its accuracy as a historical account. Myth, therefore, is one of a number of crucial instruments in cultural reproduction. It acts as a means of standardization and of storage of information.<sup>112</sup>

O autor lista ainda outras funções do mito, que se torna instrumento de auto-definição ao unir os membros da comunidade e ao atribuir-lhes características e valores, nomeadamente a cosmovisão que a própria narrativa encerra, podendo também ser uma forma de transferir ou impor (novas) identidades ou versões de factos (actualização ou manipulação), ou de intensificar e facilitar a comunicação no seio da comunidade, de justificar acontecimentos e falhanços, de fortalecer a comunidade perante adversidades, de manter memórias e de ‘fabricar’ e manter inimigos (míticos).<sup>113</sup>

O conceito de herói-modelo é essencial em qualquer mito nacional, e é também esse pressuposto que Carol S. Pearson veicula ao apresentar seis arquétipos de herói (o Inocente, o Órfão, o Transeunte, o Guerreiro, o Altruísta, o Mágico) e ao dirigir-se ao leitor: “Heroes — in myth, literature, and real life — take journeys, confront dragons (i.e., problems), and discover the treasure of their true selves. Although they may feel very alone during the quest, at its end their reward is a sense of community: with themselves, with other people [...]. The need to take the journey is innate in the species”.<sup>114</sup> Estas palavras aproximam-se dos objectivos de Teófilo Braga relativamente à alma e ao orgulho nacional português, e auxiliam-nos a interpretar a

---

Sousa (dir.), *Camões em Inglaterra*, 1992.

110. Anna Klobucka, *op. cit.*, p. 15.

111. Mary Fulbrook, *op. cit.*, p. 73.

112. George Schöpflin, «The Functions of the Myth and a Taxonomy of Myths», 1997, pp. 19-20.

113. *Ibidem*, pp. 22-24.

114. Carol S. Pearson, *The Hero Within: Six Archetypes We Live By*, 1998, p. 3.

'busca' pessoal de Magriço, guerreiro altruísta, nas obras que abordaremos. Aliás, como recorda Joseph Campbell quer sobre o herói universal, o herói das mil faces,<sup>115</sup> quer sobre o poder, as múltiplas funções e dimensões do herói intertextual e exemplar do mito:

we have not even to risk the adventure alone, for the heroes of all time have gone before us. The labyrinth is thoroughly known. We have only to follow the thread of the hero path, and where we had thought to find an abomination, we shall find a god. And where we had thought to slay another, we shall slay ourselves. Where we had thought to travel outward, we will come to the center of our own existence. And where we had thought to be alone, we will be with all the world. [...] A hero is someone who has given his or her life to something bigger than oneself.<sup>116</sup>

No geral, o mito assenta na viagem ou na prova quer do herói colectivo,<sup>117</sup> visto em *DI* como agente da viagem portuguesa rumo ao império, quer do herói individual (Magriço), rumo à glorificação dos valores da comunidade nacional. Ao estudar quatro mitos de individualismo moderno, Ian Watt<sup>118</sup> recorda que Fausto, Quixote, Don Juan e Robinson Crusoe tornaram-se mitos precisamente porque são personagens cujas histórias transcenderam as obras em que apareceram pela primeira vez e porque os seus nomes se transformaram nas suas próprias histórias, que, por sua vez, passaram a fazer parte da cultura que as produziu e continua a valorizar. Esse processo observa-se no caso de Magriço, herói individualizado e associado até a D. Quixote por alguns autores,<sup>119</sup> não sendo necessário ler os textos originais do famoso mito para reconhecer os protagonistas colectivos e individuais do seu enredo. A criação do mito é também a da auto-imagem de uma comunidade,<sup>120</sup> bastando evocar os exemplos do milagre de Ourique em Portugal,<sup>121</sup> de Joana d'Arc em França, de Guilherme Tell na Suíça, ou do rei Artur na Inglaterra. No caso dos Doze, também as personagens partilham os nomes e alguns traços biográficos com figuras históricas, levando-nos a recordar a distinção entre herói e mito de Beller: "when the life and deeds of a figure have assumed a legendary and quasi-religious character we speak of myth; but when firmly-established historical facts prevail, it would be better to speak of a hero. Of course the distinction may shift over time",<sup>122</sup> distinguindo o autor, na p. 375, as duas abordagens metodológicas no que diz respeito à investigação dos mitos nacionais: o estudo dos elementos do discurso 'místico' (símbolos) e o estudo das figuras e dos eventos históricos que se tornaram *topos* da memória da comunidade

115. Joseph Campbell, *The Hero with a Thousand Faces*, 1968.

116. Joseph Campbell e Bill Moyers, *The Power of Myth*, 1991, p. 151.

117. Sobre figuras e heróis míticos, veja-se, entre outros, Pierre Brunel (ed.), *Dictionnaire des Mythes Littéraires*, 1988 e *idem* (ed.), *Dictionnaire des Mythes d'aujourd'hui*, 1999.

118. Ian Watt, *Myths of Modern Individualism: Faust, Don Quixote, Don Juan, Robinson Crusoe*, 1996.

119. Para além dos exemplos de Garrett e de Teófilo Braga (que estudaremos), veja-se ainda Carlos da Silveira, *Bom Dia Portugal*, 1961, p. 18: "Outro, de puro lirismo medieval, irradia do gesto graviosamente inexecível de Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço (fisicamente, a versão portuguesa de Dom Quixote)".

120. Manfred Beller, «Myth», 2007, p. 373.

121. Consulte-se Ana Isabel Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, 1987.

122. Manfred Beller, «Myth», 2007, p. 354.

nacional. Como veremos, as personagens do episódio dos Doze tornam-se heróis míticos e ultrapassaram a fama das figuras históricas que lhes dão o nome e alguns traços biográficos, tomando amiúde o lugar destas últimas.

Os principais mitos (fundadores), ou *master myths*, são recuperados por escritores ao longo dos tempos (Bandarra, Camões, padre António Vieira e Pessoa, entre outros), e veiculam temas, valores e ideais como: a fundação gloriosa de um território sagrado, a antiguidade de um povo escolhido (milagre de Ourique, fundação de Lisboa por Ulisses), o destino grandioso e a missão universal (sebastianismo, Descobrimentos, Quinto Império), a homogeneidade e a superioridade moral (Doze de Inglaterra), bem como a ameaça e os inimigos externos (galo de Barcelos, padeira de Aljubarrota, Mouzinho de Albuquerque). Enquanto representações colectivas híbridas, os mitos são um misto de realidade e ficção, razão e emoção, verdade, fantasia e (in)consciente, e o seu conteúdo é associado a determinados contextos geográficos e históricos; enquanto narrativas algo emotivas, perduram e produzem ‘energia social’ que pode ser utilizada para promover mudanças sociais ou para lhes resistir. Para além das já referidas funções da retórica do mito nacional, Bouchard lista ainda outras, como: alimentar quer identidade(s) e narrativas simbólicas (às quais a comunidade poderá recorrer em tempos adversos e de coesão), quer a sensação de segurança e união, gerar e apoiar instituições e projectos e permitir à sociedade reagir perante desafios. Como veremos, essas funções são-nos úteis para a análise do uso de mitos como o dos Doze, que são duradouros devido a vários motivos: a polissemia, o hibridismo (real/ficcional), a plasticidade e o facto de poderem estimular a união perante ameaças (externas), a emoção, o imaginário nacional e os valores e as crenças a si associados.<sup>123</sup> Bouchard define ainda o mito como fruto de um processo dinâmico (formação, difusão e institucionalização) composto por sete elementos, que ajudam a revelar o percurso do mito dos Doze desde que surge (provavelmente) no seio da família Coutinho e é nacionalizado e tornado literário por Camões e pelos sucessivos autores que o recuperam: o mito ocupa-se de um acontecimento (antigo) estruturante e significativo para o colectivo (uma tragédia ou uma experiência gratificante) e origina emoções fortes junto do colectivo, passando esse *imprint* a fazer parte do *ethos* da comunidade. A narrativa mítica é reactivada de forma contínua de acordo com novos contextos, “not as a way to heal the wounds but, on the contrary, to reopen them and reload the myths”,<sup>124</sup> sendo, aliás, esse o objectivo de alguns autores românticos e neo-românticos, como Teófilo Braga, quando recuperam os Doze na segunda metade do século XIX e sobretudo após o Ultimato. A ‘sacralização’ do *ethos* de uma dada comunidade dá-se através de comemorações intensas, que são o elemento mais complexo da mitificação, e há nesse processo uma transformação cognitiva, pois a razão vai-se esbatendo e a emoção intensifica-se como força motora do mito, cuja mensagem adquire um poder autónomo. Em todas as fases do processo de mitificação, as estratégias discursivas

123. Gérard Bouchard, «National Myths: An Overview», 2013, pp. 277-278 e *idem*, «The Small Nation with a Big Dream: Quebec National Myths (Eighteenth-Twentieth Centuries)», 2013, p. 2; veja-se M. Levinger e P. Franklin-Lytle, «Myth and Mobilization: The Triad Structure of Nationalist Rhetoric», 2001, pp. 175-194.

124. Gérard Bouchard, «The Small Nation», p. 5.

que visam disseminar e estabelecer a mensagem da narrativa entram em acção através da intervenção de agentes sociais como escritores, famílias (os Coutinhos), instituições ou outros grupos sociais que constroem, mantêm e utilizam os mitos como ferramentas para defender interesses. Podemos assim concluir que os mitos fazem parte de uma rede de relações de poder<sup>125</sup> e são “uma poderosa força activa [...] da civilização humana”.<sup>126</sup> De acordo com Bouchard, essas tradições são importantes mecanismos sociológicos que sustentam crenças e valores mantidos por agentes sociais (grupos e instituições) e são ainda pouco compreendidas,<sup>127</sup> sobrevivendo através de narrativas como, por exemplo, *Os Lusíadas*, que, ao mitificar os Doze, a expansão marítima e a história portuguesa em geral, se assume como um repositório de mitos lusos, que Camões ‘funde’ com os greco-latinos. Tal como a narrativa historiográfica, o mito não se limita a transmitir significados, mas também os constrói.<sup>128</sup>

O episódio dos Doze é, como veremos, divulgado pela epopeia camoniana, tornando-se a sua função original (glorificação da imagem e do estatuto de Magriço e dos Coutinhos) cada vez menos relevante, à medida que os paladinos lusos adquirem uma função sinédouca e se transformam em exemplo de coragem, cavalaria e ‘amor pátrio’. Há, portanto, que recordar a componente emotiva do mito quando da sua criação e ao longo do seu ‘percurso’, bem como a sua associação às origens da história (e independência) de Portugal, ao medievalismo de Camões e de Garrett, factores que lhe garantem a sobrevivência. No final do século XIX e início do século XX, o mito é recuperado já como tema da tradição literária multissecular portuguesa e até recriado para um público mais jovem em obras como *Doze de Inglaterra*, de António Torrado, *O Magriço* (2011), de Pedro Emanuel, publicado com o apoio do município de Penedono para recuperar heróis locais, e *A Gesta de Magriço*, de Alexandre Honrado (Câmara Municipal do Barreiro, 2000). O impulso da história local é assim também responsável pelo contínuo ressurgimento dos mais variados mitos por todo o país. Desde a sua origem que o episódio dos Doze ficcionaliza aventuras de figuras históricas lusas e inglesas, partilhando, como veremos mais adiante, características com o romance histórico. Se recordarmos que esse subgénero surge no período em que a historiografia se ‘profissionaliza’ como ciência e se distancia da literatura, talvez o romance histórico tenha sido uma resposta às transformações quer do mito em si, quer do seu estatuto, bem como uma forma privilegiada de continuar a recuperá-lo. Aliás, tal como Teófilo Braga ficcionalizou as aventuras guerreiras de *Viriato*, em 1904, mais recentemente também João Aguiar o recuperou em *A Voz dos Deuses* (1984).

---

125. *Ibidem*.

126. Bronislaw Malinowski, *Magia, Ciência e Religião*, 1984, p. 25.

127. Cf. Gérard Bouchard, «Introduction», 2013, pp. xii-xiii.

128. Duncan Bell, «Mythscape: Memory, Mythology and National Identity», 2003, p. 75.

## 2.2. HISTÓRIA E FICÇÃO: PERSONAGENS REFERENCIAIS DE FIGURAS HISTÓRICAS (ÁLVARO GONÇALVES COUTINHO, O MAGRIÇO, E ÁLVARO VAZ DE ALMADA)

Mas porque a estória nom nomeou os nomes daqueles que foram na demanda do Santo Graal, convém que divise eu aqui os nomes dos que foram companheiros da Mesa e fizeram juramento.

*A Demanda do Santo Graal*, 1995, p. 45

De entre os Doze, Magriço (c. 1385-1445) e Álvaro Vaz de Almada (1390-1449) são os heróis principais, especialmente o primeiro, que é individualizado e se torna o mais conhecido do grupo, dando inclusive nome a algumas das obras literárias sobre o episódio, como por exemplo o poema de Garrett *Magriço ou os Doze de Inglaterra* (1823-1833). O facto de ambos os cavaleiros pertencerem à nobreza renovada em 1383-1385, cuja vivência familiar antepassada se encontra intimamente associada às guerras joaninas e à independência nacional, nomeadamente à Batalha de Aljubarrota, confere ao contexto que os rodeia uma feição marcadamente militar, que acaba por fundamentar os seus poder e estatuto social.<sup>129</sup> A dupla de cavaleiros e os seus co-referentes literários acabam por conquistar a fama e o estatuto honroso através dos feitos de armas sobretudo no Norte da Europa, como veremos.

Magriço, cuja naturalidade as localidades de Penedono e Trancoso reclamam simultaneamente,<sup>130</sup> embora o herói seja normalmente associado a esta última, é ainda hoje símbolo do cavalheirismo e da defesa da honra e do bem-estar feminino e nacional, como acontece na obra *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Jorge Dias: “a História está cheia de curiosos episódios, como o do Magriço e o dos Doze de Inglaterra, que vão defender em torneio umas damas ultrajadas por cavaleiros ingleses, a comprovar o fundo de sonhador activo português”.<sup>131</sup> Também Aquilino Ribeiro, tal como muitos outros autores, associa a figura de Magriço “de lendária memória”<sup>132</sup> à terra que o viu nascer (Trancoso), adquirindo o episódio um cariz regional. O cavaleiro-peregrino é ainda símbolo de valentia, como se pode verificar na obra *Estudantes de Coimbra: Episódios Burlescos, Costumes Populares Nacionais*, de B. M. Costa da Silva.<sup>133</sup> A personagem histórica e literária é recordada e homenageada através da toponímia da cidade do Porto, onde se encontra a Rua do Grão Magriço, enquanto Seia e Trancoso exibem, respectivamente, a Praceta dos Doze de Inglaterra e o Largo do Magriço. Recentemente, a vila de Penedono, onde existem, por

129. Carlos Riley, *op. cit.*, pp. 128 e 305, de acordo com quem a narrativa quincentista é uma tentativa de reabilitação da memória dessa figura histórica como representante do prestígio cavaleiresco da dinastia de Avis.

130. Vejam-se *ibidem*, pp. 140, 156, n. 76-79; pp. 143, 158-159, n. 95 (sobre a teoria da naturalidade portuense de Magriço), Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 141-144 e João Ferreira da Fonseca, *Álvaro Gonçalves Coutinho*.

131. Jorge Dias, *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, 1986, p. 31.

132. Aquilino Ribeiro, «As Beiras sob o Ponto de Vista Etnográfico», 1941, p. 229.

133. B. M. Costa da Silva, *Estudantes de Coimbra: Episódios Burlescos, Costumes Populares Nacionais*, 1903, p. 26.

exemplo, um restaurante e um agrupamento de escolas com o nome Magriço, homenageou o cavaleiro com uma estátua numa das suas rotundas.

Os historiadores<sup>134</sup> que estudaram a relação quinhentista que dá origem ao episódio perguntam-se se a mesma será uma lenda inspirada nos modelos tardios da cultura cavaleiresca ou se corresponderá à expressão literária de acontecimentos cuja historicidade se teria como certa ou provável,<sup>135</sup> podendo assim ser comparada aos romances de cavalaria e ser indagada quer relativamente à sua intenção ou à mentalidade/ideologia que se lhe encontra subjacente, quer ao seu estatuto de documento histórico. No entanto, os seus dois protagonistas, Magriço e Álvaro Vaz de Almada, não poderiam ter participado na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Carlos Riley<sup>136</sup> conclui que a narrativa ‘original’ quinhentista, cujas condições de produção são desconhecidas, não é uma fonte histórica e que o facto de a partir do século XVII a historiografia portuguesa tentar atribuir uma lista de intervenientes reais à fictícia defesa das nobres inglesas demonstra “a função prestigiante que a narrativa parece ter desempenhado dentro de alguns sectores da nobreza portuguesa no que diz respeito ao prestígio linhagístico [...] pretend[endo-se] enriquecer e prestigiar a memória familiar das linhagens de que esses cavaleiros eram representantes”,<sup>137</sup> chegando autores mais tardios a tentar identificar essas famílias, nomeadamente Louis Adrien Duperron de Castera na sua tradução de *Os Lusíadas* para francês (1735).<sup>138</sup> Nos seus comentários a *Os Lusíadas*, Manuel Correia adiciona João Pereira Agostinho à lista dos Doze,<sup>139</sup> e em 1623 Francisco Soares Toscano, nos seus *Paralelos de Príncipes e Varões Ilustres Antigos*, junta ao rol o nome de “Vasqueanes da Costa Real”.<sup>140</sup> Nos seus comentários a *Os Lusíadas* (1639-1640), Manuel de Faria e Sousa, que residiu durante grande parte da sua vida em Castela, desenvolve, em língua castelhana, tal como Jacinto Cordeiro, um projecto de cariz nacionalista, recentemente estudado por Jonathan William Wade,<sup>141</sup> e refere um cavaleiro da família Corte Real que combate com um inglês em Portugal, sem que qualquer Corte Real seja incluído no rol dos Doze. Das obras a que tivemos acesso, a primeira a listar na totalidade os doze paladinos, com informação biográfica sobre eles, é *Anales de Flandes* (1624), de Manuel Soeiro:

Alvaro Vazquez d’Almada, y su sobrino Alvaro d’Almada, à quien por su destreza llamavan el justador; [também referido por Manuel de Faria e Sousa];<sup>142</sup> Lope Fernandez Pacheco [...], Pedro Homem

134. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, p. vi e Carlos Riley, *op. cit.*, p. 5.

135. *Ibidem*.

136. *Ibidem*, pp. 6-7.

137. *Ibidem*, p. 67.

138. Camões, *La Lusíade du Camoens: Poeme Heroique sur la Découverte des Indes Orientales*, trad. Duperron de Castera, vol. 1, 1768, p. 252.

139. Camões, *Os Lusíadas do Grande Luís de Camões Príncipe da Poesia Heróica. Comentados pelo Licenciado Manuel Correia*, p. 176.

140. Francisco Soares Toscano, *Paralelos de Príncipes e Varões Ilustres muito Antigos*, 1733, cap. 85, p. 193, cap. 78, pp. 175-176, cap. 108, p. 239, respectivamente.

141. Jonathan William Wade, *op. cit.*, pp. 85-157. Nas pp. 86-87, o autor afirma que “the Spanish language masked the Portuguese identity of his works, allowing Faria e Sousa, like many of his contemporaries, to promote a patriotic agenda in the language of the Empire and to spread the glories of his native land across the European landscape”.

142. Camões, *Os Lusíadas Comentados por Manuel Faria e Sousa*, colunas 112-113.

da Costa, Juan Pereira Agostin [...], Luis Gonçalvez Malafaya, Alvaro e Ruy Mendez de Cerveira, Ruy Gomez da Silva, Sueyro da Costa [...], y Martin Lopez de Azevedo, que todos fueron Cavalleros de singular esfuërço, y de que ay mucha mencion en las historias Portuguesas.<sup>143</sup>

Também Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo (1744-1822) acrescenta ao rol Lopo Fernandes Pacheco, avô do Fernandes Pacheco da lista, descrevendo-o como “um dos cavaleiros da Taboa Redonda, que foram despicar as damas a Inglaterra”.<sup>144</sup> O mito literário popularizado através da epopeia camoniana é assim apropriado por várias famílias e ‘complementado’ sucessivamente por autores que alargam a proveniência geográfica dos Doze para fora da Beira Interior, como acontece nos comentários de Manuel de Faria e Sousa,<sup>145</sup> na *Poblacion General de España*, de Rodrigo Mendez de Silva,<sup>146</sup> e mais recentemente no artigo de Manuel V. Veiga Casal «Seia e os Doze de Inglaterra»,<sup>147</sup> que associa o episódio a essa localidade. Artur de Magalhães Bastos recorre aos estudos de Teófilo Braga<sup>148</sup> e refere a hipotética existência de um desaparecido «Catálogo dos Doze de Inglaterra» na livraria do conde de Vimieiro que terá listado pela primeira vez os Doze e servido de base para as listas do século XVII.<sup>149</sup> A referida lista poderá ainda ter como origem a distorção de certas passagens das crónicas de Zurara,<sup>150</sup> que referem a participação de João Pereira, Álvaro Mendes Cerveira,<sup>151</sup> Rui Mendes de Cerveira<sup>152</sup> e Soeiro da Costa<sup>153</sup> na Guerra dos Cem Anos. Já Riley conclui que os nomes citados pelo referido cronista

não correspondem aos da geração envolvida nos conflitos militares das últimas décadas do século XIV em Portugal, o que aliás, é extensivo a todos os nomes acrescentados à lista dos 12 de Inglaterra, cuja interpolação se torna, assim, manifestamente contraditória com o teor da narrativa [quinhentista], que explicita terem estes cavaleiros militado nas guerras e campanhas anglo-portuguesas contra os Trastámaras. De igual forma, muitos destes nomes (Almada, Malafaia, Cerveira, Sueiro da Costa) indicam famílias cuja proveniência regional não corresponde à zona beirã enfatizada [na narrativa quinhentista]. [...] A narrativa dos Doze da Inglaterra parece, pois, ter desempenhado uma importante função amplificadora do prestígio das linhagens e membros da reestruturada camada

143. Manuel Soeiro, *op. cit.*, p. 27.

144. Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases Que em Portugal Antigamente Se Usaram e que Hoje Regularmente Se Ignoram*, vol. 1, 1966 [1748], p. 325.

145. Camões, *Os Lusíadas de Luís de Camões, Comentados por Manuel de Faria e Sousa*, p. 113, que localiza alguns dos cavaleiros na zona de Entre-Douro-e-Minho, região por excelência da nobreza associada ao berço das mais remotas linhagens de Portugal (veja-se José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, 1981, pp. 287-311).

146. Rodrigo Mendes de Silva, *Población General de España: Sus Trofeos, Blasones y Conquistas Heroicas*, 1645, p. 151: “Reynando Don Iuan Primeiro, año 1390 salieron de Seya, Liñares, Govea, Celorico, Trancoso, Melo y Piñel, com beneplacito suyo, à Inglaterra, convocados de Iuan de Gante, Duque de Lencastre, doce valerosos Cavalleros”.

147. Manuel V. Veiga Casal, «Seia e os Doze de Inglaterra», 1941-1942, pp. 22-25 e 34-36.

148. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa: Camões*, pp. 505-506 e *idem*, *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, vol. 2, 1995, p. 335.

149. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 57-58.

150. Carlos Riley, *op. cit.*, pp. 71-72.

151. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, 1915, pp. 263-264.

152. *Idem*, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, 1997, pp. 316-317.

153. *Ibidem*, pp. 516-517 e *Crónica dos Feitos da Guiné*, 1989, p. 99.

senhorial portuguesa que, em torno da figura e reinado de D. João I, começam a adquirir alguma proeminência social.<sup>154</sup>

Os nomeados na relação quinhentista original são apenas Pedro Homem, os Pachecos, Álvaro Vaz de Almada e Álvaro Gonçalves Magriço, sendo a lista de cavaleiros mais popular e utilizada, de acordo com as sínteses de João Teixeira Soares e de Carlos Riley,<sup>155</sup> a seguinte: 1) João Pereira Agostinho, 2) Álvaro de Almada, o justador, 3) Luís Gonçalves Malafaia, 4) Álvaro Mendes Cerveira, 5) Rui Mendes Cerveira, 6) Rui Gomes da Silva, 7) Soeiro da Costa, 8) Martim Lopes de Azevedo, 9) Pedro Homem da Costa,<sup>156</sup> 10) “hum Pacheco” na narrativa quinhentista, que, mais tarde é definido como Lopo Fernandes Pacheco,<sup>157</sup> 11) Álvaro Vaz de Almada<sup>158</sup> e 12) Álvaro Gonçalves Coutinho (Magriço).<sup>159</sup> João Teixeira Soares refere ainda os ‘supranumerados’ João Fernandes Pacheco e Vasco Anes Corte Real.<sup>160</sup>

O poema de Teófilo Braga coloca Magriço entre os membros da Ala dos Namorados, no entanto o cavaleiro seria demasiado jovem para ter participado nas campanhas militares do duque de Lencastre durante as guerras joaninas, após as quais, de acordo com a *Crónica de D. João I*, de Zurara, John of Gaunt terá elogiado a flor da cavalaria portuguesa personificada pelo pai de Álvaro Gonçalves Coutinho,<sup>161</sup> auto-imagótipo e gesto que aliás são ficionalizados na tradição dos Doze, como veremos, estando mesmo na origem do pedido que dá lugar à viagem dos protagonistas. Há, no entanto, um acontecimento no âmbito das relações entre Portugal e a Borgonha que poderá ter influenciado o mito dos Doze ou reforçado a sua verosimilhança, pois apresenta várias semelhanças com o seu enredo, nomeadamente com a expedição ao Norte da Europa e com o excelente desempenho militar de Magriço ao serviço de João sem Medo. Quer a viagem de D. Pedro (1425-1426) e a sua estada no ducado da Borgonha, quer as tentativas de D. João I para casar a sua filha Isabel com Filipe, o Bom, bem como o casamento (1430), revelam a importância das relações entre Portugal e o ducado da Borgonha, que, tal como a aliança anglo-portuguesa, datam da participação de cruzados norte-europeus na conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, ele próprio neto do duque da Borgonha. As relações entre Portugal e o ducado da Borgonha são reforçadas, desde cedo, pelos casamentos da princesa Teresa (Matilde), filha de D. Afonso Henriques, com Filipe da Alsácia, em 1184, e de D. Fernando, filho segundo de D. Sancho I, com a princesa Joana da Flandres (1212), e é na sequência desse casamento que inúmeros comerciantes portugueses

154. *Ibidem*, pp. 73-74.

155. *Ibidem*, pp. 65-160 e João Teixeira Soares, *op. cit.*, pp. 454-466.

156. Para um estudo biográfico, veja-se Carlos Riley, *op. cit.*, pp. 84-92, de acordo com quem o tio de Pedro Homem, Fernão Nunes, aparece igualmente listado como um dos Doze a partir do século XVII.

157. *Ibidem*, pp. 93-104; Riley estuda a família Pacheco e avança outras interpretações.

158. Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. 3, 1973, pp. 270-273, Alberto Pimentel, *op. cit.*, pp. 143-144 e Carlos Riley, *op. cit.*, pp. 105-127.

159. Sobre a família do cavaleiro, vejam-se António Machado de Faria (ed.), *Livro de Linhagens do Século XVI*, 1956, pp. 186, 189 e Carlos Riley, *op. cit.*, pp. 128-160.

160. João Teixeira Soares, *op. cit.*, pp. 461-466.

161. Riley, *op. cit.*, pp. 129, 145, e João Gouveia Monteiro, «A Campanha Anglo-Portuguesa em Castela, em 1387: Técnicas e Táticas da Guerra Peninsular nos Finais da Idade Média», 1995, pp. 89-112.

se instalam na Flandres, tal como viria a acontecer em 1430, quando Isabel de Portugal, filha de D. João I, casa com João sem Medo, ambos personagens do mito dos Doze. Torna-se, portanto, evidente que o episódio surge fortemente associado a duas estratégicas alianças de Portugal, nomeadamente com a Inglaterra e com o ducado da Borgonha, e as andanças de Magriço ao serviço do duque da Borgonha influenciaram o mito, sobretudo no que diz respeito aos torneios e ao estatuto militar conquistado no estrangeiro. É aliás durante esse período que se consolidam a Casa de Avis e o ducado da Borgonha.

No âmbito da Guerra dos Cem Anos, também João sem Medo (Borgonha) disputa o poder com Luís de Orleães (Armagnac) e é apoiado pelo rei inglês, Henrique V. Nessa altura surge também uma das maiores figuras míticas francesas, Joana d'Arc, ou seja, como também os Doze comprovam, o ambiente bélico, a consolidação de novas alianças e as lutas pelo poder são propícios à criação de mitos. O duque da Borgonha necessita de homens-de-armas e recruta alguns em Portugal, sendo nesse contexto que, em 1411, Álvaro Gonçalves Coutinho viaja para o ducado da Borgonha, na companhia do seu escudeiro Rodrigo Eanes, e aí permanece até 1419, como militar e camareiro de João sem Medo e, mais tarde, de Filipe, *o Bom*. Durante a sua estada terá intercedido pelos interesses dos mercadores lusos na Flandres<sup>162</sup> e é elogiado pelo conselho do conde da Borgonha.<sup>163</sup> De acordo com uma tradição infundada, Magriço teria fugido de Portugal após assassinar um porteiro da câmara de D. Duarte. Por se encontrar no estrangeiro, como o mito dos Doze ficcionaliza, Álvaro Gonçalves Coutinho não participa na tomada de Ceuta (1415), mas regressará a Portugal em 1430, o ano do casamento de Filipe, *o Bom*, com a infanta Isabel,<sup>164</sup> facto que revela mais uma anacronia no mito, pois o Magriço ficcional vai de Londres à Flandres para auxiliar o casal.

As descrições cronísticas borgonhesas que citamos de seguida apresentam vários paralelos com o combate ficcional de Londres, pelo que a tradição dessas histórias poderá facilmente ter influenciado a construção do episódio dos Doze e contribuído para a auto- e hetero-imagem dos portugueses como valorosos homens-de-armas no estrangeiro. No início de 1415, para celebrar a paz entre borgonheses e Armagnacs, bem como a vitória de Carlos VI, Magriço participa numa justa em Bar le Duc. O cronista Jean Le Fèvre (c. 1395-1468) descreve o confronto dos cavaleiros franceses e portugueses na sua *Chronique de Jean Le Fèvre*, no capítulo 61, intitulado “De plusieurs armes qui se fierent, en divers lieux, entre Franchois et Portingallois [...]”. Lutaram nessa justa:

deux chevaliers, l'un du royaume de Portingal, nommé Alvaro Gontinge [Coutinho]; et le Franchois fut messire Glugnet de Brabant. Au jour de leurs armes, furent très bien acompaigniés de chevaliers,

162. AA.VV, *Monumenta Henriciana*, vol. 2, 1960, pp. 39-47.

163. Cf. Jacques Paviot, «Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> Siècle. Essai de Synthèse», 1989, pp. 121-143 e *idem*, *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> Siècle (1384-1482): Recueil de Documents Extraits des Archives Bourguignonnes*, 1995, pp. 190-191.

164. *Ibidem*, pp. 136-137. Sobre a acção de Magriço na Flandres, veja-se também a carta de privilégios dada por João Sem Medo aos mercadores portugueses, entre os quais Álvaro Coutinho, em Gand, no final de 1411 [João Martins da Silva Marques (ed.), *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a Sua História*, vol. 1, 1988, pp. 83-85, Jacques Paviot, «Portugal et Bourgogne», 1989, pp. 121-143 e *idem*, *Portugal et Bourgogne*, pp. 25, 166, 177-178, 190-191].

escuiers et pluseurs aultres. Or, devoient combattre les deux chevaliers de get de lances, de hache, espée et daghe. Et quant ce vint à l'heure de l'assembler, bastons visitez et mesurez, cris, deffensives et aultres sérimonies acomplies, messire Glugnet yssit de son pavillon, tenant sa lance en sa main, garni de ses aultres bastons; et véant celui à qui il devoit faire ses armes, lequel avoit la visière levée, pour plus aysément faire le get de la lance, messire Glugnet marcha grant pas contre son homme, et tant qu'il l'ala quérir assez près de son pavillon; et de si près hasta le Portingalois qu'il n'eust pas espasse de gecter sa lanche. Et aussi messire Glugnet laissa cheoir la sienne; et assemblèrent à combattre de haches. Et assist, premiers, messire Glugnet sur son compaignon lequel fist une démarche pour clore sa visière, puis combattirent seulement deux ou trois coupz et non plus, pour ce que le duc de Bar, leur juge, jecta le baston; et ainsi furent prins à l'onneur de l'un et de l'autre.

Se a participação regular em actividades lúdicas paramilitares como justas e combates permite aos cavaleiros apurar e exhibir capacidades marciais, adquirir experiência, medir forças e obter benesses,<sup>165</sup> a viagem de Magriço pela Europa continua, e os combates festivos que se seguem têm lugar em Paris: “après icelles armes faictes à Bar le Duc, les dessusdis messire Alvaro Gontinge [Coutinho] et aultres Portingallois allèrent à Paris, où pluseurs armes commencèrent à faire des Portingallois contre Franchois”. A crónica informa que três portuguesas (Álvaro Gonçalves Coutinho, Pedro Gonçalves Malafaia e Rui Mendes de Cerveira) são convidados a lutar contra outros tantos franceses, e Magriço enfrenta François de Grignaulx:

en après, Maurigon et la Rocque allèrent aidier à messire François de Grignaulx, qui combattoit le chevalier Portingalois. Si se trouvèrent les trois François sur le chevalier de Portingal, lequel combatty les trois. Mais, en combatant, d'un tour de bras que Maurigon luy bailla, il le feist cheoir à terre. Si furent les armes acomplies si comme vous advez oy. Toutefois, il fut demandé au chevalier Portingalois auquel des Franchois s'estoit rendu, et il respondy que il s'estoit rendu à eulx trois ; et véritablement il acquist, non obstant sa fortune, grant honneur, ce jour, en tant que pluseurs le tenoient le plus vaillant des vj.<sup>166</sup>

Esses combates aproximam-se dos confrontos ficcionais londrinos, e Magriço é também elogiado na referida fonte como o melhor dos cavaleiros portugueses. A biografia do jovem Coutinho é, desde cedo, marcada por vazios que vão sendo preenchidos com dados ficcionais e atribuídos a “antigas tradições”,<sup>167</sup> como, por exemplo, a identificação (errada) de Penedono como o seu local de nascimento, quando, de facto, é o seu pai quem aí terá nascido, e as propriedades que lhe são erradamente atribuídas: o Castelo de Penedono ainda hoje é conhecido como o ‘Castelo do Grã-Magrico’, tendo a Quinta (ou Casa) da Lage em São Miguel de Gémeos, Celorico de Basto, talvez pertencido ao seu irmão, Fernão Coutinho. De acordo

165. Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, p. 22.

166. Jean Le Fèvre, *Chronique de Jean Fèvre, Seigneur de Saint Remy*, vol. 1, 1876, pp. 205-210.

167. João Ferreira de Castro, *op. cit.*, pp. 37, 69.

com uma tradição local, a casa foi mandada construir por Magriço, que aí terá passado os seus últimos dias, versão que também encontra eco no conto infanto-juvenil *A Gesta de Magriço* (2000), de Alexandre Honrado, cujo narrador visita, com o tio, o túmulo de Magriço na igreja de Gémeos.<sup>168</sup> A fama do cavaleiro e o facto de essas propriedades pertencerem à família terão eventualmente dado origem às tradições que esquecem os demais Coutinhos, sobrepondo-se o mito à história. Magriço foi dono, sim, mas temporariamente (1430), da Quinta de Vale de Amores, em Gaia, entre outras terras.<sup>169</sup> O jovem Álvaro foi também mordomo da Casa Real em 1405-1406,<sup>170</sup> espaço em que a sua avó, D. Beatriz Gonçalves de Moura, foi aia de Filipa de Lencastre e da princesa Isabel, em que o seu pai foi copeiro-mor (1387), a tia Teresa Vasques Coutinho camareira-mor e uma outra tia, Leonor Vasques, uma das cinco donzelas da rainha. Para além de outros dados biográficos sobre Álvaro Coutinho que oportunamente iremos recuperando ao longo deste trabalho, os que acabámos de listar são alguns dos factos isolados (conhecidos) sobre essa figura histórica que sobreviveu sobretudo como personagem (literária) de um mito nacional. Se o referente histórico do outro protagonista dos Doze que referiremos de seguida, Álvaro Vaz de Almada, residiu em Inglaterra e teve, portanto, relações com esse país, mencionamos, meramente a título de curiosidade, que também a madrasta de Magriço nasceu nesse país devido às relações comerciais e diplomáticas anglo-portuguesas. Joana de Albuquerque casa em 1410 com Gonçalo Vasques Coutinho, e é filha ilegítima do mestre de Santiago, Fernando Afonso de Albuquerque, tendo nascido em Londres por volta de 1385, quando o seu pai e Lourenço Anes de Fogaça representavam D. João I na corte inglesa. Joana vem para Portugal ainda bebé, em 1386, ano em que o pai falece, pelo que a jovem é criada na corte, sob a protecção de D. João I.<sup>171</sup>

Ocupemo-nos brevemente da figura histórica que partilha o nome e traços biográficos com o segundo protagonista do mito dos Doze. A figura histórica Álvaro Vaz de Almada é neto de um famoso comerciante de Lisboa, Vasco Lourenço de Almada, e filho de João Vaz de Almada, mercador que apoiou a ascensão de D. João I e possibilitou assim também a afirmação da sua linhagem. João Almada comercializa com a casa real inglesa e disponibiliza-lhe transporte marítimo nas suas embarcações (1400-1412). D. João I envia inclusive João de Almada a Inglaterra como embaixador para preparar o casamento da infanta Beatriz com o conde de Arundel, em 1406, e posteriormente para adquirir trigo, e de novo em 1414 para comprar 400 lanças de cavalaria, provavelmente para a campanha de Ceuta, na qual o conselheiro do rei também terá participado, fornecendo uma galé. No ano seguinte, o próprio Álvaro Vaz de Almada voltará a adquirir seis arneses e 350 lanças de cavalaria para a mesma expedição.<sup>172</sup> O jovem Almada acompanha, aliás, o pai a Inglaterra e luta, por Henrique V, na Guerra dos Cem Anos, antes de regressar a Portugal em 1415. Nesse ano, Álvaro, então com

---

168. Alexandre Honrado, *A Gesta de Magriço*, 2000, pp. 7-8.

169. Vide Carlos Riley, *op. cit.*, anexo 14.

170. J. Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, 1965, doc. 5.

171. Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, p. 288.

172. *Ibidem*, p. 320.

vinte anos, e o seu irmão Pedro participam na conquista de Ceuta, e aí são ambos armados cavaleiros, respectivamente pelo infante D. Pedro e pelo infante D. Henrique. O poema narrativo de Teófilo Braga representa Almada ausente da “empresa tangitana”, mas é interessante a relação directa que o texto estabelece entre os Doze e a conquista de Ceuta, ecoando o envolvimento dos Coutinhos e dos Almadadas nesse episódio histórico. Pouco depois de 1415, o pai do jovem, João Almada, envolve-se num conflito com Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da Fazenda e conselheiro do rei, agredindo-o violentamente. Na sequência dessa transgressão, João Vaz é exilado com os seus dois filhos em Inglaterra e aí falece, tal como o seu filho Pedro, ao serviço do rei inglês no âmbito da Guerra dos Cem Anos, enquanto Álvaro regressa, e em Junho de 1423 é nomeado capitão-mor da frota/do Mar<sup>173</sup> por D. João I e integra o conselho régio, cargos que reforçam o seu prestígio e lhe garantem uma ‘posição’ nos famosos Painéis de São Vicente.<sup>174</sup>

De acordo com uma tradição não documentada, Álvaro Vaz de Almada terá viajado durante três anos com o infante D. Pedro e um grupo de mercenários, que estiveram durante algum tempo ao serviço do imperador Segismundo, visitando Inglaterra, Flandres (1425) e Colónia, Francoforte, Nuremberga, Ratisbona, Viena (1426) e Belgrado (1427), entre outras paragens italianas e espanholas onde combateram os inimigos do imperador. Na viagem de regresso de D. Pedro, em 1428, encontramos Álvaro Almada em Valência (talvez ido de Portugal) para tratar do casamento de D. Pedro e D. Isabel, filha do conde de Urgel, que teria lugar em Agosto desse ano. O jovem Almada regressa a Lisboa em Setembro desse ano, e aí permanece durante cerca de cinco anos. Em 1434-1435, comanda três embarcações num ataque a navios genoveses, como retaliação a um ataque anterior, e na viagem de regresso a sua pequena frota aporta em Ceuta. O cavaleiro é desafiado pelo capitão-mor da cidade a participar num combate contra os muçulmanos em Tânger e é aí quase capturado pelo inimigo. Álvaro Vaz de Almada casou duas vezes e teve vários filhos.<sup>175</sup> Em 1437 participou, como capitão-mor da frota, na companhia do marechal Vasco Fernandes Coutinho e de Gonçalo Coutinho, respectivamente irmão e sobrinho de Magriço, na fracassada expedição de Tânger, comandada pelo infante D. Henrique. No final de Agosto parte de Ceuta, por terra, um exército de 4000 soldados rumo a Tânger, enquanto Almada e D. Fernando se dirigem para esse destino de barco. Durante a primeira investida Álvaro Vaz é ferido e comanda, com o irmão de Magriço, “como notavees Cavaleyros”,<sup>176</sup> a artilharia, que embate contra o inimigo, tendo ainda liderado alguns ataques por terra para afastar o inimigo do arraial português, que é gradualmente encurralado. Após conversações que levam a um acordo humilhante, o exército luso é autorizado a partir de barco para Lisboa, enquanto D. Fernando permanece entre os reféns portugueses até que Ceuta seja entregue aos muçulmanos, o que nunca chega a acontecer,

173. Luís Miguel Duarte, «Crimes do Mar e Justiças da Terra», 1991, pp. 61-62.

174. Henrique Seruca, *Os Painéis de São Vicente*, 2013, pp. 177-178.

175. Álvaro Vaz de Almada casa com Isabel da Cunha, com quem tem cinco filhos [João de Abranches, Isabel da Cunha ou d'Abranches, Leonor da Cunha, Violante da Cunha e Brites da Cunha], e em 1445 casa com Catarina de Castro, com quem tem um filho, Fernando de Almada.

176. Rui de Pina, *Crónica de El-Rei D. Duarte*, 1914, p. 158.

tendo D. Fernando, o futuro (mítico) ‘santo mártir’, falecido em Junho de 1443, em Fez. Há, portanto, várias relações entre membros das famílias Coutinho e Almada, facto que reforça a nossa teoria da auto-mitificação por parte dos Coutinhos.

Em 1439 Álvaro Vaz de Almada é nomeado alferes de Lisboa e encabeça os apoiantes de D. Pedro, e, no ano seguinte, D. Afonso V nomeia-o alcaide-mor do castelo da cidade, cargo que lhe vale alguns desentendimentos com os moradores da capital. Após as cortes de 1439, tem início o confronto entre as forças do regente e as de D. Leonor; Álvaro Vaz prepara a defesa da capital em Novembro de 1440 e cerca o Castelo da Amieira, enquanto a rainha foge para Castela, onde é assassinada em 1445. Em 1441 inicia-se um período de paz no reino, e Almada viaja até Castela como espião de D. Pedro e posteriormente para Inglaterra, rumo à corte de Henrique VI, que apoia militarmente até Maio de 1445. Almada continua a actividade mercantil do seu pai com barcos próprios, o que leva Carlos Riley a caricaturar os Almadás como “cavaleiros anfíbios”,<sup>177</sup> uma imagem que Teófilo Braga sugerira ao relacionar a viagem dos Doze a Londres à conquista de Ceuta, em que participam alguns desses cavaleiros.

Em 1445, Álvaro Vaz recebe de Henrique VI de Inglaterra o título de primeiro conde de Avranches (Avranches), como recompensa pelos vários serviços prestados à coroa inglesa durante a ocupação da Normandia (1415-1450),<sup>178</sup> iniciada por Henrique V e continuada por Henrique VI. A 11 de Julho de 1445, é investido irmão e companheiro da Ordem da Jarreteira, também como recompensa do rei inglês pelo auxílio militar da família Almada e recebe em Agosto uma pensão anual vitalícia de 100 marcos. Álvaro Vaz de Almada torna-se assim cavaleiro do rei de Inglaterra, e essas ligações justificam também a presença da figura histórica no episódio dos Doze.<sup>179</sup> Tais recompensas devem-se ao facto de os reis ingleses necessitarem, em tempo de guerra (por exemplo com a França), da ajuda militar de cavaleiros estrangeiros, mantendo-os ligados à sua corte. Assim sendo, o número de cavaleiros estrangeiros em Inglaterra, bem como o de nomeados para a Ordem da Jarreteira, sobe nos reinados de dois reis-guerreiros, Eduardo III e Henrique V.<sup>180</sup> Dever-se-á também a Álvaro Vaz de Almada uma das únicas descrições medievais da capela de Henrique VI, pois por volta de 1445 o cavaleiro luso terá encomendado, para o rei de Portugal, a obra *Liber Regie Capelle*, a William Say, deão da capela real, que talvez tenha terminado a descrição por volta de 1449, encontrando-se a obra na Biblioteca Pública de Évora.<sup>181</sup> O cavaleiro terá regressado a Portugal no Verão de

177. C. Riley, «Da Origem Inglesa dos Almadás: Genealogia de Uma Ficção Linhagística», 1989, p. 162.

178. Cf. Anselmo Braancamp Freire, *op. cit.*, pp. 270-273, onde se pode ler que Álvaro Vaz de Almada abandona o patronímico após a instituição do seu título condal, passando a chamar-se D. Álvaro de Almada. O quinto conde de Almada (*Relação dos Feitos de Dom Antão de Almada: Oferecida ao Mui Alto Príncipe Senhor Dom Duarte*, 1940, p. 8) publica uma carta de Henrique VI (Westminster, 4-8-1445), na qual se lê: “considerando mais não só os grandes serviços prestados assi no tempo do reinado do Nosso Cristianissimo Progenitor de muita feliz memória, [...] dos serviços e dos méritos de que deu provas a Nós e aos Nossos Reinos. Nós o nomeamos Conde de Avranches do Nosso Ducado da Normandia”.

179. Carlos Riley, *op. cit.*, p. 120, n. 26. Veja-se ainda *idem*, «A Inglaterra como Espaço de Projecção da Memória e Imaginário Linhagístico da Família Almada», 1988, pp. 161-171.

180. Hugh E. L. Collins, *The Order of the Garter, 1348-1461: Chivalry and Politics in Late Medieval England*, 2000, pp. 60-62.

181. A *Liber Regie Capelle* é publicada em 1961 por W. Ullman (Londres, Henry Bradshaw Society); veja-se Robert Nosow, *Ritual Meanings in the Fifteenth-Century Motet*, 2012, pp. 8-9.

1444. Dois anos depois encontra-se com a corte em Évora na qualidade de conselheiro do rei e, em 1448, em Ceuta, para socorrer a cidade durante um cerco muçulmano, altura em que Afonso V e o infante D. Pedro entram em conflito, levando muito provavelmente ao regresso de Almada a Portugal, no final de Setembro, para defender D. Pedro. Não tendo o primeiro encontro com o monarca surtido qualquer efeito, Almada dirige-se, juntamente com o infante D. Henrique, para o ducado de Coimbra, para se juntar a D. Pedro. Em Dezembro desse ano, Álvaro de Almada é então substituído como alcaide e couteiro-mor de Lisboa, encontrando-se D. Pedro cada vez mais isolado, pois os seus irmãos juntaram-se ao rei. Vaz de Almada aconselha D. Pedro a confrontar o monarca em Santarém e profere o seu famoso discurso de motivação que expressa o ideal de cavalaria então vigente, e que se coaduna com a sua caracterização apresentada no mito dos Doze:

Antes morrer grande e honrado, que vyver pequeno e deshonorado, e que pera ysso vistissem todos, os corpos de suas armas, e os corações armassem pryncipalmente de muyta fortalleza, e que se fossem camynho de Santarem nam como gente sem regra desesperada nem leal, mas como homens d'acordo, e que hiam sob a governança e mando, de hum tal pryncepe e tal Capytam, que a ElRey seu Senhor sobre todos era mais leal e servydor mais verdadeiro, e que mandasse a ElRey pedir e requerer, que com justiça o ouvsse com seus Ymigos, que lhe tam sem causa tanto mal hordenavam, ou lhe desse com elles campo, em que de suas falsydades e enganos, elle por sua lympeza e lealdade faria que se conhecessem e desdysessem. E que quando ElRey alguma destas cousas nom ouvesse por bem, e todavia quysesse vir sobre elle, que entam defendendosse morressem no campo como bons homens e esforçados cavalleiros.<sup>182</sup>

Ao consciencializarem-se da impossibilidade do sucesso face às tropas do rei, os dois amigos fazem um pacto de sangue e de morte, consagrado através de uma missa, que estipula que se um morrer em batalha logo o outro encontrará forma de também falecer, evitando assim ser capturados e executados. Como recorda Tiago Viúla de Faria,<sup>183</sup> para os membros da Ordem da Jarreteira fugir à guerra era uma desonra que levaria à expulsão da ordem. Falecem os dois amigos na Batalha de Alfarrobeira, em 1449, primeiro o infante, e depois Álvaro Vaz de Almada, que terá proferido as famosas palavras “é fartar, rapazes”, ou, como afirmam outros autores, “vingar, vilanagem”<sup>184</sup> antes de morrer e ser decapitado. O seu corpo só será sepultado mais tarde quando o seu meio-irmão, o vedor-régio João Vaz de Almeida, conseguir do rei autorização para tal. Posteriormente, os restos mortais de Álvaro Almada são trasladados para a capela dos Almadás, no Mosteiro de São Francisco, onde são enterrados em campa rasa, com uma lápide em que se encontra gravado o seguinte epitáfio: “Aqui jaz um cristão”, que se destinaria a apagar a sua “má morte”.<sup>185</sup>

182. Rui de Pina, *Crónica de El Rei D. Afonso V*, 1901, p. 96.

183. Tiago Viúla de Faria, «Pela “Santa Garrotea”», pp. 80-86.

184. Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, p. 352.

185. *Ibidem*.

Como já vimos, são várias as estratégias para construir a ideia-sentimento de identidade nacional; por exemplo, a bandeira, os feriados, as festividades e os mais variados símbolos nacionais, tendo Álvaro Vaz de Almada ilustrado a nota de cinco escudos na segunda década do século XX. O famoso cavaleiro foi também biografado e apresentado pela imprensa portuguesa no século XIX como “um dos mais assinalados Fidalgos que na Europa acreditarão pelas armas o nome Portuguez”,<sup>186</sup> e um dos Doze, referindo essas minibiografias o combate londrino dos Doze como real. A imagem de Álvaro de Almada como “valeroso cavallero”<sup>187</sup> é-lhe reconhecida ainda em vida em Portugal e no estrangeiro, pelo que não é de estranhar que o famoso e “valeroso” cavaleiro que esteve, de facto, em Inglaterra e aí foi agraciado pelo rei, seja transformado em personagem do mito criado pela família Coutinho como estratégia de autoglorificação, como veremos. Aliás, a fama generalizada de Almada e as suas ligações à Inglaterra confeririam ao mito familiar o ‘efeito do real’,<sup>188</sup> ou seja a ilusão da verdade histórica, e aos próprios Coutinhos, por via de Magriço, um ainda maior estatuto social. O título nobiliárquico de Vaz de Almada é referido ao longo dos séculos e serve também para, por arraste, glorificar Magriço, como acontece logo no subtítulo de «Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses: Algumas Coisas que Fizeram o Conde de Abranches Dom Álvaro de Almada e Álvaro Gonçalves Magriço e outros Cavaleiros Portugueses em França e Basileia e algumas em Alemanha». A associação entre os dois protagonistas do mito é feita, por exemplo, no referido subtítulo e na comédia *A Herança do Chanceler* (1855), de José da Silva Mendes Leal Júnior: “Fui-me então de terra em terra,/Até entrar ao serviço/De D. Alvaro, o Magriço,/Um dos doze de Inglaterra. Sabes o caso. A chibança/D’este brio portuguez/Deu tal voz que el-rei francez [inglês]/Fez um d’elles conde de França”.<sup>189</sup>

Como veremos de seguida, tal como acontece com as origens dos Coutinhos e de inúmeras outras linhagens, os primórdios da família de Álvaro Vaz de Almada são também ficcionalizados. Em 1600, Duarte Nunes de Leão apresenta, na *Primeira Parte das Crônicas dos Reis de Portugal*,<sup>190</sup> como os primeiros membros da família os cruzados anglo-normandos que apoiaram D. Afonso Henriques e que se estabeleceram depois em Almada, de onde adviria o apelido. As famílias de ambos os protagonistas do mito de que nos ocupamos recorrem ao processo de ficcionalização linhagística, sendo os Almadadas representados na literatura linhagística como detentores de antepassados estrangeiros e ancestrais,<sup>191</sup> quando a sua estruturação linhagística e a tradição de fidalguia datam do início da dinastia de Avis.<sup>192</sup> Tal como os Coutinhos, é também durante as guerras joaninas que os Almadadas encontram a via de acesso

186. Anónimo, «Biographia: D. Álvaro Vaz de Almada», 1841, pp. 28-30.

187. Manuel de Faria e Sousa, *África Portuguesa*, 1681, p. 33 e Damião António Lemos, *História Geral de Portugal e Suas Conquistas*, tomo 6, 1787, p. 283. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, tomo 2, 1708, p. 60, refere-o como “hum dos mayores Varoens deste Reyno”.

188. Roland Barthes, «L’Effet de Réel», 1968, pp. 84-89.

189. José da Silva Mendes Leal Júnior, *A Herança do Chanceler*, 1855, p. 20.

190. D. Nunes de Leão, *Primeira Parte das Crônicas dos Reis de Portugal* 1, 1774, pp. 127-128.

191. Sobre os arquétipos do antepassado mítico e do herói vindo ‘de fora’, vejam-se Georges Duby, *Hommes et Structures du Moyen Âge*, 1973, pp. 296-297 e Gilbert Durand, *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, 1986, pp. 9-21.

192. Carlos Riley, «Da Origem Inglesa dos Almadadas», pp. 153-157.

à fidalguia e aos círculos da Corte, quando D. João arma o pai de Álvaro Vaz de Almada, João Vaz de Almada, cavaleiro em Aljubarrota. Carlos Riley<sup>193</sup> sugere uma associação tardia do nome de Álvaro Almada à tradição oral (inicial) dos Doze, com o objectivo de glorificar a memória do cavaleiro cujas façanhas eram, de facto, associadas a Inglaterra, e um dos motivos possíveis que o historiador avança para essa adição posterior é a origem geográfica (diferente) dos Almadadas, que residem em Lisboa, quando as outras três famílias identificadas inicialmente na relação quinhentista — os Coutinhos, Pachecos e os Homens — são oriundas da zona da Serra da Estrela.

Com base nesta informação sobre as duas figuras históricas que fornecem o nome e alguns traços biográficos aos dois protagonistas do mito dos Doze, analisaremos de seguida a rede intertextual e multissecular ao longo da qual os dois cavaleiros ganham forma literária através dos mundos possíveis criados por autores como Camões, Garrett e Teófilo Braga.

### 2.3. OS PRINCIPAIS TEXTOS ANTERIORES AO POEMA NARRATIVO DE TEÓFILO BRAGA

De quantas donzelas de vós foram já amparadas?  
Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça*, 1996, p. 66

São vários os textos que, entre os séculos XVI e XXI, revisitam os Doze, sendo nosso objectivo estudar o exercício intertextual sobretudo ao nível temático em torno do mito até à publicação de *DI*. O processo de diálogo entre as diversas obras é conseguido através de artifícios premeditados, como a reelaboração de motivos literários e o pastiche, ou seja, a imitação criativa de um texto preexistente.<sup>194</sup> Como veremos ao longo da segunda parte, a característica mais original de *DI* é, não o enredo, mas sim a forma como Teófilo Braga convoca e funde diversos mitos e tradições em prol da causa nacional(ista) para produzir um texto ideologicamente carregado de símbolos que informam e sustentam a mitificação dos chamados ‘Descobrimientos’ e a crítica à Grã-Bretanha durante a crise nacional causada pelo Ultimato.

Definimos intertextualidade<sup>195</sup> como a relação que dois ou mais textos estabelecem entre si ao nível da forma e do conteúdo, e tendo presente o jogo de paráfrase e até de decalque que os textos de que nos ocupamos fazem de versos, de termos e de imagens do canto VI de *Os Lusíadas*, recordemos Mikhail Bakhtin ao afirmar que a analogia da palavra com o mundo social torna qualquer texto dialógico através das relações estabelecidas com discursos anteriores

193. *Ibidem*, p. 169.

194. De acordo com Carlos Ceia, *O Que É Afinal o Pós-Modernismo?*, 1998, pp. 49-50, 52-56, o pastiche imita criativamente, referencia e transcreve, mas não deforma, não censura e não desenvolve um texto preexistente, mas conserva a ideologia do texto-objecto e retém a maior parte possível da massa da narrativa que imita (*ibidem*, p. 54).

195. Vide AA. VV., *Poétique: Intertextualidade*, n. 27, 1979, Gérard Genette, *Palimpsestes: La Littérature au Second Degré*, 1982, pp. 7-16 e Graham Allen, *Intertextuality*, 2001, pp. 8-60, 76-88.

e posteriores,<sup>196</sup> ideia desenvolvida por Julia Kristeva ao defender que o texto se constrói com base num discurso social e cultural preexistente com o qual se relaciona. Também na longa tradição textual do mito dos Doze se dá “a permutation of texts [...], several utterances, taken from other texts, [which] intersect [...] one another”,<sup>197</sup> fenómeno que, juntamente com as inúmeras lendas e narrativas medievais presentes nessas obras, torna o mito um ‘*texte scriptible*’,<sup>198</sup> que, por sua vez, é alvo das interpretações do ‘receptor’<sup>199</sup> culturalmente competente. Ao longo de cinco séculos, os sucessivos textos vão rentabilizando temas e motivos literários que fazem parte do imaginário do episódio e exigem, de certa forma, um leitor informado<sup>200</sup> que identifique inovações e vazios premeditados, partindo os vários autores talvez do princípio de que a história em questão é sobejamente conhecida para permitir a omissão de determinados elementos, como o agravo das damas, por exemplo.

Ao longo dos séculos, o episódio dos Doze, enquanto mito nacional, ao ficcionalizar aventuras de figuras históricas, partilha características com o romance histórico e dá origem à ‘fricção’ entre ficção e realidade [f(r)icção].<sup>201</sup> O conceito de *faction*, utilizado na crítica literária para referir o romance histórico — enquanto subgénero híbrido que assenta na tensão premeditada entre realidade e ficção —, torna-se também útil para analisarmos o mito dos Doze, sobretudo no que diz respeito à sua actualização em tempos mais recentes. Neil McEwan defende, a propósito do conceito de ‘romance não ficcional’, que o termo sinónimo *faction* é insatisfatório, pois todo o texto literário acaba por ser ficção, ou seja, apesar de os acontecimentos históricos fazerem parte da intriga, esta última é fruto da imaginação criativa do escritor, concluindo: “the history and the fiction cannot be judged apart, and this sort of writing will never satisfy purists”.<sup>202</sup> No entanto, o leitor informado de qualquer representação literária do mito tem presente, no seu horizonte de saberes e de expectativas, a existência de referentes extratextuais verificáveis que sustentam parte da rede de significações desses textos ficcionais, os quais não devem ser considerados reflexos exactos da realidade, como continuam ainda a ser por alguns autores. O já referido jogo de fricção levar-nos-á para o campo da ficcionalização (ou do aproveitamento) da história,<sup>203</sup> assentando essa ‘fusão de factos com a ficção’ também na propensão narrativa da historiografia,<sup>204</sup> e, como veremos, a proeminência

196. Cf. Mikhail Bakhtin, *The Dialogic Imagination: Four Essays*, 2000, pp. 3-40.

197. Julia Kristeva, *Desire in Language*, 1980, p. 36. Consultem-se também David Lodge, *Language of Fiction*, p. 279 e *idem*, *Working with Structuralism*, 1981, pp. 3-4.

198. Cf. Roland Barthes, *S/Z*, 1974, pp. 4-5. U. Eco, *Apostillas a El Nombre de la Rosa*, 2000, p. 17, denomina ‘efeito poético’ a capacidade do texto polissémico para gerar leituras plurais, sem se esgotar.

199. Sobre essa questão, vejam-se Wolfgang Iser, *The Implied Reader: Patterns of Communication in Prose Fiction from Bunyan to Beckett*, 1974, pp. 31-33 e Frank Kermode, «Secrets and Narrative Sequence», 1981, pp. 82-83, 91.

200. S. E. Fish, *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*, 1980, p. 48.

201. Sobre a metáfora e o fenómeno literário da chamada f(r)icção, veja-se, por exemplo, Charles Blackstone e Jill Talbot (eds.), *The Art of Friction: Where (Non)Fictions Come Together*, 2008.

202. Neil McEwan, *Perspective in British Historical Fiction Today*, 1987, p. 184 e Carlos Reis e Ana Lopes, s.v. «Romance Histórico», 1994, p. 369.

203. Vide James Kerr, *Fiction Against History: Scott as Storyteller*, 1989, p. 1, Helena Carvalhão Buescu, «Heróis, Romances e Histórias: A Propósito do Presbítero Eurico», 1992-1994, pp. 193-206, Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, 1999, p. 9, *idem*, *Um Poço sem Fundo*, pp. 11-63 e Rogério Miguel Puga, *O Essencial sobre o Romance Histórico*, 2006.

204. Sobre as características da narrativa/representação historiográfica que a aproximam e afastam da narrativa literária,

do passado e a consciência histórica no mito dos Doze concorrem para a exploração de características (ou auto-imagótipos históricos) do chamado ‘sentimento nacional’. Recordemos que Fleishman, Wesseling e Vanoosthuysse<sup>205</sup> caracterizam o romance histórico como híbrido devido à relação metafórica que a intriga estabelece com os acontecimentos históricos, enquanto, segundo Doležel, “fictional *poiesis* constructs a possible world that did not exist prior to the act of writing, [and] historical *noesis* uses writing to construct models of the past that exist (existed) prior to the writing”.<sup>206</sup> Essa característica específica do subgénero, que também encontramos no mito dos Doze, surge do jogo premeditado de interpenetração das duas esferas que lhe conferem o carácter duplo (ficção e história) e, como afirma Carlos Ceia, nenhuma das “visões” presentes nos textos “é cientificamente histórica, no sentido em que o Autor não consegue, premeditadamente, fugir ao comentário ficcional dos factos narrados [...]. Por causa do incómodo amor à verdade objectiva, um historiador não pode falar da hipocrisia dos factos e das ideias de figuras no passado; tal prerrogativa pertence ao romancista”.<sup>207</sup> Teremos estas mesmas considerações em conta ao abordar as aventuras ficcionais de personagens que são, por vezes, interpretadas como figuras históricas.

O manuscrito quinhentista intitulado «Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses» (c.1550), composto por seis fólios de autor e data desconhecidos, não é um original, mas sim uma cópia/transcrição<sup>208</sup> que Carlos Riley considera uma versão refundida e adulterada de uma primitiva versão oral.<sup>209</sup> Ao estudar a nobreza estruturada em torno do poder dinástico saído da crise de 1383-1385, Riley confronta dados objectivos sobre os cavaleiros filhos segundos de famílias nobres ou recém-nobilitadas com a sua representação na narrativa que celebra o prestígio da nova casa real portuguesa no estrangeiro através dos feitos de armas aí praticados por alguns cavaleiros andantes.<sup>210</sup> «Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses» («CAFP»), cujo subtítulo destaca os dois nobres nomeados, refere, logo no início, a vitória da Batalha de Aljubarrota (14-8-1385) e o casamento de D. Filipa de Lencastre<sup>211</sup> com D. João

---

vejam-se O. Hayden White, *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*, 2000, pp. v-42, Robert H. Canary e Henry Kozicki (eds.), *The Writing of History: Literary Form and Historical Understanding*, 1978; Linda Hutcheon, *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*, 1988, Linda Proud, «Truth is no Stranger to Fiction», 2004, pp. 30-31, Ana Paula Arnaut, *Memorial do Convento: História, Ficção e Ideologia*, 1996 e idem, *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo*, 2002.

205. Avrom Fleishman, *The English Historical Novel*, 1971, p. 8, Elisabeth Wesseling, *Writing History as a Prophet: Postmodernist Innovations of the Historical Novel*, 1991, p. vii e Michel Vanoosthuysse, *Le Roman Historique: Mann, Brecht, Döblin*, 1996, pp. 15, 63.

206. Doležel, «Fictional and Historical Narrative: Meeting the Postmodernist Challenge», 1999, p. 262.

207. Carlos Ceia, *O Que É afinal o Pós-Modernismo*, pp. 69-70.

208. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 34-36 (veja-se *ibidem*, pp. 70-72, 78-79).

209. Também Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, p. 29, recorda que a maioria das narrativas medievais sobre cavaleiros era transmitida oralmente na corte e em casas senhoriais.

210. Carlos Riley, *op. cit.*, p. 9.

211. Sobre Filipa de Lencastre, consultem-se, entre outros, William J. Entwistle e P. E. Russell, «A Rainha D. Felipa e Sua Corte», 1940, pp. 317-346, Amélia Maria Polónia da Silva, «D. Filipa de Lencastre: Representações de Uma Rainha», 1986, pp. 297-313, Manuela Santos Silva, «Filipa de Lencastre e o Ambiente Cultural na Corte de Seu Pai (1360-1387)», 2007, pp. 245-258, *idem*, «Philippa of Lancaster, Queen of Portugal: Educator and Reformer», 2009, pp. 37-46, *idem*, «Um Reino, Uma Família, Um Herdeiro: os Primeiros Anos da Dinastia de Avis», 2010, pp. 16-27 e *idem*, *A Rainha Inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre (1360-1415)*, 2012.

I,<sup>212</sup> e, como observa Magalhães Basto,<sup>213</sup> o conteúdo da narrativa não corresponde em absoluto à sua epígrafe, enquanto Riley, como já vimos, avança a possibilidade de o autor dessa primeira versão ser o responsável pela interpolação tardia do trecho dedicado a Álvaro Vaz de Almada adicionado à narrativa inicial.<sup>214</sup>

O texto ‘original’ estudado e transcrito pela primeira vez por Magalhães Bastos e posteriormente por Riley,<sup>215</sup> encontra-se anexo a uma cópia quinhentista da segunda parte da *Crónica de D. João I* incluída num códice da Biblioteca do Convento de Santa Cruz, que é transferida em 1833, por Alexandre Herculano, de Coimbra, centro de difusão inicial do tema, para a Biblioteca Municipal do Porto, onde é descoberta por Magalhães Basto,<sup>216</sup> que a publica dividida em três momentos (I — O torneio de Londres; II — O Duelo do Conde de Avranches em Basileia; III — O Magriço e a Condessa de Flandres) e acompanhada de um estudo.<sup>217</sup> O enredo da narrativa, à semelhança do que acontece nas obras posteriores, como o drama histórico de Jacinto Heliodoro Loureiro, *Álvaro Gonçalves o Magriço e os Doze de Inglaterra* (1846), tem lugar no início do reinado de D. João I “da boa memória”, logo após a vitória da Batalha de Aljubarrota, acontecimento que marca o início de uma nova dinastia e uma nova época na história de Portugal. A Batalha de Aljubarrota e a participação inglesa na mesma localizam a acção no tempo (1385-1387) e adensam o cariz anglo-português da obra, uma vez que a vitória lusa evita que Castela e França se unam contra a Inglaterra<sup>218</sup> e garante a independência portuguesa.

A breve narrativa quinhentista assemelha-se a um conto e assume-se, desde cedo, como um relato resumido de acontecimentos enriquecido pela vivacidade do discurso directo das personagens, o que concorreria para a chamada *willing suspension of disbelief*<sup>219</sup> e para o conseqüente ‘efeito do real’ que, em *Os Lusíadas*, Veloso enfatizará antes de narrar as aventuras dos Doze, estratégias importantes se tivermos em mente o objectivo do mito familiar, ou seja, o enaltecimento de Magriço e da família Coutinho, bem como de Álvaro Vaz de Almada, embora com menor intensidade, pois os seus feitos e títulos seriam suficientes para manter a memória do herói. De Lisboa, a acção de «CAFP» passa rapidamente, através de uma elipse, para Inglaterra, onde o duque ordena que se redija “huma Cronica das façanhas

212. Sobre as relações anglo-portuguesas no reinado de D. João I, desde as campanhas de John of Gaunt até ao casamento do rei com Filipa de Lencastre, vide *A Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, 1972, pp. xv-xvi, 31, 168-170, as já referidas obras de Tiago Viúla de Faria, Peter E. Russell, *A Intervenção Inglesa*, pp. 563-585 e B. Trowbridge, «English Intervention in Iberia during the Hundred Years War: The English Army and Expedition to Portugal in 1381-2», 2008.

213. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 15-25.

214. Carlos Riley, «Os Doze de Inglaterra», pp. 187 e 232-233.

215. Utilizamos a transcrição mais recente de *ibidem*, pp. 29-36.

216. Veja-se a recensão crítica de Hernâni Cidade, «*Relação ou Crónica das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*», 1936, pp. 201-202.

217. Para uma descrição do manuscrito, vide Riley, *op. cit.*, pp. 25-27 e M. Basto, *op. cit.*, pp. 15-37.

218. Vejam-se Peter E. Russell, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, 2000, p. 432 e João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, 2007 e Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*, 2011, pp. 383-387.

219. Coleridge, *Biographia Literaria. Chapters I-IV, XIV-XXII*, 1920, p. 52.

que vira fazer [em Portugal] de que elle era verdadeiramente testemunha”,<sup>220</sup> pois lutara ao lado dos portugueses. Tal como em *DI*, a temática da crónica torna a narrativa cíclica, pois, no final da mesma, podemos ler: “e destas Cousas há hi Cronica em Inglaterra que largamente trata destes Caualleiros e dos grandes feitos d[e] armas que la fizerão”,<sup>221</sup> servindo esse tópico da crónica enquanto repositório da história para legitimar as cavalarias descritas e reforçar o auto-estereótipo dos ímpares cavaleiros portugueses como se fosse um hetero-estereótipo, vindo de Inglaterra. O episódio será utilizado ao longo dos séculos com esse mesmo objectivo de autoglorificação intensificada pelo facto de ‘vir de fora’. De acordo com a relação, após o combate londrino Álvaro de Almada recebe o título de conde de Abranches,<sup>222</sup> e, de facto, como já afirmámos, Álvaro de Almada, a figura histórica, é agraciado com esse título como recompensa pelos serviços prestados à coroa inglesa durante a ocupação da Normandia (1415-1450).

O principal dos quatro cavaleiros nomeados pela narrativa original é Álvaro Gonçalves Magriço, que, de acordo com o relato ficcional, viaja de Londres para a Flandres e posteriormente, a pedido da infanta D. Isabel (1397-1471)<sup>223</sup> — duquesa de Borgonha, filha de D. João I casada com Filipe, *o Bom* —, para Paris, onde derrota um cavaleiro do rei francês e liberta o “condado de Flandres”<sup>224</sup> do subjugo desse monarca. Como já vimos, a figura histórica é derrotada num combate real em Paris, e os dois cavaleiros lusos que dão nome aos protagonistas não participaram nas campanhas joaninas de 1387, ao contrário dos seus pais.<sup>225</sup> Se na narrativa ficcional, tal como em *DI*, Magriço parte de Inglaterra para a Flandres, é sabido que a figura histórica parte de Lisboa para essa zona, em 1411, na companhia de Diogo de Oliveira, para lutar nas guerras da Flandres pelo duque da Borgonha. O duque reconhece, aliás, a qualidade dos militares portugueses e recruta-os continuamente.<sup>226</sup> Há, portanto, um processo de reconstrução ficcional e anacrónica do tempo pretérito em que a acção dos Doze tem lugar. As figuras e os jogos anacrónicos — enquanto incongruências temporais e estratégias premeditadas de representação do passado e de inserção de elementos materiais ou categorias culturais num período ao qual não pertencem — evocam o tempo histórico (mítico) ao preencher o espaço diegético com marcas que evocam esse passado, e funcionam como ‘enciclopédia’ do mesmo.<sup>227</sup> Relativamente às anacronias existentes no episódio-mito, inclusive nas versões mais recentes, recordemos as palavras de Doležel sobre a liberdade do escritor em relação ao historiador: “the fiction maker is free to roam over the entire universe of possible worlds, to call into fictional existence a world of any type [...], supernatural or fantastic [...], natural or

220. Anónimo, «Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses» («CAFP»), 1988, p. 29.

221. *Ibidem*, p. 36.

222. *Ibidem*, p. 32.

223. Vide Ana Paula J. Antunes, «De Infanta de Portugal a Duquesa de Borgonha: D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)», 2012.

224. «CAFP», p. 36.

225. Carlos Riley, «Os Doze de Inglaterra», pp. 106-107.

226. Jacques Paviot, *Portugal*, pp. 166, 171.

227. Vide Celia Fernández Prieto, «El Anacronismo: Formas y Funciones», 2004, p. 250.

realistic”.<sup>228</sup> A posição do académico relativamente à ficção histórica permite-nos ainda enfatizar o carácter mítico do episódio de que nos ocupamos:

if it is revealed (by new documents say) that a person who did not actually exist or could not have participated in the event was included in an historical world, he or she has to be removed from the group [...]. No such restriction applies to the [...] agents in fictional worlds. [...] It is a defining feature of the genre that fictional persons coexist and interact with counterparts of historical persons.<sup>229</sup>

Após a leitura das missivas de John of Gaunt para D. João I, Magriço parte em viagem por terra, através do continente europeu, observando o que o rodeia e tentando manter-se em segurança. Tal como em todas as outras versões do episódio, o meio de transporte e o percurso geográfico distinguem os onze de Inglaterra, que vão, em grupo, por mar, de Magriço, que se desloca, só e a cavalo, numa peregrinação simbólica. Em «CAFP» o jovem Coutinho é individualizado quer através do seu pequeno atraso, que reforça o seu sentido de honra e adensa o *suspense* da narrativa, quer sobretudo pelas suas características físicas, como a magreza e a hipertricose nas mãos e unhas, características que Camões não refere e conseqüentemente desaparecem do mito. A ‘deformação’ física é longamente descrita para veicular a vergonha do cavaleiro na presença do sexo oposto, e conseqüentemente os seus auto-isolamento e castidade, que são características do cavaleiro andante. A hipertricose pode ainda ser sinal de virilidade ou metaforização do reconhecimento da donzela inglesa que insiste em que Magriço lhe dê as suas mãos para ela as lavar, temática que valoriza simultaneamente o feito de armas e a espiritualidade do protagonista. O destaque conferido a Magriço nessa narrativa original compreende-se melhor à luz do estatuto da família Coutinho na corte de D. João I,<sup>230</sup> tendo esse documento sido estrategicamente anexado à crónica dedicada ao rei. A produção e a circulação da tradição dos Doze talvez comecem por resultar de uma narrativa familiar que, tal como muitas outras, faz parte de uma estratégia consciente para sublimar a linhagem dos Coutinhos, processo que foi continuado pelos membros da família até ao século XVI através de narrativas familiares de auto-representação que visavam reforçar a construção de uma imagem pública que se coadunasse com a ascensão social dessa casa senhorial desde o século XIV.<sup>231</sup>

A família Coutinho parece descender de Estêvão Martins, um couteiro (funcionário administrativo não nobre) em Leomil, que casa com Urraca Rodrigues, cuja família detinha o couto que viria a dar origem à alcunha da família (Coutinho) na corte portuguesa. Martins ascende pelo casamento à nobreza provincial, dá início à ascensão da sua família, e os seus

---

228. Lubomír Doležal, «Fictional and Historical Narrative», pp. 256, 258-259.

229. *Ibidem*, p. 257.

230. Sobre a ascensão da linhagem e do poder da família Coutinho e a sua interacção com a corte, vejam-se, entre outros, Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, 1999 e Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses*, pp. 265-292.

231. Esse processo de ‘legitimação pela ascendência’ através de mitos (familiares) — que também é utilizado pela família de Álvaro Vaz de Almada — é abordado, por exemplo, por Peter Burke, «Foundation Myths and Collective Identities in Early Modern Europe», 2010, pp. 113-122, ao estudar o uso do passado na formação de identidades colectivas (familiares, regionais, institucionais) antes do século XIX.

descendentes constroem brilhantes carreiras militares e ocupam, como já vimos, lugares de relevo ao serviço de Filipa de Lencastre. O seu filho Vasco Fernandes Coutinho torna-se escudeiro de D. Pedro I, e a conotação negativa da alcunha desaparece gradualmente sobretudo através de casamentos estratégicos (prestígio antigo), de doações régias (bens imóveis e títulos) e de feitos bélicos grandiosos, quer os históricos (guerras fernandinas e joaninas), elogiados pelo duque de Lencastre (*Crónica de D. João I*),<sup>232</sup> quer os ficcionais, como a viagem de Magriço a Inglaterra. A ficção familiar associa as origens dos Coutinhos aos lendários irmãos cavaleiros húngaros Paio da Fonseca e Garcia Rodrigues da Fonseca, a quem D. Afonso Henriques teria dado o couto de Leomil no período da fundação do reino, estratégia que contribuiu para a retórica de enaltecimento da linhagem. Nesse processo de glorificação participam genealogistas<sup>233</sup> como Álvaro Osório da Fonseca (1430-1500), que, em finais do século XV, redige um texto que se assemelha, tal como a relação original dos Doze, a uma história de cavalaria, e que faz eco das tradições orais mantidas pela família.<sup>234</sup> O processo de ascensão dos Coutinhos começa então por volta de 1360 e atinge o seu auge quando Vasco Fernandes Coutinho, marechal do reino e irmão de Magriço, é nomeado conde de Marialva em 1441, transformando-se “os antigos servidores dos senhores de Leomil [...] agora [em] senhores do couto”.<sup>235</sup> Esse novo estatuto, que lhe garante um lugar nos famosos Painéis de São Vicente,<sup>236</sup> exige a construção genealógica da nova casa senhorial, estratégia que não dá logo os frutos desejados, uma vez que não encontramos eco dela nas mais importantes obras dos linhagistas do século XVI. O episódio do Magriço poderá assim fazer parte da grande narrativa de autopromoção dos Coutinhos no âmbito das transformações sociais durante a crise dinástica de 1383-1385 e do aparecimento de uma nova nobreza depois dessa revolução. Como já afirmámos, a ascensão social gera, portanto, necessidade de legitimação através de narrativas genealógicas e literárias que dão origem a tradições míticas como a dos Doze ou a da origem inglesa dos Almadás. Esses constructos imaginários assumem-se como ferramentas de legitimação do prestígio (antigo) das linhagens ao registar a origem, a história, os feitos grandiosos e a memória ou o património comum das famílias. É, portanto, também relevante o facto de o outro protagonista do episódio dos Doze, embora não tão proeminente como Magriço, ser Álvaro Vaz de Almada, o primeiro conde de Abranches e um dos únicos estrangeiros a ser agraciado com a Ordem da Jarreteira. O estatuto dessa figura histórica, cujo referente literário

232. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte segunda, capítulo CIX.

233. Sobre os fins políticos dessas narrativas genealógicas, vide: J. Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 1982, pp. 163-168, *Portugal Medieval: Novas Interpretações*, 1984, pp. 309-328; Luís Krus, *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, 1994, pp. 197-207 e L. F. Oliveira, *A Casa dos Coutinhos*, pp. 11-40.

234. Veja-se a «Lembrança que Álvaro Osório da Fonseca, Senhor da Vila de Figueiró da Granja, Deixou a seus Filhos», publicada por M. R. M. Camões e Vasconcelos como «Uma Relação Genealógica do Século XV», *Armas e Troféus*, série 2, tomo 1, 1959, pp. 52-57. No documento que deixa aos seus filhos, Álvaro Fonseca apresenta Garcia Rodrigues como antepassado dos Coutinhos, e dos FONSECAS, e a si mesmo como bisneto de Vasco Fernandes Coutinho, afirmando que obtivera essa versão dos acontecimentos de (informantes) membros da família, como Luís e Fernão Coutinho e de vários condes de Marialva, ou seja, a tradição familiar oral passou gradualmente do espaço doméstico para o público (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos*, pp. 28-32).

235. *Ibidem*, p. 26; sobre a ascensão social da família, vejam-se as pp. 5-40 dessa obra.

236. Henrique Seruca, *op.cit.*, p. 176.

contracena com Magriço, decerto elevaria, por arraste, o do jovem Coutinho, enquanto a narrativa dos Doze beneficiaria igualmente a família Almada, cuja ‘ascendência’ fidalga era também um fenómeno recente, pois Álvaro Vaz de Almada é filho de um “burguês cavaleiro”.<sup>237</sup> Aliás, como já vimos, o mito da origem inglesa da família de Álvaro Vaz de Almada,<sup>238</sup> os seus serviços aos reis ingleses e as recompensas régias reforçariam a verosimilhança das fictícias aventuras de Magriço. Recordemos ainda as relações entre o conde de Abranches e a família de Magriço, quando o primeiro participou, em 1437, na desastrosa expedição a Tânger, com Vasco Coutinho, irmão de Álvaro Coutinho. Curioso é o facto de o processo da ficção literária da linhagem dos Almadadas, descendentes de comerciantes, ser semelhante ao dos Coutinhos. As memórias linhagísticas das duas famílias são construídas através de textos que localizam os seus fundadores estrangeiros entre os cavaleiros que auxiliaram o primeiro rei de Portugal, repetindo-se assim os *topoi* do cavaleiro estrangeiro e do cavaleiro ancestral (tão ‘antigo’ como Portugal), ou seja, o modelo do antepassado mítico.<sup>239</sup> Estaremos, portanto, perante um mito de (auto)glorificação familiar que Camões, e outros autores na sua senda, transformaram num mito nacional ao longo dos séculos.

Quanto à representação do género feminino em «CAFP», marcam presença, quer directamente, quer através de alusões, Filipa de Lencastre e a sua filha, a andrógina e corajosa infanta Isabel, que reside na Flandres, casada com Filipe, o Bom, duque de Borgonha e conde da Flandres, “o mayor prícipe sem coroa que naquelle tempo avia na Cristamdade.”<sup>240</sup> Em Inglaterra reside o grupo anónimo de doze damas cuja afronta funciona como o motor do episódio. Se nenhuma das personagens estrangeiras, à excepção do duque de Lencastre e de Filipe da Borgonha, é identificada na versão original do episódio, em obras posteriores as damas são nomeadas e são inseridos, antes e depois da viagem para Londres, novos episódios em que participam outras personagens históricas. Os núcleos temáticos do enredo dos Doze na sua versão original são os seguintes:

- 1 — Localização da acção no tempo e no espaço; elogio da corte de D. João I e dos seus cavaleiros por toda a Europa, quer pelo duque de Lencastre, em Londres (tópico das crónicas enquanto repositórios de feitos heróicos, que regressa no fim da narrativa), quer pela infanta Isabel perante o rei de França, por ela considerado inferior ao seu pai;
- 2 — Afronta dos doze ingleses às damas (“erao muito feas e pouco para serem damas” da duquesa);<sup>241</sup> os ingleses recusam defender a honra feminina; conselho do duque de Lencastre e redacção dos pedidos de apoio ao rei de Portugal, genro de John of Gaunt, e a doze dos seus cavaleiros;
- 3 — Resposta imediata dos paladinos lusos (oriundos da zona da serra da Estrela) e autorização de D. João I; marcação do combate em Londres no Pentecostes seguinte; identificação e elogio

237. Carlos Riley, «Da Origem Inglesa dos Almadadas», p. 161.

238. D. Nunes de Leão, *op. cit.*, pp. 127-128.

239. Veja-se Georges Duby, *Hommes et Structures du Moyen Âge*, p. 296.

240. Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, 1997, p. 580; veja-se Pedro Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, vol. 1, 1915, p. 184.

241. «CAFP», p. 29.

de quatro desses cavaleiros [Álvaro Vaz de Almada, mais tarde feito conde de Abranches, Álvaro Gonçalves (Coutinho), o Magriço, um Pacheco e Pedro Homem];

4 — Partida de onze cavaleiros, por barco, da cidade do Porto, e individualização de Magriço, que viaja pela Península Ibérica e pela França a pé “por ver allgumas cousas pello caminho”;<sup>242</sup>

5 — Chegada dos onze e recepção em Londres, atraso de Magriço (*suspense*); tristeza da donzela que esse cavaleiro defenderia e elogio (hetero-caracterização) de Magriço pelos restantes onze; chegada do cavaleiro; Doze confessam ao duque de Lencastre que temem ser atacados pelos ingleses após a vitória e o duque conversa com os seus conterrâneos;

6 — Descrição do combate perante “toda a Cidade de Londres”;<sup>243</sup> elogio das damas pelos portugueses; descrição da hipertricose de Magriço quando a dama lhe tenta lavar as mãos; descanso dos vencedores;

7 — Partida dos Doze; nove cavaleiros regressam a Portugal e três permanecem no estrangeiro:

8 — “Um deles” luta em França e morre na Batalha de Alfarrobeira (prolepse); citação de discurso do cavaleiro na referida batalha; Álvaro Vaz de Almada segue para a Alemanha (Basileia), onde participa num violento combate (inicialmente o narrador parece atribuir características deste cavaleiro a um outro anónimo, havendo alguma confusão quanto à ‘identidade’ do cavaleiro anónimo e à de Vaz de Almada);

9 — Álvaro Gonçalves, Magriço, viaja para a Flandres, onde auxilia Filipe, o Bom, e Isabel, lutando contra o rei de França;

10 — Ida de Isabel de Portugal à corte do rei de França, assumindo uma pose ‘andrógina’ ao colocar-se simbolicamente (sentada numa cadeira) ao mesmo nível do monarca, por ser filha do grandioso D. João I; a duquesa deseja que o seu ducado seja livre e, para medir forças, marca um combate entre cavaleiros dentro de um mês. Este episódio desaparece das versões posteriores do mito dos Doze;

11 — Magriço viaja para Paris, vestido de romeiro, para combater pelos duques, mendigando; aloja-se na casa de um amigo de Filipe, o Bom;

12 — Combate (esperado por toda a cidade) e vitória de Magriço, que liberta o condado da Flandres do poder do rei de França;

13 — Magriço deseja regressar a Portugal e D. João I é avisado dessa vontade e das suas façanhas, ou seja, a missiva enviada ao monarca desde o estrangeiro legitima e enfatiza a fama do jovem Coutinho e os serviços por ele prestados ao rei, de quem é “criado”;<sup>244</sup>

Estão assim reunidos os elementos essenciais do episódio dos Doze, a maioria dos quais Camões parafraseará, tal como os autores que têm revisitado o ‘enredo’ cavaleiresco, a saber: elogio dos cavaleiros portugueses, afronta de doze ingleses às damas que não têm quem as defenda, pedido de apoio das agravadas e do duque de Lencastre a D. João I e aos paladinos lusos, aceitação e viagem, por mar e por terra, para Londres (individualização de Magriço), combate vitorioso dos Doze.

242. *Ibidem*, p. 30.

243. *Ibidem*, p. 31.

244. *Ibidem*, p. 34.

Se a primeira referência ao episódio dos Doze numa obra publicada se encontra no já citado *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, detemo-nos agora na obra que divulga e ‘nacionaliza’ esse mito literário, *Os Lusíadas*. Na epopeia, os ‘Doze de Inglaterra’ entram em acção no canto sexto (estrofes 43-69) através da ‘estória’ que Fernão Veloso<sup>245</sup> — o protagonista de um cómico episódio ao largo da baía de Santa Helena — narra aos restantes tripulantes da frota de Gama, no oceano Índico, de forma a combater o sono e a passar o tempo, pois o “trabalho do mar” exige histórias de “guerra fêrvida e robusta”,<sup>246</sup> sendo através do poema épico que o episódio adquire o título “Doze de Inglaterra”.<sup>247</sup> O marinheiro deixa de ser um dos muitos membros anónimos da tripulação para apresentar ao leitor o enredo típico de um romance de cavalaria que, segundo o próprio, não é “cousa fabulosa ou nova”.<sup>248</sup> O *topos* da supremacia do real marca, mais uma vez, presença no texto, associado ao tema da literatura como *exemplum*: “E, por que os que me ouvirem de alta prova,/Dos nascidos direi na nossa terra,/E estes sejam os Doze da Inglaterra”.<sup>249</sup> A história ensina o leitor através do exemplo dos gloriosos feitos dos antepassados, pelo que as narrativas cavaleirescas enobrecem o espírito e a imagem de Portugal: “Essas Novellas de Cavalleria [...] / Eram exemplos de heroísmo immenso / De protecção aos fracos pelo forte [...] / exemplos de virtude”.<sup>250</sup> Se Mauro Cavaliere,<sup>251</sup> que não explicita as relações de Camões com a família Coutinho (que abordaremos de seguida), defende que o facto de ser Fernão Veloso a narrar o episódio enfatiza a não-veracidade histórica do mesmo (devido quer ao estatuto algo cómico e social dessa personagem-narrador popular, quer ao estatuto também popular da sua ‘audiência’, que é diferente da de narradores como Vasco ou Paulo da Gama), convém recordar que o próprio Veloso reafirma a veracidade das modernas aventuras lusas por comparação com episódios lendários, tema aliás recorrente no poema camoniano (modernos *versus* antigos/*primus inter pares*). A própria “Dedicatória” da epopeia enfatiza a historicidade do episódio ao listar “os Doze de Inglaterra” e destacar “o seu Magriço” na estrofe 12 paralelamente a heróis históricos como Nuno Álvares Pereira, Egas Moniz, D. Fuas Roupinho e Vasco da Gama, que são estrategicamente contrapostos aos antigos e fantasiosos heróis enumerados desde a estrofe anterior. Aliás, a maioria das narrativas medievais sobre cavaleiros surgia por via da tradição oral e servia até de passatempo durante batalhas, cercos e viagens.

Quanto ao episódio mítico dos Doze, que ficcionaliza as andanças-façanhas de um Coutinho e de um Almada, na altura da publicação de *Os Lusíadas* ainda seria decerto recordada pelos leitores mais informados a participação das famílias desses dois cavaleiros-protagonistas no início da expansão marítima portuguesa, nomeadamente na tomada de Ceuta e

245. Teófilo Braga, na sua «Nota sobre os Doze de Inglaterra» anexa a *DI* (p. 292), informa que a figura histórica de Fernão Veloso é referida nas *Décadas* (livro IV, cap. 2-3), de João de Barros, na *História da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda (livro 1, cap. 2) e no *Roteiro*, de Álvaro Velho.

246. Camões, *op. cit.*, VI, 41.

247. *Ibidem*, VI, 42.

248. *Ibidem*.

249. *Ibidem*.

250. *DI*, pp. 2 e 3, respectivamente.

251. Mauro Cavaliere, «Ficção e História n'Os Lusíadas: O Marinheiro Veloso como Personagem e como Narrador», 1999 [p. 5].

noutras expedições ao Norte de África. Esse envolvimento reforçaria assim a verosimilhança do episódio narrado por Veloso, um outro ‘navegador’, a caminho da Índia. Como já afirmámos, os Almadás e os Coutinhos participam nas expedições africanas, pois essas casas senhoriais não se poderiam alhear das empresas reais que ocupam a nobreza portuguesa após as guerras da independência. Apesar de a figura histórica Magriço não participar nas conquistas norte-africanas, em 1415 o seu pai, Gonçalves Vasques Coutinho, e o seu irmão Vasco Fernandes Coutinho participam na tomada de Ceuta.<sup>252</sup> O mesmo irmão integra, em 1437, a primeira expedição a Tânger com o seu filho mais velho, Gonçalo Coutinho, que, por sua vez, participa na segunda expedição, em 1464, enquanto em 1471 os seus filhos João e Francisco Coutinho, respectivamente terceiro e quarto condes de Marialva, participam na expedição que conquista Arzila.<sup>253</sup> É assim indirectamente rentabilizada pelo poema épico de Camões e também, como veremos mais adiante, por *DI* a participação dessas duas famílias na “empresa tangitana”, expressão que dá aliás nome ao último capítulo do poema de Braga. Se a epopeia associa os Doze à expansão marítima através do espírito cavaleiresco, também *DI* associará a identidade nacional aos Doze e ao (início do) império colonial.

Tal como a relação original, o texto camoniano refere as lutas de D. João I contra Castela, iniciando a estrofe 44 a narração do episódio, cuja acção principal tem lugar em Londres, pois os “nobres cortesãos” ultrajam as damas ao afirmar que nelas não se encontram “honras nem famas”, afastando-se do comportamento por que se deve pautar o cortesão. A “feminil fraqueza” inglesa pede socorro a familiares e amigos,<sup>254</sup> enquanto John of Gaunt recorre aos portugueses para defender as damas, atitude que glorifica os primeiros, cuja destreza militar o duque elogia. As doze escrevem aos seus paladinos, “todas ao seu Rei e o Duque a todos”,<sup>255</sup> gesto que espelha a hierarquia e o poder social a respeitar, ideia também presente no poema de Teófilo Braga quando, antes da partida dos Doze, o narrador descreve a disposição dos nobres e utiliza termos como “precedencia e gerarchia”.<sup>256</sup>

Após uma elipse, a acção passa para Portugal (estrofe 51), cingindo-se o texto à narração do essencial. Tal como em *DI*, a corte “alvorça a novidade” e todos os nomeados lusos se consideram bem-aventurados. Onze cavaleiros partem de barco, e o solitário Magriço destaca-se ao decidir conhecer “terras estranhas” e ver “mais águas que as do Douro e Tejo”, prometendo chegar a tempo do combate. Como já afirmámos, o destaque conferido a Magriço na narrativa original quinhentista compreende-se melhor à luz da aproximação dos Coutinhos à corte de D. João I. Já a presença do episódio em *Os Lusíadas* poderá dever-se aos possíveis laços familiares (afastados) entre Camões e os Coutinhos, mas deve-se também, em parte,

252. Veja-se Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, 1915, caps. 36, 50.

253. Sobre a participação da família na expansão quatrocentista, veja-se Luís Filipe Oliveira, «Entre a História e a Memória: Os Coutinhos e a Expansão Quatrocentista», 2001, pp. 115-126; sobre a família em geral, veja-se *idem*, *A Casa dos Coutinhos*, *idem*, «O Arquivo dos Condes de Marialva num Inventário do Século XVI», 2001, pp. 221-260, *idem*, «Outro Venturoso de Finais do Século XV: Francisco Coutinho, Conde de Marvila e de Loulé», 2004, pp. 45-56 e Vítor L. G. Rodrigues, «Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino», pp. 175-190.

254. Camões, *op. cit.*, VI, 45-46.

255. *Ibidem*, 50.

256. *DI*, p. 128; vejam-se também as páginas 133-134 do poema.

à sua ligação a vários membros da família, por exemplo o oitavo vice-rei de Goa, Francisco Coutinho (1507-1564).<sup>257</sup> Na segunda metade do século XVI, Camões elogia publicamente os Coutinhos através das aventuras ficcionais do antepassado Magriço; daí que ambas as ‘fontes’ do episódio tenham objectivos semelhantes: enaltecer o estatuto dos Coutinhos através dos feitos guerreiros de membros da família. A consulta da *Predatura Lusitana*, de Cristóvão Morais, demonstra claramente que o referido vice-rei de Goa, que auxiliou Camões nessa cidade e foi alvo dos seus elogios na ode «Aquele Único Exemplo» (publicada nos *Colóquios*, de Garcia de Horta), é trineto de Vasco Fernandes Coutinho, o irmão mais velho de Magriço.<sup>258</sup> Assim sendo, a relação de favores pessoais da família para com Camões e de ‘favores literários’ do escritor (por vezes pagos) para com os Coutinhos<sup>259</sup> reforça a nossa teoria sobre o possível motivo da inserção do enredo dos Doze (protagonizado por Álvaro Gonçalves Coutinho) em *Os Lusíadas*, estratégia que continua o já referido longo processo de autoglorificação da família Coutinho através de narrativas e mitos familiares, que, no caso dos Doze, a epopeia transforma em mito nacional. Aliás, se Camões não tivesse inserido o mini-enredo familiar no seu poema, talvez o episódio nunca tivesse vindo a fazer parte da literatura, da cultura e do imaginário portugueses, a ser interpretado como real e exemplo da valentia e da honra lusas. Para o receptor (menos informado) do mito, a fantasia torna-se então história, e esse é aliás um dos principais objectivos dos mitos nacionais.

Relativamente a «CAFP», Camões intensifica o *suspense* do combate ao atrasar Magriço e ao fazê-lo reentrar em cena já durante o confronto. Tal como acontece nas obras posteriores, em *Os Lusíadas* apenas onze cavaleiros entram inicialmente no campo em Londres, e a donzela que seria defendida por Magriço vê-se desamparada. A estrofe 61 apresenta as acções simultâneas que se observam e ouvem no campo de batalha, nomeadamente o movimento dos ferozes cavalos, as forças desiguais (onze portugueses contra doze ingleses) e o alvoroço da assistência. O mistério e a paisagem sonora da azáfama são transportados para a estrofe seguinte, que descreve a chegada do “grão Magriço”. O frenesim dos guerreiros é descrito através de uma série de orações marcadas pelo recurso ao assíndeto, que acelera o ritmo da narração, e de verbos de movimento para transmitir o empolgante início do confronto, do qual os lusos saem vitoriosos. Na estrofe 66, Veloso informa os seus narratários de que acaba o resumo do combate e adianta: “Gastar palavras em contar extremos/De golpes ferros, cruas estocadas,/É desses gastadores, que sabemos,/Maus do tempo, com fábulas sonhadas”, ou seja, as descrições demoradas e exageradas são recurso de quem representa feitos ficcionais, enfatizando que o seu episódio é real e espelha a obra de heróis modernos que superam, por isso,

257. Cf. Maria Vitalina Leal de Matos, s.v. «Biografia de Luís de Camões», 2011, pp. 88-89.

258. Cristóvão Alão de Morais, *Predatura Lusitana*, vol. III, tomos 1-2, 1997, pp. 157-169.

259. Camões dedicou o soneto de glorificação «Dos ilustres antigos que deixaram» ao segundo conde do Redondo, D. João Coutinho, e as trovas «Aquele rosto que traz» a Guiomar de Blasfé, filha do vice-rei. Este último manda um mote («Muito sou meu inimigo») ao poeta para ele compor as voltas («Viver eu sendo mortal»). Quando Camões regressa a Portugal, Rui Dias da Câmara, neto de Francisco Coutinho, pede-lhe que traduza salmos penitenciais, e as duas primeiras edições das *Rimas* (1595, 1598) são dedicadas a Gonçalo Coutinho por Estêvão Lopes através de epístola dedicatória, tendo esse Coutinho redigido um epitáfio para a lápide tumular do bardo, que é também publicado como *front matter* das *Rimas*.

os antigos. Veloso descreve também a recepção do duque e das damas nos paços aos corajosos “libertadores” antes que eles regressem à “doce e cara terra”,<sup>260</sup> que é assim adjectivada com base nos sentimentos patrióticos dos seus heróis. Tal como na narrativa quinhentista e noutras versões do mito, também na epopeia camoniana é sugerida, talvez por influência de «CAFP», a origem oral do episódio, nomeadamente na penúltima estrofe do episódio: “Mas dizem que, contudo, o grão Magriço,/Desejoso de ver as cousas grandes,/Lá se deixou ficar, onde um serviço/Notável à Condessa de Frandres”.<sup>261</sup> Se confrontarmos a narrativa quinhentista com as estrofes 43-69 do canto VI de *Os Lusíadas*, podemos concluir que Camões se ‘apropria’ de forma criativa e selectiva da tradição dos Doze ao omitir momentos como a afronta de Isabel de Portugal ao rei de França e ao fazer Magriço chegar mais atrasado a Londres do que nas «CAFP», em prol do *suspense*. A transformação do mito que se torna assim literário caracteriza, aliás, as obras que o retomam até à actualidade a partir da epopeia, pois episódios como o de Veloso, o da Batalha de Aljubarrota e o do Adamastor, entre outros, valem, de acordo com Jorge Borges de Macedo, “certamente, pela sua extraordinária expressividade e sugestão, a respeito dos problemas profundos do homem, tanto ao nível prático e imediato como do plano filosófico”.<sup>262</sup>

Logo após a primeira edição de *Os Lusíadas* (1572) surgem comentários à epopeia e obras de cariz historiográfico que referem os Doze, nomeadamente os *Diálogos* publicados em Coimbra, no ano de 1594, por Pedro de Mariz, escrivão do arquivo régio (1605-1615)<sup>263</sup> e primeiro biógrafo de Camões. Numa obra que pretende resumir os “feitos pátrios”,<sup>264</sup> Mariz sintetiza no essencial a narrativa quinhentista e as referidas estrofes de *Os Lusíadas*, sendo a história introduzida com as seguintes palavras: “Em tempo deste Rey [D. João I], aconteceu aquelle grande feito de armas dos doze de Inglaterra: aque o nosso Camões deu igual gloria ao que merecião”.<sup>265</sup> A versão de Mariz relata o episódio apenas a partir do pedido do duque de Lencastre ao seu genro e aos cavaleiros portugueses, e termina logo após o combate londrino através de um resumo da acção posterior, tal como aconteceria no poema de Teófilo Braga: “Feito isto, os nobres tornáraão a Portugal, e os tres ficarão por aquellas partes, fazendo taes obras de armas, que hum delles alcançou delRey de França [rei de Inglaterra] o Condado de Avranches, em França, polas obras, que em seu serviço fizera. Este he o que depois veyo a morrer na batalha de Alfarrobeira, como a diante diremos”.<sup>266</sup> Em *DI*, é o poeta Chaucer que, qual Tétis em *Os Lusíadas*, celebra a vitória dos Doze, profetiza o Quinto Império português e informa Álvaro Vaz de Almada de que será feito duque de Avranches, facto que é mais tarde referido pelo sujeito poético.<sup>267</sup>

260. Camões, *op. cit.*, VI, 67.

261. *Ibidem*, 68, itálico nosso.

262. Jorge Borges de Macedo, *Os Lusíadas e a História*, 1979, p. 93.

263. Veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, vol. 1, pp. 326-330.

264. Expressão de António José Saraiva e Óscar Lopes (*História da Literatura Portuguesa*, 1987, p. 452).

265. Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, 1674, p. 186. Esse resumo é citado por Teófilo Braga na sua «Nota sobre os Doze de Inglaterra» anexa a *DI*, pp. 294-296.

266. Pedro de Mariz, *Diálogos*, p. 188.

267. *DI*, pp. 236 e 269, respectivamente.

Manuel Correia, prior da Igreja de S. Sebastião, à Mouraria, prepara, em 1613, a já referida edição da epopeia camonianiana, na qual Mariz colabora com uma biografia do poeta. A versão de Correia parafraseia a narrativa quinhentista de uma forma mais próxima que a de Mariz, como prova o recurso ao verbo ‘contar’ (“Contasse que”)<sup>268</sup> no início da narração dos feitos de armas. Relativamente a novos elementos inseridos por Correia, o autor afirma que as fidalgas injuriadas são “damas da Raynha de Inglaterra”<sup>269</sup> e que os cavaleiros ingleses confessam, desde logo, estar dispostos a combater “com quasquer caualleyros que [...os] contradissem [...] e se quisessem combater com elles”<sup>270</sup>. O texto adianta ainda um nome que passa a constar da lista dos Doze: “E outro dizem que se chamaua João Pereyra Agostin, filho següdo de Gil Vazquez da Cunha, senhor das terras de Vasto e monte longo, & Alferes mor del Rey dom João de Boa memoria”<sup>271</sup>. João Pereira Agostim ou Agostinho, sobrinho de Nuno Álvares Pereira, é, portanto, o primeiro cavaleiro a ser adicionado ao rol dos Doze após a publicação de *Os Lusíadas*, e é referido pelo seu apelido materno Pereira e pela sua alcunha, Agostinho. Gil Vasques da Cunha, casado com Isabel Pereira, destaca-se, juntamente com os demais irmãos Cunha, ao lado do Mestre de Avis nas guerras dinásticas de 1383-1385, mas junta-se, com dois irmãos, aos castelhanos em 1397, voltando a Portugal cinco anos mais tarde para recuperar os seus bens e receber de D. João I algumas doações.<sup>272</sup> A interpolação desse cavaleiro na lista poderá dever-se a informação da crónica de Zurara, de acordo com quem João Pereira Agostinho se ausenta do reino e participa nos conflitos anglo-franceses antes da tomada de Ceuta.<sup>273</sup> Os episódios que se seguem ao combate londrino são apenas resumidos por Correia, pois o seu objectivo é facilitar a leitura e a interpretação do episódio dos Doze, recorrendo assim à elipse ao não contemplar a viagem do Magriço-romeiro entre a Flandres e Paris e o apoio que ele aí recebe do amigo do duque da Borgonha.

A versão de Manuel Soeiro (c. 1580-1629), filho do cônsul português em Anvers,<sup>274</sup> redigida em castelhano e publicada na obra *Anales de Flandes* (1624), embora seja breve, reveste-se de grande importância, pois, como já afirmámos, é o primeiro texto que lista todos os Doze<sup>275</sup> e refere alguns combates de Magriço e de outros portugueses em França e Inglaterra.<sup>276</sup> O *incipit* da descrição de Soeiro hetero-estereotipa a nobreza inglesa como inimiga do ócio, contextualiza o episódio e remete o leitor para os escritores que já se haviam ocupado do combate:

Celebròse entre estas naciones belicosas el desafio de doze cavalleros Portugueses, porque haviedo algunos de Inglaterra burladose de ciertas damas de palacio, mostraron lo sentimiento que tenian,

268. Camões, *Os Lusíadas do Grande Luís de Camões Príncipe da Poesia Heróica. Comentados pelo Licenciado Manuel Correia*, p. 175.

269. *Ibidem*.

270. *Ibidem*.

271. *Ibidem*, p. 175v.

272. Cf. Anselmo Braancamp Freire, *op. cit.*, vol. 1, pp. 169-171.

273. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 74.

274. Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*, vol. 3, 1967, p. 380.

275. Manuel Soeiro, *op. cit.*, pp. 26-27.

276. *Ibidem*, p. 121.

de no haver en aquel Reyno quien se atrevesse à bolver por ellas contra los mas valerosos del: acudio Iuan Duque de Lancaster, aconsejando que cada una escribiesse al gentilhombre Portugues que el nombrasse, porque tambien les escriviria, y el por el valor que havia hallado en ellos, esperaba que acetando el desafio, saldrian bien.<sup>277</sup>

Soeiro informa ainda que Magriço se dirigiu para a França e que os restantes onze viajaram por mar do Porto, e aconselha o leitor a recorrer às obras de Camões e de Mariz, ambas resumos da narrativa quinhentista original, para se familiarizar com o enredo. O texto apresenta a lista dos intervenientes e breves notas biográficas de alguns deles, relacionando-os com navegadores lusos, nomeadamente Soeiro da Costa.<sup>278</sup> O episódio dos Doze é assim, desde cedo, associado à expansão marítima portuguesa devido aos laços familiares que unem (as personagens literárias baseadas em) figuras históricas e os sucessores destas últimas, nobres que participam no início dos chamados Descobrimentos, e, após o Ultimato, também Braga recuperará essa relação simbólica com fins ideológicos. A versão de *Anales de Flandes* termina com uma breve referência aos feitos de Álvaro Vaz de Almada, através dos quais o mesmo “alcançò [...] el Condado de Avranches en Normandia, y en Inglaterra el orden de la Iarretera”, explicando o autor, à margem, que retirou essa informação de “Duarte Nuñez de Leão en la descripcion de Portugal, cap. 7”.<sup>279</sup>

O episódio marca também presença em textos humorísticos e nos palcos da comédia barroca ibérica<sup>280</sup> através da peça *Los Doze de Inglaterra*, que tem uma só edição na *Segunda Parte de las Comedias del Alférez Jacinto Cordeiro* (1634), juntamente com outras peças de Jacinto Cordeiro (?c.1606-1646), alferes de uma companhia de ordenança da corte e autor de cerca de dezoito textos dramáticos (dezasseis comédias e dois entremeses), vários poemas e uma genealogia da Monarquia portuguesa.<sup>281</sup> Na «Dedicatória ao Exmo Senhor D. Duarte Filho Segundo do Senhor Dom Teodósio Segundo do Nome, Excelentíssimo Duque de Bragança» (Lisboa, 15-3-1634), o dramaturgo refere os “valerosos antepassados” do destinatário do paratexto, descritos como “sempre os primeiros em tudo; porque como tiverão por espelho aquelle exemplo de façanhas heroicas”, mencionando, mais adiante, “as façanhas Portuguesas, que lidas ainda com amor, excedem o credito humano, co rigor se atribuem a favor Divino [...] por serem tam increiveis, que excedem a todas as monarquias do mundo”,<sup>282</sup> auto-estereótipos também presentes em *DI*, como veremos na segunda parte. A “famosa comedia de los doze

277. *Ibidem*, p. 26.

278. *Ibidem*, p. 27.

279. *Ibidem*.

280. Sobre a “época” e os conflitos da cultura (urbana, conservadora e dirigida às massas) do Barroco, consulte-se José Antonio Maravall, *La Cultura del Barroco*, 1981.

281. Vejam-se C. Gonzalez, «Le Dramaturge Jacinto Cordeiro et Son Temps», 1987 e Jaime Cruz-Ortiz, «Jacinto Cordeiros’ *El Juramento antes Dios y Lealtad contra el Amor: A Critical Edition*», 2009, p. 4.

282. Jacinto Cordeiro, «Los Doze de Ingalaterra», in *Segunda Parte de las Comedias del Alférez Jacinto Cordeiro*, 1634, p. 4. Uma vez que cada duas páginas do texto recebem apenas um número, optamos, de forma a facilitar a localização das citações, por adicionar à numeração das páginas as letras a e b.

de Inglaterra”<sup>283</sup> começa *in medias res*, com o encontro de Magriço e do seu empregado Costa, ambos a cavalo já numa estrada de França, com um almirante francês, que salvam de quatro ladrões. O almirante convida Magriço para ir a Paris, mas ele recusa por ser esperado em Londres. Álvaro Coutinho, a pedido do recém-conhecido, informa-o do objectivo da sua viagem a Inglaterra, refere o valor da espada dos famosos Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira (figuras históricas mais tarde retomadas) e defende, de acordo com as leis da cavalaria, que “a las Damas se deven,/cortesias, y respetos”<sup>284</sup>. A longa fala de Magriço expõe sumariamente o espectador/leitor à intriga do episódio, tornando-se o protagonista, no início da comédia, narrador autodiegético e o almirante o seu narratário para que o primeiro apresente, como testemunha, o motor do episódio e os motivos que o levam a Londres, reproduzindo, inclusive, as palavras de John of Gaunt. Através da elipse, a acção passa para o Palácio de Sabóia, onde as mulheres estereotipam os doze portugueses como nobres que respeitam o código da cavalaria. Rosarda, assumindo uma pose andrógina, ameaça defrontar-se com os seus ofensores em campo, caso os portugueses não cheguem a tempo, enquanto a palavra “cortesia” se torna recorrente para caracterizar os lusos. Tal como em *DI*, termos como vassalagem, glória, luta, “grandeza de [...] sangue”,<sup>285</sup> decoro, amor, “civildades”, urbanidade, amizade, obrigações, honra, nobreza, lealdade, discrição e entrega total acumulam-se ao longo da peça e adensam o campo semântico do ideal de cavalaria que os Doze, “escravos” das inglesas, seguem à risca em Portugal e no estrangeiro e que é elogiado ao longo da comédia,<sup>286</sup> tal como as personagens, sobretudo através da adjectivação. Esse recurso, que será também utilizado em *DI*, é essencial para representar os auto-estereótipos positivos associados a Portugal, então sob domínio filipino.

O combate termina com os ingleses fora de campo, tal como acontece na versão de Pedro de Mariz, glorificando a voz *off* a presença lusa: “Victoria por Portugal”, enquanto Costa continua: “Esso si, cante la fama,/atanta gloria rendida,/com su trompeta esta hazaña.”<sup>287</sup> O segundo acto é marcado por uma elipse que concorre para a economia dramática, encontrando-se já Álvaro Almada e Magriço na capital francesa,<sup>288</sup> na casa do almirante, espaços onde a vitória e a “heroica espada”<sup>289</sup> lusas são já conhecidas. O enredo-base do episódio dos Doze está assim apresentado, tendo lugar em Paris duas novas histórias de amor que envolvem Álvaro Almada, Magriço, Otávia e Flora, ambas irmãs do militar. O amor apodera-se dos jovens casais, dando lugar às peripécias que ocupam o resto da estada dos dois “pechos nobles”<sup>290</sup> portugueses em Paris. O rei de França visita os cavaleiros e elogia a coragem dos lusos

283. *Ibidem*, p. 78b, expressão que termina a peça.

284. *Ibidem*.

285. *Ibidem*, p. 61a.

286. Veja-se, a título de exemplo, “Reyno tan ilustre, y graue” (*ibidem*, p. 64a).

287. *Ibidem*, p. 64b.

288. Camões, *op. cit.*, VI, 56, refere a viagem inicial de Magriço por França, que é descrita por Cordeiro, mas apenas no regresso de Londres.

289. Jacinto Cordeiro, *op. cit.*, p. 66a.

290. *Ibidem*, p. 67a.

e a fama invencível de D. João I, digna de “eternos anales”,<sup>291</sup> tornando-se, tal como em *DI*, a memória histórica e a fama temas recorrentes na peça através da referência às pazes entre Castela e Portugal e a figuras como Nuno Álvares Pereira, o “Cid Português”.<sup>292</sup> As andanças e o regresso de Magriço dão origem à intriga da peça, ou seja, o episódio dos Doze, que ocupa apenas onze das trinta e oito páginas que compõem o texto, funciona como motor da acção ao levar Magriço a França. A cartografia das aventuras do episódio expande-se e o encontro com o rei leva o recém-nomeado coronel D. Álvaro de Almada à Alemanha, e Magriço a Itália para defender os interesses do monarca. Mais uma vez, nobres estrangeiros recorrem à valentia e ao “valor” dos portugueses para repor a ordem nos seus territórios, estereótipo que é enfatizado pela maioria dos autores que recuperam os Doze. Os heróis fragilizados pelo amor acabam por revelar fraquezas humanas no universo doméstico e privado, ou seja a comédia de Cordeiro não apresenta apenas a dimensão heróica dos cavaleiros, mas também o seu lado humano, os seus medos, ansiedades e aprendizagens espirituais e geográficas, ou seja, o carácter anti-épico. Christophe Gonzalez, ao classificar a obra de Cordeiro como *comedia palaciega* com um gosto pelo patético e uma tendência trágica,<sup>293</sup> estuda as características que *Los Doze* partilha com a comédia barroca: o crescendo dramático conseguido através do elevado números de entradas e saídas de cena (oitenta e sete no total), às quais se juntam cenas em janelas e varandas, a rapidez das sequências, a violência militar e verbal, a transgressão social, o jogo permanente entre claro e escuro e entre momentos de espera e de tensão, o dinamismo das agressões e dos combates, o duelo, as máscaras,<sup>294</sup> a intercepção de cartas de amor e o passado histórico. Também Jonathan Wade<sup>295</sup> lista essas e outras características das *comedias de enredos* referidas, em 1609, por Lope de Vega em *Arte Nuevo de Hacer Comedias en Este Tiempo* (interesses amorosos, inveja, defesa de honra) e conclui que um dos objectivos de *Los Doze* é elogiar a pátria portuguesa e caracterizar a portugalidade. A fama de Magriço e de Álvaro Vaz de Almada vem de fora da Península Ibérica, e a dimensão europeia dos heróis demonstra que a comédia recupera Magriço e os Doze como um tema nacionalista, poucos anos antes do final da Monarquia dual. De acordo com vários estudiosos,<sup>296</sup> quando da publicação da comédia, Cordeiro defendia a soberania portuguesa face ao poder dos Filipes, pelo que o anticastelhanismo e o heroísmo lusos são temas da obra do autor. Aliás, como recorda Jaime Cruz-Ortiz, Cordeiro “employs the norms of Spanish theater in praise of Lusitanian identity. [...] A distinguishing characteristic of Cordeiro’s work is his overt Portuguese pride

---

291. *Ibidem*.

292. *Ibidem*.

293. Christophe Gonzalez, «De la Comédie Espagnole aux Textes Anti-Castillans, l’Itinéraire d’Un Dramaturge Portugais entre la Monarchie Dualiste et la Restauration: Jacinto Cordeiro», 2002, p. 189.

294. Sobre o tema da máscara (silhuetas disformes, metamorfoses, seres duplos, disfarce e realidade ilusória) na literatura barroca, veja-se Jean Rousset, *La Littérature Baroque en France*, 1954.

295. Jonathan William Wade, *op. cit.*, p. 15.

296. Sobre o ‘anticastelhanismo’ e o heroísmo luso de Cordeiro, veja-se Heitor Martins, «Jacinto Cordeiro e *La Estrella de Sevilla* (Notas sobre a Ideologia Portuguesa durante a Monarquia Dual)», 1966, p. 110 e Christophe Gonzalez, «Héroïsme Lusitanien et Comédie Espagnole: *Los Doce de Ingalaterra*, de Jacinto Cordeiro», 1995, pp. 55-87 e «De la Comédie Espagnole», 2002, pp. 183-197.

which often manifests itself in his use of historical figures”.<sup>297</sup> O dramaturgo coloca em palco mitos nacionais portugueses, como os de Inês de Castro e o dos Doze, e como os paladinos lutam contra estrangeiros opressores a temática militar agradaria ao autor-soldado e também à audiência sob domínio filipino. Podemos assim questionar a posição de Ares Montes quando afirma, ao estudar a comédia barroca na Península Ibérica, que os poucos autores portugueses “que cultivaron el teatro, casi siempre en español, no destacaron por su valor ni por su originalidad”.<sup>298</sup> Esses cerca de sessenta e oito autores e autoras são ainda desconhecidos e o estudo das suas obras revelará decerto novas temáticas e características da ‘nova comédia’, nomeadamente o facto de (escreverem em castelhano e) usarem temáticas e figuras históricas nacionais portuguesas,<sup>299</sup> bastando recordar obras de temática nacionalista de Cordeiro como *Silva a El Rei Nosso Senhor D. João Quarto e Triunfo Francês*, ambas publicadas já após a Restauração (1641), e *Entrada de El Rei em Portugal* (1621), em cujo “Prologo ao leycctor” o autor afirma ter vivido na Índia (provavelmente Goa) e promete terminar várias obras sobre “Heroes valerosos”,<sup>300</sup> referindo-se decerto a textos como *Próspera e Adversa Fortuna de Duarte Pacheco* (sobre o navegador português), e a outros publicados em *Seis Comedias Famosas* (1630), bem como a *Non Plus Ultra* (1630, sobre Inês de Castro), *Elogio de Poetas Lusitanos* (1631) e à comédia de que nos ocupamos, a qual evoca a temática da ‘pátria amada’ durante a viagem de regresso de Magriço e Almada através de uma fala de Costa redigida propositadamente em português e não em castelhano, e na qual o determinante possessivo e a temática da saudade adquirem um cariz nacionalista: “E falando em conclusão/em nossa lingua verdades,/inda tenho saudades/do vinho, do frade não”.<sup>301</sup> *Los Doze* elogia e destaca várias vezes o cavaleiro e povo portugueses como detentores de grandes qualidades guerreiras: “tan supremos,/tan valientes, y arrogantes/tan esforçados, tan buenos [...] los Leones Portugueses”,<sup>302</sup> hiperbolizando o auto-estereótipo ao afirmar que “sólo un Portugués” consegue fazer o que quer que seja e que “mitad” de um luso chega para qualquer grupo de inimigos.<sup>303</sup> A obra de Cordeiro, enquanto configuração ideológica, demonstra que os Doze são uma arma e um tema político desde cedo, inclusive de afirmação da independência nacional face à vizinha Espanha, sendo vários, aliás, os mitos recuperados por autores portugueses para legitimar a independência lusa e a antiguidade de Portugal enquanto entidade histórica e política. Magriço e os onze paladinos tornam-se também um símbolo da literatura autonomista.

O mito é também disseminado através da chamada literatura de cordel. Em 1732, Inácio

297. Jaime Cruz-Ortiz, *op. cit.*, pp. 6-7 e 22, respectivamente.

298. José Ares Montes, «Portugal en el Teatro Español del Siglo XVII», 1991, p. 12; veja-se também *idem*, «Los Poetas Portugueses, Cronistas de la Jornada de Felipe III a Portugal», 1990, pp. 11-36.

299. Jaime Cruz-Ortiz, *op. cit.*, pp. 37-38, afirma: “Despite their political leanings, Lusitanian authors developed techniques for affirming their identity against Spanish cultural hegemony. In this respect, the Portuguese comedias are often hybrid resistance plays in which dramatists convey their national identity in a foreign tongue. [...] Such equivocations in which Lusitanian authors simultaneously emulate and resist Spanish influences can be considered a defining trait of the Portuguese comedia”.

300. Jacinto Cordeiro, *Comedia de la Entrada del Rey en Portugal*, 1621, s./p.

301. *Idem*, «Los Doze de Ingalaterra», p. 65.

302. *Ibidem*, pp. 61, 64, respectivamente.

303. *Ibidem*, pp. 61, 63.

Rodrigues Védouro publica o folheto *Desafio dos Doze de Inglaterra, que na Corte de Londres se Combateram em Desagravo das Damas Inglesas*, que Magalhães Basto<sup>304</sup> considera uma vulgata da narrativa quinhentista, enquanto Teófilo Braga o refere como livro popular ou folha volante.<sup>305</sup> Védouro recolhe informações em vários intertextos da sua narrativa, nomeadamente nas obras de Camões, Manuel Correia, Faria e Sousa, do segundo conde da Ericeira, D. Fernando de Meneses, e do *Catálogo dos Doze de Inglaterra* da Livraria do Conde de Vimieiro, obra que é referida várias vezes na «Nota sobre os Doze de Inglaterra»<sup>306</sup> e na *História de Camões*,<sup>307</sup> de Teófilo Braga, bem como no artigo «Os Doze de Inglaterra», de João Teixeira Soares.<sup>308</sup> Esses dados são complementados por Védouro com elementos biográficos de alguns cavaleiros, nomeadamente os feitos de guerra no Norte de África, que são introduzidos no enredo original e contribuem para o seu enriquecimento. Como Teófilo Braga comenta a obra de Védouro é natural que esta o influencie, levando-o, tal como outros textos, a associar, em 1902, os Doze à conquista do Norte de África. O folheto também identifica os doze cavaleiros, afirmando Braga<sup>309</sup> que o seu estilo retórico é semelhante ao da crónica.

Em 1744, o padre Francisco de Santa Maria parafraseia, com alguma liberdade poética, o mito no seu *Ano Histórico. Diário Português, Notícia Abreviada de Pessoas Grandes e Coisas Notáveis de Portugal*,<sup>310</sup> e apresenta-o como facto histórico e exemplo dos feitos internacionais de “cavaleiros famosíssimos” lusos. Nessa versão, tal como em «CAFP», o agravo reside no facto de os cavaleiros londrinos chamarem feias às damas, detendo-se o autor inclusive na psicologia dos intervenientes ao explicar que as vítimas não tiveram qualquer apoio junto dos seus “parentes e amantes [...] ou porque erao mais pacificos, que briosos, ou por outros respeitos, que ignoramos, não quizerão entrar na empreza”.<sup>311</sup> O texto seria republicado anonimamente ao longo do século XIX na imprensa portuguesa, nomeadamente no *Arquivo Popular*,<sup>312</sup> recordando-nos que a sobrevivência do mito dá origem a um longo diálogo intertextual.

Em 1787, Damião António de Lemos Faria e Castro<sup>313</sup> publica, na sua *História Geral de Portugal e Suas Conquistas*, a «Famosa Expedição dos Doze Cavaleiros Portugueses, que Foram a Inglaterra Desagravar as Damas Ofendidas por outros tantos Cavaleiros Ingleses», que apresenta o episódio como verdadeiro, contribuindo a natureza historiográfica da obra para reforçar a suposta veracidade dos factos junto do público leitor. Tal como a relação

304. Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 45.

305. T. Braga, *O Povo Português*, 1, p. 335 e *idem*, *História da Literatura Portuguesa: Camões*, p. 511.

306. *Idem*, «Nota sobre os Doze de Inglaterra», in *DI*, p. 296: “documento que existia na Livraria do Conde de Vimieiro, sob o n.º 94: «Miscellanea [...] *Catálogo dos Doze de Inglaterra*» (veja-se também *ibidem*, pp. 297-298).

307. *Idem*, *História de Camões*, parte II, pp. 429-434.

308. João Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 453.

309. Teófilo Braga, «Nota sobre os Doze de Inglaterra», p. 298.

310. Francisco de Santa Maria, *Ano Histórico. Diário Português, Notícia Abreviada de Pessoas Grandes e Coisas Notáveis de Portugal*, tomo 2, 1744, pp. 133-134.

311. *Ibidem*, p. 133.

312. Anónimo, «Factos Gloriosos da História Portuguesa: Os Doze de Inglaterra», *Arquivo Popular*, n.º 22, 29-5-1841, pp. 170-171.

313. Sobre o autor, veja-se António M. Mendes, «Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789). Nobreza e Cultura no Algarve Setecentista», 2003.

quinhentista, essa breve versão do mito começa com o verbo ‘contar’, que remete para a sua prévia tradição oral (“Conta-se que”), e o historiador informa que nove dos Doze voltaram “para a Patria; tres, que forão o Magriço, Alvaro Vaz de Almada, e outro, que ignoramos quem fosse, passarão a outras Cortes, aonde obrarão proezas, que os fizerão dignos de memorias”, e adianta que Álvaro Vaz de Almada “foi tanto do agrado do rei de França, que o fez Conde de Abranches, e por anthonomasia lhe chamavão o Hercules Hespanhol”.<sup>314</sup>

Em 1792, o músico boémio Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão publica, já depois de ter terminado o curso de Direito em Coimbra (1783-1789), as suas memórias autobiográficas, nas quais recorda os seus tempos de estudante e a cidade universitária. No canto terceiro de *Mondegueida: Poema Estrambótico* compara o combate londrino de Magriço ao humorístico e hiperbólico embate do rio Mondego na terra, em tempo de cheias: “No combate de Inglaterra/A chegada de Magriço,/Na gente que via a guerra/Não fez tanto reboliço./Como o Mondego na terra”.<sup>315</sup> Tais usos do episódio comprovam a popularidade e a elasticidade/polivalência temática do mito, que marca presença nas mais variadas obras.

Como veremos, é simbólico que o episódio seja utilizado várias vezes durante o projecto romântico de recuperação das origens nacionais, numa altura em que a história é também utilizada estrategicamente por iniciativas nacionalistas,<sup>316</sup> fenómeno para o qual Teófilo Braga também contribuirá mais tarde, no âmbito do projecto republicano. Deter-nos-emos em várias obras do período romântico, mas principalmente em duas, ambas relacionadas com Almeida Garrett: a peça de Jacinto Loureiro que inaugura o Teatro Nacional e o fragmento poético-narrativo do próprio Garrett, autor que é várias vezes referido e estudado como poeta-pátria;<sup>317</sup> e é nessa ‘qualidade’ que Teófilo Braga o enaltece paralelamente a Camões.

Em 1833, Alexandre Tomás de Morais Sarmiento publica *Russell de Albuquerque: Conto Moral*, com a indicação simbólica de Sintra como local de publicação, mas a obra é publicada em Londres, onde o autor reside, e “acha-se no armazém de livros de Mr. O Rich, em Londres”.<sup>318</sup> A narrativa recupera os Doze, Camões e *Os Lusíadas* como exemplos de “nacionalidade” e parafraseia o conhecido episódio, que é associado à história local e a espaços de memória.<sup>319</sup> Os protagonistas do romance Álvaro de Albuquerque e Herbert Russell viajam para a quinta do português no Douro, quando determinada localidade recorda a Albuquerque

314. Damião António Lemos, *História Geral de Portugal e Suas Conquistas*, tomo VI, 1787, pp. 50-51.

315. Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão, «Mondegueida: Poema Estrambótico», in *idem, Vida e Feitos de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão*, vol. 3, 1823, III, xl, p. 174.

316. Vejam-se, por exemplo, M. Baár, *Historians and the Nation in the Nineteenth Century: The Case of East-Central Europe*, 2010 e C. Lorenz e S. Berger (eds.), *Nationalizing the Past: Historians as Nation Builders in Modern Europe*, 2010.

317. Eduardo Lourenço, *O Labritinto da Saudade*, pp. 85 ss. Para uma lista de estudos sobre a temática do nacionalismo de Garrett, veja-se Fernando Augusto Machado, «Introdução», in Almeida Garrett, *Da Educação*, 2009, pp. 17-19, sobretudo notas 10-19; consulte-se também Alice Nogueira Alves, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, 2013, pp. 60-80.

318. Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, *Russell de Albuquerque: Conto Moral*, 1833, folha de rosto.

319. De acordo com Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, tomo 1, 1984, pp. vii-xlii, objectos, monumentos e documentos como diários, entre outros textos, constituem a memória colectiva histórica da humanidade, sendo designados como ‘locais de memória’. Sobre a função da memória (associativa, social e fragmentária) nas ficções de cariz histórico como *DI*, veja-se Catherine Jones, *Literary Memory: Scott’s Waverley Novels and the Psychology of Narrative*, 2003, pp. 11-48, 154-178.

o episódio dos Doze, levando-o a citar, através de versos destacados, *Os Lusíadas*, obra que é assim transformada em intertexto de mais uma recuperação literária do mito:

Depois de algumas horas de jornada, avistou Alvaro de Albuquerque em distancia a povoação de Ferreirim, e apontando, para lá, mostrou ao genro, que era alli aonde estava sepultado o *Magriço* celebrado pelo Camoens;

Os doze de Inglaterra, e o seu Magriço.

Como vós tendes lido a soberba passagem do nosso epico em que elle célébra aquelle feito me é escusado repetir-vos a historia de cavallaria, à qual o Camoens allude. Desculpai-o da valentia com que elle trata este assumpto. Nelle vay muita parte de nacionalidade, e é nesse amôr da patria, que o Camoens se assimêlha a Homero [...]. Há na verdade um prazer, que se não pode explicar, quando se visitão certos logares, ou elles tragão à memoria nomes, ou accoens celebradas. [...] Mas vamos à historia do Magriço; elle chamava-se Alvaro Gonçalves Coutinho. Seu pay foi Gonçalo Vaz Coutinho, e seu irmão Dom Vasco Coutinho foi Conde de Marialva. Querem alguns que o Magriço fosse natural de Pinhel. Esta familia foi uma das mais illustres de Portugal; de nobreza tão antiga, e tão conhecida, que della, e do reino temos equal noticia: assim se explica um dos nossos melhores escriptôres [Jacinto Ferreira de Andrade]. A derradeira Senhora e herdeira dessa caza foi desposada com um dos nossos Principes, filho de el rey Dom Manuel, mas delles não houve descendencia. O Camoens, disse Herbert, parece que para achar na sua patria paralelo aos doze pares de Carlos Magno, incorporou no seu poema essa historia dos cavalleiros portuguezes, que forão a Inglaterra, em razão como elle diz, da discordia, que se levantou,

Entre as Damas gentis da corte ingleza,

E nobres Cortezãos...

O inglês responde-lhe que a construção de estereótipos nacionais é feita com base na selecção cuidada de símbolos como o dos Doze, mito que interessaria aos ingleses, enquanto parte derrotada, ignorar (estrategicamente):

Antes de eu estudar a lingua portugueza, havia lido a Lusíada elegantemente trasladada em inglez por um nosso poeta de nome, chamado Mickle. É verdade que eu não tenho mayor lição, nem de chronicas, nem de romances velhos e por isso não admira, que eu não tenha encontrado ainda menção alguma desse dezafo dos cavalleiros, portuguezes, no tempo do nosso celebre João de Gante. Pode bem ser, que por aquelle acontecimento não ser de gloria nacional os pregoeiros da nossa fama se calassem, apesar de que os taes romances, algumas vezes se referem a acontecimentos de lucto, e de dezar para Inglaterra.

O excerto refere uma das formas de internacionalização do mito: as inúmeras traduções da epopeia camonianiana, nomeadamente na Grã-Bretanha. Aliás, na literatura inglesa o episódio é quase sempre referido devido a *Os Lusíadas*, nomeadamente em narrativas de viagem como a de William Beckford (1760-1844), *Recollections of an Excursion to the Monasteries*

of *Alcobaça and Batalha* (1835). O autor visita Portugal em 1794 e, ao falar da Batalha de Aljubarrota com o juiz de fora, menciona ironicamente o “renowned Magriço [...who] had excellent taste in the choice of his antagonists, and would only fight with the bravest of the brave”,<sup>320</sup> recorrendo também a Camões para falar do passado nacional luso,<sup>321</sup> referências que comprovam a fama do cavaleiro português (enquanto personagem literária) além-fronteiras.

Regressando a *Russell de Albuquerque*, no romance a personagem Álvaro atesta a veracidade do episódio dos Doze ao género e descreve a epopeia camoniana como “história em verso”:

É fóra de duvida, respondeu, Alvaro de Albuquerque, que tambem os nossos historiadores daquelle tempo não referem similhante acontecimento, porem o poema do Camoens, que se pode considerar como a historia de Portugal em verso, deu causa a se fazerem indagaçoens sobre esse assumpto, e hoje é geral a opinião, daquelle episodio de Camoens ter fundamento em facto historico. Os nossos antiquarios, sôffregos de illustrarem a historia portugueza, tem conseguido apontar os nomes dos doze cavalleiros. Um delles é notavel por honras, com que o condecorarão, tanto o soberano de Inglaterra, que o armou cavalleiro da Gartéra, como o de França, creando-o Conde da cidade de Avranches; seu nome era Alvaro Vaz de Almada.<sup>322</sup>

O mito dos Doze torna-se assim também uma temática de romances portugueses, ou seja, é romancado (*novelized*)<sup>323</sup> ao longo do seu processo de actualização e funciona, tal como acontece na tragédia *O Mestre de Avis* (1851), de José Manuel Teixeira de Carvalho,<sup>324</sup> como símbolo metonímico dos corajosos homens-de-armas de D. João I, tornando-se também um elemento estratégico quer da mitificação desse período da história de Portugal, quer da auto-estereotipação dos lusos.

Em 1858, também Francisco Gomes de Amorim explica nos seus *Versos* que assina poemas em jornais portugueses com o pseudónimo ‘Grão Magriço’, nos quais defende donzelas literárias oprimidas. É, aliás, a voz do cavaleiro que se dirige “À Dama da Rosa Encarnada” e que ameaça os inimigos das damas que deseja acalmar: “Outr’ora já na Inglaterra/Por damas fui pelejar;/E lá fiz morder a terra/Quem as tentou affrontar/[...] Porém, ai dos descortezes/ Onde o Magriço chegar!”<sup>325</sup> Em 1863, Francisco Soares Franco Júnior publica *Folhas da Vida: Poesias*, que inclui o poema «Magriço», redigido no final de 1860 e cujo início elogia a independência portuguesa assegurada em Aljubarrota, enquanto o “guerreiro famoso” Magriço é associado a Trancoso duas vezes. Após referir a vitória londrina, o sujeito poético conclui “que

320. William Beckford, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*, 1835, p. 65. Veja-se também, em língua francesa, o resumo do episódio de J. C. L. Simonde ao estudar *Os Lusíadas* (*De la Littérature du Midi de l’Europe*, tomo 4, 1819, pp. 393-395).

321. Veja-se Rogério Miguel Puga, «*Through the Stained Glass Window: O Imaginário Medieval(izante) na Obra Lusitanista de William Beckford*», 2003, p. 73.

322. Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, *op. cit.*, pp. 114-117.

323. Conceito (*novelized*) de Mikhail Bakhtin, *The Dialogic Imagination*, pp. 7, 10.

324. José Manuel Teixeira de Carvalho, *O Mestre de Avis*, 1851, p. 190.

325. Francisco Gomes de Amorim, *Versos*, 1866, p. 201; veja-se também p. 367.

os louros que [os Doze] ceifaram/Deixaram todos a nós!”<sup>326</sup> antes de recordar Camões: “As armas jazem por terra/Nós já não somos primeiros,/Mas não possam estrangeiros/Negar-nos á pátria amor!/Seja a bandeira de guerra/Brilhante sempre de viço,/Vivamos qual o Magriço/Soldados d’honra e valor.”<sup>327</sup> O eu lírico adopta uma atitude realista ao assumir que Portugal já não é “primeiro” e tem de se sujeitar ao seu diminuto estatuto na arena política internacional; no entanto, ninguém roubaria aos portugueses o orgulho nacional devido ao passado glorioso que o poema mitifica. Tal como Teófilo Braga viria a sugerir em *DI*, o jovem Coutinho é, portanto, um exemplo nacional(ista) que materializa a glória e o ‘amor à pátria’ também através da expansão marítima.

Em 1862, Magriço e os Doze voltam a marcar presença num romance, desta feita histórico: *O Prato de Arroz Doce*, de Teixeira de Vasconcelos. A acção da narrativa tem lugar no Porto durante a revolta da Maria da Fonte e as subsequentes lutas civis (1846-1847). Como é sabido, a obra é um ‘romance-documentário’ romântico que ilustra a transição do romance histórico para o romance ‘de actualidade’, cujo narrador caracteriza o passado recente através quer das antigas características dos portugueses, quer de façanhas pretéritas como as de Magriço, Vasco da Gama ou Camões:

Os guerreiros sorriam com reconhecimento e saudavam com affectuosa cortezia em que desde os tempos de Magriço e dos seus avantajados companheiros levamos primazia ás demais nações, nós os portugueses do occidente, como dizia o immortal cantor do Gama. Ainda hoje decahidos como estamos do nosso antigo esplendor, somos o povo mais affavel, mais delicado, mais cortez e mais respeitoso para com as damas entre quantos eu tive a honra [...] de visitar. [...] Sobreviveu ás catastrophes no coração portuguez o respeito pela mulher.<sup>328</sup>

No citado exercício de auto-estereotipação do (mítico) ‘carácter’ português, Camões e Magriço são mais uma vez associados ao império colonial. O cavaleiro é utilizado como alegoria nacional na qual são projectados imagótipos sobretudo no que diz respeito às qualidades guerreiras, ao respeito pelas mulheres e à honra dos lusos. Os processos de auto-representação e de automitificação dos povos são também desenvolvidos através do uso de alegorias metonímicas como a dos Doze, e sobretudo de Magriço, cavaleiro que é individualizado no seio do grupo de guerreiros desde a relação quinhentista.

Tal como Teófilo Braga utilizaria, após o Ultimato, o mito dos Doze para realçar a amizade e o apoio portugueses à Grã-Bretanha e para criticar a traição (colonial) britânica, também outros autores o fizeram antes de 1890, já durante a chamada *scramble for Africa*,<sup>329</sup> ou corrida a África (1876-1912), nomeadamente o editor José da Fonseca Lage, que, em 1884, publica *A Pátria: A Luís de Quillinan*, uma obra dedicada ao Exército Português e ao major

326. Francisco Soares Franco Júnior, *Folhas da Vida: Poesias*, 1863, p. 125.

327. *Ibidem*, p. 126.

328. A. A. Teixeira de Vasconcelos, *O Prato de Arroz Doce*, 1862, p. 6.

329. Expressão cunhada em 1884 (*vide* Thomas Pakenham, *The Scramble for Africa*, 2003, p. xxv).

de ascendência irlandesa Luís de Quillinan, então em funções na Legação de Portugal em Londres, para lhe agradecer a defesa da dignidade e dos interesses lusos durante um incidente relacionado com a “Questão do Zaire”.<sup>330</sup> Cada vez mais os interesses (coloniais e comerciais) britânicos se opunham ao direito histórico que Portugal reclamava sobre territórios africanos, confronto que envolve as opiniões públicas de ambos os países. Em 1883, no Parlamento londrino, Sir Jacob Bright refere-se a Portugal como um país desprezível, corrupto e protector dos escravagistas, acusações a que o militar-diplomata Luís de Quillinan reage ao dirigir a Bright uma carta pública a defender Portugal e a desafiá-lo para um duelo. A missiva não obtém resposta, e Quillinan é homenageado em Portugal através de textos como os de José Lage e Eduardo Barros Lobo.<sup>331</sup> Essa defesa dos injustiçados (lusos) em Londres facilmente terá evocado a figura de Magriço. *A Pátria: A Luís de Quillinan*, de Lage, refere Bright como “insolente, ignorante e indigno membro da câmara dos commons desse reino, que tão insólita e grosseiramente offendeu a nossa pátria mãe de Affonso de Albuquerque e do notável Magriço, derrotadores [*sic.*] dos celebres doze de Inglaterra”, e Magriço é ainda, mais tarde, recordado como o cavaleiro enviado por Portugal a Londres que venceu publicamente os ingleses. O mito serve assim para representar a superioridade portuguesa no passado longínquo do reinado de D. João I, pois os Doze “obrigaram sem demora, e em presença de toda a corte ingleza, a morder o pó da terra aos insolentes detractores das bellas damas inoffensivas. [...] Portugal, nação nobre e generosa [...] enviava a uma nação estrangeira a fina flôr de seus filhos, a dar a insensatos cavaleiros uma lição de cortezia”, para ser posteriormente traído pela velha aliada. Na p. 482, Magriço é de novo recordado numa crítica à ‘fome’ colonial britânica que prejudica Portugal ao roubar-lhe “grande parte do que os nossos antepassados conquistaram com actos de heroismo”,<sup>332</sup> ou seja, tal como em *DI*, Magriço é um símbolo do heróico passado luso, cada vez mais associado à traição colonial britânica. A vitória dos Doze em Londres é interpretada metonímica e simbolicamente como uma derrota inglesa, e a imprensa portuguesa oitocentista generaliza essa leitura, como podemos verificar através de uma “historieta” publicada em *O Jardim Literário* (1848): “nessa época do heroismo, em que gentis e bizarros cavalleiros corriam á porfia a distinguir-se nos famosos exercícios de cavallaria andante – quando o illustre Magriço já mostrara á vaidosa Inglaterra, quanto podia o braço lusitano, cobrindo-se de eterna gloria”.<sup>333</sup> Esses hetero- e auto-estereótipos continuarão a ser veiculados pela imprensa e por obras literárias, sobretudo na segunda metade do século XIX e no início do século XX, como veremos na segunda parte.

O poema de Almeida Garrett *Magriço ou Os Doze de Inglaterra* (1823-1833) transformar-se-ia, mais tarde, como informa logo o início de *DI*, um intertexto dessa obra de Teófilo Braga. Garrett — tal como Braga viria a fazer, imbuído quer pela estética romântica (interesse pelo

330. Veja-se Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, pp. 113-115.

331. Eduardo de Barros Lobo (Beldemónio), *A Volta do Chiado*, 1902, pp. 197-201.

332. José da Fonseca Lage, *A Pátria: A Luís de Quillinan*, 1884, pp. 214, 325 e 482, respectivamente.

333. Anónimo, «O Entrudo do Diabo: Historieta», *O Jardim Literário: Seminário de Instrução e Recreio*, vol. 2, n.º 10, 1848, p. 74.

passado histórico nacional/medievalismo),<sup>334</sup> quer pelo imaginário camoniano<sup>335</sup> — retoma a tradição do episódio no seu poema iniciado no condado de Warwick, em Inglaterra, mas que nunca é terminado, como o próprio informa num texto (auto)biográfico publicado em 1843 no almanaque *Universo Pitoresco*, e posteriormente (1904) na colecção das suas *Obras Completas*, dirigida por Teófilo Braga:

um poema de um género caprichioso entre Orlando de Ariosto e D. João de Lord Byron; e o seu título e acção principal era Magriço e os doze de Inglaterra; mas, excêntrico e indeterminado na sua esfera, abraçava todas as coisas antigas e modernas, e ora filosofava austeramente sobre os desvarios deste mundo, ora se ria com eles; umas vezes se remontava às mais sublimes regiões da poesia e do coração o do espírito; outras descia a seus mais humildes valores [...]. Este poema, de que por intervalo sabemos que o autor se andou ocupando até ao ano de 1832 (nove anos da sua vida), em que tinha consignado as impressões de suas variadas viagens, e que era finalmente uma rica e imensa colecção de variadíssimos estilos poéticos, veio a perecer, com muitos outros trabalhos literários e científicos do autor, na entrada da barra do Porto, com a perda de um navio, que no fim desse ano (1832) vinha dos Açores, e aí meteram a pique as baterias inimigas. Grandes fragmentos daquele poema foram vistos por muitas pessoas de quem houvermos estas informações. É uma verdadeira perda para a literatura portuguesa, que dos vinte e tantos cantos, que já estavam compostos, e que levavam o herói até às portas da estacada de Smithfield em Londres (onde se pretende que fôra o combate dos doze), é pena, dizemos, que não possa salvar alguns a reminiscência do autor.<sup>336</sup>

Este excerto, para além de localizar, à semelhança de *DI*,<sup>337</sup> o combate na estacada de Smithfield, auto-descreve o poema herói-cómico como “indeterminado”, “excêntrico” e abrangente, e como impressões de viagens do Autor, tendo sobrevivido misteriosamente apenas cerca de mil setecentos e sessenta versos da obra.<sup>338</sup> Essa informação encontra-se também resumida no prómio de *DI*, no episódio do sonho do narrador poético, que envolve o “cura” de *Don Quixote*.<sup>339</sup> Parte do texto de Garrett, nomeadamente vinte e oito versos do canto I, é publicada por Teófilo Braga nas *Obras Completas de Almeida Garrett* em 1904, sendo os restantes versos publicados dez anos depois, igualmente por Teófilo, no segundo volume das *Obras Póstumas* (1914) de Garrett, que afirmara humoristicamente, em carta para José Gomes Monteiro (17-1-1831): “o Diabo é o Magriço e os seus 12! — Pois sabe o que me fizeram?

334. Veja-se Helena Carvalhão Buescu, s.v. «Medievalismo», 1997, pp. 312-315.

335. Veja-se Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, «Camões no Romantismo», 1985, pp. 120-137.

336. *Universo Pitoresco: Jornal de Instrução e Recreio*, tomo 3, 1843, pp. 301-302 (apud Alberto Pimenta, «Prefácio», in Almeida Garrett, *Magriço ou os Doze de Inglaterra*, 1978, pp. 10-11 e Teófilo Braga, «Nota sobre Os Doze de Inglaterra», pp. 300-301).

337. *DI*, p. 273.

338. Veja-se Maria Leonor Machado de Sousa, «Almeida Garrett, *Magriço ou os Doze de Inglaterra*», 1979, p. 73: “[as] circunstâncias [que rodeiam a composição e reconstituição do poema garrettiano...] fazem ecoar em nós reminiscências do que foi característica dos nossos românticos — o paralelismo com Camões — que as tornam um pouco suspeitas quanto à sua autenticidade”.

339. Veja-se Maria Fernanda de Abreu, *Cervantes no Romantismo Português: Cavaleiros Andantes, Manuscritos Encontrados e Gargalhadas Moralíssimas*, 1994, pp. 198-204.

Estou já no XXII Canto (o meu amigo só viu XII destes, e outros dez são novos todos), e ainda agora saíram de Portugal. Mas que há-de ser se o Magriço esteve todo este tempo metido em Tomar com uns Pedreiros-livres ou coisa que o valha.”<sup>340</sup> Palavras que devem ser lidas à luz da análise de Alberto Pimenta, de acordo com quem o exórdio do poema tem como objectivo introduzir “o género escolhido, que neste caso é o satírico [...] ou satírico-eversivo”.<sup>341</sup>

O rascunho autógrafo dos versos sobreviventes (Biblioteca Nacional de Portugal, cota: cod. 12933) é composto por fragmentos de seis cantos, e o frontispício sintetiza a história da escrita do texto, igualmente referida no prómio de *DI*: “Magriço/Começado em Birmingham 1823/Continuado Londres 1831/Perd[id]o no Porto — 1832/Começado a restaurar em Paris – 1833”<sup>342</sup> sendo provável que os primeiros dos vinte e dois cantos consistissem na exposição e nas digressões em torno da matéria principal do poema incompleto: o mito dos Doze. O sujeito poético começa, num tom anticlerical, por criticar os costumes católicos,<sup>343</sup> refere figuras históricas (protestantes) como Isabel I (“que está no inferno/ Por não tomar a bula da cruzada,/ Não comer bacalhau à sexta-feira,/ Zombar do papa e rir do Santo-Ofício”)<sup>344</sup> e enumera motivos literários medievais/cavaleirescos recuperados pelos autores românticos, como o castelo sombrio e solitário de gótica estrutura, louras donzelas, palácios de alabastro e “andantes fidalgos cavaleiros”.<sup>345</sup> Ao descrever o momento em que lia *The Rights of Man* (1791-1792), de Thomas Paine (1737-1809), e sonhava, o eu poético decide parar de divagar e apresentar a acção,<sup>346</sup> estratégia igualmente utilizada por Teófilo Braga na primeira estrofe do prómio de *DI*.<sup>347</sup> Entra então em cena, no verso 183, o “cura celebrado/ De Dom Quixote na famosa história”, que também fala ao narrador poético de *DI*,<sup>348</sup> para confessar que fora o “autor do expurgatório index/ Que alimpou de novelas sensabores/ Do fidalgo da Mancha a livraria”<sup>349</sup> Trata-se obviamente de Pero Pérez, o “cura” que, no capítulo sexto de *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, queima todas as “herejes” novelas de cavalaria existentes na biblioteca do herói, excepto o *Amadis de Gaula*,<sup>350</sup> para que Don Quixote pare de sonhar com “disparates”, ou seja, com andanças e feitos imaginários.<sup>351</sup> Temos, desde

340. *Apud* Alberto Pimenta, *op. cit.*, p. 12. De acordo com o autor, cerca de um mês depois Garrett aceita imprimir o poema na Dinamarca e afirma faltar-lhe cerca de canto e meio para o terminar, confessando, em Outubro desse ano, que o texto ainda está incompleto. A 8 de Junho de 1837, o autor informa J. Gomes Monteiro de que o seu Magriço se ‘afogou’ (cf. *ibidem*, p. 13). Veja-se Ofélia Paiva Monteiro, *A Formação de Almeida Garrett: Experiência e Criação*, vol. 2, 1971, pp. 290-293.

341. Alberto Pimenta, *op. cit.*, pp. 16 e 21, respectivamente.

342. Manuscrito disponível no site da Biblioteca Nacional: <<http://purl.pt/96/1/obras/magrico/index.html>>, frontispício.

343. Vejam-se, a título de exemplo, Almeida Garrett, *Magriço*, I, 204-214.

344. *Ibidem*, 44-47.

345. *Ibidem*, I, 6-11, IV, 984-1035 e I, 241, respectivamente.

346. *Ibidem*, 180.

347. *DI*, p. 1: “Agora não!... Vereis em que me fundo./ Peço licença; entremos já na história”.

348. *Ibidem*: “Um vulto magro, com olhar sombrio,/ De afilado nariz, untuoso, esguio./ Conscio de dignidade, postulante,/ Com incerto sorriso, pos-se diante/ Da minha mesa de trabalho, e falla/ Uma estranha linguagem, que me abala/ Pelo influxo de misteriosos sêres”.

349. Almeida Garrett, *Magriço*, I, 219-221.

350. *DI*, p. 3. Veja-se Cervantes, *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, 1981, pp. 37-38.

351. Consulte-se *ibidem*, pp. 36-42.

já, dois pontos de contacto intertextuais entre as obras de Garrett e Braga: a forma de iniciar o texto e a presença e a descrição da personagem cervantina, que se apresenta a ambos os sujeitos poéticos e se torna, assim, um motivo literário associado ao universo ficcional dos Doze da Inglaterra. De acordo com os poemas garrettiano e teofiliano, o padre é enviado para o purgatório por D. Quixote, onde penará até que seja recuperada a “augusta” ordem da cavalaria. Passados três séculos, a alma penada avista o “trovador” na Inglaterra e tenta convencê-lo de que ele é o único “próprio para a empresa”. O sujeito poético-trovador deve então redigir “o poema prometido”<sup>352</sup> em boa língua portuguesa, que, avisa, anda pelas ruas da amargura. Não se trata de compor uma epopeia digna de Camões ou de Homero, mas uma obra “Dos séculos cristãos, no tempo heróico,/Em que haja paladins, haja castelos,/Batalhas singulares, e princesas.”<sup>353</sup> *DI* referirá directamente o texto de Garrett no momento em que a alma penada do padre informa o sujeito poético teofiliano<sup>354</sup> de que a sua própria salvação só será possível se conseguir que um poeta devolva às novelas de cavalaria a “admiração devida”:

Nos meus erros pelo mundo insanos  
 Vim pois a Portugal há setenta anos;  
 E a GARRETT expondo os meus tormentos,  
 Condoeu-se de mim! Que sentimentos  
 Ao Poeta inspira um amoroso fogo!  
 Para me despenar, um Poema logo  
 Da Tradição dos *Doze de Inglaterra*,  
 Que o ideal da Cavalaria encerra,  
 Começou, dando vida ao heróico tema.

No seu final estava quase o Poema;  
 (Fatalidade que persegue a um morto!)  
 Trazido dos Açores para o Porto,  
 O navio em que vem se submergia,  
 Metido a pique pela artilharia  
 Do miguelino Cerco, ao qual incita  
 A hora do saque da Cidade invicta!  
 Perdeu-se o Poema, quando entrava a barra;  
 Magoado o Poeta este desastre narra;  
 Só eu compreendo essas palavras sérias,  
 Continuando um fardario de misérias.<sup>355</sup>

352. Almeida Garrett, *Magriço*, 352-391.

353. *Ibidem*, 429-431.

354. *Ibidem*, 292-300.

355. *DI*, p. 4.

Nestas estrofes, T. Braga faz uso da informação que o próprio Garrett disponibilizara, como já vimos, relativamente à perda de grande parte do poema ao largo do Porto<sup>356</sup> e que o primeiro autor utiliza em 1904, quando é responsável pela edição das *Obras Completas* de Garrett, colecção na qual o poema *Magriço* é publicado pela primeira vez. O poema garrettiano torna-se não apenas um intertexto de *DI*, mas também um dos seus temas, continuando a alma penada do padre a tentar despertar sentimentos favoráveis no poeta-narrador de *DI*, para que este último dê continuidade à antiga proeza de Garrett e a liberte: “E o antigo pedido hoje renovo:/Não é para fazeres um Poema novo!/Basta dar luz ao Poema que se oculta,/Que então minha alma assim liberta exulta.”<sup>357</sup>

Após o onírico encontro com o sacerdote, o início do canto II do texto de Garrett apresenta, em tom evocativo, a matéria principal da obra pedida pela religiosa aparição:

Ó clássicos, ó críticos, filólogos, [...]  
Preparai os zagunchos, as unhadas,  
As sátiras, as críticas, e apupos,  
Que eu canto \_\_\_ doze heróis, nem mais nem menos.

Doze! É muito cantar: que heróis são esses?  
São aqueles famosos celebrados  
Andantes e valentes cavaleiros,  
Que das praias do Douro, noutro tempo,  
Vieram sobre as margens do Mondego [Tamisa?],  
Provar com a lança e demonstrar com a espada  
De uma dúzia de v. \_\_\_ a existência.

Eram doze os Bretões, gente mal-crida,  
Que a posse desta jóia preciosa,  
*Rara avis in terris*, diz o adágio,  
A doze inglesas damas denegavam.  
Foram doze, portanto, os desafios.  
Doze os duelos, as vitórias doze,  
E os heróis portugueses que as ganharam,  
Os doze de Inglaterra e o seu Magriço.  
E eu, de que tanta dúzia conto a história,  
Serei também das dúzias o poeta.<sup>358</sup>

356. Vide Alberto Pimenta, *op. cit.*, pp. 10-11.

357. *DI*, pp. 4-5.

358. Garrett, *Magriço*, II, 481-504.

Os auto-estereótipos positivos e os hetero-estereótipos negativos caracterizam lusos e ingleses. Os Doze mostraram aos londrinos “que peso tem a espada portuguesa”<sup>359</sup> ao debaterem-se para repor a honra das damas, encontrando-se os adjectivos ao serviço da caracterização dos nobres. À semelhança do que acontece em *DI*, encontramos em *Magriço* também uma cómica invocação às musas, estratégia característica da epopeia, utilizada para pedir às mesmas que contem “as coisas que se passaram,/As guerras, combates, aventuras,/E o mais que sucedeu ao meu Magriço,/Quando com os seus valentes companheiros/Veio ganhar nas terras batatíferas/V\_\_\_ bretão com lança portuguesa”.<sup>360</sup> Enquanto o uso do determinante possessivo (“meu Magriço”) veicula a empatia nacional do narrador poético para com Magriço, o verbo vir (“Veio”) indica, tal como os paratextos do poema, que o texto foi redigido (durante o exílio) em Inglaterra.

A acção começa exactamente às nove horas de um Domingo do mês de Maio, durante o reinado de D. João I, “ilegítimo rei”<sup>361</sup> que se dirige para a Igreja de S. Domingos, no Rossio, ecoando o som de missas pelas ruas da “devota Ulisseia”.<sup>362</sup> O tempo, o espaço e o monarca são rápida e ironicamente caracterizados numa só estrofe, continuando o eu poético a sua crítica aos vícios e pecados dos anafados padres, bem como à Santa Inquisição. Do púlpito, Frei Diogo desenvolve um dos seus sermões recorrendo a “símbolos” e utiliza os Doze de Inglaterra como motivo central da sua parábola, que reinterpreta o episódio perante a multidão. O narrador poético cede assim a palavra ao frade que apresenta as personagens inglesas do episódio (cujo discurso directo é reproduzido em prol da vivacidade), intercalando-se no texto digressões e outros episódios paralelos à acção:

[...] No reino da Inglaterra,  
 Doze virgens — por virgens que as tenho  
 Em boa fé, e a fé é quem nos salva —  
     \_\_\_ lhes desfolhavam [...] <sup>363</sup>  
     \_\_\_ o nobre duque  
 De Alencastro, sogro sobre todos  
 Muito amado de Sua Senhoria,  
 Por seu bom coração houve dó delas,  
 E assim lhes disse: — Eu vou, formosas damas,  
 Pelo meu escrivão da puridade [...]  
 Desde já escrever a el-rei meu genro,  
 Daquém, dalém, de Portugal e Algarves,  
 E da navegação com três *et caeteras*.<sup>364</sup>

359. *Ibidem*, 876.

360. *Ibidem*, 520-525.

361. Garrett, *Magriço*, I, 38.

362. *Ibidem*, II, 530.

363. *Ibidem*, 820-823.

364. *Ibidem*, 849-859.

No início do canto IV, o sujeito poético estabelece o registo do poema ao pedir inspiração ao satirista François Rabelais (c. 1494-1553) para que possa fazer com Magriço o que esse autor francês fizera com *Gargântua e Pantagruel* (c. 1522),<sup>365</sup> sem mais referir, até ao final do texto que nos chegou até hoje, os Doze de Inglaterra. É simbólico que o fragmento poético se ocupe sobretudo dos temas da corrupção do ser humano pela sociedade e da falsidade das aparências,<sup>366</sup> que, por sua vez, o afastam da bondade inata (natureza humana), da honra e do heroísmo de que os Doze são exemplo. O leitor encontra apenas referências soltas ao episódio que dá nome ao texto, nomeadamente a queixa das damas ao duque de Lencastre, o contacto deste com o seu genro e a viagem dos cavaleiros lusos a Inglaterra. Podemos assim concluir, em unísono com Alberto Pimenta, a partir dos excertos que sobreviveram, que o episódio satírico dos Doze “quase não passa de uma vaga utilização pretextual ou programática” que se presta ao “confronto de costumes e instituições a uma distância de quatro séculos”,<sup>367</sup> observando-se sobretudo o retomar de um tema medieval para opor a religião católica à protestante e criticar a primeira.

Apesar de o poema de Garrett nunca ter sido terminado, a tradição dos Doze é-lhe associada por Teófilo Braga, que, em 1899, publica alguns excertos iniciais de *DI* com o título *Os Doze de Inglaterra, Poema por Teófilo Braga: Excertos — Proémio Narrativo — Invocação Lírica*: [por ocasião da] *Comemoração Centenária do Nascimento de Garrett 4 de Fevereiro de 1799*.<sup>368</sup> Na «Nota sobre os Doze de Inglaterra» que acompanha *DI*, Teófilo afirma que nas Comemorações do Centenário do Nascimento de Garrett, em Fevereiro de 1899, e em tom de homenagem ao escritor romântico, utilizara a visita do “cura manchego” como ponto de partida para a sua “idealização do thema tradicional. Foi a homenagem que mais significava a admiração pelo genio [de Garrett] que soube fortalecer Portugal fazendo-lhe sentir as tradições nacionais”.<sup>369</sup> O poema teofiliano assume-se assim como uma homenagem-pastiche ao texto e à ideologia de Garrett, ao imitá-lo criativamente para explorar possibilidades temáticas deixadas em aberto, tais como a figura do amaldiçoado padre de D. Quixote e do poeta que continua, a pedido da alma desse clérigo, a obra sobre o episódio que Garrett deixara incompleta. Tal como Braga faria posteriormente, também o autor romântico escolhe o formato do poema narrativo para descrever as aventuras dos Doze, e, como recorda Helena Carvalhão Buescu, a identidade nacional literária fundamenta a identidade linguística e estas duas manifestam uma identidade cultural que fundamenta a identidade política, construindo assim a “natureza nacional da identidade estética [... ou] a natureza estética da identidade nacional, que ambas são, afinal, para Garrett, uma e a

365. *Ibidem*, IV, 955-957.

366. Kathryn Bishop-Sanchez, *Utopias Desmascaradas: O Mito do Bom Selvagem e a Procura do Homem Natural na Obra de Almeida Garrett*, 2008, pp. 192-193.

367. Alberto Pimenta, *op. cit.*, pp. 23-24. Sobre o renascer do modelo/ideal cavaleiresco na literatura romântica europeia, veja-se Georges Gusdorf, «Romantismo e Cavalaria», 1986, pp. 193-216.

368. T. Braga, *Os Doze de Inglaterra, Poema por Teófilo Braga: Excertos: Proémio Narrativo — Invocação Lírica: Comemoração Centenária do Nascimento de Garrett, 4 de Fevereiro de 1799, 1899*, 19 pp.

369. *Idem*, «Nota sobre os Doze de Inglaterra», in *DI*, p. 301.

mesma”.<sup>370</sup> Como veremos, é essa também a posição defendida por Teófilo Braga nos paratextos da colecção «Alma Portuguesa».

Em 1846, Jacinto Heliodoro Loureiro (n. 1806)<sup>371</sup> publica *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra: Drama Histórico Original*. O conjunto de seis paratextos que precede a obra é significativo quanto à sua recepção pelo público,<sup>372</sup> pois responde às críticas de que a peça que inaugura o Teatro Nacional fora alvo, na sequência de um concurso público, a 13 de Abril de 1846. O primeiro desses paratextos, que talvez já acompanhasse o “drama histórico” no concurso, é assinado pelo Autor, como “Um Portuguez” anónimo e patriota, cuja voz se ergue “excitada” não por amor próprio, mas sim “pátrio”,<sup>373</sup> ideais que T. Braga partilha com o dramaturgo ao visitar o episódio dos Doze e ao abordar a obra de Camões através dos conceitos de ‘amor pela pátria’ e de ‘ethos nacional’.<sup>374</sup> De acordo com Loureiro, o tema histórico da sua obra compensa a sua possível falta de qualidade literária, pois foram o nome ilustre de Magriço e o ‘amor pátrio’ que o motivaram a redigi-la, mas também recorreu aos muitos “incidentes históricos” que se aglomeraram na sua “imaginação”.<sup>375</sup> Jacinto Loureiro estabelece com o leitor um pacto de leitura prévio, funde história e ficção, prova dominar a temática histórica da peça, desconstrói dados avançados por versões anteriores e informa o júri das suas opções e estratégias literárias para tornar “verosímil” o seu “invento”.<sup>376</sup> A obra que visa ‘renovar’ o episódio leva assim Loureiro a estudar o enredo ficcional e a corrigir erros históricos de autores anteriores com base na sua crença de que o combate em Londres teria tido lugar no Pentecostes de 1396. Aliás, a relação quinhentista localiza o combate durante o Pentecostes.

A peça tem início com a vitória de D. João I e a sua visita a Trancoso,<sup>377</sup> numa sala de arquitectura gótica do castelo decorada “conforme a epocha de 1385”,<sup>378</sup> sendo, portanto, sugerida a cor local histórica. As exacerbadas aclamações de alegria popular anunciam a chegada de seis cavaleiros, entre os quais Magriço, que festejam a vitória de D. João I e a independência portuguesa. É também apresentado o subenredo da peça, o amor secreto de Magriço e Beatriz, que termina mais tarde, quando o rei reconhece a jovem como sua filha natural e oferece a sua mão em casamento ao embaixador inglês, Arundel,<sup>379</sup> durante a viagem de Magriço a Londres. Apenas o terceiro e o quarto actos do drama histórico de Heliodoro Loureiro se

370. Helena Carvalhão Buescu, «A Horizontal e a Vertical do Nacionalismo Garrettiano», 1997, p. 87.

371. Para uma breve biobibliografia, veja-se s.v. «Loureiro, Jacinto Heliodoro», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 7, s./d., pp. 662-663.

372. Veja-se Ana Isabel P. Teixeira de Vasconcelos, *O Drama Histórico Português do Século XIX (1836-56)*, 2003, pp. 108-112, 327-329.

373. Jacinto Loureiro, *op. cit.*, p. iii.

374. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa: Camões*, pp. 1-2, 241-243, 499-511.

375. Jacinto Loureiro, *op. cit.*, I, i, p. 17.

376. *Ibidem*, p. vi.

377. Sobre a batalha, vejam-se Salvador Dias Arnaut, *A Batalha de Trancoso*, 1948 e Pedro Gomes Barbosa e Alexandre Patrício Gouveia, *A Batalha de Trancoso*, 2013.

378. Jacinto Loureiro, *op. cit.*, I, i, p. 17.

379. Sobre o casamento-episódio histórico e o casal, veja-se Manuela Santos Silva, «O Casamento de D. Beatriz (Filha Natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel): Paradigma Documental da Negociação de Uma Aliança», in *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, 2007, pp. 77-91 e Miguel Alarcão, «‘What Will Survive of us Is Love’: Os Túmulos de Arundel (Sécs. XIV-XV)», no prelo.

ocupam do episódio dos Doze, situando-se a acção representada no primeiro desses actos em Abril de 1396, no Paço de Lisboa. Magriço e os restantes nobres aguardam a recepção do conde Tomás Simão de Arundel, primo e embaixador do pai de Filipa de Lencastre, que entrega ao rei as missivas de Ricardo II e do duque de Lencastre e afirma vir contribuir para a “glória” de Portugal e a “eterna fama” dos “valentes” cavaleiros, tomando todos conhecimento da falta de “acatamento”<sup>380</sup> de doze ingleses. D. João I lamenta-se por não poder participar em tão gloriosa empresa oferecida aos seus “valentes e leais” cavaleiros, servindo-se de um trocadilho para se dirigir a Vasco Anes da Costa: “É Corte real a que possui um tal cavaleiro como vós!”<sup>381</sup> Como já referimos, em 1623 Francisco Soares Toscano adiciona à lista dos Doze “Vasqueanes da Costa Real”<sup>382</sup> e em 1639 Manuel de Faria e Sousa, identifica, nos seus comentários a *Os Lusíadas*, um cavaleiro da família Corte Real,<sup>383</sup> cuja alusão poderá estar implícita nas palavras reais. Também Teófilo Braga alude à mesma figura histórica através de uma tradição em torno dos Doze, de acordo com a qual o jovem Vasco Anes Corte Real, não sendo escolhido para ir a Londres, lamenta-se a D. João I, que o conforta ironicamente: “Ficarás sendo *O Treze de Inglaterra*, e pede o que possa compensar o teu desgosto. Então Vasco Annes Côrtes Real pediu que na futura expedição contra Ceuta, el-rei permittisse que elle fôsse o primeiro a escalar os muros e a ir plantar a bandeira das Quinas”<sup>384</sup> À tradição dos Doze é assim adicionado o tema da conquista de Ceuta, associação que explica o facto de o final de *DI* remeter para esse espaço a conquistar pelos cavaleiros-navegadores lusos.

A lista dos Doze apresentada na peça respeita o elenco por nós já referido, excepto no caso de “Vasco Annes da Costa”, personagem ausente da lista anterior, mas referida por Francisco Soares Toscano, enquanto Álvaro Almada, *o Justador*, é omitido por Heliodoro. Destaca-se no texto a inovação no que diz respeito à apresentação do nome das *ladies* e às divisas de cada par, aspectos recuperados no poema de Teófilo Braga, tendo nós optado por comparar o rol dos Doze e as respectivas divisas em ambas as obras na segunda parte.

A viagem por mar dos onze cavaleiros não é referida, e a chegada a Londres é súbita. A acção acelera a partir desse momento até ao “dia de glória”<sup>385</sup> em que os ingleses são rapidamente derrotados e o público agitado grita a vitória das damas, legitimando a façanha dos Doze. O último acto, tal como os anteriores, começa com uma elipse, localizando-se a acção, dois meses depois do regresso dos cavaleiros, em Lisboa, ou seja, o texto omite todos os acontecimentos posteriores ao combate. À semelhança do que podemos observar na comédia de Jacinto Cordeiro, o Magriço do final desta peça histórica é uma personagem sentimental e algo ensimesmada, aconselhando-o a avó a conseguir a mais heróica proeza de todas, a completa vitória sobre si mesmo, ou seja, o autocontrolo. Também em *DI*, acompanhamos

380. *Ibidem*, II, viii, p. 64.

381. *Ibidem*, p. 65.

382. Francisco Soares Toscano, *op. cit.*, p. 193.

383. Camões, *Os Lusíadas Comentados por Manuel Faria e Sousa*, p. 100.

384. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa: Camões*, p. 502. A imagem das quinas da bandeira portuguesa em Ceuta é também rentabilizada em *DI*, p. 277.

385. Jacinto Loureiro, *op. cit.*, IV, ii, p. 73.

a *Bildung* do cavaleiro que recusa o amor carnal e se dedica à ‘pátria’. O episódio dos Doze — desde a reunião das cortes em Portugal até ao regresso de Magriço — ocupa apenas dezasseis das oitenta e quatro páginas da peça, que representa sobretudo o amor proibido entre o casal protagonista, Beatriz e Álvaro Coutinho, enquanto as aventuras dos paladinos funcionam como catalizador de outros subenredos da obra. Relativamente ao romance contrariado, Heliodoro faz eco da tradição beirã que defende que a amada do jovem Coutinho é D. Beatriz (1392-1439), filha bastarda de D. João I<sup>386</sup> que acaba por casar com o embaixador inglês Thomas Fitzalan, sétimo conde de Arundel (1381-1415).<sup>387</sup> O amor proibido e ficcional da figura feminina e os sentimentos de Magriço por ela poderão ser interpretados à luz de um paralelismo histórico, que aproxima *DI* da peça de Jacinto Loureiro. De acordo com algumas fontes históricas,<sup>388</sup> Álvaro Gonçalves Coutinho mantém uma relação amorosa com Isabel de Castro, filha de D. Pedro de Castro, o *Torto*, senhor do Cadaval e um dos principais capitães da expedição de Ceuta, contra a vontade da família desta e do próprio D. João I. Reza a tradição que o cavaleiro a sequestra e foge por mar, para escapar ao castigo real, pensando o rei que ele o fizera por terra. Na realidade, a família da jovem proíbe a relação e enclausura-a em Santa Clara de Lisboa, podendo este episódio real ter sido mitificado e a figura feminina substituída.

Se os autores românticos recuperam a temática dos Doze como auto-estereótipo do corajoso e honrado português, os escritores de final do século XIX irão utilizar os paladinos como exemplo a seguir pelos lusos que se insurgem face ao desrespeito e à traição e falta de honra dos britânicos. Os conflitos e as negociações em torno dos interesses imperialistas em África, são assim motivo para a recuperação do mito, como veremos de seguida e na segunda parte. A partir de meados do século XIX, a Europa ‘redescobre’ África e na década de 1870 intensificam-se os conflitos entre os dois velhos aliados europeus,<sup>389</sup> como revelam as disputas (luso-britânicas) em torno da ilha de Bolama e os territórios a sul da baía de Lourenço Marques. Portugal acaba por submeter a disputa a arbitragem internacional, e obtém resoluções favoráveis relativamente a Bolama graças ao presidente norte-americano, Ulysses S. Grant (1870), e à baía de Lourenço Marques graças ao presidente francês Mac Mahon (1875).<sup>390</sup> Como é

386. Cf. David Bruno Soares Moreira, *Terras de Trancoso*, 1932, p. 50 (para outras referências a Magriço e aos Doze, veja-se as pp. 27-28, 45, 49-50).

387. Vide Conde de Sabugosa, *Donas de Tempos Idos*, 1922, pp. 57-79 e António Pedro de Sousa Leite, «A Capela dos Fitzalans no Castelo de Arundel, Última Jazida de D. Beatriz, Filha de El-Rei D. João I, e a sua Aia Inês de Oliveira», 1973, pp. 103-109.

388. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. 4, tomo 11, 1992, p. 56. O autor afirma que Magriço casou com Isabel de Castro por volta de 1390 e que o casal teve três filhos [Pedro Vaz de Moura Coutinho, Gonçalo Álvares Magriço e Álvaro de Moura Coutinho (c. 1420)], adiantando informação confusa sobre Magriço: “foi muito esforçado e valente Cavaleiro, e hum dos doze que foram a Inglaterra à batalha das Damas tão celebrada nas estórias e além disso venceu na presença del rei de França um valeroso Francês, e lhe cortou a cabeça por defender o direito dos Duques e não serem tributários à Coroa de França. [...] Uns dizem que não tivera geração, outros dizem que casara com D. Isabel de Castro de quem igualmente lhe não dão geração, tendo por causa deste casamento grandes diferenças com os parentes da mulher com quem casou por amores. Outros dizem tivera desta sua mulher os filhos que aqui se indicam”. Veja-se também Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, p. 130.

389. Para um estudo sobre esses conflitos e a posição de Portugal na corrida africana, veja-se Paulo Jorge Fernandes, *Mouzinho de Albuquerque: Um Soldado ao Serviço do Império*, 2010, pp. 71-99.

390. Sobre os conflitos anglo-portugueses em África no século XIX e o Tratado de Lourenço Marques, veja-se António José Telo, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa 1875-1900*, 1991, Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, pp.

sabido, o Ultimato é o ‘culminar’ de um longo processo que foi gerando desagrado na população portuguesa, que sofria também uma aguda crise económica. Após as expedições africanas do missionário David Livingstone (1840-1860), é fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) para promover a exploração científica e geográfica dos territórios ultramarinos, defendem-se medidas proteccionistas nos espaços coloniais e são organizadas as missões de Roberto Ivens e Serpa Pinto (1877-1878), entre outras, sendo assinado, em Maio de 1879, o Tratado de Lourenço Marques, que permitiria o desembarque de tropas britânicas nesse porto e o patrulhamento da costa de Moçambique por navios britânicos. Portugal perderia assim as já referidas vantagens conseguidas em 1870 e 1875, pelo que essas negociações deram origem a contestação por parte de monárquicos e republicanos, apoiados pela Sociedade de Geografia de Lisboa, e o tratado não chega a ser ratificado.

A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa poderá ser apontada como o momento simbólico do “renascimento colonial português [...] da tomada de consciência, no seio da sociedade portuguesa, dos problemas ultramarinos”,<sup>391</sup> sobretudo as questões das colónias africanas. Esse processo é generalizado pela imprensa portuguesa, através da qual se dá muita da troca de ideias e se mobilizam as massas urbanas, surgindo, mais tarde, em Portugal, sobretudo a partir da questão de Lourenço Marques (1878-1879), o patriotismo colonial, ou ‘nacionalismo radical moderno de raiz colonial’,<sup>392</sup> fenómeno no âmbito do qual *DI*, de Teófilo Braga, é publicado. Nos anos 80 do século XIX, a imprensa continuaria a estimular, influenciar e ecoar a opinião pública, bem como a alertar, de forma sistemática, para os perigos que os interesses portugueses na costa ocidental africana enfrentavam.<sup>393</sup> A retórica patriótica do Ultramar ganha forma através de discursos em torno da defesa das possessões ultramarinas, da recuperação de arquétipos ou auto-estereótipos nacionais como Magriço, quando se trata de conflitos com a Grã-Bretanha, e da criação de outros mitos através da ‘hagiografia colonial’ que mitifica figuras como o (também “cavaleiro”) Mouzinho de Albuquerque.<sup>394</sup>

Se em 1875 a peça *Madalena*, de Manuel Pinheiro Chagas, associa a figura de Magriço ao cavaleiro que protege mulheres indefesas,<sup>395</sup> cinco anos mais tarde o poeta republicano António Duarte Gomes Leal (1848-1921) publica *A Fome de Camões: Poema em 4 Cantos* (1880),<sup>396</sup> no âmbito do tricentenário da morte de Camões, organizado, entre outros, por Teófilo Braga, texto que estabelece um diálogo intertextual com o poema *Camões*, de Almeida Garrett, através das temáticas da pátria decadente e do poeta incompreendido. O sujeito poético de uma das

101-160 e José Calvet Magalhães, «Portugal e Inglaterra: de D. Fernando ao Mapa Cor-de-Rosa (II)».

391. Maria Manuela Lucas, «A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)», 1992, pp. 300 e 299, respectivamente. Veja-se também Ângela Guimarães, *Uma Corrente do Colonialismo Português: A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*, 1984.

392. Expressão de Paulo Jorge Fernandes, *op. cit.*, pp. 79-84.

393. Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno, 1822-1891*, 1979, p. 62 e Maria Manuela Lucas, *op. cit.*, p. 305.

394. Sobre Mouzinho de Albuquerque como um “mito útil da colonização portuguesa”, veja-se Paulo Jorge Fernandes, *op. cit.*, pp. 13-24, 71-102.

395. M. Pinheiro Chagas, «Madalena», in *idem*, *Madalena e Helena: Dramas Originias*, 1875, p. 112.

396. Sobre a reacção literária de Gomes Leal ao Ultimato, veja-se Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração*, pp. 105-142.

suas composições, «A Mocidade», exorta a população a reagir, apresenta como exemplos a seguir os Doze de Inglaterra e a Ala dos Namorados e parafraseia a epopeia camonianiana:

Quando é que o amor da Ideia faz soldados  
 mais bravos, joviais como atletas,  
 unindo o ideal da Pátria aos bens amados,  
 como a *Ala gentil dos Namorados*,  
 e os Doze de Inglaterra, heróis poetas?  
 Quando se erguem as mãos,  
 sagradas como palmas,  
 e os peitos rectos, sãos,  
 fazendo abrir um *mundo novo*, às almas,  
 cantando só: — Às armas, cidadãos.<sup>397</sup>

Tal como em *DI*, os Doze são equiparados à Ala dos Namorados no que diz respeito à defesa da independência e da fama de Portugal através das armas, das letras e do amor nacionalista. Podemos então concluir que, à semelhança do que acontece no poema de Teófilo Braga, todas as restantes obras que revisitam o episódio associam-no ao patriotismo e a ideais nacionalistas, mensagem que, como veremos de seguida, se acentua simbolicamente após o Ultimato, “marco cronológico de uma raiz geracional multiforme, a partir do qual decorrem diversos projectos de cariz nacionalizante”.<sup>398</sup>

Em 1884 Fernando Leal dedica *Palmadas na Pança de John Bull: Foguete de Guerra Oferecido a Camilo Castelo Branco* a este último autor por ele ter publicado, nesse ano, *O Vinho do Porto: Processo de Uma Bestialidade Inglesa*. *Palmadas* é também uma crítica feroz à Grã-Bretanha e aborda, entre outros temas, a afronta de Jacob Bright a Portugal, o poema «A Infame Inglaterra», de Gomes Leal, as traições inglesas e os conflitos coloniais, ao recordar ao leitor, a propósito de Magriço e dos Doze, que o honrado tempo das cavalaria terminara há muito: “O Magriço e os seus onze paladinos, se quizessem realizar hoje em honra das damas inglesas o feito [...] seriam corridos a cascas de laranja, ou mettidos em Rilhafoles. De mais, aqueles heroes viveram séculos antes da cessão de Bombaim, do tratado de Metwen e do resto”.<sup>399</sup> O autor elenca alguns dos momentos desfavoráveis da aliança anglo-portuguesa e caracteriza a Grã-Bretanha negativamente, intensificando-se os hetero-estereótipos associados à velha aliada sobretudo após o Ultimato de 1890, como veremos na segunda parte. A imposição britânica, acentuada pela crise económica, revela a Portugal a sua falta de poder e o seu estatuto periférico na Europa como potência colonial face aos interesses das demais nações

397. António Duarte Gomes Leal, *A Fome de Camões e Outros Destinos Poéticos*, 1999, p. 132. Em 1881, Gomes Leal publicaria também, sobre o já referido tratado anglo-português, *A Traição: Carta a El-Rei D. Luís sobre a Venda de Lourenço Marques*.

398. José Esteves Pereira, s.v. «Nacionalismo (e a Teoria Política)», p. 340. Vejam-se Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, *passim*, e Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimato Inglês: Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890, 1990*.

399. Fernando Leal, *Palmadas na Pança de John Bull: Foguete de Guerra Oferecido a Camilo Castelo Branco*, 1884, p. 33.

e, tal como aconteceria em Espanha após a independência de Cuba (1898), a nação auto-interroga-se e tenta ‘definir-se’, enquanto a crise política, cultural e identitária se acentua, tal como a anglofobia, como demonstra então a “ensurdecadora gritaria de rua”<sup>400</sup> de Norte a Sul de Portugal. A propósito da ideologia subjacente às obras que recuperam o mito dos Doze na segunda metade do século XIX, sobretudo por questões coloniais, recordemos as palavras de Maria Manuela Lucas: “interpenetrando os interesses económicos, a ideologia assumiu, após o Ultimato, um papel de grande relevo [...]. Os sentimentos nacionalistas tomavam corpo em torno da ideia de império tecendo-se mitos à volta dos territórios coloniais encarados como parcelas ‘sagradas’ de um património inalienável a cujos direitos se associava a ‘vocação ultramarina’ portuguesa”.<sup>401</sup> Teófilo Braga mais não faz do que ecoar essa ideia através do episódio dos Doze, o prelúdio medieval que permite caracterizar o povo português e os valores e ideais que teriam pautado a construção do seu império, assim mitificado através de Magriço e dos seus onze pares. Na segunda parte, ao analisarmos *DI*, veremos que essa impotência nacional se expressa através da “simbologia patriótica”,<sup>402</sup> da qual o mito dos Doze faz parte. Como informa Amadeu Carvalho Homem, “medularmente romântica e intrinsecamente emotiva, a psicologia das massas contentou-se com a radiação efémera de cenografias improvisadas e recolheu-se depois à domesticidade com o papo cheio de invectivas. [...] Sobrava-nos o recurso ao gesto largo, à palavra enfática, à atitude dramatizante, à vindicta miúda, à boa e má literatura para consumo interno”.<sup>403</sup> Nesse mesmo estudo sobre a opinião pública lusa face ao Ultimato, Carvalho Homem apresenta a seguinte interrogação em torno do auto-estereótipo da ‘Alma Portuguesa’ (que Teófilo Braga deseja ‘regenerar’), ou seja do comportamento colectivo face a crises ou ataques à dignidade nacional, domésticos e vindos de fora: “o que talvez se continua a ignorar são os exactos contornos de uma Alma Portuguesa que começa sempre por arder em labaredas de fogo e acaba sempre por se demitir, em rescaldos de conformação”.<sup>404</sup> A obra de Braga surge já numa fase posterior, no início do século XX, encontrando-se as críticas à Grã-Bretanha — fruto da mágoa que perdurara — diluídas ao longo do poema e na hetero-estereotipação dos velhos aliados que os Doze vão auxiliar antes do início da construção do império português, espaço que, de acordo com as personagens do poema, é alvo da cobiça britânica. Aliás, após o Ultimato organizaram-se vários peditórios e projectos de angariação de fundos, nomeadamente para equipar o Exército — então visto como símbolo da independência, da resistência e do poder nacionais —, nos quais Teófilo Braga participa.<sup>405</sup>

Apesar de Camilo Castelo Branco não ter escrito nenhuma obra dedicada aos Doze, o seu poema sarcástico «Extermínio de Inglaterra/Trovas Alegres» (1893), redigido em 1890

400. João Chagas, *Diário de Um Condenado Político (1892-1893)*, 1913 [1894], p. 214; veja-se Bourbon e Meneses, *O “Ultimatum” de 1890: Antecedentes do Conflito Anglo-Português*, s./d., pp. 1-7.

401. Maria Manuel Lucas, *op. cit.*, p. 313.

402. Amadeu Carvalho Homem, «O “Ultimatum” Inglês de 1890 e a Opinião Pública», 1992, p. 283.

403. *Ibidem*, pp. 283-284.

404. *Ibidem*, p. 296.

405. *Ibidem*, p. 286.

como resposta ao Ultimato,<sup>406</sup> refere o episódio. A 14 de Abril de 1890,<sup>407</sup> o autor apresenta o seu poema a Tomás Ribeiro e a Guerra Junqueiro como um texto “bastante burlesco que será queimado”, publicando apenas dois excertos em vida nas revistas *A República* (n.º 4, 22-4-1890) e *Anátema* (n.º único, 1890). Como a violência presente no título informa desde logo o leitor, o sujeito poético pretende exterminar a Grã-Bretanha audaciosa, convocando figuras históricas como Camões<sup>408</sup> e D. Sebastião,<sup>409</sup> que conferem ao texto um teor nacionalista explícito.<sup>410</sup> A estrofe 65 menciona as “magras louras britanicas” (outrora defendidas pelos Doze) que sofrerão devido às “ternuras titânicas” dos “lascivos colóssos”, enquanto a estrofe seguinte continua a dar forma ao campo semântico negativo associado à atitude dos britânicos: “De mancebias tão sujas/Entre sopeiras e bifés/Procederam uns marmanjos/Crudelíssimos patifes.” Finalmente, a estrofe 67 socorre-se da memória de uma figura histórica portuguesa, o Magriço, para dar a entender que Portugal não teme a Inglaterra, ficando a ameaça da retaliação no ar: “Elles não se affligem, quando/Ha motivos para isso;/Já soffreram outro tanto/Quando lá foi o Magriço”.<sup>411</sup> A simbologia dos cavaleiros é portanto rentabilizada num texto que, à semelhança de muitos outros ao longo do século XIX, defende que a antiga aliada se transformara em inimiga, como podemos verificar na estrofe 160: “Inglaterra! estás no cabo!/Vais soffrer eterno eclipse/Pois que te leve o diabo,/Gran-Besta do Apocalypse.” O sujeito poético critica abertamente a Grã-Bretanha, elaborando um trocadilho em torno da besta apocalíptica, nação que o cavaleiro português, símbolo da valentia nacional, poderá facilmente enfrentar de novo. O episódio é assim recuperado para atacar a suposta aliada e recordar o apoio dos Doze, bem como a simbólica derrota na Idade Média.

Se, como já vimos, em 1860 o poema «Magriço», de Francisco Franco Júnior, conclui que, apesar de Portugal já não ser a principal potência colonial, nunca outra nação poderá “negar-nos á pátria amor!” e exorta os portugueses a viver “qual o Magriço/Soldados d’honra e valor”,<sup>412</sup> em 1891, Joaquim de Araújo redige dois sonetos dedicados aos mesmos temas dos Doze de Inglaterra e dos conflitos coloniais em *Flores da Noite*, um intitulado «Os Doze de Inglaterra», e o outro «O Reverso da Medalha», tratando-se, como sugere o título do segundo texto, de um par dialéctico de composições poéticas. O primeiro soneto, datado de Janeiro de 1891, limita-se a resumir o enredo da afronta das damas que não têm quem as defenda e recorrem a Portugal, nomeadamente a “uma dúzia de altivos cavalleiros,/Acorrendo a taes vozes, sobranceiros,/Agarram os biltres... pelas pontas...”,<sup>413</sup> ficando muito do mito (que o leitor já conhece) sugerido nas reticências que pautam propositadamente a apresentação do combate vitorioso em Londres. Esse texto serve assim de introdução ou mote para o poema seguin-

406. Sobre a reacção de Camilo ao Ultimato, consulte-se Basilissa Calhau (ed.), «Extermínio da Inglaterra/Trovos Alegres por Camilo Castelo Branco», secção «Documentos», 1995, pp. 139-144.

407. Cf. *ibidem*, pp. 123-124.

408. Camilo Castelo Branco, «Extermínio da Inglaterra/Trovos Alegres por Camilo Castelo Branco», estrofes 87, 108, 134.

409. *Ibidem*, estrofe 137.

410. *Vide ibidem*, p. 140.

411. *Ibidem*, p. 155.

412. Francisco Soares Franco Júnior, *op. cit.*, p. 126.

413. Joaquim de Araújo, *Flores da Noite: Versos*, 1894, pp. 89-90.

te, que apresenta «O Reverso da Medalha (Comentário ao Soneto Antecedente)» ao criticar humoristicamente aqueles que, tristes, recordam a antiga glória de Portugal (que já não passa de um “emporio do ‘pagode’”), cegamente presos a um passado mitificado: “Frizarmos o que fomos?! – O bigode/É que precisa disso, — unicamente!”. Os tercetos associam, mais uma vez, a valentia dos (doze) cavaleiros do reinado de D. João I à expansão marítima, um período ‘dourado’ do ponto de vista da construção da identidade nacional: “Cavalleiros da Tavola Redonda!/A Verdade não ha quem vol-a esconda.../Submergiram-se as vossas caravelas...”. Trata-se, portanto, de uma jocosa crítica nacional, sobretudo aos autores que, inflamados pelo Ultimato, utilizam os simbólicos Doze e o pioneirismo marítimo para, com base “no que fomos”, criticar a Grã-Bretanha e recordar a vitória lusa medieval. Tal atitude não seria positiva, pois camuflaria o verdadeiro estado do país e iludiria a população. Se os autores criticados recuperam a memória épica da nação, Joaquim de Araújo adopta uma posição autocrítica e anti-épica, que se distancia da posição da maioria dos escritores oitocentistas que abordámos. Como conclui o soneto de Araújo: “Magriço jaz nas solidões do tumulto,/E os netos seus, — desventurado cumulo! —/São estes desossados magricellas...”<sup>414</sup> O humor cáustico e a hipérbole funcionam como um *reality check* face aos devaneios em torno de Magriço, figura que sustenta o complexo de superioridade português com base no passado mítico e que muitos autores e políticos continuarão a elaborar, como aliás se verá no século XX. O trocadilho com base no nome do herói reforça simultaneamente o já referido complexo de inferioridade-superioridade nacional. Os dois sonetos — o primeiro dedicado ao episódio medieval e o segundo à desconstrução (do uso) desse mito — sugerem que o apego acrítico e emotivo ao passado acentua a procrastinação, a ignorância e a revolta vã, quando, na realidade, o país tem pouca margem de manobra face aos crescentes interesses europeus em África. Sete anos depois da redacção dos poemas de Joaquim de Araújo, a Grã-Bretanha e a Alemanha assinam um acordo que lhes permitirá a eventual partilha das colónias africanas portuguesas. Em 1898 Londres negocia um empréstimo a Portugal em troca de rendimentos alfandegários das colónias, o que leva a Alemanha a unir-se, como país credor, à Grã-Bretanha, através de um acordo secreto, sendo quase certo que Portugal não conseguiria pagar a dívida a esses países, entregando-lhes assim as colónias de Angola e de Moçambique. Apesar de o acordo anglo-alemão ser secreto, talvez o governo português tenha tomado conhecimento do seu conteúdo, ou temido os seus efeitos, pois recusa o apoio financeiro. Com o início da Guerra Anglo-Boer (1899), a Grã-Bretanha e a Alemanha afastam-se, e Londres reaproxima-se de Lisboa, sendo assinada nesse ano a Declaração Anglo-Portuguesa de Windsor.<sup>415</sup> Trata-se, portanto, de um período de transição em termos coloniais e de indagação da identidade e do futuro nacionais, e a literatura reflecte a (re)adaptação, o questionamento e a ideologia através do uso de mitos simbólicos como o dos Doze.

---

414. *Ibidem*, pp. 91-92.

415. Vide Fernando Costa, «A Política Externa: do Ultimatum à República», 2001, pp. 45-67 e *idem*, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*, 1998.



## **PARTE SEGUNDA**

A “IDEALIZAÇÃO DO TEMA TRADICIONAL  
DOS DOZE DE INGLATERRA” POR TEÓFILO BRAGA



## 1. A RECUPERAÇÃO DE MITOS E AUTO-ESTEREÓTIPOS NA OBRA DE TEÓFILO BRAGA

Ao longo desta segunda parte analisaremos o processo de representação do mito dos Doze através de um texto específico, o poema narrativo de Teófilo Braga *DI*, e destacaremos rupturas e continuidades no âmbito da longa tradição do episódio na literatura portuguesa, contribuindo assim para o estudo da função do mito em geral na construção e na manutenção da identidade nacional. Como é sabido, esse processo fez-se também através do mito da herança sagrada<sup>1</sup> construído em torno da expansão e do império coloniais.

Como vimos na primeira parte, a aliança anglo-portuguesa, a mais antiga do mundo ocidental, em cujo período inicial a acção do mito dos Doze tem lugar, faz parte da identidade (inter)cultural de Portugal, da história das suas relações externas e da sua política, pelo que não é de admirar que Teófilo Braga tenha recuperado também vários outros mitos histórico-literários, como a Lenda de Machim, num dos volumes da sua colecção «Alma Portuguesa», iniciada já após o Ultimato para ‘regenerar’ a ‘alma’ ou o ‘sentimento nacional’.<sup>2</sup> De acordo com Nuno Severiano Teixeira, a historiografia portuguesa abordou esse conflito sobretudo de dois pontos de vista distintos: o da política externa (conflito diplomático e as negociações bilaterais para a sua resolução) e o da política interna (o levantamento patriótico, a luta antibritânica e antimonárquica em prol do ideal republicano), “sem dar conta de que a especificidade do Ultimato reside justamente nessa relação interno/externo. O Ultimato é um acontecimento de política externa — pelas suas causas diplomático-coloniais — que se transforma e ganha relevo como acontecimento de política interna — pelos seus efeitos político-ideológicos”.<sup>3</sup> Os republicanos acabariam por capitalizar o descontentamento geral da população face à crise económica e à afronta britânica, bem como a ideia de decadência nacional, assumindo-se a colecção literária de Braga como um acto de encorajamento junto da população e de enaltecimento das multisseculares cultura e identidade portuguesas. Como também recorda Manuela Tavares Ribeiro, o Ultimato abriu uma “profunda ferida narcisística e ateou um nacionalismo exacerbado”,<sup>4</sup> tendo nacionalistas como Alfredo Cunha e Trindade Coelho definido a crise dos anos 90 do século XIX como “complexa de moralidade e de intelectualidade, de pobreza económica e de miséria intelectual”, enquanto em 1892 articulistas anónimos afirmavam na *Revista Portugal* que os dois anos anteriores haviam sido “talvez aqueles em que o carácter nacional mais se deprimiu e desonrou”.<sup>5</sup> Aliás, nesse

1. V. Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, 2000, pp. 219-221.

2. Não nos detemos na opinião pública portuguesa face ao Ultimato, pois esse estudo foi já levado a cabo por Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, 1996.

3. Nuno Severiano Teixeira, «Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890: O Ultimatum Inglês», 1987, p. 687.

4. Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos Anos 90 em Portugal», 2000, pp. 63.

5. *Revista Nova*, n.º 1, Novembro 1893 e anónimo, *Revista Portugal*, IV, 1892, p. 252, respectivamente (*apud* Maria

número da revista, Trindade Coelho expressou, tal como Teófilo Braga, também na senda de Giambatista Vico (*La Scienza Nuova*, 1724), o seu desejo neogarrettiano de regresso às origens nacionais:

necessário é retemperar-nos nas camadas onde essas qualidades [fundamentais portuguesas] mais perfeitamente se mantêm, indo às províncias do país buscar para os desfalecimentos do espírito a saúde e o vigor que para as enfermidades do corpo vamos pedir às brisas salgadas do mar e ao ar fortificante dos campos, mergulhando e realentando-nos nesse fecundo veio, que, depois de Garrett, ninguém mais soube sondar e seguir.<sup>6</sup>

Aliás, como já vimos, é também na senda de Garrett que Teófilo Braga recupera o episódio dos Doze e transforma a sua obra num intertexto do poema inacabado *Magriço*. Dado o projecto de cariz nacionalista de Braga ao iniciar a colecção «Alma Portuguesa» e ao ficcionalizar as aventuras dos paladinos lusos, é normal que o autor use Garrett como modelo, cujos ideais são enfatizados a partir da crise de finais de Oitocentos por advogarem o carácter nacional e cívico da literatura e o regresso às tradições, nomeadamente através do estudo do folclore e da figura do poeta-cidadão e pedagogo enquanto mestre político e espiritual. O neogarrettismo alimenta os ideais de um período de forte pendor nacionalista provocado sobretudo pela crise económica e pelo Ultimato e procura fortalecer a identidade e o orgulho nacionais para esbater o generalizado sentimento de decadência e de inferioridade. Esse objectivo encontra-se expresso nas obras de muitos outros autores, por exemplo o *Diário* (1894), de João Chagas: “Este volume não se recomenda, pois, pelo seu interesse literário [...]; mas tem algum interesse político [...]. O espírito de propaganda que o anima pode ainda ser útil num país [em] que as almas tanto fraquejam”.<sup>7</sup> Segundo Braga, a arte portuguesa deveria unificar-se em torno de temas das tradições nacionais para valorizar a cultura e a identidade lusas.<sup>8</sup> Como recorda Jacinto do Prado Coelho, ao advogar que a literatura deve ter um carácter nacional e ao mostrar que nas tradições “se encontram as mais genuínas fontes de lusitanidade, Almeida Garrett foi o propulsor do nacionalismo literário (mais amplamente: cultural) dos últimos cem anos. [...] E Teófilo, desde cedo entregue ao estudo do folclore nacional, continuou Garrett ao publicar o cancionero, o Romanceiro, os contos tradicionais [...], a série de poemas *Alma Portuguesa*”,<sup>9</sup> de que *DI* faz parte. Aliás, Braga, ao recuperar o poema de Garrett no início de *DI*, afirma que lhe dá continuidade, ecoando conscientemente as palavras de Lopes de Mendonça, para quem a obra do romântico “é uma nacionalidade que ressuscita”, teoria glosada pelo próprio Braga em *Garrett e o Romantismo*.<sup>10</sup>

---

Manuela Tavares Ribeiro, *op. cit.*, pp. 64-65).

6. *Apud ibidem*.

7. João Chagas, *Diário de Um Condenado Político (1892-1893)*, p. i.

8. Veja-se Ivete Luís A. V. C. Pio, «Alberto de Oliveira: Ideário Nacional», 2012.

9. Jacinto do Prado Coelho, *s.v.* «Neogarrettismo», 1992, p. 711.

10. Teófilo Braga, *Garrett e o Romantismo*, 1903, p. 5.

*DI* recupera um tema medieval simultaneamente camoniano e garrettiano, estratégia de *mise en abyme* duplamente simbólica, marcando o bardo renascentista presença também no neo-romantismo português como repositório-voz da ‘alma nacional’ e intérprete do espírito de nacionalidade,<sup>11</sup> como recorda José Carlos Seabra Pereira: “na viragem do século, a exemplaridade camoniana configura-se segundo vectores entretecidos desde Garrett e o Romantismo até às celebrações do Tricentenário (1880), desde a construção concebida por Teófilo Braga e adoptada pelo republicanismo até às injunções da crise finissecular. [...] Traduzia-se já na aura de Camões como realização do *Volksgeist*”.<sup>12</sup> Ao mitificar figuras como Camões, o autor de *DI* promove a centralidade histórica e mítica do poeta “no imaginário e na pragmática desse nacionalismo cultural e desse patriotismo republicano; e é esse Teófilo Braga que depois influencia fortemente os neorromânticos, [...] pelo título — Alma Portuguesa — que escolhe para essa antologia”.<sup>13</sup>

Urgia renovar e estimular o ‘espírito nacional’, e o exemplo dos Doze é uma estratégia ideológica eficaz para o fazer enquanto mito nacional histórico-literário que remete para o período glorioso em que o cavaleiro embarca nas naus rumo a África, fundindo-se assim dois mitos, o do cavaleiro andante e o do ‘explorador’ renascentista que inaugura o império português muito antes do início do projecto colonial inglês. Como veremos, há ainda outros traços identitários associados à forma de ser português que Teófilo mitifica através dos Doze; por exemplo, o enamoramento do ‘povo’-poeta dado ao romantismo e à saudade. O autor defende a especificidade étnica e o génio cultural portugueses, pelo que faz equivaler as criações artísticas dessa comunidade aos seus traços ‘genéticos’ e culturais (literatura como voz do povo), posição criticada, como é sabido, por Antero de Quental e Oliveira Martins ao desconstruir o carácter rácico germânico-moçárabe defendido por Braga. Tal como Ramalho Ortigão,<sup>14</sup> o autor de *DI* também valoriza figuras e acontecimentos históricos enquanto intérpretes de um passado colectivo que desencadeiam sentimentos patrióticos, e advoga quer a superioridade europeia, quer o pioneirismo colonial ibérico. Como é sabido, Braga adere ao positivismo em 1872 e a sua obra literária e cultural é influenciada pelo culto das grandes personalidades<sup>15</sup> (daí as biografias sobre Camões e a colecção «Alma Portuguesa») e pela ideia das comemorações nacionais; e, como recorda Pedro Calafate, um dos aspectos mais interessantes do seu pensamento é a forma como faz coincidir a sua formação romântica com o positivismo, “o modo como considerou fundamental encarar o progresso positivo e necessário da humanidade fundado no conhecimento das tradições nacionais, com base no conceito de raça, tema no qual via a efectivação da divisão positivista da conciliação do progresso com a ordem, sendo

11. T. Braga tem uma concepção étnica de nação, o que implica um processo cumulativo de reunião de tradições, levando-o também a articular o seu trabalho em torno da biografia de Camões com a história de Portugal, pois, de acordo com o autor (*Camões: Época e Vida*, 1907, p. 5), o bardo encarna a “feição típica da raça lusitana, fortificou o ideal da Patria pela Tradição e deu o maximo relevo artistico, fazendo vibrar o *ethos* da nacionalidade”.
12. José Carlos Seabra Pereira, s.v. «Camões e o Neorromantismo», 2011, p. 167.
13. *Ibidem*, p. 169.
14. Vide Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Crise de Identidade Nacional», p. 74.
15. Vejam-se Maria Isabel da C. João, *op. cit.*, pp. 54-83 e Ana Leonor Pereira, «Darwinismo, História e Literatura: O Caso da História Universal: Epopeia da Humanidade de Teófilo Braga», 2000, pp. 221-260.

esta última assegurada pelo respeito das bases étnicas das nacionalidades”<sup>16</sup> Braga aprofunda o seu conhecimento sobre a obra de Comte quando lecciona Filosofia no Curso Superior de Letras (1874-1878), coligindo as suas lições em *Traços Gerais de Filosofia Positiva* (1877), obra que seria revista e publicada como *Sistema de Sociologia* (1908), e na qual o autor afirma que a “fonte de toda a elaboração poética e literária deriva do fundo tradicional de cada povo, que é a base afectiva da sua unificação social”,<sup>17</sup> teoria que, como veremos, será posta em prática nos textos literários do autor, nomeadamente em *DI*.

Se *DI* glorifica Camões e a expansão colonial portuguesa, e o autor advoga a utilidade social e pedagógica dos centenários — que metaforiza, em 1884, como sínteses afectivas<sup>18</sup> —, ele também critica, no artigo de opinião «A Lenda do Infante D. Henrique», que publica no jornal republicano *Vanguarda*, as festividades que o Governo organiza, em 1894, durante o quinto centenário do nascimento de D. Henrique, afirmando que “com o ânimo do lucro, introduzindo nas suas colonizações a escravatura africana, o infante desviou o génio nacional para o mercantilismo [...] sob o aspecto formal, pintado como parthenio ou virgem, a história nunca poderá deixar de ser severa”.<sup>19</sup> Braga utiliza também os conceitos de ‘latinidade’ e de ‘civilização ocidental’ de Comte, valoriza Camões como poeta renascentista dessa superior “civilização ocidental”; e, como ele próprio conclui, em textos de cariz científico e ao longo de *DI*, os novos conhecimentos ‘coligidos’ pelos navegadores portugueses são uma dádiva à humanidade, um tópico camoniano por excelência: “os Descobrimientos dos portugueses alargavam os horizontes da realidade e da Humanidade”.<sup>20</sup>

O momento da acção de *DI* é um período áureo da história portuguesa durante o qual a Inglaterra pede ajuda a Portugal, mesmo antes do início da expansão colonial, nomeadamente da tomada de Ceuta (1415), acontecimento que encerra o texto, mas que deixa em aberto o futuro dos Doze, que se aventuram nas naus, rumo a África. Teófilo Braga — considerado um intelectual nacionalista por vários estudiosos da sua Obra<sup>21</sup> — recupera um episódio divulgado por Camões, cuja Obra o autor conhece bem, pois preparara uma edição de *Os Lusíadas* (1881) e publica vários estudos sobre a obra e a vida do bardo renascentista.<sup>22</sup> Aliás, ao ‘imitar’ a epopeia camoniana na forma e no conteúdo, Braga reitera a conclusão a que chegara em *Camões e o Sentimento Nacional* sobre a função do poema épico: “[um] ideal colectivo que fortifica o sentimento de Pátria e Nacionalidade. A actividade marítima faz com que essa

16. Pedro Calafate, *Portugal como Problema, Século XIX: Decadência*, 2006, pp. 81-82.

17. Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, 1908, p. 352.

18. *Idem*, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, 1884.

19. Veja-se Teixeira Bastos, *A Crise: Estudos sobre a Situação Política, Financeira, Económica e Moral da Nação Portuguesa nas Suas Relações com a Crise Geral Contemporânea*, 1894, pp. 25-26.

20. Teófilo Braga, *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa*, vol. 2, 1914, pp. 309-310.

21. Marques Braga, *A Obra de Teófilo Braga e as Tradições Portuguesas*, 1917, Pedro Castelo Branco Chaves, *Teófilo Braga e o Nacionalismo*, 1935, Rebelo de Bethencourt, *Teófilo Braga: Mestre Nacionalista*, 1942.

22. Vejam-se as seguintes obras de Braga sobre Camões, algumas delas versões melhoradas das anteriores: *História de Camões* (1873), *Os Novos Críticos de Camões* (1873), *Camões e Os Lusíadas* (1880), *Bibliografia Camoniana* (1880), *Camões e o Sentimento Nacional* (1891) e *Camões: Época e Vida* (1907). Braga foi um dos impulsionadores do Tricentenário da Morte de Camões em 1880 [vide Maria Isabel da Conceição João, *op. cit.*, pp. 190-197 e Carlos Manuel F. da Cunha, s.v. «Braga, Teófilo (Camonista)», 2011, pp. 101-107].

Pátria [portuguesa], pequena mas mui Amada, se convertesse em uma fecunda nacionalidade: Camões deu expressão a este sentimento e transformou uma Pátria em nacionalidade histórica!”<sup>23</sup> *DI* reclama o mesmo objectivo ao recordar a expansão lusa através da tomada de Ceuta e ao caracterizar a identidade portuguesa. O poema narrativo é simultaneamente fruto e ferramenta do nacionalismo cultural, tal como o são outros estudos historiográficos,<sup>24</sup> políticos, literários e etnográficos do autor, nomeadamente: *Contos Populares do Arquipélago Açoreano* (1864), *História do Direito Português: Os Forais* (1868), *História do Teatro Português* (1870), *Estudos da Idade Média: Filosofia da Literatura* (1870), *Epoeias da Raça Moçárabe, Trovadores Galaico-Portugueses* (1871), *Excertos de Um Cancioneiro Quinhentista* (1883), *História da Universidade de Coimbra* (12982) e *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça* (1894), entre outros.

*O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885) é uma das primeiras tentativas de abordagem sistematizada da cultura popular portuguesa que ecoa o debate dos etnólogos das décadas de 1870-1880, e elenca algumas das qualidades lusas como o “excessivo orgulho”, o “génio imitativo” e “amoroso”, o pendor pouco especulativo (características que, de acordo com Braga, se devem ao fundo turaniano da cultura lusa), o fatalismo (apresentado como sendo de origem árabe), “uma certa brandura”, o “génio aventureiro e a tendência para a exploração marítima”, de extracção celta,<sup>25</sup> ideia que encontramos expressa quer no prefácio de *Viriato* e em *DI*, quer por antropólogos como Jorge Dias em *Estudos do Carácter Nacional* (1960).<sup>26</sup> Teófilo Braga recupera e caracteriza as origens de Portugal para elencar estereótipos ‘nacionais’, ou seja, traços da chamada ‘psicologia étnica portuguesa’.<sup>27</sup> Esses auto-estereótipos, as tradições populares e ‘eruditas’ e os mitos por ele utilizados (enquanto elementos unificadores da cultura portuguesa) reforçam o sentimento de ‘carácter nacional’ ou a ‘personalidade-base’ lusa e recordam à população-nação as características que supostamente a definem e distinguem das demais nações. Como demonstra João Leal,<sup>28</sup> o debate em torno da questão da especificidade da cultura portuguesa desenvolveu-se sobretudo desde finais do século XIX e centrou-se na possibilidade e nos termos precisos “a partir dos quais se poderia encarar a identidade nacional portuguesa como uma identidade apoiada num conjunto de características espirituais ou psicológicas próprias que fariam dos portugueses, portugueses”. Através de *DI*, T. Braga coloca em prática (literária) algumas das conclusões desse debate em que participa ao utilizar como temas as características e as qualidades da ‘feição’ portuguesa. Esses auto-estereótipos são abordados pelo autor também em textos de cariz científico, como *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça* (1894), que se ocupa das manifestações “complexas

23. Teófilo Braga, *Camões e o Sentimento Nacional*, 1891, pp. vi-vii.

24. Sobre narrativa historiográfica, mito nacional e nacionalismo, vejam-se Sérgio Matos Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, 1990, *idem*, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, 1998 e *idem*, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, 2008.

25. Cf. Teófilo Braga, *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, 1995, pp. 62-73.

26. Jorge Dias, *Estudos do Carácter Nacional*, 1971, pp. 19-20.

27. Sobre a (re)invenção e a circulação de estereótipos nacionais, também pela mão de Braga, vide João Leal, *Etnografias Portuguesas 1870-1970: Cultura Popular e Identidade Nacional*, 2000, pp. 86-88.

28. João Leal, *Etnografias Portuguesas*, 2000, pp. 84-87.

do génio nacional e do carácter individual português”,<sup>29</sup> tais como a vocação para a “actividade marítima”, a capacidade de “fácil adaptação ao meio”, o “cosmopolitismo”, o “ecletismo étnico” e a fácil assimilação de novas realidades,<sup>30</sup> traços que, como veremos, são ficcionalizados em *DI* para caracterizar os Doze e metonimicamente os portugueses. Como já afirmámos, Braga defende que a influência celta se faz sentir no espírito de aventura e no génio amoroso lusos, que, por sua vez, estimulam a nostalgia e o carácter triste e apaixonado, bem como um forte lirismo,<sup>31</sup> enquanto a influência semita se revela no “desequilíbrio mental” que é responsável pela “alucinação do génio” e pela “exaltação do sentimento [...] na forma do fanatismo da honra, da cavalaria”.<sup>32</sup> Como veremos, este último auto-estereótipo é o que mais marca *DI*, relacionando-se com o “*ethos* passional” do povo luso que o autor refere no prefácio à segunda edição do *Cancioneiro Popular Português*,<sup>33</sup> e que distingue os Doze. Tal como os traços que (supostamente) definem o Português, também os que caracterizam os cavaleiros são maioritariamente positivos, sobretudo ao nível dos sentimentos, pelo que se torna claro que T. Braga incorpora as conclusões da sua investigação sobre a ‘alma nacional’ em *DI* ao ficcionalizar o episódio mítico e ao reivindicar a singularidade da cultura portuguesa e as sensibilidades artística e emotiva dos portugueses face aos britânicos, que, de acordo com o autor, não apreciam poesia, por falta de sentimentos.<sup>34</sup>

## 2. O DIÁLOGO ENTRE OS ELEMENTOS PARATEXTUAIS DA COLECÇÃO «ALMA PORTUGUESA» E OS AUTO-ESTEREÓTIPOS: A HISTÓRIA E A ‘FEIÇÃO NACIONAL’

A estrondosa lide

Que hade dar que fallar por todo o mundo.

*DI*, p. 96

Neste capítulo continuaremos a abordar, à luz dos preceitos da imagologia, a representação literária da ‘alma’ ou do ‘carácter’ português na obra de Teófilo Braga. Começemos por recordar as quatro principais premissas da imagologia cultural e histórica através da síntese de Birgit Neumann:

First, rather than merely describing a pre-existing reality of national others, national images actively construct that very reality. Different genres and media [...] deploy a genre- or medium-specific

29. Teófilo Braga, *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça*, 1894, p. x.

30. *Ibidem*, p. 26; veja-se João Leal, *op. cit.*, pp. 86-87.

31. Teófilo Braga, *A Pátria Portuguesa*, pp. 161-162.

32. *Ibidem*, p. 217.

33. *Idem*, *Cancioneiro Popular Português*, 1911, p. vii.

34. *Idem*, «Elementos da Nacionalidade Portuguesa», 1883-1884, pp. 197-198.

rhetoric to create powerful images of national others, images which are bound up with cultural norms and are designed to structure systems of thought. [...] Second, the construction and dissemination of culturally significant images relies on trans- and intermedial strategies. National stereotyping is never a monomedial process because the creation and perpetuation of culturally normative knowledge builds on the perpetual reaffirmation of cultural notions of self and other. Third, national auto- and heteroimages are historically variable forms of cultural signification. Finally, national images have a pragmatic dimension and thus fulfil diverse functions in specific historical, cultural, and aesthetic contexts, functions which cannot be reduced to the construction of national identity.<sup>35</sup>

Como a autora afirma, os estereótipos literários não se limitam a construir a identidade nacional, mas têm diversas funções, entre as quais perpetuar noções culturais, sendo transversais às várias esferas (cultural, mediática, científica) das sociedades, e a obra de T. Braga demonstra-o. De seguida, abordaremos a definição do conceito e auto-estereótipo de ‘alma portuguesa’ nas obras do autor e de outros escritores portugueses, e a partir desses pressupostos analisaremos as formas e as funções da retórica nacionalista nos paratextos da colecção «Alma Portuguesa» e especialmente em *DI*, nomeadamente a necessidade de estimular a confiança e o orgulho nacionais com base na mitificação de um passado glorioso, sendo a auto-imagem também construída por oposição ao comportamento do Outro britânico. A expressão ‘Alma Portuguesa’ faz eco da tradição europeia que revemos aqui sumariamente e de forma representativa<sup>36</sup> para contextualizar o seu uso por Teófilo Braga no início do século XX, na senda do romantismo e do idealismo alemães.

Em 1789, o abade francês Emmanuel Joseph Sieyès publica o panfleto *Qu’Est-ce Que le Tiers Etat*, que identifica o Terceiro Estado com a nação e não com o monarca, texto que se torna um dos manifestos da Revolução Francesa, enquanto no universo germânico F. Schlegel e Hegel relacionam os fenómenos estéticos com o génio da comunidade que os produz. Também o filósofo nacionalista J. Gottfried Herder teoriza, nas três últimas décadas do século XVIII, sobre o conceito de ‘alma do povo’ (*Volksseele*) e sobre a identidade colectiva distinta de cada cultura ou comunidade, que, de acordo com o autor, deve ser estudada no seu contexto próprio e preservada.<sup>37</sup> As ideias da singularidade e da autonomia do povo alemão são também desenvolvidas por Fichte (*Discursos à Nação Alemã*, 1807-1808), e em 1861 John Stuart Mill teoriza sobre o sentimento de nacionalidade que tem por base o desejo colectivo de ter um só governo.<sup>38</sup> Já Joseph Ernest Renan opõe-se às teorias de pensadores alemães como Johann Goetlieb Fichte e defende, em *Qu’Est-Ce Qu’Une Nation?* (1882), uma nação definida com base não em etnias, religiões ou línguas, mas sim num nacionalismo solidário

35. Birgit Neumann, «Towards a Cultural and Historical Imagology», 2009, p. 276.

36. Vide António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, 1989 e Onésimo Teotónio Almeida, «A Questão da Identidade Nacional na Escrita Portuguesa Contemporânea», 1991, pp. 492-500.

37. Sobre o relativismo/nacionalismo cultural, o historicismo e o conceito de cultura de Herder, veja-se Sonia Sikka, *Herder on Humanity and Cultural Difference: Enlightened Relativism*, 2011.

38. John Stuart Mill, *Considerations on Representative Government*, 1880, p. 120.

e místico, a alma dos povos, pois uma nação é um “referendo diário” pautado também pelo sentimento, um princípio espiritual que tem por base o que as pessoas decidem recordar e esquecer colectivamente.<sup>39</sup>

Tal como para Renan após o estabelecimento da Terceira República, também para autores como Teófilo Braga (no Portugal do pós-Ultimato e após a implantação da República), os heróis que se sacrificam são importantes forças de coesão e símbolos essenciais para construir/reforçar a identidade nacional através da literatura e das artes. Esses ideais recentes e a concepção de uma nação-pátria que a todos pertence surtem efeito em Portugal sobretudo após 1820, enquanto intelectuais europeus como Gaston Paris, Alfred Jeanroy e Milá e Folanals analisam as literaturas nacionais com base nessas premissas e influenciam Teófilo Braga, Eça de Queiroz — que afirma, a propósito do mito do *Encoberto*, que “a alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heróis que ela escolhe para amar e para cercar de lenda”<sup>40</sup> —, Oliveira Martins, que publica, entre outras obras, *Os Filhos de D. João I* (1891) e *Vida de Nuno Álvares* (1893), e Teixeira de Pascoais, que, em *A Arte de Ser Português* (1915), enumera as características do “desenho íntimo da alma pátria, que se exterioriza por meio das suas qualidades em acção: génio de aventura, espírito messiânico, sentimento de independência e liberdade”,<sup>41</sup> ideia que repete ao escrever na revista *Águia*: “se não existisse uma alma portuguesa [...] teríamos de nos fundir nessa massa amorfa da Europa”.<sup>42</sup> Entre 1870 e 1970, também a antropologia portuguesa — que se afirma como uma “antropologia de construção da nação” através de um discurso de características etnogenealógicas — defende a nação enquanto “comunidade étnica de descendência [...] baseada em antecedentes étnicos providos dos argumentos da antiguidade e originalidade” através das chamadas teses lusitanistas, que, por sua vez, fundamentam esse “projecto nacionalista da antropologia portuguesa”.<sup>43</sup> Era, portanto, tendência generalizada procurar os antepassados étnicos da nação, ficando clara nas obras de Teófilo Braga e também de Adolfo Coelho a articulação entre a antropologia e a problemática da identidade nacional.<sup>44</sup> Aliás, em 1894, o autor de *DI* questionaria, em tom de afirmação: “sem fronteiras que nos separem de Hespanha, e subsistindo como individualismo nacional através de todos os esforços da incorporação castelhana e dos desconcertos políticos dos chefes temporaes, onde ir procurar a força d’este individualismo senão na raça?”<sup>45</sup> concluindo mais tarde, na sua obra ficcional, que “a palavra poetica é alada, e pelo prestígio da tradição transpõe as edades, repercutindo-se na alma dos vindouros”.<sup>46</sup> Em meados do século XX, Joaquim de Carvalho resume essas ideias ao concluir que a história nos dá simultaneamente “o testemunho real e as dimensões existenciais da compleição da alma dos povos, da

39. Veja-se Ernest Renan, *Qu’Est-Ce Qu’Une Nation?*, 1991, pp. 12-48.

40. Cf. António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, 1930, p. 229.

41. Teixeira de Pascoais, *A Arte de Ser Português*, 1998, p. 89.

42. *A Águia*, vol. 1, 1912, p. 2. Veja-se Miguel Real, «O Espiritualismo d’A Águia», 2011, pp. 237-255.

43. João Leal, *op. cit.*, pp. 64-65.

44. *Idem*, «Em torno desta Reedição», 1999, p. 14.

45. Teófilo Braga, *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça*, 1894, p. 150.

46. Teófilo Braga, *Viriato*, p. 35.

capacitação, qualidades e defeitos que a constituem, da hierarquia de valores que a singularizam, das tradições que a mantêm, das aspirações que a alentam e das vicissitudes dos ideais que a orientam”,<sup>47</sup> ideia que Frei João Ferreira ecoa: “existe no seio da nação portuguesa uma alma portuguesa, com um carácter, uma personalidade espiritual, donde tem procedido o seu destino social e humano. Esta alma expressa em formas e oculta em atitudes e sentimentos já revelados e ainda por revelar, constitui a realidade interior do histórico português, realidade que compete descobrir à filosofia da história”.<sup>48</sup> No início do século XX surgem revistas como a *Alma Nacional* (1910) — publicação “patriótica” republicana que pretendia ser, de acordo com o seu editor, uma “crónica severa, e ao mesmo tempo agitada, da nossa vida e a precursora da pátria nova”<sup>49</sup> —, ou a *Alma Portuguesa* (1913), que defende o projecto de regeneração nacional e o ‘integralismo luso’.

A colecção «Alma Portuguesa: Rapsódias da Grande Epopeia de Um Pequeno Povo» pretende demonstrar a grandeza dessa mesma ‘alma’ e regenerar o ‘sentimento nacional’, e os Doze são um exemplo já conhecido e, logo, indicado para o fazer. Ao longo dos textos introdutórios da colecção e de artigos na imprensa periódica, Teófilo Braga partilha as suas ideias sobre as origens e características do povo português e espelha o objectivo ideológico da sua obra. Numa série de textos simbolicamente intitulada «Elementos da Nacionalidade Portuguesa», que inaugura o n.º 1 da *Revista de Estudos Livres* (1883-1884), dirigida por Braga, o autor caracteriza os portugueses com base na sua história e nas relações com franceses e ingleses, e conclui que os escritores estrangeiros e nacionais “distinguem os portugueses pelo seu carácter amoroso [...] [e pelo] heroísmo da fidelidade”,<sup>50</sup> característica intemporal que concorre para uma outra: o lirismo português. Os traços que o autor lista podem ser interpretados como auto-estereótipos que são justificados também com base em características de outros povos europeus, ou seja, através de uma abordagem comparatista, permitindo-lhe o conhecimento que tem da literatura portuguesa concluir, num breve exercício temático: “é o amor o grande thema da litteratura portugueza, e a própria epopêa nacional dos *Lusíadas* foi creada pelo ‘amor do ninho seu paterno’, como Camões o confessa com simplicidade. É por isso que todos somos poetas n’uma certa idade; poetas e soldados”, criticando a rejeição inglesa da poesia como fruto do carácter nacional: “A Inglaterra sob o seu utilitarismo selvagem não comprehendendo a existencia de uma nação de poetas, chama-nos por isso uma nação desprezível”.<sup>51</sup> Este rebate parece responder à já referida afronta de Sir Jacob Bright. Não é, portanto, de admirar que um dos volumes da colecção «Alma Portuguesa» cante, através da poesia, a devoção dos paladinos lusos às damas inglesas afrontadas por nobres seus conterrâneos. O tom antibritânico marca também o artigo de Luciano Cordeiro no n.º 6 da *Revista de Estudos Livres*, que denuncia as disputas coloniais

47. Joaquim de Carvalho, *Compleição do Patriotismo Português*, 1953, pp. 11-12.

48. F. Ferreira, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, 1965, p. 115.

49. Veja-se Mário Vilela, *Alma Nacional (Revista Republicana 1910) Linguagem e Ideologia*, 1977.

50. Teófilo Braga, «Elementos da Nacionalidade Portuguesa», pp. 197-198.

51. *Ibidem*, p. 200.

luso-britânicas em África, desta feita “A Questão do Zaire”, revelando que os britânicos utilizam o argumento do abandono de certos territórios por parte de Portugal para lhe retirar direitos sobre os mesmos.<sup>52</sup>

Detenhamo-nos então nos elementos paratextuais da colecção «Alma Portuguesa» e de *DI*. De acordo com Genette,<sup>53</sup> é através do paratexto que uma narrativa se transforma em livro e se propõe como tal ao leitor, tendo lugar, através desse elemento, o diálogo entre o texto e o discurso do mundo sobre o texto; daí que os prefácios ou introduções, como veremos na colecção de Braga, estabeleçam linhas de orientação que guiam ou desafiam o leitor.<sup>54</sup> Como é sabido, o paratexto não teve sempre a mesma função e importância, e a relação do leitor com essa ‘antecâmara’ do texto mudou de século para século, servindo, na maioria das vezes, para o apresentar, enquadrar e interpretar.<sup>55</sup> Segundo Magnuson,<sup>56</sup> o paratexto ajuda a transformar a escrita num acto público, e é “an exit [from the text], the road of allusion to other works; it points to and responds to a public discourse that indicates subjects of social and political concern”. É à luz destas palavras que abordamos os paratextos ideológicos da colecção como discurso público, social e político em torno da identidade e da nacionalidade portuguesas.

Apenas três dos seis volumes da colecção «Alma Portuguesa» são publicados: a “narrativa epo-histórica” *Viriato* (1904), o drama histórico *Gomes Freire* (1907) e o poema narrativo *DI*, que seria o quarto volume e surge doze anos após o Ultimato para revelar o “espírito de independência da raça *lusitana*”.<sup>57</sup> No final de 1902, o romancista Abel Botelho (1855-1917) publica no jornal *O Dia* a primeira notícia do “largo e admirável” plano da colecção, que Teófilo lhe comunicara pessoalmente, e, ao listar e explicar os seis volumes, define o projecto como manifestação fantasiosa do génio nacional:

- 1.<sup>a</sup> — *Viriatho*, poema em prosa, em que através da narrativa da luta contra os romanos, se revela o **elemento anthropologico do lusismo**;
- 2.<sup>a</sup> — *Frei Gil de Santarém*, o **pensamento portuguez** na grande crise mental da Europa durante o século XIII;
- 3.<sup>a</sup> — *Linda Ignez*,<sup>58</sup> tragedia clássica, destinada a exprimir toda a **intensidade e doçura do génio amoroso portuguez**;<sup>59</sup>
- 4.<sup>a</sup> — *Os Doze de Inglaterra*, poema idealizando o nosso **espírito de aventura**;

52. Luciano Cordeiro, «A Questão do Zaire», 1883-1884, pp. 260-263. Vejam-se Marcelo Caetano, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 1971 e V. Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, pp. 219-229.

53. Gérard Genette, *Seuils*, 1987, pp. 1-8.

54. J. Thomas Rowland, *Faint Praise and Civil Leer: The “Decline” of Eighteenth-Century Panegyric*, 1994, p. 124.

55. Margreta de Grazia, *Shakespeare Verbatim: The Reproduction of Authenticity and the 1790 Apparatus*, 1991, pp. 23-93 e Michael Saenger, *The Commodification of Textual Engagements in the English Renaissance*, 2006, pp. 1-2.

56. Paul Magnuson, *Reading Public Romanticism*, 1998, p. 5.

57. *DI*, p. vi.

58. Vide Maria Leonor Machado de Sousa, *Inês de Castro: Um Tema Português na Europa*, 1987, p. 320.

59. Tema que — tal como os do poder e da loucura que o amor pela pátria provoca, por exemplo nos elementos da *Ala dos Namorados* e nos *Doze* — se encontra presente ao longo de *DI* (pp. 64, 71, 73-74, 77-79, 84, 86, 111, 128, 234-235, 257-268, 273, 286-287).

5.<sup>a</sup> — *Rhapsodias da Epopêa portuguesa*, a idealização das **Descobertas marítimas**, em quadros cíclicos;

6.<sup>a</sup> — *Gomes Freire*, drama, consubstanciando a nossa **orientação social moderna**.<sup>60</sup>

A “lenda cavaleiresca” dos Doze e as outras temáticas e figuras históricas que dariam tema aos volumes da colecção funcionam, de acordo com T. Braga, como materialização do “lusismo” e têm como “missão nacional” dar “temas a novas idealizações segundo o estado actual de consciencia; procurando-se por essa emoção artistica sustar o processo lento da desnacionalização que tem como resultado inevitavel o acabamento de Portugal, só pela concentração do sentimento se porá termo á incoherencia e desagregação politica que tanto nos degrada”.<sup>61</sup>

O volume *Viriato*, enquanto narrativa ‘etno-epo-histórica’, ficcionaliza tradições populares e assemelha-se a um manifesto da psicologia colectiva portuguesa, sugerindo uma “reflexão sobre os mitos fundacionais da Nação e o seu enraizamento no imaginário colectivo como representação da ‘alma portuguesa’, que visa explicar numa perspectiva amplamente cultural a antiguidade da nacionalidade através da evocação da raça, da história, da tradição, da língua”.<sup>62</sup> Esse passado recuperado legitima também interesses nacionalistas coevos, logo desde a introdução de *Viriato*, que consiste num exercício de reflexão patriótica que define a “alma portuguesa” com base nos seus elementos distintivos, que listaremos de seguida. Tal como acontece em *DI*, a expressão ‘Alma Portuguesa’ marca presença na *front matter* de *Viriato* e designa as “manifestações seculares persistentes do tipo antropológico e étnico, que se mantêm desde as incursões dos celtas [...] até à resistência diante das invasões da orgia militar napoleónica.” São várias as feições da secular alma portuguesa que, como já vimos, T. Braga também elenca nos seus textos de cariz científico: “a *tenacidade* e indomável coragem diante das maiores calamidades, com a fácil *adaptação* a todos os meios cósmicos, pondo em evidência o seu génio e acção colonizadora”; a “profunda *sentimentalidade*, obedecendo aos impulsos que a levam às *aventuras heróicas* e à idealização efectiva, em que o *Amor* é sempre um caso de vida ou de morte”; a capacidade especulativa e o génio estético (representado por Camões).<sup>63</sup> Em *Viriato* e nos restantes volumes da colecção, Braga representa “artisticamente essa fibra que ainda hoje pulsa em nós, e pela qual, perante a marcha da Civilização se afirma através dos cataclysmos políticos a ALMA PORTUGUESA”,<sup>64</sup> recuperando frequentemente a crítica à suposta aliada britânica e a temática do orgulho nacional: “as terríveis desgraças que nos têm acompanhado desde a romanização da península até à subservencia ingleza [...] não

60. *Apud* Marques Braga *et alii* (org.), *Quinquagenário 1858 a 1908: Cinquenta Anos da Actividade Mental de Teófilo Braga Julgados pela Crítica Contemporânea*, 1908, pp. 259-260; negritos nossos. A lista reproduzida por Abel Botelho encontra-se no início de cada um dos três volumes da colecção.

61. *DI*, p. vii.

62. Maria da Conceição M. Pereira, «A Etno-Epo-História e os Mitos Fundacionais da Nação: “Viritato” de Teófilo Braga», 2011, pp. 144, 146, 141, respectivamente.

63. Teófilo Braga, *Viriato*, pp. v-vi.

64. *Ibidem*, pp. ix-x.

nos têm alquebrado, não apagaram a constituição da Nacionalidade, não embaraçaram as iniciativas dos Descobrimientos marítimos”, sendo urgente “acordar a consciencia do passado de um Povo” através da arte, pois esta permite a “evocação da Raça [...] e o sentir da fibra nacional”.<sup>65</sup> O romance sobre o mito do herói libertador-fundador e símbolo da independência lusa é fruto do processo de reprodução ideológica de mitos nacionais, e é essa ideologia (do nacionalismo cultural) que se encontra subjacente à colecção de que nos ocupamos, estimulando *DI* o nacionalismo colonial.

A introdução de *Gomes Freire* teoriza sobre o drama histórico, cuja ideologia se aproxima da do poema histórico narrativo *DI* e permite recuperar uma figura e uma época de forma mais rica do que as fontes oficiais. O subgénero coloca em evidência os ideais que originam mudanças históricas, confere “verdade moral” à história e revela os “altos caracteres” nacionais, funcionando como uma lição (anti-britânica) e “animada experiencia sociológica” para o leitor. O exemplo da figura de Gomes Freire reside na sua individualidade e na resistência num “momento de lethargia em que Portugal se viu arrastado”,<sup>66</sup> abandonado pelo rei e inicialmente subjugado pelos ataques franceses e posteriormente pela sede de poder dos britânicos. O povo português sofreu com as tropas napoleónicas, mas “depois de ter-se libertado [...] pelo heroísmo dos seus soldados sob o commando de officiaes inglezes, que se arrogaram a gloria dos triumphos, é ainda pelo mesmo soberano [D. João VI] abandonada ao arbitrio sangrento do protectorado da Inglaterra, exercido odiosamente por Beresford”.<sup>67</sup> Logo desde a introdução, tornam-se óbvias a crítica aberta e a adjectivação negativa associada à atitude, ao abuso de poder e aos interesses britânicos face a Portugal. A obra pretende recordar ao leitor situações desfavoráveis para Portugal a que a aliança luso-inglesa deu lugar, pelo que Braga analisa a situação histórica e a acção negativa dos britânicos, explicando sentenciosamente que a coragem de Gomes Freire funciona como uma mensagem de esperança face ao despótico poder militar britânico e que a sua injusta morte “acordou a alma nacional da sua lethargia [...]. Para nós [...], a lembrança de Gomes Freire é um dever [...], *aquelle, cujo coração pulsou pela liberdade da Patria*.”<sup>68</sup> A colecção assume-se como um dever e um projecto nacionalista que visa recordar, eternizar e homenagear figuras históricas e recordar a amizade de Portugal pela Grã-Bretanha e as traições britânicas ao seu aliado ibérico. A morte heróica de Gomes Freire e os clamores posteriores funcionam como “uma *Nacionalidade que ressuscita*”,<sup>69</sup> satisfazendo o autor também o leitor mais interessado ao incluir no final da obra um “Escorço Biographico-Historico” dedicado a Gomes Freire que acentua o cariz historiográfico da peça e repete a crítica ao “odioso protectorado da Inglaterra”.<sup>70</sup> Aliás, nesse paratexto final, o autor assume uma postura ainda mais crítica do que na introdução e descreve Portugal através de uma sugestiva metáfora colonial, ao sugerir

---

65. *Ibidem*, pp. x-xi.

66. Teófilo Braga, *Gomes Freire: Drama Histórico*, 1904, pp. v-vii.

67. *Ibidem*, pp. vii-viii.

68. *Ibidem*, pp. ix-x.

69. *Ibidem*, p. 271.

70. *Ibidem*, p. 273.

que o país funciona como uma estratégica “feitoria” continental para os britânicos, estatuto que Gomes Freire poderia anular:

no meio de todas as [...] depredações de Inglaterra em Portugal, apparecia uma força nova [...], um representante da eterna esperança da raça lusa. A aliança ingleza toma logo o mais sinistro aspecto: nem á dynastia dos Braganças, nem á Inglaterra convem que Portugal seja uma nação livre, autónoma, senhora da sua Soberania: um, quer que fique uma colónia sugada pelos saques sucessivos do Zangão-Mór, a outra quer uma feitoria continental com um khedivato seu governando isto. A ambos interessa que se afogue em sangue esta vivificadora esperança.<sup>71</sup>

O autor critica simultaneamente e associa a Monarquia e a Grã-Bretanha, e conclui que a arte universaliza a história pela unanimidade do sentimento, pela revolta da consciencia.<sup>72</sup> É esse também o objectivo do Teófilo Braga poeta: revelar a universalidade da história portuguesa através de heróis que metaforizam a independência e as características lusas. O projecto da colecção visa apresentar modelos de portugalidade, e já em *Introdução: Teoria da História da Literatura Portuguesa* Teófilo Braga defendera que os povos expressam a sua colectividade (memória colectiva) através da arte: “eis o ideal de *Patria* que é uma grande familia; é esse sentimento unificador que inspira os membros de uma mesma sociedade a uma acção comum, a uma impulsão progressiva, que constitui a sua vida historica de *Nacionalidade*”, concluindo a sua reflexão com uma frase que clarifica o objectivo da colecção «Alma Portuguesa», e sobretudo de *DI*, face à traição britânica e à necessidade de regeneração nacional: “Quanto mais profundo for o sentimento de *Patria*, mais intensa é a consciencia da Nacionalidade, para resistir aos accidentes das edades. É esta a relação affectiva que faz com que a Arte e a Litteratura sejam a estampa do caracter nacional”.<sup>73</sup> Essa ideia encontra-se presente no preâmbulo de *DI*, que apresenta as temáticas principais do poema:

o **sentimento amoroso** e o **espírito de aventura**, feições das mais características da **Alma portu-  
gueza**, são agora representados no poema *Os Doze da Inglaterra*. Tem esta lenda cavalleiresca a importância de precisar o momento em que esse sentimento tem por objectivo a **dítosa Patria** amada, e em que a **audacia aventureira** se vae exercer nas **Explorações marítimas**.<sup>74</sup>

Tal como Jaime Cortesão<sup>75</sup> e outros académicos que problematizam a expansão colonial do ponto de vista da história universal, também Teófilo Braga defende o chamado universalismo português e desenvolve o seu raciocínio em torno da arte e da literatura nacionais, pois a regeneração nacional(ista) urge:

71. *Ibidem*, p. 290.

72. *Ibidem*, p. 301.

73. Teófilo Braga, *História Literária Portuguesa. Introdução: Teoria da História da Literatura Portuguesa*, 1896, p. 161. O estudo refere ainda a actividade literária e cultural de Camões, Garrett e Herculano no que diz respeito à formação da literatura nacional (pp. 171-173).

74. *DI*, pp. vi-vii; negritos nossos.

75. Jaime Cortesão, *O Humanismo Universalista dos Portugueses*, 1965.

a feição nacional é tão necessaria á idealisação esthetica, como o idioma patrio para aquelle que escreve, cada nação só pode existir historicamente sendo órgão do progresso humano, é suggerindo esta missão, que a Litteratura e a Arte têm de ser primeiramente *nacionaes*, para na sua elevação definirem o ideal humano, e reflectirem o sentimento universalista.<sup>76</sup>

Nessas palavras iniciais fica patente a intenção ideológica subjacente à obra, pois o mito dos Doze define o ideal do cavaleiro português através dos seus actos de bravura e de caridade, sendo o poema seguido de um epílogo final, uma «Nota [historiográfica] sobre os Doze de Inglaterra» e o índice, através do qual o leitor descobre que o texto introdutório se intitula «Razão Estética». A partir dos (sub)títulos dos cantos listados no índice,<sup>77</sup> poder-se-á resumir a acção do poema, que começa com o “desagravo das damas” e se ocupa do “festival da partida” antes do embarque na *Frol da Rosa*, do voto de Magriço, da descrição da corte inglesa no canto IX, do torneio e do banquete em Londres e da empresa tingitana, terminando com o epílogo «O Crepúsculo da História». Como vimos na primeira parte, o prómio recuperou a personagem cervantina utilizada por Garrett no seu poema inacabado, e o romance de Cervantes torna-se também um intertexto de *DI*. O discurso de mestre Pérez retira partido do cómico de linguagem, através do registo coloquial e popular, ao justificar a sua acção no quintal de Don Quixote, pois as novelas haviam “dado volta ao meôlo/Do Cavalleiro da Figura triste”.<sup>78</sup> No entanto, essas obras são exemplos de heroísmo e de protecção dos fracos pelos mais fortes, vendo-se a alma do padre condenada por ter destruído exemplos de virtude e justiça, “do Bem espelho e guia”.<sup>79</sup> Relativamente a esse contacto intertextual entre *DI* e o poema de Garrett, T. Braga informa na «Nota sobre os Doze de Inglaterra»:

Quando em 4 de Fevereiro de 1899 commemoramos o Centenario do nascimento de Garrett, em sessão publica da Academia real [*sic.*] das Sciencias, tomámos este quadro do Cura manchego imaginado pelo escelso poeta, como ponto de partida da nossa idealisação do thema tradicional dos *Doze de Inglaterra*, de que appareceu o primeiro excerpto. Foi a homenagem que mais significava a admiração pelo genio que soube fortalecer Portugal fazendo-lhe sentir as tradições nacionaes.<sup>80</sup>

Ao ficcionalizar as aventuras dos Doze, Braga inspira-se em Garrett e através dele, num processo de *mise en abyme*, em Camões, interessando-lhe a história enquanto exemplo e lição; e, como refere José Seabra Pereira, “o historicismo nacionalista conduz a uma poética da

76. *DI*, p. v.

77. Canto I: O Aggravo das Damas, Canto II: No Paço de Saboya, Canto III: Patria e Amor, Canto IV: A Mensagem Ducal, Canto V: Na Sala das Pegas, Canto VI: O Festival da Partida, Canto VII: A Não Frol da Rosa, Canto VIII: O Voto do Magriço, Canto IX: Na Côrte Ingleza, Canto X: O Torneio de Londres, Canto XI: Os *Gabs* do Banquete, Canto XII: A Empreza Tingitana, Epílogo: O Crepúsculo da História.

78. *Ibidem*, p. 2.

79. *Ibidem*, p. 3.

80. *DI*, p. 301. Teófilo refere-se a *Os Doze de Inglaterra, Poema por Teófilo Braga: Excertos: Prómio Narrativo-Invocação Lírica: Comemoração Centenária do Nascimento de Garrett, 4 de Fevereiro de 1799*, excerto por si publicado em 1899 e referido por Carolina Michaëlis, como veremos no final do último capítulo.

milícia, da cavalaria, da navegação e descoberta, o que equivale a um imaginário de espada e elmo, de castelo e nau, de padrão e caravela,<sup>81</sup> pares simbólicos e temáticos presentes em *DI*. As personagens referenciais do poema são caracterizadas através dos seus gestos e atitudes e dos apartes entre parênteses do sujeito poético<sup>82</sup> que assumem, por vezes, um carácter proléptico, como se pode verificar através de uma das referências à filha de D. João I: “Dona Isabel, a Infanta, (essa futura/Ciumenta Duquesa de Borgonha)”.<sup>83</sup> No texto destacam-se, a par de personagens literárias e míticas, como Morgan, Titânia, Castor e Polux, figuras históricas como os infantes portugueses, João das Regras, Nuno Álvares Pereira, e Mem Rodrigues de Vasconcelos, que comandou parte da Ala dos Namorados, conforme refere Camões em *Os Lusíadas* (IV, 24), e que em *DI* lista os Doze e confere a essa escolha uma importância nacional, pois como profetiza o narrador poético, referindo-se à expansão colonial: “Vêm os Doze de Inglaterra/De ora em diante no sentimento unidos/Da alta empresa a que vão dar nome e lustre/A’ portugueza Patria, que ainda um dia/Terá na Historia inolvidavel nome/Pelos feitos que amor mais alto inspira”.<sup>84</sup> São inúmeras as personagens/figuras medievais inglesas em *DI*, das quais se destacam membros da corte de Ricardo II, como os cavaleiros e as damas agravadadas, Geoffrey Chaucer e o cronista francês Jean Froissart, inserindo, assim, o autor novas personagens referenciais históricas no mito dos Doze que concorrem para a representação da cor local do espaço histórico da acção. Como é sabido, o referido cronista francês viaja pela Europa e recolhe material para as suas narrativas, enquanto os seus lais e baladas influenciam Chaucer, que trabalha para os Lencastres e casa, em 1366, com Filipa de Roett, sobrinha da terceira mulher de John of Gaunt, Catarina Swinford, também personagem de *DI*.<sup>85</sup> Em Londres, Chaucer e Froissart, tal como John Wycliffe, ensinaram Filipa de Lencastre, pelo que o facto de o cronista e o poeta se encontrarem juntos no palácio do seu patrono John of Gaunt se torna simbólico enquanto eco verosímil da realidade histórica. Se em Portugal e Inglaterra as lendas e crenças populares se ouvem nas cortes, também em França são recitados cantos religiosos populares, nomeadamente versetes sobre o sagrado cálice, o beijo traiçoeiro de Judas e a lenda de Barizel, entre outras, que funcionam como histórias-dentro-da-história que enriquecem o imaginário medieval e nacional(ista) da acção principal, e demonstram que a forma como o viandante percebe o espaço e projecta nele as suas imagens mentais — como acontece a Magriço em Compostela ou no estúdio de Van Eyck — veicula informação sobre a cultura, os objectivos e as experiências pretéritas da própria personagem face ao Outro.

Durante o banquete que John of Gaunt oferece aos cavaleiros portugueses e ingleses após o combate, um dos londrinos propõe ao anfitrião que se inventem *gabs*, conforme tradição da cavalaria antiga. Ecoando a estratégia camoniana das profecias da Ninfa e de Tétis em *Os Lusíadas*, os Doze afirmam, à vez e perante risada geral, que os Portugueses iriam:

81. José C. S. Pereira, «Tempo Neo-Romântico (Contributo para o Estudo das Relações entre Literatura e Sociedade no Primeiro Quartel do Século XX)», 1983, pp. 865-867.

82. *DI*, p. 204.

83. *Ibidem*, p. 133.

84. *Ibidem*, p. 101.

85. *Ibidem*, p. 28.

- descobrir as Ilhas Encantadas e enfrentar o mar Tenebroso;<sup>86</sup>
- ao reino de Preste João das Índias para estabelecer uma aliança, afirmando simbolicamente: “Tenho boa esperança”,<sup>87</sup> numa clara alusão ao cabo das Tormentas/da Boa Esperança, dobrado, como é sabido, em 1487, por Bartolomeu Dias;
- desviar o curso do Nilo<sup>88</sup> (admirando-se os ingleses com a fértil imaginação lusa);
- descobrir o Japão;
- dar a volta ao mundo (circum-navegação de Fernão de Magalhães);
- navegar os mares com recurso ao astrolábio;
- destruir o tesouro de Veneza (alusão ao deslocamento das rotas comerciais para Lisboa através da Carreira da Índia);<sup>89</sup>
- navegar pelo mar do Norte;
- iniciar o Quinto Império, dando origem ao “Mundo Novo”, no qual Portugal não terá rival (diálogo intertextual com a obra do padre António Vieira, entre outros);
- redigir uma epopeia sobre o encontro Ocidente-Oriente (*Os Lusíadas*).

Para o sujeito poético, a redacção da epopeia por Camões é, portanto, um feito tão grandioso como os feitos históricos que ele narra, pelo que o título do epílogo de *DI* («O Crepúsculo da História») dá continuidade a um dos temas principais do texto: a importância da História como testemunho didáctico do passado. A *Frol da Rosa*, nau que transporta os cavaleiros a Inglaterra, regressa “pelo Amor dignificad[a]” à nação que, pelos seus feitos, irá “dilatar á Humanidade o mundo”,<sup>90</sup> tornando-se, desde logo, explícito o tema de que esse paratexto se ocupará: a expansão colonial lusa. Na viagem de regresso dos Doze tem lugar, no meio do oceano, mais um episódio fantástico, pois Orfeu entoa, com a sua lira, um “cântico novo”<sup>91</sup> que sugere o início de uma nova idade e simboliza, na leitura de Amadeu Carvalho Homem, a harmonia ocidental,<sup>92</sup> sendo significativo o facto de essa mensagem ser veiculada pelo mítico poeta da Antiguidade, cuja rapsódia («Plus Ultra») ocupa todo o epílogo e remete simbolicamente para os territórios que Portugal ainda irá descobrir. A lira de Orfeu ilumina os mares e sugere uma futura Idade Portuguesa em que a luta pacífica triunfará, mensagem (do Quinto Império) que, como demonstra Teresa Pinto Coelho, a imprensa e a literatura portuguesas veiculam após o Ultimato.<sup>93</sup> A rapsódia aborda temas como o homem moderno *versus* o antigo, a valentia, o “amor pátrio”, a expansão colonial, o heroísmo e o Quinto Império de um pequeno povo eleito, e ecoa Camões, que seria também transformado em messias da República.<sup>94</sup> Em *Camões e o Sentimento Nacional*, Teófilo afirma que o bardo dá

86. Lenda «Mar Tenebroso» (J. E. Pinto, *Lendas e Milagres na História de Portugal*, 1953, pp. 119-126).

87. *DI*, p. 238.

88. V. Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*, 1990, pp. 174-179.

89. Teófilo Braga aborda essa questão em *Camões e o Sentimento Nacional*, 1891, p. 62.

90. *Ibidem*, p. 281.

91. *DI*, p. 282.

92. Amadeu C. Homem, *A Ideia Republicana em Portugal: O Contributo de Teófilo Braga*, 1989, p. 212.

93. Consulte-se Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, pp. 75-99, 121-192, 267-268.

94. Vejam-se *ibidem*, pp. 153-154 e João Medina, «Zé-Povinho e Camões», pp. 11-21 e ainda Teófilo Braga, *História das*

expressão épica à nacionalidade histórica (objectivo também de *DI*), abordando estratégias e temas literários que recupera em *DI*.<sup>95</sup>

A pergunta retórica e a interjeição do rapsodo de «Plus Ultra» (“Ah, qual será na terra o Povo eleito/Mais que os outros ousado,/Transpondo no orbe as regiões sonhadas!”)<sup>96</sup> aludem aos feitos marítimos que têm lugar após a viagem dos Doze, como revela o resto desse texto. Entram então em cena, à sua vez e personificadas, a Grécia, Roma e a França, perguntando-se como poderá um pequeno país levar a cabo o projecto que beneficiará toda a humanidade. A resposta não se faz esperar, e o sujeito poético repete características que considera lusas e que marcam a personalidade dos Doze e dos navegadores: a ousadia, a “audacia infinita”, a “força íntima”, o “poder do Amor”! Amor da Patria Santo [...] imenso”, a glória, “esforço e vida”, “valentia e tanto heroísmo” e “vigor moral”<sup>97</sup>. No entanto, *DI*, tal como *Os Lusíadas*,<sup>98</sup> acaba com uma nota negativa, marcada pela adversativa e pelas reticências, símbolo do muito que fica por dizer: “Se em vez de Amor da Patria, que sentia/E lhe dava a humana hegemonia,/Deixa absorver-se por venal Thesouro”,<sup>99</sup> prevendo-se que “a cobiça e a ambição desmedida” ajudem a desmoronar o império português.

A totalidade das obras que abordámos na primeira parte representa os Doze como exemplo, símbolo e imagem da glória<sup>100</sup> e do espírito portugueses, e, se é verdade que nenhum leitor informado lê um romance ou poema histórico para aprender história da mesma forma que consulta um estudo historiográfico, Teófilo Braga atribui à literatura um papel importante na formação de ideais patrióticos e na educação da população. A literatura funciona como *exemplum*, ao deleitar e educar, e ainda, de acordo com a invocação, como evasão recreativa. Relativamente à fusão da história e da ficção, Avrom Fleishman refere a verdade simbólica inerente ao romance histórico e define esse subgénero nos seguintes termos: “when life is seen in the context of history, we have a novel; when the novel’s characters live in the same world as the historical persons, we have a historical novel. [...] The ultimate subject of the historical novel is, then, man in history, or human life conceived as historical life”<sup>101</sup>. Essas palavras convocam a classificação de Henrique Vasconcelos, em 1903, de *Viriato*, de T. Braga, enquanto “narração poética de um acontecimento illustre”,<sup>102</sup> ecoam a mensagem da introdução de *DI* e sustentam o objectivo didáctico dessa obra, cujo terceiro canto, intitulado «Pátria e Amor»,

---

*Ideias Republicanas em Portugal*, 1983, p. 165.

95. *Idem*, *Camões e o Sentimento Nacional*, pp. 62-63: “Portugal tinha por destino histórico, e pela situação geográfica de tornar-se o *Quinto Império* do mundo [...]. Em volta dos *Lusíadas* agrupou Camões como episódios as mais bellas tradições da história portuguesa, que são a parte viva e característica da feição nacional [...], são quadros que por si davam um poema tradicional [...]. Camões recompoz esses elementos, [...] ligando-os com arte, como as façanhas de Geraldo Sem-Pavor, o amor de D. Inez de Castro, e a encantadora aventura dos Doze de Inglaterra.”

96. *DI*, p. 283.

97. *Ibidem*, pp. 286-287.

98. Camões, *Os Lusíadas*, 1987, VIII: 96-99; IX: 28 (crítica à corrupção e à hipocrisia).

99. *DI*, p. 287.

100. Como afirma Françoise Joukovsky, *La Gloire dans la Poésie Française*, 1969, p. 124, ao estudar o conceito de glória na literatura francesa, “pour faire naître ce désir de gloire dans l’âme des grands, le meilleur moyen est de leur présenter les exemples du passé. La gloire est une force contagieuse”.

101. Avrom Fleishman, *op. cit.*, pp. 4, 10, 13, respectivamente.

102. Henrique Vasconcelos (*Novidades*, n.º 6, 1903), in Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 290.

remete para o patriotismo luso, pois, no palácio de John of Gaunt, Froissart narra a “episódica façanha [...] de um heróico povo”,<sup>103</sup> a luta da Ala dos Namorados, admirando-se as damas inglesas por existir ainda uma nação em que o amor exerce tamanho poder, opondo-se o ‘cá’ (Inglaterra) ao “lá” (Portugal)<sup>104</sup> através de um processo de comparação por dissemelhança. O narrador coloca assim na boca e na mente das personagens inglesas as características dos portugueses, como se de hetero-estereótipos se tratasse.

Ao longo do poema é representada uma auto-imagem nacional com base quer em comportamentos e tradições, quer, como acabámos de ver, na história e na comparação entre Portugal e a Grã-Bretanha, e é essa representação que abordaremos de seguida. Ao longo das três páginas da introdução intitulada «Alma Portuguesa», o narrador refere as ideias de nação e nacionalismo cerca de doze vezes, bem como o facto de a literatura ser uma ferramenta estratégica para veicular o “sentimento (orgulho) nacional” e o “universalismo” da “missão histórica de Portugal”,<sup>105</sup> sendo aliás essa a função do capítulo final, cujos título e conteúdos remetem para a “empresa tangitana”, ou seja, o início da expansão portuguesa (tomada de Ceuta). A expressão artística do sentimento nacional pretende atenuar a sensação de degradação provocada pelas crises económica e política, bem como pelo Ultimato. O tema-imagótipo dos Doze é, portanto, símbolo da independência da “raça lusitana”<sup>106</sup> e manifestação da aventura, do enamoramento e das “explorações marítimas”<sup>107</sup> que caracterizam o “génio português”. O narrador poético demonstra, através da paráfrase intertextual de Camões, que o lusismo foi levado a todo o mundo e deu origem à expansão também cultural que, por sua vez, alimenta a literatura nacional com novos temas. Se a arte deve combater a “desnacionalização”,<sup>108</sup> é natural que surjam alguns exercícios metapoéticos ao longo do poema que abordam a função didáctica e edificante da literatura e do poeta-escritor.<sup>109</sup> Tal como a alma do padre de *Don Quixote* no poema de Garrett, também a alma portuguesa está moribunda e terá de ser resgatada, à semelhança das donzelas inglesas. Como demonstram os adjectivos e o campo semântico da decadência (“tremendo e funebre”, 10-12), os auto-estereótipos negativos de Portugal espelham, a par do complexo de superioridade, o de inferioridade do “pequeno povo”<sup>110</sup> português. A adjectivação e a repetição temática encontram-se assim ao serviço da representação de auto-/hetero-estereótipos e da descrição de atitudes, personagens e locais negativos (como os da corte londrina) e positivos, como Lisboa e o Palácio de Sabóia. *DI* textualiza o ideal português da honra num mundo em que reinam o egoísmo, o ódio e a guerra e que ostraciza o português, o único povo que, como demonstra a Ala dos Namorados, morre por “heróico amor”<sup>111</sup> e que se sente, portanto, injustiçado. A auto-imagem adquire contornos

103. *DI*, p. 70.

104. *Ibidem*, p. 78.

105. *Ibidem*, p. vi.

106. *Ibidem*.

107. *Ibidem*, p. vii.

108. *Ibidem*.

109. *Ibidem*, pp. vi-vii, 7, 9.

110. *Ibidem*, pp. 284-285.

111. *Ibidem*, p. 64.

de hetero-imagem quando Froissart e os cavaleiros londrinos recordam a valentia dos lusos com quem lutaram em Aljubarrota, bem como a “liberdade do heroico povo” e a “bravura incomparavel”,<sup>112</sup> imagótipos que são reforçados através da repetição de adjetivos que caracterizam os portugueses como um povo leal e justo, enquanto Castela é representada como rude e tirana.<sup>113</sup> Teófilo Braga tira assim partido da imagologia histórica ao continuar a representar Castela e França como inimigas dos já aliados Portugal e Inglaterra, respectivamente.

O canto III intitula-se simbólica e sugestivamente “Pátria e Amor”, remetendo para o patriotismo dos Doze, e, por metonímia, dos portugueses. Está, portanto, sintetizada a posição do autor e a auto-imagem nacional, enquanto o passado serve de “refúgio” através de “ficções encantadoras” (como o próprio poema),<sup>114</sup> expressão do prefácio que é recuperada na p. 11 (“ficções consoladoras”). Se *DI* se encontra saturado de referências a diversos mitos literários, religiosos e históricos europeus — Nuno Álvares Pereira, São Brandão, São Tiago, Barizel, Baixel-Fantasma, Graal, Lancelote, Amadis, Roland, Merlin, D. Juan, Inês de Castro, a Emparedada, Torre de Madorna, Tristão e Isolda, Figueiredo das Donas — que funcionam como micro-histórias dentro da macro-história dos Doze, são os mitos associados ao mar e à expansão que remetem para o futuro grandioso da acção que buscou as ilhas Encantadas e demandará o Quinto Império, dando “ao Homem posse integral da Terra”,<sup>115</sup> referências míticas e ecos intertextuais camonianos que se tornam constantes,<sup>116</sup> bem como os temas da crónica enquanto registo de feitos épicos e da poesia como tradição e força educadora, temas teofilianos por excelência. A auto-imagem dos portugueses é obviamente positiva e estereotipa uma comunidade nacional (multidão) alegre que venera os seus heróis,<sup>117</sup> por oposição a uma Inglaterra traidora que prejudicará Portugal na sequência do Tratado de Windsor que firmará a aliança. A traição é sugerida várias vezes, nomeadamente quando o narrador afirma, em tom de irónica profecia, que Portugal deveria temer os tratados “dessa ardilosa rede”.<sup>118</sup> Se os dois países eram aliados, o conhecimento dos futuros conflitos (coloniais) leva à sugestão do frio clima de Inglaterra, que metaforiza o igualmente frio carácter inglês,<sup>119</sup> sendo o país também hetero-estereotipado como repleto de ladrões. Aliás, a interpretação das divisas dos cavaleiros ingleses pelo narrador poético legitima esta leitura, pois a “defesa da verdade” e a “confraternidade heroica e bella” dos lusos contrasta com o carácter duro, frio e turbulento e “sem ideal”<sup>120</sup> dos paladinos que ofendem as donzelas. No campo de batalha, os oponentes e os proponentes das damas são também caracterizados contrastivamente através da

112. *Ibidem*, pp. 65-66, 70-79, 233.

113. *Ibidem*, pp. 73, 162, 164, 180.

114. *Ibidem*, p. 11.

115. *Ibidem*.

116. Para outras paráfrases intertextuais camonianas, veja-se *ibidem*, pp. 148 (“Descoberta/De novos mundos”), 153 (Fogo de Santelmo), 253 (tempestade) e 276 (alargar o Mundo por mares nunca antes navegados).

117. *Ibidem*, pp. 87, 110, 117, 146, 180.

118. *Ibidem*, p. 150; veja-se também p. 154.

119. *Ibidem*, pp. 153, 155. Como exemplos de estudos no âmbito da imagologia sobre a relação entre o clima de um país e a forma de ser do seu povo, vejam-se Manfred Beller, «Climate», 2007, pp. 298-304 e W. Zacharasiewicz, *Imagology Revisited*, 2010, pp. 85-99.

120. *DI*, pp. 216, 202 e 204, respectivamente.

adjectivação: o frio e “rude inglez” enfrenta a “viva sympathia” e a “serenidade imperturbavel/ Do Portuguez”<sup>121</sup> apaixonado.

Como outros heróis míticos ocidentais, também Magriço desce ao interior da Terra, que simboliza o confronto com os medos inconscientes e o sobrenatural, e é na gruta de São Tiago de Compostela que o diabo aconselha, em vão, o protagonista a não ir a Londres, ao vaticinar que a expansão marítima lusa, a longo prazo, de pouco valerá, pois a Inglaterra roubará a Portugal as suas possessões coloniais, pelo que o cavaleiro deveria tornar-se mercenário, ou seja, um anti-herói, e burlar povos como os ingleses que “fraudam ânimos sinceros”.<sup>122</sup> O maravilhoso cristão encontra-se, portanto, ao serviço das profecias e das hetero-imagens (negativas) sobre os britânicos, enquanto a viagem dos Doze se torna duplamente metafórica quer ao nível pessoal para Magriço, simbolizando o seu crescimento interior, quer ao nível nacional, pois permite identificar qualidades lusas e defeitos britânicos, deixando antever a futura traição dos velhos aliados. Também em *Viriato*, publicado dois anos depois de *DI*, encontramos profecias anglófbas sobre a expansão colonial:

Hoje, Roma conta com a antipathia do Ibero para subjugar a Lusitania: com o odio do Ibero contará mais tarde qualquer outra potencia estrangeira para submeter a Lusitania, dando-se como protectora da sua autonomia! Mas, para que levantar o véo do futuro? [...] Vês esse Mar immenso? [...] O luso [...] terá consciencia da sua missão no mundo, sentirá em si renascer a antiga energia de raça [...], fundará novos Imperios em vastos continentes agora ignorados. É este o destino da Lusitania: será a primeira das Nações, emquanto ella servir esta tradição, emquanto um fiel alliado estrangeiro a não espoliar dessas descobertas.<sup>123</sup>

Como já afirmámos, em Londres os Doze profetizam os futuros feitos de navegadores portugueses, auto-imagens de futuros colonizadores, enumeração que dá lugar à crítica a Inglaterra, pois o poema reflecte, através do ponto de vista de um cavaleiro inglês, a opinião pública londrina de então, na véspera da assinatura do Tratado de Windsor: “será tudo em proveito de Inglaterra!/De Inglaterra, da qual é feudatario,/Servindo-a com galés em guerra armadas/[...] E defendendo-lhe a Corôa ingleza/De ameaças de Castella — a independência”.<sup>124</sup> Ou seja, a perda do império será um preço a pagar pela independência que a Grã-Bretanha ajudaria Portugal a manter na Europa. As insinuações inglesas sobre os lusos que edificarão o seu império em prol da Inglaterra remetem para a meta-imagem, ou seja, para a imagem que uma nação acredita que as demais têm de si,<sup>125</sup> terminando o poema com uma mensagem de esperança, pois dez dos doze regressam a Portugal entusiasmados com a empresa-cruzada

121. *Ibidem*, pp. 218, 219, 225.

122. *Ibidem*, p. 182.

123. Teófilo Braga, *Viriato*, pp. 196-197.

124. *Ibidem*, p. 242.

125. Sobre meta-imagem e a identidade em geral no âmbito da imagologia, veja-se Joep Leerssen, «Image», 2007, pp. 342-344.

tangitana, que começará a construção do império da “Civilização Occidental”.<sup>126</sup> O final de *DI* sugere a imagem do povo eleito (expressão aliás utilizada na p. 283) que conquistou o seu império com esforço e inovação, enquanto a Grã-Bretanha se limitaria a tirar partido dessa empresa. O passado colonial mitificado enaltece e auto-vitimiza a ‘alma portuguesa’; daí que, como veremos mais adiante, o uso do episódio dos Doze seja fruto do nacionalismo colonial, que acaba por reforçar.

### 3. OS MUNDOS POSSÍVEIS DA HISTÓRIA E DA LITERATURA, OU FROISSART E CHAUCER NO PALÁCIO DE SABÓIA

A partir das personagens referenciais e do contexto histórico representado no poema, podemos (re)afirmar que a relação entre história e literatura é um dos principais temas do texto de T. Braga, concorrendo para o objectivo ‘patriótico’ do mesmo. De facto, são vários os autores<sup>127</sup> que se referem a Braga como o “poeta historiador” que eterniza as glórias do povo português: “[Braga] accentua as linhas que distinguem o lusitano dos outros povos existentes na Peninsula. [...]. A phantasia do poeta completa a obra do historiador, e dá ao leitor o meio de penetrar ao âmago de uma série de sucessos historicos, dos quaes a critica fixa a realidade, mas a que a arte dá vida”.<sup>128</sup>

As estratégias literárias que concorrem para o efeito de verosimilhança no poema narrativo histórico convocam o conceito de ‘mundos possíveis’, que, de acordo com David Herman, designa uma categoria mais abrangente do que a expressão ‘mundos ficcionais’,<sup>129</sup> uma vez que qualquer texto literário que rentabiliza elementos históricos ao efabular mundos possíveis evoca e representa premeditadamente universos ficcionais com alguns referentes extratextuais explícitos, afirmando Roland Barthes que o próprio discurso histórico, à semelhança do chamado romance realista, não produz realidades, mas sim o ‘efeito do real’ na tentativa de esbater as fronteiras entre realidade e ficção. Tomás Albaladejo caracteriza três tipos de mundos (literários) possíveis e define o segundo como “ficcional verosímil [...] aquel al que corresponden los modelos de mundo cuyas reglas no son las del mundo real objetivo, pero están construidas de acuerdo con estas”,<sup>130</sup> e Lubomír Doležel<sup>131</sup> defende que quer os constructos históricos, quer os ficcionais são ‘mundos possíveis’, encontrando-se os primeiros sujeitos a

126. *DI*, pp. 281 e 283, respectivamente.

127. Vejam-se os textos de: Gaetano Carlo Mezzacapo («Lusitania e Portogallo», *Rassegna Italiana*, ano XII, vol. 1, pp. 385-389); João Grave (*Diário da Tarde*, n.º 252, ano VI, 04-11-1903); Henrique de Vasconcelos (*Novidades*, n.º 6, 1903); Jacob (*Correio do Norte*, n.º 45, ano I, 22-10-1906) e Fran-Paxeco [*Revista do Norte* (Maranhão)]/*Jornal de Recife* (18-9-1902, Pernambuco)], in Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, pp. 385-389, 267-271, 288-291, 325-326 e 328-333, respectivamente.

128. Gaetano Mezzacapo (1903), in *ibidem* pp. 265 e 267, respectivamente.

129. David Herman, «Introduction: Narratologies», 1999, p. 22.

130. Tomás A. Mayordomo, *Teoría de los Mundos Posibles y Macroestructura Narrativa*, 1986, p. 58.

131. Lubomír Doležel, «Fictional and Historical Narrative: Meeting the Postmodernist Challenge», 1999, pp. 247-273.

restrições de índole científica não impostas aos segundos. Também Marío Villanueva defende que o texto literário é um constructo não apenas verbal, mas também mimético, não dissociável da experiência humana, considerando não apenas os aspectos formais e miméticos da obra literária, mas também a sua recepção pelo leitor, pois a obra literária, ao mesmo tempo que cria textualmente o seu mundo referencial interno, também estabelece, através do leitor, um diálogo com o mundo real, o campo externo de referência que cada leitor transporta para o texto,<sup>132</sup> no caso o início da aliança anglo-portuguesa, a “lenda” dos Doze, a *scramble for Africa*, o Ultimato e o nacionalismo colonial, temas que já faziam parte da memória colectiva portuguesa e tinham uma existência (prévia) extratextual. É por essa razão que falamos em actualização do mito dos Doze ao longo dos séculos.

Benjamim Harshaw prefere o conceito de campo interno de referência ao de mundo possível, já que este último não poderá ser completamente independente dos referentes do campo externo de referência, o mundo real.<sup>133</sup> No caso de *DI*, o campo interno de referência convoca ficcionalmente elementos do campo externo de referência (o Portugal e a Inglaterra medievais), permitindo-nos esta inter-relação classificar essa obra como poema narrativo de cariz histórico, na senda da autocaracterização por T. Braga na introdução do mesmo, embora se encontrem no poema episódios fantásticos e alegóricos como o da lira de Orfeu, o das profecias da Emparedada e o do encontro de Magriço com o diabo em Salamanca, núcleos que aproximam *DI* da já referida peça infantil de António Torrado *Os Doze de Inglaterra*. Doležel enumera as diferenças mais significativas entre o mundo possível da história e o mundo possível ficcional, que utilizamos como princípios que sustentam o nosso estudo de *DI*, obra na qual conhecidos acontecimentos e personagens históricas — como a Guerra dos Cem Anos, a presença de John of Gaunt em Portugal e a assinatura do Tratado de Windsor — caracterizam o contexto cultural e os espaços da acção, ou seja, os modelos referenciais do mundo real participam directa e indirectamente na construção do universo do texto, sendo facilmente identificáveis. De acordo com Doležel: 1) o autor de uma obra literária de cariz histórico tem uma liberdade superior à do historiador para se mover em mundos possíveis; 2) um mundo possível onde figuras históricas interagem com personagens ficcionais não é um mundo histórico;<sup>134</sup> 3) nem os mundos ficcionais/constructos literários nem os históricos são habitados por pessoas reais, mas sim pelos seus possíveis correspondentes, que podem ser alterados quando transpostos para a ficção; 4) os mundos ficcional e histórico são incompletos e os ‘vazios’ uma característica da sua macroestrutura, enquanto as escolhas e modificações do escritor são determinadas por factores estéticos e literários.<sup>135</sup> Aliás, Teófilo Braga recorda ao leitor que está perante um exercício ficcional ao misturar de forma premeditada o maravilhoso e o real, bem como episódios históricos e estórias orais e lendárias que remontam às origens nacionais.

132. Marío Villanueva, *Theories of Literary Realism*, 1997, p. xii.

133. Benjamim Harshaw, «Fictionality and Fields of Reference. Remarks on a Theoretical Framework», 1984, pp. 227-251.

134. Também Gérard Genette, «Fictional Narrative, Factual Narrative», 1990, p. 762, afirma que uma personagem histórica numa obra literária é acima de tudo um constructo ficcional.

135. Lubomír Doležel, «Mimesis and Possible Worlds», 1988, pp. 482-493 e *idem*, «Fictional and Historical Narrative», pp. 256-258.

Conforme fica claro na invocação às “ficções encantadoras” no início de *DI*, os contos imaginários ensinam e deleitam o leitor desde sempre e dão esperança “quando a verdade da alma nos cansa”,<sup>136</sup> daí a sua utilidade como ferramenta ideológica nacionalista. As “ficções consoladoras”<sup>137</sup> e ‘construtoras’ de mitos adquirem também uma função didáctica sobretudo face à decadência que se faz sentir no momento da escrita de *DI*, pelo que a literatura e a história funcionam como refúgios e formas de escape de fim de século: “O poetico mysterio/Das ficções, nos fortificou as almas/Entrevendo a visão do Quinto Império.//Neste tremendo e funebre momento/Em que um Povo deslisa para a vala,/E apathico se cala”.<sup>138</sup> Se a ficção é também repositório da história e das glórias pretéritas, bem como fonte de esperança e de ideais para uma nação sem consciência, Fernandes Agudo conclui, a propósito do poema: “uma outra emoção que nos fica depois desta obra é uma espécie de appello á Patria [...] um sentimento patriótico”.<sup>139</sup>

*DI* começa com uma das várias referências à tarefa de cronistas como Jean Froissart, que, nas suas *Crónicas*,<sup>140</sup> descreve a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a expedição de John of Gaunt à Península Ibérica e o casamento da filha deste com D. João I.<sup>141</sup> O poema menciona as “veridicas historias” e as memórias que os cronistas narram aos “vindouros”,<sup>142</sup> tema retomado nos cantos IX e X e que concorre para o efeito de verosimilhança e para a temática de cariz histórico que caracteriza *DI*. Teófilo Braga, como outros autores, pensava estar a (re)textualizar uma história real, quando, na verdade, renova um mito literário habitado por figuras e espaços históricos. A história de Portugal assume-se como um estratégia literária de que o autor tira partido para compor a sua versão dos Doze na qual incorpora dados da *Crónica de D. João I*, nomeadamente: o pedido de auxílio do rei português a Ricardo II contra Castela;<sup>143</sup> o envio, por parte de João I, de Fernando Afonso de Albuquerque e Lourenço Eanes Fogaça a Londres,<sup>144</sup> os quais, através do duque de Lencastre, pedem barcos e militares ao rei inglês, enquanto Portugal se propõe auxiliar John of Gaunt a ocupar o trono de Castela.<sup>145</sup> Através dessa fonte histórica, sabemos que, à chegada dos embaixadores à capital inglesa, o duque de Lencastre se encontra em Calais a “trautar tregoa com elRei de França”;<sup>146</sup> daí também a referência às tréguas que inicia *DI*. O mito dos Doze e o poema narrativo partilham, portanto, características com o romance histórico, simbolizando as personagens referenciais do poeta e do cronista a importância da literatura e da historiografia como agentes e produtos culturais nacionais e repositórios da memória colectiva.

136. *DI*, p. 10.

137. *Ibidem*, p. 11.

138. *Ibidem*, pp. 11-12.

139. Fernandes Agudo, *Teófilo Braga e a “Alma Portuguesa”*, pp. 91-92.

140. Jean Froissart, *Chronicles*, 1978, pp. 402-408.

141. *Ibidem*, pp. 328-334.

142. *DI*, p. 15.

143. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. 1, pp. 95-98.

144. Sobre o envio dos embaixadores portugueses a Ricardo II, vejam-se Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. 1, pp. 95-98, Armando Luís de Carvalho Homem, «Diplomacia e Diplomatas nos Finais da Idade Média. A Propósito de Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-Mor (1374-99) e Negociador do Tratado de Windsor», pp. 221-240 e Peter E. Russell, *A Intervenção Inglesa*, pp. 397-406.

145. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. 1, pp. 95-98.

146. *Ibidem*, p. 96.

O título do canto I de *DI* («O Aggravado das Damas») remete para o motor do episódio, cujo contexto é antecedido por sucessivos conflitos entre a França e a Inglaterra no âmbito da Guerra dos Cem Anos. Na tradição literária do mito dos Doze, o poema de Teófilo é dos únicos textos a descrever longamente o espaço inicial da acção, a luxuosa corte de Ricardo II e o Palácio de Sabóia, exactamente porque o objectivo do autor é criticar essa nação enquanto velha aliada de Portugal; daí a demorada caracterização espacial. Na festa do seu casamento com Isabel de França, em 1396, o rei inglês encontra-se acompanhado pelos seus dois tios, o duque de Gloucester (Thomas of Woodstock) e o duque de Lencastre, que, como o texto informa, à semelhança dos outros nobres, fala em francês culto desde a Batalha de Hastings, sendo assim apresentados gradualmente elementos, neste caso linguísticos e culturais, da cor local medieval inglesa. O primeiro duque, apresentado como anti-França, é o agente da afronta às damas francesas, gesto que assume assim também um carácter político. Como é sabido, Thomas of Woodstock lidera a oposição ao reinado do seu sobrinho, tendo Ricardo II mandado aprisionar o tio em Calais, onde ele falece, supostamente assassinado. Torna-se, portanto, significativo o facto de ser esse inimigo da coroa a voz da afronta que leva os cavaleiros portugueses a Londres. O tio do monarca põe em dúvida a seriedade das donzelas que acompanham a rainha e critica os “odiosos [...] costumes”<sup>147</sup> da corte inglesa, seguindo-se a ofensa do duque de York (Edward of Norwich), quando afirma que as mulheres que casam jovens o fazem para poder vir a ter vários maridos.<sup>148</sup> Também o duque de Lencastre casara várias vezes, mas o insulto não se dirige ao sexo masculino, facto que veicula a relação entre género, moral, amor e poder-política, temáticas que estudaremos no capítulo 5.

Para surpresa de toda a corte, doze cavaleiros corroboram as críticas ao sexo feminino apresentadas na *Chronica de Eventibus Angliae a Tempore Regis Edgari Usque Mortem Regis Ricardi Secundi* (1337-1399), redigida no último quartel do século XIV por Henry Knighton,<sup>149</sup> tornando-se essa narrativa uma fonte histórica invocada pelas personagens. O sujeito poético veicula o ambiente tenso que se faz sentir na Sala Estrelada através de sons nasais, da exclamação e de verbos que concorrem para a representação de sugestivas e hiperbólicas imagens: “Do seu lugar nenhum dos Cavalleiros/Deu um passo. O silencio gela o sangue!/A estupefacção geral comprime/Os corações sob emoção tremenda.”<sup>150</sup> Ricardo II caracteriza John of Gaunt<sup>151</sup> como o mais intemerato cavaleiro inglês, o que melhor conhece as leis da cavalaria e refere as suas viagens militares pela Europa, encarregando-o do protesto das damas, sendo, portanto, simbólico que o maior cavaleiro de Inglaterra venha a escolher os portugueses para resolver o conflito inglês, ou seja, essa caracterização do duque de Lencastre serve o propósito de glorificar indirectamente os lusos. O tio do rei escolhe como conselheiros Geoffrey

147. *DI*, p. 17.

148. Sobre o conceito de juventude na Idade Média, veja-se Kim M. Phillips, *Medieval Maidens: Young Women and Gender in England, 1270-1540*, 2003, pp. 1-22.

149. Sobre a fonte, veja-se G. H. Martin, «Introduction», 2004, pp. xv-xl. A crónica refere o casamento de D. Filipa de Lencastre com D. João I (*ibidem*, pp. 340-343).

150. *DI*, p. 22.

151. A. Goodman, *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*, 1992.

Chaucer, “o primacial poeta de Inglaterra”, e Froissart, “principal Chronista/Da França”,<sup>152</sup> personagens que reforçam a decisão final do duque.

Na corte e no Palácio de Sabóia, as personagens e o leitor percebem as especificidades do espaço e do tempo histórico da acção através dos cinco sentidos, sobretudo a audição, o olfacto e a visão, pois ouvem-se, cheiram-se e observam-se elementos das paisagens olfactivas e acústicas da Inglaterra e do Portugal medievais durante banquetes, torneios e demoradas assembleias adornadas por figurantes como pagens, poetas, menestrelis e damas de companhia.<sup>153</sup> A disposição das personagens à mesa e em reuniões veicula o seu estatuto, sendo a hierarquia social e a vassalagem temas recorrentes na obra.<sup>154</sup> Essas estratégias literárias são reforçadas pela enumeração, artifício que facilita a apresentação de detalhes pormenorizados, dos diversos elementos da cor local e histórica da acção e do ambiente festivo, como acontece durante o primeiro banquete no Palácio de Sabóia: “Já são servidos os primeiros pratos:/ Vêm quartos de veado, um gamo inteiro,/ Vitella, pombos, lebres e cabrito”.<sup>155</sup> A simbologia do espaço doméstico também veicula a seriedade das reuniões e das decisões a tomar, como se verifica no início do segundo acto, quando as damas e a *entourage* do duque passam da sala do banquete para a do Consistório, reservada ao Conselho, para decidir a melhor forma de defender a honra feminina. Nessa divisão encontram-se representados, em telas, figuras e episódios históricos e literários, *ekphrasis*<sup>156</sup> que despertam a curiosidade das donzelas, a quem são explicados por Chaucer os quadros “ao vivo e com relêvo”<sup>157</sup> nos quais marcam presença temas relacionados com novelas e poemas de cavalaria, como o Santo Graal e as aventuras ficcionais de Hermann, Percival e Lohengrin,<sup>158</sup> cujos valores, paixões e exemplos de vida servem de referente de comparação indirecta aos (‘reais’) Doze de Inglaterra, como acontece com a solitária viagem de Percival,<sup>159</sup> que o leitor informado é levado a comparar à de Magriço. O próprio Chaucer descreve o cavaleiro ideal em *The Canterbury Tales* através de Theseus,<sup>160</sup> sendo, portanto, simbólicos quer a sua aparição em *DI*, quer o facto de ser ele a narrar às damas os feitos imaginários de paladinos, por oposição aos cavaleiros (mais) históricos de que Froissart se ocuparia. É assim estabelecida uma estreita ligação entre a poesia, a tapeçaria e outras artes visuais como a pintura, artes aproximadas, entre muitos outros, por Horácio através da expressão *ut pictura poesis*<sup>161</sup> e por Sir Philip Sidney em *An Apology for Poetry* (1595), que funde o conceito aristotélico de *mimesis* e a imagem horaciana da poesia como quadro

152. *DI*, p. 24.

153. Vejam-se as primeiras estrofes da parte X do canto I e a última estrofe da p. 31 de *DI*.

154. *Ibidem*, pp. 29, 84. Sobre a simbologia da mesa e das relações sociais na corte medieval, veja-se Ana Isabel Buesco e David Felismino (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal*, 2011.

155. *Ibidem*, p. 29. Veja-se também a terceira estrofe da p. 31.

156. Para uma definição de *ekphrasis* enquanto “descrição de uma obra de arte [...] descrição plástica” (Carlos Ceia, s.v. “*Ekphrasis*”), veja-se Mário Avelar, *Ekphrasis: O Poeta no Atelier do Artista*, 2006.

157. *DI*, p. 37.

158. Sobre estes temas, consultem-se Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, pp. 376-387, Thomas Bulfinch, *Bulfinch's Medieval Mythology: The Age of Chivalry*, 2004, pp. 44-137 e A. R. Hope Moncrieff, *Romance and Legend of Chivalry*, 2004.

159. *DI*, p. 43.

160. Veja-se G. Chaucer, *The Canterbury Tales* («The Knight's Tale»), 2004, pp. 23-77.

161. Horácio, *Arte Poética*, 1992, pp. 108-109.

falante que ensina e deleita.<sup>162</sup> Na história de Percival acumulam-se termos associados ao campo semântico da cavalaria, tais como “Amor”, “Honor”, “Verdade”, “Justiça”, “Valor”, “firmeza” e “liberdade”,<sup>163</sup> que se estendem à história seguinte «O Perdão de Lohengrin», igualmente recitada por Chaucer, que usa expressões como “Cavaleiros venustos”, “contínua guerra/Contra tiranos injustos”, “Paladinos”, “defensor” e “defesa da inocência”,<sup>164</sup> num imaginário que caracteriza os cavaleiros portugueses.

Froissart afirma que em Inglaterra, na França e na Itália já não se encontram seguidores dos ideais da cavalaria, sendo, portanto, Portugal a única esperança, pois aí ainda morrem por amor cavaleiros, como os da Ala dos Namorados.<sup>165</sup> Se Chaucer recupera cavaleiros ficcionais, o cronista glorifica os soldados portugueses, e as suas palavras são corroboradas por nobres ingleses que haviam participado na Batalha de Aljubarrota, “combatendo/Pelo Mestre de Aviz, do Povo o eleito”,<sup>166</sup> associando-se assim o saber livresco ao “saber [...] de experiência feito”<sup>167</sup> para glorificar os feitos de armas portugueses. O ‘amor pela pátria’ que levava os lusos à vitória inflama os corações das donzelas inglesas, e na corte de D. João são também cantadas as aventuras de Roland e de Carlos Magno, que intensificam o imaginário da cavalaria, cujos valores e ideais os Doze defendem. É nesse espaço que o embaixador inglês ouve cantar histórias de cavaleiros, nomeadamente a de Amadis de Gaula — que Teófilo Braga tenta provar, na sua *História da Literatura Portuguesa* (1909),<sup>168</sup> ser de origem portuguesa — e de Tristão e Isolda («Amor e Morte»), recitadas por Vasco de Lobeira, herói de Aljubarrota (m. 1403) a quem é atribuída a autoria de *Amadis de Gaula*, questão essa abordada pelo próprio T. Braga e por Alexandre Herculano nas pp. 90-99 do seu artigo «Novelas de Cavalaria Portuguesas: Amadis de Gaula», que refere a Ala dos Namorados e os Doze de Inglaterra: “Se o espirito puro de cavallaria dominou tão largo periodo, os *cavalleiros-modelos* [...] foram só os que se crearam na côrte de D. João I; e a *poetica ficção* dos Doze de Inglaterra pinta a epocha em que se diz succedera essa aventura”.<sup>169</sup> Tal como vimos em relação a Chaucer no solar de Sabóia, é também simbólico o facto de ser a Vasco de Lobeira que D. João I pede que cante as aventuras de Amadis e de Tristão e Isolda.<sup>170</sup>

No início do canto IV é descrita a luxuosa corte portuguesa, onde os rumores da chegada do mensageiro inglês levam os cortesãos a perguntar-se se este “virá pedir o auxilio das galeas/Que o Dom João Primeiro se obrigara,/Por secreto Tratado de Alliança/A prestar em serviço á Gran Bretanha?”<sup>171</sup> O falatório na corte refere-se ao início da aliança anglo-portuguesa,

162. Sir Philip Sidney, *An Apology for Poetry*, 1973, p. 101, ls. 33-36.

163. *DI*, p. 50.

164. *Ibidem*, pp. 52-53.

165. *Ibidem*, p. 79.

166. *Ibidem*.

167. Camões, *op. cit.*, IV, 94.

168. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, pp. 278-313.

169. A. Herculano, «Novelas de Cavalaria Portuguesas: Amadis de Gaula», 1909, p. 89, itálicos nossos.

170. *DI*, pp. 107-113.

171. *Ibidem*, p. 83, referência às galés portuguesas que o Mestre de Avis oferecera a Ricardo II para a guerra com a França, mencionadas por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* (veja-se Humberto Baquero Moreno, «O Tratado de Windsor de 1386 no Conspecto das Relações Luso-Inglesas», p. 214).

sendo transcritas as cartas que o duque de Lencastre envia à sua filha e ao rei pedindo o auxílio para defender “as leis do Amor e Honra/Ou da galantaria”,<sup>172</sup> adquirindo *DI* também um cariz epistolar. O canto VI («O Festival da Partida») celebra a alegria dos Doze, bem como a alegria e o dever de partir como símbolo do código de honra dos cavaleiros em missão. A elipse marca o início do canto IV, e da Sala das Pegas, no Palácio de Sintra, a acção passa para Lisboa, “cidade alvoroçada”<sup>173</sup> onde a população aplaude os doze escolhidos, imagem que é retomada na parte IV do canto seguinte. Enquanto figurante ou personagem colectiva, a multidão alegre legitima a viagem e festeja a partida, com “trombetas e atabales”,<sup>174</sup> entre a sé e o paço real, espaços e sons simbólicos da importância da aventura cavaleiresca, como veicula o sujeito poético através da interjeição: “Inaudito espectáculo!...a emoção na sala é inexprimível”,<sup>175</sup> afirmação que remete indirectamente para o poder limitado das palavras quando se trata de (d)escrever sentimentos como os que o ritual provoca. Em *DI* são várias as acções apresentadas em paralelo através do advérbio de tempo “enquanto”,<sup>176</sup> nomeadamente as viagens dos onze por mar e a de Magriço por terra, o episódio de Machim e Ana d’Arfet, a conversa de Magriço e Ethwalda e “o segredo de Estado”,<sup>177</sup> ou seja, a secreta aliança de Portugal e Inglaterra, enfatizando-se assim a simultaneidade de acções e as diferentes esferas (amorosas, sociais, domésticas, sociais, culturais e políticas) do poema. É dessas viagens que nos ocuparemos de seguida.

#### 4. A VIAGEM COMO SÍMBOLO DE HONRA E DE APRENDIZAGEM

O mito dos Doze consiste sobretudo na expedição dos cavaleiros, fazendo, portanto, parte da chamada literatura ou escrita de viagens, ainda mais quando Teófilo o associa também à conquista de Ceuta. Detenhamo-nos, então, na representação e na simbologia da ida dos portugueses a Londres durante a fase inicial da aliança anglo-portuguesa. Se esse contexto histórico confere um maior grau de verosimilhança à expedição ficcional, o conhecimento das relações luso-inglesas permite uma melhor compreensão das personagens e dos episódios históricos ficcionalizados em *DI*, nomeadamente das palavras que o embaixador inglês Robert Grantham dirige a D. João I em Lisboa, aludindo simultaneamente ao casamento do rei com Filipa de Lencastre e ao inimigo castelhano: “Compreendo/Como o Portugal vosso e Inglaterra/Identificam crenças, interesses!...”,<sup>178</sup> As reticências na fala do enviado e que

---

172. *DI*, p. 86.

173. *Ibidem*, p. 117.

174. *Ibidem*.

175. *Ibidem*, pp. 118, 122, respectivamente.

176. *Ibidem*, pp. 90, 159, 222, 233, 250.

177. *Ibidem*, p. 90.

178. *Ibidem*, p. 129.

também encontramos noutros momentos do poema,<sup>179</sup> bem como o adjetivo ‘secreto’ no grau superlativo absoluto sintético,<sup>180</sup> remetem para o secretismo que envolve a assinatura do Tratado de Windsor mencionado logo de seguida, episódio que funciona como um dos subenredos de *DI*. No canto VII, quando da partida dos Doze para Londres, é retomada a temática do tratado de aliança, que é de interesse mútuo. Viajam encobertos com os onze cavaleiros, a bordo da nau *Frol da Rosa*, os embaixadores portugueses, Martim Ocem<sup>181</sup> — personagem, tal como D. João I e Álvaro Vaz de Almada, do conto «Um Rei Cavaleiro», de *Lendas e Narrativas*, de Alexandre Herculano — e o alferes-mor João Gomes da Silva. Como confessa o narrador poético quando retoma o tema da função dos cronistas, de futuro “até mesmo os Chronistas abastantes/D’esse Tratado ignorarão a letra./Presentimentos da Diplomacia”,<sup>182</sup> ou seja, a viagem dos paladinos por mar “mistura a conveniencia e o heroismo”<sup>183</sup> e serve para encobrir a missão diplomática que será a base do Tratado de Windsor, sem que a França, a Escócia e Castela suspeitem dessas negociações. Ao enredo cavaleiresco dos Doze junta-se agora um outro de cariz diplomático.

Face ao sangue inglês da “íclita geração” e à sugestão da futura exploração do império luso pela Grã-Bretanha, essa expansão adquire (indirecta e imediatamente) um cariz anglo-português, na medida em que será essa nação que, a longo prazo, mais lucrará com o pioneirismo português, como Austin, um dos doze cavaleiros ingleses, profetiza após o combate: “Para que te cansar mais, Cavalleiro!/Esses feitos, que ambicionados tendes, [...]Será tudo em proveito de Inglaterra!/De Inglaterra, da qual é feudatorio”.<sup>184</sup> As palavras da personagem ecoam dialogicamente as de Oliveira Martins ao descrever, pouco antes da publicação de *DI*, as relações de ambos os países: “o protectorado inglês. Protectorado, sempre se traduziu, na linguagem real da história, por exploração: é um eufemismo diplomático”.<sup>185</sup> O sentido de honra e a amizade dos portugueses pelo rei inglês e pelas donzelas de nada servirão a Magriço e a Portugal, pois a Inglaterra retirará partido da aliança que os embaixadores firmarão com Ricardo II, palavras que são sugestivas no âmbito da *scramble for Africa*. Os vários episódios em que a Grã-Bretanha tira partido da antiga aliança para prejudicar os interesses lusos são retomados no final do século XIX e no início do século XX em publicações cujo espírito se en-

179. *Ibidem*, pp. 144, 150-151, 202, 242.

180. *Ibidem*, pp. 201-202: “poderes/Secretissimos”.

181. Martim de Ocem, falecido por volta de 1435, é doutor em Leis e chanceler-mor do conselho de D. João I e do infante D. Duarte, sendo encarregado de importantes negócios do reino pelo monarca. De facto, ambos os embaixadores viajam até Londres, em 1404, para ratificar o tratado de aliança com Henrique IV, filho mais velho de John of Gaunt. No ano seguinte, Martim de Ocem regressa a Londres, juntamente com Vaz de Almada, para tratar do casamento de Isabel Brites, filha bastarda de D. João I, com Thomas Fitzalan, descendente de Eduardo I e segundo primo de Filipa de Lencastre, que tem lugar em Lisboa, no dia 26 de Novembro de 1405. As primeiras conversações portuguesas do Tratado de Windsor são, no entanto, realizadas por Fernando Afonso de Albuquerque e Lourenço Anes Fogaça [Luís Adão da Fonseca, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, 1986, pp. 3, 49-53 e Tiago Viúla de Faria, «Por proll e serviço do reino»? O Desempenho dos Negociantes Portugueses do Tratado de Windsor e suas Consequências nas Relações com Inglaterra», 2009, pp. 209-227].

182. *DI*, p. 144.

183. *Ibidem*, p. 145.

184. *Ibidem*, pp. 241-242.

185. Oliveira Martins, *História de Portugal*, 1987, p. 327.

contra ‘inflamado’ pelos estratagemas coloniais britânicos, sobretudo pelo Ultimato,<sup>186</sup> e que pretendem rever a posição da “fiel aliada”<sup>187</sup> e “nação irmã”<sup>188</sup> acusada de se tentar apoderar de territórios lusos.<sup>189</sup> O Quinto Império e o Novo Mundo português que menestris e os Doze usam para vaticinar a supremacia lusa são elementos da chamada “mitologia da pátria” desenvolvida pela literatura finissecular portuguesa,<sup>190</sup> e o próprio Teófilo Braga utiliza, numa sua outra obra, a expressão “sempre fiel aliada” de forma irónica (como revela o recurso ao itálico) ao referir-se à aliança anglo-portuguesa: “Agora, que Portugal, depois de ignobilmente enxovalhado á face da Europa no parlamento de Inglaterra, se acha ameaçado de ser mais uma vez roubado pela sua perfida e *sempre fiel aliada*, busca-se com avidez o pensamento salvador de uma aliança”.<sup>191</sup> É durante a viagem dos onze e dos diplomatas incógnitos que é encontrada, no mar, a mensagem de Ana e Machim. A segurança da embarcação é contraposta aos perigos enfrentados por Álvaro Coutinho em terra em dois momentos,<sup>192</sup> alargando-se a perspectiva espacial durante a viagem para veicular quer as saudades que os cavaleiros-navegadores sentem da terra natal, temática que é recuperada quando os paladinos retornam a Lisboa, quer o mistério que os leva a referir as “Ilhas empoadas/De que nos falla o povo”, “espalhadas” e “Afortunadas”,<sup>193</sup> à espera de serem descobertas. Há assim vários planos de viagem no poema: a cavaleiresca, a cruzada rumo a África (histórica), e ainda as viagens míticas e literárias do imaginário colectivo português.

De acordo com Foucault, o navio é a heteropia por excelência, um espaço, que, embora localizável, se encontra fora de todos os outros lugares, “un morceau flottant d’espace, un lieu sans lieu [...], fermé sur soi et qui est livré en même temps à l’infini de la mer et qui, de port en port, de bordée en bordée [...] va jusqu’au colonies chercher ce qu’elles recèlent de plus précieux”; daí que, para a civilização ocidental, o barco seja a maior reserva de imaginação e o maior instrumento de desenvolvimento económico.<sup>194</sup> À luz dessas palavras, poderemos interpretar as histórias e os factos que Álvaro Vaz de Almada, fazendo eco de Veloso em *Os Lusíadas*, apresenta aos seus colegas através de uma prolepse, ao afirmar que no futuro os cavaleiros se transformarão em argonautas, ou seja, não tendo em terra condições de luta, os ‘cruzados’ dedicar-se-ão à descoberta do mar e “de novos Mundos”<sup>195</sup> e expandirão a fé cristã, fazendo assim alusão aos ‘Descobrimentos’ portugueses como cruzada,<sup>196</sup> uma ideia que está

186. Sobre o Ultimato e a opinião pública portuguesa, veja-se M. Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, pp. 75-264.

187. José de Arriaga, *A Inglaterra, Portugal e as Suas Colónias*, 1882, pp. 60-65, 69 e Joaquim Martins de Carvalho, *A Nossa Aliada!*, 1883, pp. 12, 19, 40-63.

188. José Valentim Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. 1, 1922, p. 254.

189. Gomes F. de Andrade, *A Dominação Inglesa em Portugal: O Que É e de Que Nos Tem Servido a Aliança da Inglaterra*, 1883, pp. 140-144, 206, refere “a ambição [ultramarina] de John Bull” (p. 194).

190. Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, pp. 88-99.

191. Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. 1, 1912, p. 127.

192. *Ibidem*, pp. 147, 158.

193. *Ibidem*, p. 148. No início do século XX, Jaime Cortesão publica uma obra infantil dedicada a essas mesmas ilhas, *O Romance das Ilhas Encantadas* (segunda edição, revista: 1961).

194. Michel Foucault, «Des Espaces Autres», 1984, p. 49.

195. *DI*, p. 149.

196. Sobre a vocação cruzadística e o ideal de cavalaria na expansão marítima, veja-se Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, «Da Cruzada ao Quinto Império», 1991, pp. 81-164.

também presente nas obras de outros autores quinhentistas, como Diogo de Couto.<sup>197</sup> A temática do futuro império aliada à da cavalaria é mais uma vez retomada para introduzir gradualmente o tópico principal da secção final do poema [«Plus Ultra (Rhapsodia)»]. Sobre a relação entre cavalarias e navegações, bem como sobre *Os Lusíadas*, Vitorino Magalhães Godinho afirma que “a dialéctica da cruzada e mercadoria cria a estratégia como meio de realização do império comercial” e elabora uma síntese em torno desse tema que informa a nossa análise, dada a relação que *DI* estabelece entre a viagem cavaleiresca dos Doze e a expansão marítima, nomeadamente através da participação desses cavaleiros também na tomada de Ceuta:

Os cavaleiros [...] desagregam-se em tipos de papéis sociais diversos e até contraditórios, e a sua função colectiva é anulada de dentro pela própria evolução da arte da guerra. As armas de fogo e a artilharia, tornada esta móvel em terra pelos carros puxados por filas de cavalos por Carlos VIII nas guerras da Itália; e no mar, instalada a bordo desde D. João I mas por D. João II feita arma decisiva dos combates navais, aparecem como invenções diabólicas, porque destroem a supremacia dos cavaleiros; como a destroem a nova arte dos cercos, as novas formas de fortificações, e sobretudo a concepção estratégica da guerra e organização táctica.<sup>198</sup>

Como já afirmámos, os Coutinhos e os Almadás participam em várias expedições ao Norte de África, e, como recorda José Mattoso, a partir de 1415, os fidalgos conquistam o título de cavaleiro no Norte de África. O historiador sintetiza a transformação que se dá no século XV, e que Teófilo Braga ficcionaliza em *DI*:

Em 1305, com efeito, ser cavaleiro era uma alta distinção, que só o rei podia conferir. E conferia-se mediante a cerimónia da investidura. A proliferação e aviltamento da categoria [...] acentuam-se desmesuradamente na centúria quatrocentista, [...] efeito de três factores: conquistas do Norte de África, burocratização da administração central e incremento do comércio marítimo. As navegações atlânticas [...] hão-de fazer das naus tablados de bravura e promoção.<sup>199</sup>

O próprio Teófilo invoca o imaginário marítimo em *A Pátria Portuguesa* para singularizar o povo português, ao afirmar que a proximidade do mar contribui para separar profundamente o luso do espanhol,<sup>200</sup> sendo o espírito aventureiro luso abordado de forma diacrónica em *DI* através dos feitos cavaleirescos no momento da acção, no passado (Ala dos Namorados) e no futuro (tomada de Ceuta). A viagem e os ideais de cavalaria dos Doze são, como afirmámos, associados ao início da expansão ultramarina no último canto do poema, cujo título – «A Empreza Tingitana» – remete quer directamente para a colonização lusa

197. Diogo de Couto, «Década VIII», in *Décadas da Ásia*, 1974, p. 458.

198. Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 140.

199. José Mattoso (coord.), *História de Portugal*, vol. 2, p. 449; veja-se Luís F. Oliveira, «A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Um Processo de Recomposição Social da Nobreza», 1985, pp. 199-207.

200. Teófilo Braga, *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça*, 1894, pp. 1-2 e *idem*, *O Povo Português*, vol. 1, 1995, pp. 73-74.

no Norte de África, quer indirectamente para dois futuros desastres africanos: a morte de D. Sebastião e o Ultimato britânico. De seguida, analisaremos as viagens que se destacam no poema, ou seja, a lendária e trágica descoberta da ilha da Madeira por um jovem casal inglês e a peregrinação, ou viagem formativa (*Bildungsreise*) pessoal, religiosa e cultural de Magriço pela Europa.

#### **4.1. MACHIM E ANA D'ARFET: VIAGENS E LENDAS DE CARIZ ANGLO-PORTUGUÊS**

O barco, enquanto reserva do imaginário (como recorda Foucault), é meio de transporte dos onze e dos diplomatas até Inglaterra e relaciona-se ainda com outro episódio de *DI*: o mito fundacional do descobrimento inglês da Madeira, antes da chegada dos portugueses, que se assume como uma curta narrativa (lendária) de viagem no poema, um mito-dentro-do-mito. No final do canto VII, pouco antes de avistarem Plymouth, os portugueses encontram, a flutuar no oceano Atlântico, um frasco que contém uma mensagem em inglês e que o leitor informado, através da referência à amada Ana e à fuga do casal para França devido ao amor proibido, identifica imediatamente como um dos elementos da Lenda de (Robert) Machim,<sup>201</sup> sumariada por Gaspar Frutuoso (1522-1591) em *Saudades da Terra*, que contempla o descobrimento das Canárias, de Cabo Verde, da Madeira e dos Açores. O capítulo IV do segundo livro dessa obra afirma que “no tempo de el-Rei Dom Duarte [Eduardo III, 1327-1377] de Inglaterra houve um nobre inglês, afamado cavaleiro, a quem chamavam de alcunha o Machim, o qual, por ter altos pensamentos como também honrosos feitos, andava de amores com uma dama de alta linhagem, a que chamavam Ana de Harfet”.<sup>202</sup> É essa a dama referida na mensagem de Machim encontrada pelos cavaleiros e embaixadores lusos. A família da jovem opõe-se à relação amorosa e casa-a com outro pretendente, situação perante a qual os dois amantes, “não tendo nenhum meio a paixão e dor destes extremos com que ambos se viram, mostrando com lágrimas ardentes a lástima deste casamento, acordando com grande segredo fugirem para França”.<sup>203</sup> A descoberta da mensagem no mar torna-se simbólica após as conversas em torno da (futura) expansão colonial portuguesa, pois, segundo a lenda de Machim, o barco dos dois amantes em fuga é arrastado por uma tempestade até à baía de Machico, na Madeira, onde o casal acaba por falecer. A tripulação do barco volta ao mar e é aprisionada no Norte de África, juntamente com um castelhano, que relata a João Gonçalves Zarco a história da descoberta do arquipélago pelo casal inglês, informação que terá levado Zarco a convencer o infante D. Henrique a tentar ‘encontrar’ essas ilhas.

201. Este capítulo e parte de outros foram por nós publicados como «A Lenda de Machim, os Descobrimentos e a Ficcionalização das Relações Anglo-Portuguesas no Poema *Os Doze de Inglaterra* (1902), de Teófilo Braga», 2012, pp. 218-233.

202. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro 2, 1998, p. 12.

203. *Ibidem*, p. 13.

A lenda de cariz anglo-português que tem sido reelaborada ao longo dos séculos por autores portugueses e ingleses<sup>204</sup> é referida no *Manuscrito Valentim Fernandes* (c. 1507) e por António Galvão no *Tratado dos Descobrimentos* (1563), obra da qual Richard Hakluyt traduz a história que publica na sua colectânea *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation* (primeira edição: 1589, edição aumentada: 1598-1600), que visa reunir e elogiar os feitos marítimos ingleses,<sup>205</sup> com o título «The voyage of Macham an English man, wherein he first of any man discovered the Iland of Madera, recorded verbatim in the Portugall history, written by Antonio Galvano».<sup>206</sup> De acordo com Damiano Peres, a lenda, cuja versão mais antiga é a da *Relação* de Francisco Alcoforado (1427), poderá ter sido inventada durante o reinado de Filipe II, para legitimar o descobrimento do arquipélago por parte dos espanhóis,<sup>207</sup> enquanto João Cabral Nascimento afirma que o relato parece remontar à primeira metade do século XV e que a hipótese da sua veracidade histórica ganha cada vez mais terreno.<sup>208</sup> Constituindo a história um episódio lendário das relações luso-inglesas, é de salientar a sua utilização no poema quer durante a viagem dos onze, quer, mais tarde, no último canto, após o combate, pois a corte inglesa descobre finalmente o paradeiro dos jovens. O escândalo na corte inglesa é veiculado nas duas primeiras estrofes da parte V do canto XII através de vocábulos e expressões como “escândalo”, “caso clamoroso”, “intrigadas”, “sensacional drama amoroso” e “conjecturas mil”, enriquecendo a estrutura e a simbologia do poema de cariz anglo-português, onde as lendas são associadas à má-língua, que veicula a moral vigente da nobreza inglesa. O poema faz uso dos bons costumes, bem como do falatório da corte, e apresenta a vida privada sobretudo do sexo feminino para que o leitor entenda quer a atitude do casal prevaricador, quer a reacção das damas inglesas, contextualizando e justificando a afronta inicial. O fenómeno sociocultural a que chamamos falatório (*gossip*), sendo transversal a todas as sociedades,<sup>209</sup> apoia o discurso ‘oficial’ e assume o estatuto de voz pública ao envolver a reputação dos fugitivos. De acordo com o antropólogo Nigel Rapport,<sup>210</sup> existem várias abordagens para estudar o falatório ou a má-língua, podendo duas delas ser aplicadas a *DI*, uma vez que descrevem dimensões diferentes dessa prática social. A abordagem funcionalista define o fenómeno como processo de sanção culturalmente determinado que ajuda a manter a união, a moral (opressiva) e a história de um grupo ao julgar e controlar o indivíduo de acordo com as expectativas tradicionais; daí que funcione também como marca de pertença a uma determinada comunidade. Se na despedida dos Doze em Lisboa

204. Vide Marco Livramento, «Machim, quando a História Se Mistura com a Lenda», 2010, pp. 115-136.

205. Vide Rogério Miguel Puga, «Os Descobrimentos Portugueses em *The Principal Navigations*, de Richard Hakluyt», 2003, pp. 63-131.

206. Richard Hakluyt, *Voyages in Eight Volumes*, vol. 4, 1962, pp. 20-21.

207. Damiano Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 1943, p. 51.

208. João C. Nascimento, s.v. «Machim, Lenda de», 1984, pp. 119-120; vejam-se: Jean Fontvieille, «A Lenda de Machim», 1960, pp. 197-238 e Armando Cortesão, «A História do Descobrimento das Ilhas da Madeira por Roberto Machim em Fins do Século XIV», 1973, pp. 292-409.

209. Ralph Rosnow e Gary Fine, *Rumor and Gossip: The Social Psychology of Hearsay*, 1976, p. 52.

210. Nigel Rapport, s.v. «Gossip», 1996, pp. 266-267.

nos é apresentada a imagem do “povo murmurador”,<sup>211</sup> em Inglaterra o casal “audacioso”<sup>212</sup> em fuga é desde logo criticado na corte, tal como as donzelas durante o agravo inicial por se comportarem como homens e casarem diversas vezes, revelando tais atitudes algumas das características do género no espaço inglês e no tempo histórico da acção do poema, temática que abordamos adiante.

A ênfase da outra teoria sobre o “murmurio”<sup>213</sup> apresentada por Rapport, a simbólico-interaccionista, recai sobre a forma como a realidade cultural e as relações sociais são representadas e debatidas em conversas diárias, pois, através do falatório, os indivíduos especulam sobre a sua vida e o mundo e providenciam a si mesmos um mapa do ambiente social das formas de ser/agir de terceiros, permitindo formular um programa de negociação sobre os comportamentos sociais que regem a conduta moral e que Machim e Ana desrespeitam ao fugir: “Na Camara Estrellada á noite é assumpto/De conjecturas mil: não se fallava/de outra cousa: de fuga das [sic.] amantes,/Da invejada aventura deliciosa,/Que da etiqueta a rigidez quebrando/Faz que a emoção o sentimento exalte”<sup>214</sup> Apenas no último canto a corte inglesa identifica os protagonistas da fuga, que, segundo Magriço prevê durante uma conversa pausada por metáforas eróticas com Ethwalda, viajarão até às ilhas misteriosas, estratégia de que *DI* se serve para aludir ao lendário descobrimento da Madeira. Teófilo Braga recorre assim a uma lenda de cariz anglo-português que já abordara longamente nos *Contos Tradicionais do Povo Português* (1883),<sup>215</sup> obra em que refere também o episódio de Veloso da epopeia camoniana para exemplificar o hábito luso de contar histórias: “Camões descreve nos *Lusíadas*, ao encetar a narrativa dos Doze de Inglaterra como os marinheiros contavam contos e casos mil para vencerem o sono dos quartos de vigília.”<sup>216</sup> O amor carnal que leva Machim e Ana d’Arfet à morte é mais tarde renunciado por Álvaro Coutinho, que se dedica aos ideais mais elevados e espirituais da cavalaria, como veremos no próximo subcapítulo. A micronarrativa de viagens (amorosas) reforça assim a hetero-imagem dos ingleses como um povo frio que, ao contrário dos portugueses, proíbe o amor a jovens que fogem, rumo à liberdade, para terras que serão futuramente lusas.

---

211. *DI*, p. 130.

212. *Ibidem*, p. 248.

213. *Ibidem*, p. 254.

214. *Ibidem*, p. 248.

215. Teófilo Braga, *Contos Tradicionais do Povo Português*, vol. 2, 1987, pp. 198-219.

216. *Ibidem*, p. 31.

## 4.2. EM BUSCA DA EKPHRASIS: A PEREGRINAÇÃO DE MAGRIÇO E O IDEAL DE CAVALARIA

O cronótopo<sup>217</sup> assume-se como uma constante no poema, e, se a reunião inicial das damas é antecedida pelo percurso das mesmas pelo Tamisa rumo ao palácio de John of Gaunt, a viagem no tempo e no espaço, enquanto sinónimo de perigo e aprendizagem, glorifica a valentia e a honra dos cavaleiros lusos e confere-lhes fama além-Pirenéus. A par do movimento dos paladinos no mar e em terra através da Europa, a obra representa também quadros dinâmicos quando da ida da corte portuguesa para Sintra e do júbilo dos habitantes de Lisboa durante a partida dos Doze, ou seja, micro-viagens domésticas, das quais não nos ocupamos.

Pouco depois da despedida dos onze a bordo da nau, a acção passa do mar para terra, o espaço da viagem do cavaleiro andante, que se torna, qual Galaaz, um peregrino e cuja solitária expedição rumo a locais sagrados é caracterizada também pelo sacrifício. Os movimentos da nau e de Álvaro Coutinho são apresentados como acções paralelas, detendo-se o sujeito poético, à semelhança de Garrett, num apontamento anticlerical,<sup>218</sup> quando da passagem do cavaleiro por Cáceres. Magriço presta culto à Virgem e recorda a sua divisa perante a imagem sagrada, elementos que são mais tarde relacionados por Ethwalda, durante o combate em Londres. Os verbos pisar, prosseguir, seguir, caminhar, passar, transpor, entrar e embarcar<sup>219</sup> transmitem o movimento do cavaleiro (já fora de Portugal), até Cáceres,<sup>220</sup> durante a peregrinação que é caracterizada como solitária com o apoio da adjectivação e da aliteração (“em cumprimento a pé e só, por terra”).<sup>221</sup> *DI* convoca inúmeros elementos e topónimos religiosos e culturais europeus, associando Magriço inicialmente a referência à “*ymage*” na sua divisa à imagem de Nossa Senhora de Guadalupe doada pelo Papa Gregório, o Grande, ao bispo Leandro de Sevilha, em 580 d.C., e guardada no Santuário de Guadalupe, em Cáceres. De acordo com a tradição local, a imagem é levada por padres e escondida em 711, e assim permanece seiscentos anos, durante a ocupação islâmica dessa zona, até ser encontrada por

217. Mikhail Bakhtin, *The Dialogic Imagination*, p. 84, define a dimensão cronotópica de uma obra literária como “the process of assimilating real historical time and space in literature [...]. We will give the name chronotope (literally “time-space”) to the intrinsic connectedness of temporal and spatial relationships that are artistically expressed in literature [...], it expresses the inseparability of space and time (time as the fourth dimension of space) [...]. Spatial and temporal indicators are fused into one carefully thought-out, concrete whole”. Para além de Bakhtin, que cunha esse termo, também Jean Molino («Qu’Est-Ce Que le Roman Historique», 1975, p. 215) estabelece uma forte relação entre espaço e tempo na ficção histórica (cuja natureza híbrida se aproxima da de *DI*): “Cette précision extrême, aussi bien topographique que chronologique, donne naissance aux deux éléments de récit constitutifs de l’ouverture du roman historique; les topos de la date et le topos du lieu. La signification fonctionnelle de ces éléments est double; il s’agit en même temps de situer et d’éloigner.” Processo que em *DI* — através da viagem dos Doze, não apenas por mar, mas também por terra, pela Europa (Espanha, França, Cornualha, Londres, Flandres), e rumo a África (Ceuta) — se torna duplo, ao situar a acção em espaços e tempos distantes.

218. A partir das guerras liberais, o anticlericalismo torna-se uma forma de pressão política (acentuado pelo positivismo), caracterizando-se o pensamento de T. Braga pelo radical laicismo positivista. Sobre religião e nacionalismo/identidade popular, veja-se Ira Katznelson e Gareth S. Jones, *Religion and the Political Imagination*, 2010.

219. *DI*, pp. 160, 170, 174, 178, 180, 183, 197, respectivamente.

220. Publicámos já esta parte do nosso estudo dedicada à peregrinação de Magriço em Espanha; veja-se Rogério Miguel Puga, «A Peregrinação Cronotópica de Magriço em Espanha: Religião, Identidade e Alteridade em *Os Doze de Inglaterra*, de Teófilo Braga», 2012, pp. 199-214.

221. *DI*, p. 159, sublinhados nossos.

um pastor, Gil Cordero, em 1326, tornando-se um símbolo sagrado. O Mosteiro de Nossa Senhora da Guadalupe, visitado por Magriço a caminho de Londres, é mandado construir no século XIV, por Afonso XI de Castela e Leão, como forma de agradecimento à Virgem pela sua vitória na Batalha do Salado (1340), tornando-se um dos principais centros de peregrinação da Península Ibérica. Está, portanto, momentaneamente resolvido o mistério subjacente à sua divisa, pois o cavaleiro “por celestial destino preferido”,<sup>222</sup> qual Afonso Henriques em Ourique, ao saber-se escolhido para o combate, agradecera logo a bênção a Nossa Senhora de Guadalupe.

A caracterização do local religioso assemelha-se à de outros espaços míticos e predominantemente ‘populares’ em *DI*,<sup>223</sup> como, por exemplo, Compostela, Lisboa quando da festa da partida dos Doze, e Paris durante a Feira de Lendit.<sup>224</sup> Tal como indicam os títulos das sete partes que constituem o *Handbook of Urban Studies* (2001),<sup>225</sup> a urbe pode ser lida como: economia, ambiente, multidão ecléctica, política, (discurso do) poder e progresso/transição, exigindo essa variedade de dimensões uma abordagem pluridisciplinar do espaço citadino. Se os estudos urbanos advogam a necessidade de se interpretar a cidade através de uma perspectiva multidisciplinar,<sup>226</sup> Carlos Rotella chama a atenção para o facto de espaços urbanos reais (como Lisboa, Londres, Porto e Paris) serem também “moldados” pela imaginação,<sup>227</sup> e são-nos em *DI*, enquanto Joachim von der Thüßen aborda a cidade como metáfora, metonímia e símbolo literário, tipologia que se aplica aos espaços de Lisboa e Londres, representados como os dois pólos da viagem dos Doze no poema teofiliano:

On the symbolical level, the city is seen as an image of something larger than itself [...]. Literature has both celebrated the city as the supreme expression of wealth, of energy, of the amalgam of living styles and, conversely, as representative of modern society’s ills, its anonymity, egotism, oppression, and anxiety. [...] On the metaphorical level of image-making, the city is represented in terms of relatively concrete constructs and processes that often have no overt connection to urban life. Thus the city is seen as a body, monster, jungle, ocean or volcano. Such metaphorical equations usually have an ideological quality. [...] Such subsequent images complement each other or, as more often happens, cancel each other. [...] On the metonymic level [...] the image of the city is made up of customs, structures and buildings which are specific to that particular city.<sup>228</sup>

Como o autor afirma na sequência destas palavras, a imagem da urbe não é homogénea e consiste num conjunto de “visões” parciais e heterogéneas, fenómeno que se verifica em *DI*

222. *Ibidem*, p. 106.

223. *Ibidem*, pp. 160-163.

224. *Ibidem*, pp. 178, 180, 183-184, 193, 196, respectivamente.

225. Ronan Paddison (ed.), *Handbook of Urban Studies*, 2001, pp. 1-11.

226. Vide K. Lynch, *The Image of the City*, 2000, pp. 1-13; G. Bridge e S. Watson (eds.), *A Companion to the City*, 2003, p. 1 e J. von der Thüßen, «The City as Metaphor, Metonym and Symbol», 2005, p. 1.

227. Carlos Rotella, *October Cities: Redevelopment of Urban Literature*, 1998, pp. 3, pp. 14-15.

228. Joachim von der Thüßen, *op. cit.*, pp. 1-3.

através da apresentação dos espaços exteriores e interiores da Lisboa familiar e da Londres desconhecida<sup>229</sup> a partir dos mais variados pontos de vista: o masculino e feminino, o dos vencedores e derrotados, dos nobres e plebeus, personagens e figurantes que se movem e festejam em esferas e espaços culturais específicos.

Diante da imagem da Virgem em Guadalupe, o protagonista imagina, em êxtase, que a mesma assume a função de uma profetisa e, qual Tétis, lhe revela o futuro, em tom nacionalista: “*Nunca/Portugal a Castella se[rá] unido!*”<sup>230</sup> A figura religiosa apresenta simultaneamente o hetero-estereótipo de Castela como ameaça à autonomia lusa e o auto-estereótipo do povo português como livre. Nessa localidade dá-se ainda o encontro do cavaleiro com João d’Eça, um dos filhos exilados de D. Inês de Castro e de D. Pedro,<sup>231</sup> marcando assim presença no poema também um dos mais fecundos temas da literatura portuguesa,<sup>232</sup> que, por sua vez, é associado, através da figura de D. João d’Eça, a um outro mito, o de *Don Juan*, “symbolo da volupia irresistível”.<sup>233</sup> A viagem de Magriço continua rumo ao Porto, onde o viajante visitará a famosa Emparedada. Essa figura remete o leitor para uma lenda popular do século XIV, segundo a qual, durante a Batalha de Aljubarrota, uma costureira de fardas do exército português se teria emparedado após a morte de um soldado da Ala dos Namorados por quem se apaixonara, exprimindo o seu desgosto. A peregrinação individual serve, assim, também de pretexto para inserir no poema referências a diversos mitos, e contos e lendas populares que constituem a voz das origens do povo, como, por exemplo, a viagem de São Brandão e a história da Torre da Madorna. As deambulações do cavaleiro entre Espanha e Portugal, as lendas e os temas que essas viagens permitem incluir no poema são interpretadas por Fernandes Agudo da seguinte forma: “perdoa-se [...] a incoherencia de uma viagem, várias vezes cortada em direcções diferentes pela harmonia de conceito que ella nos traz, e pela vastidão de principios que encerra. [...] Braga] sem sacrificar a historia á arte e á comprehensão esthetica, soube por uma simples tergiversação de itinerario, alliar o Bello ao Sublime, e a Phantasia ao facto”.<sup>234</sup> O próprio Teófilo lista algumas das lendas que insere ou menciona em *DI* numa outra sua obra — *O Povo Português* —, nomeadamente: Ilhas Encantadas, Dama Pé de Cabra, Tributo das Donzelas ou Goesto Ansures, A Ala dos Namorados, Doze de Inglaterra, Preste João das Índias, Pegas de Sintra, Os Amores de Machim e o Quinto Império.<sup>235</sup> Esse exercício intertextual em torno da literatura tradicional e oral espelha a sensibilidade romântica de Braga, que, à semelhança de Herculano e Garrett, recorre à Idade Média e à tradição popular para enriquecer o imaginário do texto com temas e mitos nacionais que veiculam um sentimento

229. Consulte-se *DI*, pp. 117-118, 128-130, 133-137, 140-146, 201-203, 215-219.

230. *Ibidem*, p. 164.

231. Sobre os filhos de D. Inês de Castro, veja-se Rocha Martins, *O Sangue de Inês de Castro*, s./d. e José Mattoso (coord.), *História de Portugal*, vol. 2, pp. 495-500.

232. Vide Maria Leonor Machado de Sousa, *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*, 1984 e *idem*, *Inês de Castro: Um Tema Português na Europa*, 1987.

233. *DI*, p. 167.

234. Fernandes Agudo, *op. cit.*, p. 69; veja-se também *ibidem*, p. 70.

235. Teófilo Braga, *O Povo Português*, vol. 1, p. 317 e *idem*, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, pp. 369-371.

patriótico.<sup>236</sup> O projecto teofiliano de aproveitamento das lendas e da literatura popular poderá ser melhor entendido à luz das palavras do próprio autor:

na poesia portuguesa [...], o escriptor esteve sempre separado do povo, raramente se soube inspirar da sua tradição, e por isso a aspiração e o caracter nacional não foram servidos por uma literatura bem distincta entre as outras litteraturas romanicas. Em compensação, a nacionalidade portugueza atrophiada pelo cesarismo e pelo catholicismo, e por essa causa, não tendo no mundo moderno uma existencia accentuada pelos progressos scientificos e industriaes, serviu-se sempre da poesia como um meio de protesto, como o grito da sua aspiração revolucionária.<sup>237</sup>

Em *DI*, o discurso da Emparedada do Porto aproxima-se tematicamente do Velho do Restelo em *Os Lusíadas*, na medida em que a primeira critica as “aventuras/De amor profano”<sup>238</sup> rumo a Londres quando em África existem mesquitas para destruir. A conselho da personagem da Cidade Invicta, Magriço segue então via Salamanca e Santiago de Compostela, tendo na primeira cidade contacto com o diabo, que identifica através dos simbólicos pés de cabra, característica e elemento fantástico da conhecida lenda publicada por Alexandre Herculano.<sup>239</sup> A viagem dá lugar ao confronto com sucessivos perigos e aprendizagens. O cavaleiro encontra um eremita que lhe conta a história da antiga Cidade de Lucena, transformada em charco como castigo divino, continuando assim as lendas a ser incorporadas na estrutura de *DI*. Em Compostela, o peregrino assiste às festas populares em honra de São Tiago, durante as quais se encenam quadros alusivos a grandes feitos de cavaleiros e a damas em perigo, como o do rei asturiano Mauregato (783-788), que, de acordo com a lenda,<sup>240</sup> se encontra sepultado em Santiago de Compostela e pagou um tributo ao muçulmano Abderraman III em troca da sua ajuda militar, que consistiu na entrega de cem donzelas (Lenda do Tributo das Damas).<sup>241</sup> Magriço resume ao alferes de Santiago de Compostela uma outra lenda que anda “na voz do povo”<sup>242</sup> em Portugal: a de Goesto Ansures, que, socorrendo-se do tronco de uma figueira, salva seis donzelas cristãs e cativas dos mouros, casando com uma delas. Através dessas histórias incrustadas no mito dos Doze, o ‘Mouro’ é também estereotipado como antigo inimigo nacional que fora derrotado pela persistência lusa. O protagonista conclui a sua história com uma sentença que se relaciona intimamente com o episódio dos Doze e com o auto-estereótipo que *DI* veicula: “Nestas questões de amor e de heroísmo,/Portugal não

236. J. do Prado Coelho, s.v. «Neogarrettismo», 1992, p. 711 (que refere a colecção «Alma Portuguesa»); João Palma-Ferreira, *op. cit.*, p. 54; Helena Carvalhão Buescu, s.v. «Medievalismo» e António Machado Pires, s.v. «Braga (Joaquim) Teófilo (Fernandes) e o Romantismo», pp. 310-313 e 55-57.

237. Teófilo Braga, *Parnaso Português Moderno*, 1877, p. viii.

238. *DI*, p. 172.

239. Consulte-se Teófilo Braga, *Contos Tradicionais Portugueses*, vol. 2, 1992, pp. 70-71.

240. Veja-se a «Lenda de Figueiredo das Damas», in Gentil Marques, *Lendas de Portugal*, 1962, pp. 60-68 e Fernando Frazão (ed.), *Lendas Portuguesas*, 1982, pp. 25-29.

241. *Primeira Parte da História do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França*, 1863, p. 8.

242. *DI*, p. 179.

encontra quem arroje/Mais longe a barra”,<sup>243</sup> auto-elogio reforçado pelas vozes do povo luso e dos cavaleiros de John of Gaunt. Segue-se a visita à caverna de Santiago, onde uma outra visão revela a Álvaro Coutinho o futuro marítimo de Portugal: “Quando o Mar tenebroso devassando/Continuará no Mundo o Quinto Império!”<sup>244</sup> É assim mais uma vez associado, de forma sugestiva e sintética, ao rol de temas e motivos literários do poema o mito do Quinto Império, desígnio nacional que a Grã-Bretanha atrasará, como o diabo revela ao peregrino. Já as festividades na Abadia de St. Denis, em Julho, marcam a passagem do tempo da viagem, aliando o comércio à fé dos que aí vão prestar culto às relíquias de Jesus Cristo ao som de bardos, jograis e menestrais de toda a Europa medieval. No ambiente festivo parisiense, Magriço lembra-se do seu dever e teme que, caso chegue atrasado, a “vergonha” cubra o seu nome, preocupação que se coaduna perfeitamente com o *ethos* do cavaleiro, como revela o tratado medieval atribuído a Ramón Lull *Le Livre d’Ordre de Chevalerie* (c. 1276): “Whoever wishes to enter into the order of chivalry [...] must remember the noble origin of chivalry. It is incumbent upon him that the nobility of his heart and his good behaviour accord with the origin of chivalry”.<sup>245</sup> De acordo com W. Wetherbee, o reverso da honra do cavaleiro é a vergonha,<sup>246</sup> que está assim em *DI* para os cavaleiros ingleses como a glória e a honra estão para os portugueses; daí que o sujeito poético transcreva o pensamento do jovem Coutinho para o singularizar: “Nesse Torneio esplendido de Londres/Se eu cahisse ferido! Era o triumpho...”<sup>247</sup>

Tal como acontece com a viagem marítima dos onze no final do canto VII, a expedição do protagonista é deixada em suspenso, e o canto IX («Na Côte Ingleza») inicia-se com a paisagem da barra de Plymouth, onde os cavaleiros e os embaixadores são euforicamente recebidos pelos ingleses. A peregrinação terrestre de Magriço adquire nesse momento uma predominância evidente, pois os onze lusos são escoltados por quinhentos soldados de Ricardo II que os defendem dos perigos dos caminhos ingleses, semelhantes aos que Magriço percorre sozinho na Europa Continental e na própria Inglaterra, enfatizando essa informação a coragem do paladino (assim individualizado). Aliás, o jovem Coutinho é destacado dos onze logo na relação quinhentista e depois em *Os Lusíadas*, obras que, como referimos na primeira parte, poderão ter sido estratégias literárias de um processo premeditado para glorificar o passado da família Coutinho.

Em Londres, e durante a *Bildungsreise* de Magriço, são apresentados dois episódios em simultâneo: a chegada dos cavaleiros e a acção secreta dos diplomatas, pelo que a viagem dos Doze adquire uma importância duplamente nacional, enquanto a toponímia da Londres medieval marca presença no texto, cuja cor local e histórica é assim intensificada. O Palácio de Sabóia, onde Chaucer redige vários poemas, marca de novo presença em *DI*,<sup>248</sup> e a caracterização do lar dos Lencastres como uma das construções de prestígio mais imponentes da

243. *Ibidem*, p. 180.

244. *Ibidem*, p. 181.

245. Ramón Lull, «From the Book of Order of Chivalry», 1977, p. 181.

246. Winthrop Wetherbee, *Chaucer: The Canterbury Tales*, 2004, p. 59.

247. *DI*, p. 197.

248. *Ibidem*, p. 148.

Londres medieval encontra eco por diversas vezes no poema,<sup>249</sup> dando inclusive título ao canto II. As viagens no espaço urbano inglês dão, portanto, lugar a descrições da esfera doméstica de John of Gaunt, bem como da pomposa corte de Henrique II, assumindo-se o palácio de Robert de Vere como o espaço dos oponentes dos heróis portugueses, os cavaleiros londrinos de quem não se conhecem grandes feitos em combate. O tema da fama conseguida por merecimento e não apenas herdada através de um apelido relaciona-se intimamente com o *topos* da glória das armas e com as provas públicas de coragem e cortesia dos Doze, por oposição aos rivais londrinos. Após o combate final, a acção é marcada por mais uma elipse e passa imediatamente para o festim que o duque de Lencastre oferece aos vencedores, convivendo os vinte e quatro rivais de forma amigável, atitude que demonstra o *fair play* dos ingleses, como revelam os adjectivos e os substantivos utilizados para descrever o momento festivo: “Espontaneos, sem mescla de melindres,/Trocam-se abraços calorosos, largos/Com lealdade mascula, que encanta”.<sup>250</sup>

A ordem social e a harmonia entre os géneros foi reposta na corte inglesa, e a temática da divisa de Magriço (“Plus est belle qu’ymage!”) é de novo associada ao tópico que pauta a viagem: em Espanha é associada ao culto da Virgem, no Porto relaciona-se com a Emparedada e na capital inglesa, durante conversas com Ethwalda, bem como na Flandres, é relacionada com o retrato de Johannes Van Eyck (c.1390-1441), *A Bela Portuguesa*. Esta última referência e a viagem do protagonista ao Norte da actual Bélgica remetem para a missão diplomática que Filipe, o Bom, da Borgonha envia à corte de D. João I, de que Van Eyck é membro.<sup>251</sup> O artista flamengo é nomeado pintor da corte da Flandres em 1425 e, entre o Outono de 1428 e Janeiro de 1430, viaja até Portugal,<sup>252</sup> onde pinta o retrato, entretanto desaparecido, da infanta Isabel,<sup>253</sup> com quem Filipe da Borgonha casa em 1430. A narrativa quinhentista do episódio dos Doze relaciona, desde logo, a infanta e o seu marido a Magriço, sendo, portanto, simbólica a recuperação do enredo por Teófilo Braga através do retrato que o artista pinta de Isabel de Portugal.<sup>254</sup>

As considerações de natureza estética do pintor, bem como a representação do tempo e do espaço históricos no poema relacionam-se com a temática da (construção da) memória enquanto “função activa e criativa do cérebro humano”,<sup>255</sup> pois, se a estrutura e muita da

249. *Ibidem*, pp. 25-66, 203, 215.

250. *Ibidem*, p. 230. Na já referida peça de Jacinto Loureiro, *op. cit.*, IV, ii, pp. 72-74, os portugueses temem pela sua segurança caso saiam vitoriosos do combate londrino, informando-os John of Gaunt de que proibira os ingleses de os atacar ou ofender.

251. *DI*, pp. 253 e 269, respectivamente.

252. Paul Buck, *Lisbon: A Cultural and Literary Companion*, 2002, p. 207.

253. Vejam-se Jacques Paviot, «Portugal et Bourgogne», *idem*, *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> Siècle*; A. H. de Oliveira Marques, «O Portugal do Tempo do Infante D. Pedro Visto por Estrangeiros (A Embaixada Bourguinhã de 1428-29)», 1993, pp. 59-78; Claudine Lemaire et alii (dir.), *Isabelle du Portugal, Duchesse de Bourgogne (1397-1471)*, 1991 e Monique Sommé, *Isabelle de Portugal. Duchesse de Borgogne: Une Femme au Pouvoir au XV<sup>e</sup> Siècle*, 1998, pp. 409-419.

254. Este episódio histórico serve de mote para o romance *Le Valet de Peinture* (2004), de Jean-Daniel Baltassat, que é traduzido para português como *A Infanta e o Pintor: A Relação entre a Infanta Isabel de Portugal e o Pintor Van Eyck* (2005).

255. S. Kleinert, «Le Construction de la Mémoire dans le Nouveau Roman Historique et la Métfiction Historiographique des Littératures Romances», 2000, p. 137; tradução nossa; veja-se também D. L. Schachter, *Searching for Memory: the Brain, the Mind and the Past*, 1996, pp. 36, 69-71, 217.

simbologia de *DI* assentam na relação entre o passado das crónicas e das obras literárias e o momento presente da acção, o sujeito poético retira também partido do conhecimento do futuro ao criticar as consequências a longo prazo da aliança anglo-portuguesa no que diz respeito ao império colonial português. O diálogo interartes — nomeadamente entre literatura, tapeçaria, música e pintura — marca presença em *DI* sobretudo através da *ekphrasis*, ou seja, da referência e da descrição da imagem quer de Nossa Senhora de Guadalupe, quer da “bela portuguesa”/Emparedada do Porto, bem como de outras obras de arte, como a *Fons Vitae*, criadas por Van Eyck<sup>256</sup> e convocadas para o imaginário do poema narrativo. As lendas da Emparedada e demais representadas nas tapeçarias do Palácio de Sabóia remetem para a tradução ou transposição intersemiótica dessas narrativas orais que são cristalizadas em forma de paisagens artísticas visuais. Logo no texto introdutório, Teófilo Braga refere o poder sugestivo e a expressão universalista da literatura e da arte em geral, que são, como já vimos, repositórios por excelência da alma nacional e da nacionalidade. Também o narrador poético conclui, na p. 184, que a arte unifica as almas pelo sentimento, sendo essa a sua “função social” e “missão suprema”, crença que Chaucer ecoa ao referir a capacidade catártica da arte e ao decodificar as tapeçarias às donzelas ofendidas, que são assim familiarizadas com as aventuras de Perceval como preparação para a chegada dos Doze portugueses. As narrativas visuais dão lugar a narrativas orais que, por sua vez, são redigidas pelo narrador de *DI*, processo que remete para a já referida máxima horaciana *ut pictura poesis*. O poema rentabiliza ainda o simbolismo de outras *ekphraseis* nacionais e artísticas, nomeadamente a bandeira e as armas portuguesas (que são comentadas), a estatueta da Virgem de Guadalupe e a imagem da “bela portuguesa” que leva Magriço à Flandres, onde ele conclui que se trata da Emparedada do Porto,<sup>257</sup> sendo, portanto, a obra de arte do pintor norte-europeu estrategicamente associada a uma lenda portuguesa. Ao visitar o estúdio do artista, o viajante luso conversa com ele sobre arte e observa-o a pintar a *Fons Vitae*, episódio que permite a Teófilo Braga inserir na obra um debate que se travava no início do século XX entre historiadores de arte sobre a autoria do famoso quadro que pertence à colecção da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que vários autores atribuíam ao referido pintor flamengo e no qual estariam representados Filipe, o Bom, e Isabel de Portugal,<sup>258</sup> ambos personagens do episódio dos Doze. Após a chegada do cavaleiro à Flandres, o ritmo da composição poética torna-se mais rápido, estratégia que é conseguida através do sumário, pois, terminado o episódio que dá título a *DI*, os subenredos finais são resumidos. No final da acção, é a imagem ecrástica da já falecida Emparedada do Porto pintada por Van Eyck que leva Magriço a renunciar ao amor carnal para se dedicar ao amor ‘pátrio’. Para além da pintura, outras formas de arte dialogam com a literatura e sustentam a caracterização da identidade nacional portuguesa e inglesa ao longo de *DI*, como por exemplo a música.

---

256. *DI*, pp. 253, 270-272.

257. *Ibidem*, pp. 93, 97, 129-130, 166-164, 252-253.

258. Cf. José Pereira de Sampaio Bruno, *Portuenses Ilustres*, vol. 3, 1908, cap. xi. Como é sabido, a princesa Isabel é também representada nos Painéis de São Vicente (H. Seruca, *op. cit.*, pp. 168-171).

O som de instrumentos musicais e o canto de menestres veiculam a harmonia que as donzelas insultadas experienciam no rio Tamisa e sobretudo no palácio de John of Gaunt, onde, por entre saudações, as convivas podem visionar as já referidas tapeçarias, cujas narrativas visuais Chaucer descodifica, nomeadamente “caçadas, torneios, paradas”.<sup>259</sup> Essas paisagens efrásticas auxiliam a representação do imaginário medieval, da *soundscape* e da cor local inglesa, enquanto na corte portuguesa são destacados os “instrumentos ao modo português”.<sup>260</sup> Se a paisagem visual (*landscape*) é preponderante, o narrador poético também representa a dimensão ou imagem sonora (*soundscape*) e até etnográfica (*ethnoscape*) de vários espaços da acção, encontrando-se presentes outros tipos de paisagem, como não poderia deixar de ser, nomeadamente a olfactiva (*smellscape*), dimensões que se complementam em torno do festim dos sentidos das personagens escutadas e à escuta sobretudo de cantigas, histórias e tradições populares e eruditas europeias. Esses elementos reforçam a representação da chamada “*sonic experience*”<sup>261</sup> e enfatizam o estatuto do som como elemento cultural quer do quotidiano, quer das tradições e até da arte, interessando ao sujeito poético os objectos com interesse não apenas visual, mas também auditivo. A imagem sonora pode ser definida como o conjunto de sons (neste caso, nacionais) descritos, sugeridos e/ou reproduzidos num texto literário.<sup>262</sup> O conceito de *soundscape* foi cunhado por Raymond Murray Schafer, com base no termo *landscape* (*The New Soundscape*, 1969; *The Soundscape: Our Sonic Environment and the Tuning of the World*, 1977) e remete para os elementos sonoros presentes no texto literário, nomeadamente sons humanos (vozes, música), tecnológicos (meios de transporte, maquinaria) ou naturais (clima e fenómenos naturais, como a tempestade descrita na p. 153), entre outros, ocupando-nos nós dos sons ouvidos pelas personagens e veiculados pelo narrador poético enquanto elementos narrativos que caracterizam quer as personagens, os seus movimentos e estados de espírito, quer o(s) espaço(s) domésticos e públicos da acção, ou seja, os contextos físicos e culturais em Londres e Lisboa, e as condições sociais da interacção. Aliás, na p. 134, a corte portuguesa é destacada das demais europeias por ser a menos ruidosa e onde, em tempo de festa, se ouvem recitais e observam danças judaicas, um exercício de auto-estereotipação do ‘carácter’ do Português, sóbrio e recatado, e das respectivas tradições artísticas.

Também em Cáceres e em Paris as manifestações artísticas e a alegria populares são apreciadas por Magriço, por entre sons de passos, risadas e cantilenas deromeiros, lendas, peças teatrais, danças e rumores, aplausos de populares que ouvem cantares de toda a Europa na Feira de Lendit,<sup>263</sup> que é descrita como uma “halucinação contagiante”.<sup>264</sup> Durante as festividades nas cortes dos dois países acumulam-se inúmeros sons, como o trote de cavalos, as horas que soam de torres, o assombro dos nobres, os solaus e lais entoados por menestres, bem

---

259. *DI*, p. 29.

260. *Ibidem*, p. 83.

261. Jonathan Sterne, «Sonic Imaginations», 2012, pp. 6-7.

262. R. M. Puga, «“Every Fresh Object Was Amusing”: Representações Sonoras de Portugal em Travels Through Portugal and Spain, during the Peninsular War (1820), de William Graham», 2012, p. 224.

263. *DI*, pp. 160-180, 196.

264. *Ibidem*, p. 193.

como aplausos, brindes e recitais que veiculam a emoção nacional que caracteriza as festas de escolha dos Doze e da sua despedida, legitimando a população a viagem com o seu choro e o seu entusiasmo.<sup>265</sup> São especialmente sugestivos no poema os sons festivos que recebem os paladinos em Londres e a pompa dos ruídos bélicos que se ‘ouvem’ durante as descrições de antigos combates, do torneio londrino e da missa: os ecos de clarins e trombetas, o alarido da multidão e o trote dos cavalos, sons aliterativos e ritmos que veiculam a tensão, a rapidez e os golpes da batalha.<sup>266</sup> Na festa londrina da vitória é também cantado o famoso “amor português”, que se torna tema de cantigas europeias,<sup>267</sup> enquanto o ruído expressa o entusiasmo dos vencedores e, mais tarde, a alegria por serem chamados a participar na tomada de Ceuta. A *soundmark* literária de *DI* encontra-se, portanto, associada aos sons típicos de um período e de zonas geográficas e sociais distintas (espaços nobres e religiosos europeus), e, como recorda Emily Ann Thompson, “like a landscape, a soundscape is simultaneously a physical environment and a way of perceiving that environment”.<sup>268</sup> Ao longo do poema ‘escutamos’ assim paisagens sonoras nacionais, locais (domésticas), rurais e urbanas, à medida que os Doze se movem entre Lisboa e o Norte da Europa. A *soundscape*, ou sonografia, enquanto elemento simbólico e estruturante do texto literário, tem, portanto, implicações sociais, estéticas, culturais e políticas, ao concorrer quer para a caracterização do espaço (histórico-social) da acção e do sentimento de pertença de determinadas personagens, quer para práticas e espaços sociais onde também se percebem actividades através do olfacto, sobretudo os aromas domésticos que fazem parte do imaginário nacional inglês e português.<sup>269</sup>

Nas cortes portuguesa e inglesa, bem como no Palácio de Sabóia, os nobres convivem durante vários banquetes cuja sumptuosidade é veiculada também pelos aromas de flores, como rosas e jasmim, de bebida e de comida, enquanto a paisagem olfactiva é reforçada por termos como “paladar”, “aroma” e “aromáticos vinhos”,<sup>270</sup> que veiculam a *foodscape* nacional.<sup>271</sup> Num estudo sobre o olfacto, Jim Drobnick aproxima o conceito de *soundscape* ao de *smellscape* e afirma que as primierias consistem em “sound events, some of which are soundmarks (compare landmarks). Similarly, smellscapes will involve smell events and smell marks. ‘Eyewitness’ is replaced by ‘earwitness’ and nosewitness. Visual evidence becomes hearsay and nosesay. The heightening of visual perceptions becomes ear-cleaning and nose-training”.<sup>272</sup> A paisagem olfactiva poderá, assim, ser entendida como o conjunto de aromas associados a pessoas, locais ou outros estímulos exteriores<sup>273</sup> que intensificam a descrição da paisagem visual, a qual

265. *Ibidem*, pp. 93-94, 98-100, 102, 110, 112, 117, 123, 130-134, 137, 145.

266. *Ibidem*, pp. 76-78, 93-94, 202-230.

267. *Ibidem*, p. 233.

268. Emily Ann Thompson, *The Soundscape of Modernity: Architectural Acoustics and the Culture of Listening in America, 1900-1933*, 2004, p. 1.

269. Sobre a culinária e os rituais culinários na Idade Média, consulte-se a já referida obra de Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal*, 2011.

270. *DI*, pp. 6, 29, 31, 69, 110, 137.

271. O narrador poético enumera vários elementos da paisagem culinária das cortes inglesa e portuguesa, nomeadamente os pratos servidos durante faustosas refeições (*DI*, pp. 29, 31, 69, 83).

272. Jim Drobnick, *The Smell Culture Reader*, 2006, p. 92.

273. E. Relf, *Place and Placelessness*, 1976, T. Engen, *The Perception of Odors*, 1982 e T. Engen e B. M. Ross, «Long Term

é, como sabemos, predominante na literatura em geral. Já Tuan (1974) e Porteous<sup>274</sup> têm estudado a dimensão olfactiva da experiência geográfica, e este último utiliza o termo *smellscape* para aludir à dimensão geográfica de determinados aromas: “the concept of smellscape suggests that, like visual impressions, smells may be spatially ordered or place-related”,<sup>275</sup> como acontece por exemplo com os vinhos portugueses enumerados durante o banquete no Palácio de Sintra.<sup>276</sup> A paisagem nacional, os seus costumes, aromas, histórias e sons são assim veiculados de forma caleidoscópica e multidimensional através de elementos que concorrem para a caracterização (e sugestão) da auto-imagem lusa e do quotidiano inglês.

A expedição do jovem Coutinho à Flandres e o encontro com Van Eyck, enquanto símbolos e momentos de aprendizagem, bem como a *ekphrasis* da Bela Portuguesa, permitem ao primeiro desvendar finalmente o segredo da sua divisa num momento epifânico, associado à Emparedada: “Possue Magriço a compreensão completa/Do sentido d’aquelle mote vago”.<sup>277</sup> O protagonista tira, portanto, proveito de três viagens (também interiores): a peregrinação que faz por terra até Londres, os passeios e a missão cavaleiresca na capital inglesa e a viagem por curiosidade à terra do pintor, pois a ordem encontra-se restabelecida. A técnica do retardamento ou do *suspense* caracteriza *DI*, e o episódio da Emparedada da Cidade Invicta poderá conter uma leitura profunda, que apenas é revelada à luz do conhecimento das fontes históricas e da biografia de Álvaro Gonçalves Coutinho. A história do namoro proibido e do desaparecimento da Emparedada, que Magriço apresenta a Van Eyck, relacionam-se com as palavras finais do cavaleiro, quando reconhece a simbologia da sua divisa, as quais servem o propósito de o autocaracterizar e retomar a temática do amor pela pátria como o sentimento mais sublime de todos.<sup>278</sup> Como já referimos, o amor proibido e os sentimentos de Magriço poderão ser interpretados à luz de um paralelismo histórico que aproxima *DI* da peça de Jacinto Loureiro *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*. O jovem mantém uma relação amorosa com Isabel de Castro, filha de D. Pedro de Castro, *o Torto*, contra a vontade da família desta e do próprio D. João I, e, de acordo com a tradição, o cavaleiro sequestra-a e foge por mar, para escapar ao castigo do rei, quando, como já dissemos, na realidade, a família da jovem proíbe a relação e enclausura-a em Santa Clara de Lisboa. Esse episódio poderá ter desagradado ao rei e prejudicado Magriço, explicando quer as suas viagens pelo estrangeiro para reabilitar a sua posição, quer talvez a ausência do jovem nas conquistas norte-africanas. Como afirmámos ao abordar *Os Lusíadas*, a imagem negativa de Magriço poderá ter levado quer a família Coutinho a ‘produzir’ o mito que individualiza e glorifica o jovem, quer Camões, amigo da família e talvez parente distante, a inserir esse mini-enredo na sua epopeia. No que diz respeito ao romance contrariado, como já referimos, uma tradição beirã defende que a amada do jovem Coutinho não é D. Isabel, mas sim D. Beatriz, filha bastarda de D. João I que acaba por

---

Memory of Odors with and without Verbal Descriptions», 1973, pp. 221-227.

274. Yi-Fu Tuan, *Topophilia*, 1974 e John D. Porteous, «Smellscape», 1985, pp. 356-378.

275. *Ibidem*, p. 359.

276. *DI*, p. 137.

277. *Ibidem*, p. 273.

278. *Ibidem*.

casar com o embaixador inglês Thomas Fitzalan, versão que está presente na peça de Loureiro, na qual, à semelhança do que acontece no final de *DI*, o protagonista se dedica ao amor da pátria, como podemos verificar num dos monólogos que remete para o patriotismo do cavaleiro-herói através da gradação: “Deus!...O Rei!...A Pátria!...Meu pai!...Todos esses deveres não podem, não devem suplantar a lei que me inspira!”<sup>279</sup> A peça termina com uma interpretação do estado da nação e do reinado de D. João I, enquanto Magriço prova a sua honra ao afirmar que jamais seria um traidor e fugiria com Beatriz para Castela, preferindo morrer, pois, mesmo que os amigos tenham sido lesados nos seus interesses e ele no coração, sempre que a pátria dele necessite, a sua espada estará pronta e ele receberá a sua recompensa espiritual e eterna, da “posteridade”.<sup>280</sup> Essa última palavra da peça alude à fama dos Doze que perdurará ao longo dos séculos. Tal como acontece no poema «O Perdão de Lohengrin»,<sup>281</sup> que, em *DI*, Chaucer narra às damas ofendidas, também Magriço acaba por renegar o amor “terreno”, pois o desejo carnal vulnerabiliza o verdadeiro cavaleiro, estabelecendo-se uma comparação entre as opções do filho de Perceval e o jovem Coutinho, embora este último saiba, desde o início, quais são os seus deveres perante o “segreto Estatuto/Do Santo Graal”.<sup>282</sup> A poética romântica intensifica a individualização do protagonista, e as conclusões a que ele chega no final da sua viagem formativa, como se do herói de um *Bildungsroman* se tratasse, aproximam *DI* da peça de Loureiro. A viagem iniciática e a cronotópica educação informal, ou *Bildung*, do jovem poderão ser consideradas temáticas principais do poema e interpretadas à luz das afirmações de Arnold van Gennep relativamente aos rituais de iniciação ou ‘de passagem’:

transitions from group to group and from one social situation to the next are looked on as implicit to the very fact of existence, so that a man's life comes to be made up of a succession of stages with similar ends and beginnings: birth, social puberty, marriage, fatherhood, advancement to a higher class, occupational specialization, and death. For every one of these events there are ceremonies whose essential purpose is to enable the individual to pass from one defined position to another that is equally well defined.<sup>283</sup>

Podemos assim comparar a viagem interior e espiritual, bem como as descobertas pessoais de Magriço, o indivíduo por excelência no colectivo dos Doze, ao percurso do protagonista do romance de formação, reconhecendo-se no poema, no que diz respeito aos 24 cavaleiros e às 12 damas, algumas das funções ou “formas fixas”<sup>284</sup> que Vladimir Propp identifica nos contos tradicionais,<sup>285</sup> nomeadamente a situação inicial de desequilíbrio causado pelos oponentes

279. Jacinto Loureiro, *op. cit.*, V, vii, p. 96.

280. *Ibidem*, V, viii, p. 100.

281. *DI*, p. 56.

282. *Ibidem*, p. 59.

283. Arnold van Gennep, *The Rites of Passage*, 1960, p. 3.

284. Expressão de F. Jameson, *The Political Unconsciousness Narrative as a Socially Symbolical Act*, in M. McKeon (ed.), *A Critical Anthology: Theory of the Novel. A Historical Approach*, 2000, p. 404.

285. Vladimir Propp, *Morphology of the Folktale*, 1968, p. 21, define função como “an act or character, defined from the point of view of its significance for the course of the action”.

ingleses, que são catalisadores da missão-percurso do jovem (proponente das damas). A técnica e a arte da cavalaria tornam-se experiências poéticas, e os obstáculos de Magriço singularizam a sua viagem/aprendizagem por terra, enquanto os seus onze colegas e os embaixadores viajam confinados à nau. Como já referimos, partindo da aprendizagem ou educação informal do jovem cavaleiro, este pode ser comparado aos protagonistas do *Bildungsroman*, elucidando as várias caracterizações desse subgénero a leitura a que *DI* se presta no que diz respeito à *Bildungsreise* (viagem formativa). De acordo com a definição clássica de Wilhelm Dilthey, o romance de formação descreve “a regulated development within the life of the individual [...] each of its stages has its own intrinsic value and is at the same time the basis for a higher stage. The dissonances and conflicts of life appear as the necessary growth points through which the individual must pass on his way to maturity and harmony”.<sup>286</sup> São palavras que Martin Swales considera limitativas e datadas, uma vez que nem sempre o *Bildungsroman* apresenta a vitória e a harmonia que Dilthey apresenta como requisitos do subgénero, pois o romance de formação é escrito com base na ‘viagem’ evolutiva (que se observa no caso de Magriço) e não no final feliz para o qual esta concorre,<sup>287</sup> encontrando-se a auto-reflexividade em torno da *Bildung* (formação) presente não nas fases e nos acontecimentos pelos quais o protagonista passa, mas no discurso do narrador poético<sup>288</sup> e da própria personagem sobre si mesma, o que se verifica quando Magriço, após várias viagens, renega finalmente o amor carnal e completa a sua educação-ascese como cavaleiro. Já Michael Minden<sup>289</sup> não define o romance de formação com base na ideia de *Bildung*, mas sim nas características e especificidades do conteúdo dos textos em si — por exemplo, a formação do protagonista —, enquanto James Hardin<sup>290</sup> defende, tal como Fritz Martini, que a acção e a reflexão activas por parte da personagem são componentes essenciais do *Bildungsroman*, como acontece no final de *DI*, no momento em que Álvaro Gonçalves Coutinho decide, como já vimos, dedicar-se exclusivamente aos ideais da cavalaria, em prol da pátria, conclusão que é fruto de várias microviagens entre Lisboa, Porto, Cáceres, Santiago, Paris e Londres. Vários autores, entre os quais Martin Swales<sup>291</sup> e Annie Eysturoy,<sup>292</sup> relacionam a função pedagógica do subgénero — também presente em *DI* através quer da lição de honra e coragem que os paladinos lusos possibilitam aos ingleses, quer da aprendizagem de Magriço enquanto cavaleiro em introspecção — com a *Bildung*, enquanto Benjamin C. Sax afirma:

*Bildung* was more than a type of education or even self-formation, for it was a way by which the individual came to know himself by knowing his world and its traditions [...] emphasized the finitude of the individual’s will as well as his knowledge [...]. It was a return to the image of the active individual

286. Apud Martin Swales, *The German Bildungsroman from Wieland to Hesse*, 1978, p. 3.

287. *Ibidem*, p. 34.

288. *Ibidem*, p. 4.

289. Michael Minden, *The German Bildungsroman: Incest and Inheritance*, 1997, p. 1.

290. James Hardin, *Reflection and Action: Essays on the Bildungsroman*, 1991, p. xiii.

291. Martin Swales, *op. cit.*, pp. 14-15.

292. Annie O. Eysturoy, *Daughters of Self-Creation: The Contemporary Chicana Novel*, 1996, p. 6.

of Antiquity before the division between the *via activa* and the *via contemplativa* was formulated, but in another sense it emphasised a type of inner life and self-consciousness as well as understanding and appreciation of the uniqueness of each individual life.<sup>293</sup>

A partir da análise de Sax, podemos concluir que a viagem de Magriço se divide num período inicial de relativa ‘contemplação’ religiosa, que se deve também aos obstáculos socioculturais dos espaços estrangeiros e à inexperiência, e num período de amadurecimento e intensa actividade e liberdade finais, sobretudo durante e após o combate, nomeadamente no diálogo com Van Eyck após o alargamento físico e espiritual dos seus horizontes. A componente pedagógica do poema prende-se com a sua função ideológica, que é expressa pelo autor quando afirma que deseja apresentar exemplos elevados de ‘portugalidade’ para regenerar a ‘alma nacional’.

Após o regresso dos Doze a Portugal, a pedido urgente de D. João I, a viagem e as aventuras dos protagonistas permanecem em aberto, pois Magriço e Almada lutam na Europa e os seus pares participam na tomada de Ceuta, episódio que dá título ao canto final («A Empreza Tangitana»), ou seja, na sequência da viagem a Londres os cavaleiros são chamados à sua terra natal para cumprir o seu dever no Norte de África, recordando o leitor quer as palavras da Emparedada ao exortar Magriço a lutar contra os muçulmanos tão perto de Portugal, quer todos os *gabs* proféticos com que os cavaleiros entretiveram a corte inglesa e que remetem para os ‘Descobrimientos’. Recuperam-se assim no final temas disseminados ao longo da obra e que se relacionam também com a ‘corrida europeia a África’, para onde a maioria dos Doze se dirige, até que, séculos mais tarde, a velha aliada Grã-Bretanha se apodera de parte dessa conquista colonial. A repetição de temáticas, versos e ideias assume-se, portanto, como um artifício intensificador da ideologia do texto.

O sujeito poético de *DI* sugere que a viagem dos Doze marca uma nova era na história de Portugal, altura em que alguns cavaleiros trocam o cavalo pelos navios, ‘dando novos mundos ao Mundo’. Álvaro Vaz de Almada encontra-se na Europa a alastrar a “gloria de Portugal em estrondosos feitos”, e Álvaro Coutinho ao serviço da honra da condessa de Flandres, pelo que não participam na “Jornada de Ceuta”.<sup>294</sup> O poema consiste, portanto, numa sucessão de viagens interiores e pessoais em nome das leis da cavalaria, e, no final, a acção regressa à corte de Ricardo II para que um dos Doze, João Pereira, explique ao rei o significado da “phantasia” que o seu *gab* encerra. O paladino luso desvenda também o seu futuro, que consiste em desconstruir o significado da velha divisa “Non plus ultra!”, referindo os confins do globo desconhecido que Portugal revelará à humanidade ao citar *Os Lusíadas*, intertexto do poema teofiliano, como revela o itálico que destaca os seguintes versos: “Vou alargar o Mundo/*Por mares nunca d’antes navegados!*”<sup>295</sup> Essas palavras estendem-se à última missiva que D. João

293. Benjamin C. Sax, *Images of Identity: Goethe and the Problem of Self-Conception in the Nineteenth Century*, 1987, p. 250.

294. *DI*, p. 276.

295. *Ibidem*.

I envia a Ricardo II e na qual se pode ler: “Arde em desejo/De ir provar os valentes cavalleiros/Na Jornada de Ceuta, para onde/Quer estender de Portugal o Imperio!/Presto organiza a Empreza Tingitana”.<sup>296</sup> Diversos cavaleiros, tomados pelo furor heróico, renunciam então, tal como Magriço, às aventuras amorosas em prol da nação, como podemos verificar nas últimas palavras do poema: “jurando/Nas muralhas de Ceuta alçar as Quinas,/E derrubando todas as mesquitas,/A’ cidade do réfece Agareno/Dar-lhe no proprio sangue o seu baptismo”.<sup>297</sup> As missivas e os diferentes tipos de registo presentes em *DI*, tais como o discurso directo, as didascálias, os apartes do narrador, as mensagens, os *gabs* e o pensamento das personagens, tornam o poema dialógico e polifónico<sup>298</sup> e remetem, de forma repetitiva, para a fama dos cavaleiros portugueses e para o prejuízo que a aliança anglo-portuguesa traria a Portugal. Ou seja, o poema textualiza a opinião pública portuguesa.

## 5. O GÉNERO DO CÓDIGO ÉTICO DA CAVALARIA

La mujer es la historia del caballero.

Luis A. de Cuenca, *Floresta Española de Varia Caballería*, 1975, p. 87

Os dois amigos, no que fizeram, cumpriram com elas e consigo mesmos, a que eram todos, pela cavalaria que mantinham, obrigados.

Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça*, 1996, p. 45

O número de páginas ocupado pelo agravo às damas (cantos I, II e III) revela que Teófilo Braga é dos autores que mais importância confere a esse momento inicial da história dos Doze. Se outros textos não se ocupam com tanta demora do agravo por esse momento do episódio já ser conhecida do público, *DI* detém-se na personagem colectiva feminina, nomeadamente nas suas atitudes e reacções, e, como afirmam Judith Gerson e Kathy Peiss, “since gender involves the accentuations of human difference into dichotomous categories of femininity and masculinity, the social divisions between women and men constitute the primary boundary of gender relations”.<sup>299</sup> Apesar de as damas ofendidas se revoltarem contra a ofensa que é também fruto de uma cruel sociedade patriarcal, a representação do género no mito dos

296. *Ibidem*.

297. *Ibidem*, p. 277.

298. Mikhail Bakhtin, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, 1984, pp. 200-201, define polifonia como a possibilidade de utilizar, numa só obra, discursos de vários tipos com todas as suas capacidades expressivas intactas, sem as reduzir a um só denominador comum, por exemplo, os pontos de vista dialógicos e complementares entre si presentes em *DI*, quer de uma perspectiva espacial (diferentes grupos sociais/de interesse/géneros/nacionalidades), quer de uma perspectiva temporal (a dos *gabs* que vaticinam heróicas façanhas aos descobridores portugueses), bem como os diálogos e a focalização masculina e feminina.

299. Judith Gerson e Kathy Peiss, «Boundaries, Negotiation, Consciousness: Deconceptualizing Gender Relations», 2004, p. 117.

Doze é forçosamente tradicional e faz eco da temática medieval da *damsel in distress*. Aliás, o mito depende de e veicula uma representação tradicional da donzela injustiçada cuja honra é defendida por homens honrados que repõem a ordem na corte de Londres. Utilizamos o conceito ‘patriarcal’ cientes de que este não está apenas directamente associado ao conceito de masculinidade, sendo “gender-complicated”<sup>300</sup> e multivalente;<sup>301</sup> pois nem sempre os poderosos são (apenas os) homens, nem as vítimas apenas mulheres, e toda a comunidade ajuda a elaborar esse constructo.

Um dia depois da afronta inicial, as donzelas encontram-se no Palácio de Sabóia, um espaço que, enquanto metáfora do discurso do género e evocação da cavalaria medieval inglesa, adquire uma forte dimensão feminina.<sup>302</sup> O encontro das damas com o duque tem lugar no lar deste, e o cortejo feminino até ao palácio é representado sobretudo através da adjectivação, recurso que concorre quer para a economia do poema narrativo, quer para a caracterização da Mulher na obra através de estereótipos tipicamente associados ao género feminino, como: “resentidas”, “gentis”, “incltya”, “sorridentes”, “arreatadas”, “galantes” e “incomparavel”.<sup>303</sup> O primeiro lai<sup>304</sup> é inserido no poema durante o cortejo pelo Tamisa, e é cantado por um dos muitos *entertainers* que povoam a obra como símbolos da ostentação das grandes casas inglesas que detêm poderes de alquimistas ao transformar, através da poesia, o real no ideal. O menestrel aborda um tema que ocupou longamente Teófilo, na senda de Garrett, o romanceiro, nomeadamente o processo de tradicionalização dos romances: “Mas o Poeta/O transforma/Na expressão de um Poema [...]//D’esse Poema/Tira o povo/Cantar novo,/Vivo thema!/Mas ignora/Quem o fez”.<sup>305</sup> Ao estudar o contributo de Teófilo Braga para o estudo e para a preservação e a divulgação do romanceiro de tradição oral moderna, Teresa Araújo afirma:

não coloca qualquer dúvida a concepção de Braga sobre a génese individual das composições conservadas na memória popular [...]. [Braga] consigna [...] ter existido um poeta criador, que compusesse segundo a própria inspiração, a partir de um relato cronístico ou de uma composição anterior [...]. A divulgação do canto e a sua primeira reelaboração é, ainda, atribuída a um cantor [...]. A partir deste momento da vulgarização vai perder progressivamente a sua condição de obra individual para se transformar em “poesya anonyma”.<sup>306</sup>

300. L. Claridge e E. Langland (eds), *Out of Bounds: Male Writers and Gender(ed) Criticism*, 1990, p. 3.

301. Peter Erickson, *Rewriting Shakespeare, Rewriting Ourselves*, 1991, p. 23 e Eileen Allman, *Jacobean Revenge Tragedy and the Politics of Virtue*, 1999, p. 22.

302. Sobre o reflexo da simbologia do género no espaço do castelo medieval, consulte-se Roberta Gilchrist, *Gender and Archaeology: Contesting the Past*, 1999, pp. 109-110.

303. *DI*, pp. 24-25.

304. Teófilo Braga, *Antologia Portuguesa: Trechos Selectos Coordenados sob a Classificação dos Géneros Literários*, 1876, pp. xviii-xix, afirma que o lai era uma canção “lyrica de amor, cantada no gosto dos arias bretans introduzidos na Península no século XIV”; vide *idem*, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, pp. 253-278 e Celso Ferreira da Cunha, s.v. «Lirismo. Época Medieval. Géneros e Subgéneros», 1992, p. 541.

305. *DI*, p. 27.

306. Maria Teresa Alves de Araújo, «Teófilo Braga e o Romanceiro de Tradição Oral Moderna Portuguesa: Questões de História e Teorização», 2000, p. 502 (vejam-se também *ibidem*, pp. 504-507 e T. Braga, *História da Poesia Portuguesa*, 1870, pp. vii e 37).

Podemos assim concluir que Braga insere em *DI* alguns dos resultados da sua investigação, tornando-os temas literários. Os trovadores-personagens entoam ainda géneros poético-musicais estudados pelo autor, como o solau, que ele, tal como Garrett, admite que fosse de “fundo triste”,<sup>307</sup> e essas composições veiculam representações tradicionais do género (*gender*). Antes de analisarmos algumas temáticas associadas à representação do género em *DI*, utilizemos as palavras de Kathleen Brown para complementar a definição desse conceito, bem como os de grupo social e sociedade patriarcal:

by gender I mean the historically specific discourses, social roles, and identities defining sexual difference and frequently deployed for the purposes of social and political order. [...] Class includes the power deriving from material inequities [...] and the symbols of that power commonly recognized by a society. [...] Patriarchy [...] I define it as the historically specific authority of the [man] over its household, rooted in his control over labor and property, his sexual access to his wife and dependent female laborers.<sup>308</sup>

O género, enquanto representação simbólica e culturalmente relativa da masculinidade e da feminilidade, encontra-se presente em *DI* através dos mais variados imagotipos e pontos de vista, como, por exemplo, a focalização masculina que veicula os estereótipos violentos (do ponto de vista das damas) que dão origem ao agravo. O facto de as mulheres portuguesas não sofrerem ofensas sugere que a forma como os seres humanos interagem simbolicamente entre si em termos de género muda de comunidade para comunidade e de país para país, no caso a Inglaterra e o Portugal medievais, variando a construção social do ‘masculino’, do ‘feminino’ e da honra de acordo com diversos factores relacionados com a interacção e a reprodução social.<sup>309</sup> Se os cavaleiros ingleses ultrajam e não defendem as damas, os portugueses prontificam-se imediatamente a fazer o contrário em nome da honra e dos ideais da cavalaria, sendo o género também representado através de auto- e hetero-estereótipos ideológicos. É, portanto, clara a intenção crítica do autor ao descrever o *ethos* masculino inglês, pois em toda a Inglaterra não há quem defenda as damas.

As inúmeras composições musicais e lendas incorporadas no poema, como a de Machim, veiculam concepções e estereótipos associados à feminilidade medieval, como podemos verificar através do solau dedicado aos lábios de Katterina que elogia, como seria de esperar, o desejo amoroso e a beleza feminina frágil e gentil.<sup>310</sup> Os imagótipos negativos associados ao género feminino — como a crítica dos nobres às andróginas inglesas que se casam diversas

307. Cf. António Coimbra Martins, s.v. «Solau», 1992, pp. 1037-1038.

308. Kathleen M. Brown, *Wives, Nasty Wenches & Anxious Patriarchs: Gender, Race and Power in Colonial Virginia*, 1996, pp. 3-5. Sobre a relação entre sexo, género e cultura, denominada “grammaire sexuelle” por N. C. Mathieu, «Sexes (Différenciation de)», p. 660, vejam-se ainda Stephanie Garrett, *Gender*, 1992, p. vii e Nancy Holmstrom, «Race, Gender, and Human Nature», 1998, pp. 97-105.

309. Cf. R. W. Connel, *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, 1993, p. 284, R. N. Lancaster e M. di Leonardo, *The Gender Sexuality Reader: Culture, History, Political Economy*, 1997, p. 5 e T. A. Meade e Merry E. W. Hanks (eds.), *A Companion to Gender History*, 2004, pp. 1-6.

310. *DI*, p. 30.

vezes e não respeitam os antigos costumes e a moral nacional — servem para o poder masculino inglês (conservador e cruel) dominar as mulheres, que, por sua vez se insurgem e exigem ser retratadas. Se a natureza narrativa de *DI* facilita a abordagem de temáticas como os papéis e as relações sociais através dos auto- e hetero-estereótipos que as personagens e o sujeito poético transmitem, a representação do género (medieval) no poema encontra-se associada à descrição do contexto histórico em que a acção tem lugar e às relações de poder patriarcal que formam diversas frentes de opressão a enfrentar pela mulher,<sup>311</sup> recorrendo as damas inglesas a agentes exteriores para repor a ordem. As doze damas reagem de forma activa e concertada ao pedir, com o apoio, apenas de John of Gaunt, auxílio a Portugal, e fazem uso do seu poder informal, ou seja, o poder que a mulher tem e exerce a partir do espaço doméstico, nos bastidores da vida social e política, enquanto mãe/educadora, dona de casa, conselheira, mecenas cultural e religiosa.<sup>312</sup> O episódio retira ainda partido do *topos* da solidariedade feminina,<sup>313</sup> como podemos verificar através da atitude das onze inglesas para com Ethwalda quando do atraso de Magriço, sendo também através da mulher que o cavaleiro se transforma em herói. O facto de em *DI* o agravo às damas ter como base a diferenciação entre os comportamentos socialmente aceites para o homem e para a mulher (casamento, respeito pelos costumes) e a dependência do poder patriarcal enfatiza a importância do estudo da representação do género no poema e no mito. Como verificámos no capítulo 4, se as acusações às mulheres inglesas que casam diversas vezes se fazem ouvir abertamente na corte, não é sequer referido o facto de, por exemplo, John of Gaunt ter casado três vezes. Os ofensores baseiam as suas afirmações no ideal de castidade e discricção feminina e legitimam as suas acusações ao citar crónicas antigas, nomeadamente a *Chronica de Eventibus Angliae*. O excerto da crónica-dentro-do-poema que é lido perante a corte refere as mulheres que, como amazonas vestidas de homem, armadas e a cavalo, se fazem acompanhar de “mancebos desregrados” e dissolvem “os matrimoniaes laços”,<sup>314</sup> ou seja, um comportamento pouco adequado a honradas donzelas que se querem recatadas e submissas.

A ética (literária) cavaleiresca influencia o público leitor desde a Idade Média, sendo, Galaaaz um exemplo para Nuno Álvares Pereira (sobretudo no que diz respeito à sua mitificação), tópico literário presente em *DI*<sup>315</sup> e na *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*<sup>316</sup> e que veicula o sucesso de que os romances de cavalaria, veículos privilegiados da ideologia nobiliárquica, gozam inclusive junto do público do século XVI, “fruto

311. Sobre esta temática, vejam-se Henrietta Moore, «The Cultural Constitution of Gender», 1994, pp. 14-21 e R. W. Connell, «Gender as a Structure of Social Practice», 1997, pp. 44-52.

312. Vide M. Alston, *Women on the Land: The Hidden Heart of Rural Australia*, 1995, p. 25 e C. Campbell Orr, «Introduction», in *idem* (ed.), *Queenship in Europe 1660-1815: The Role of the Consort*, 2004, pp. 9-15. Sobre a educação e o poder (activo/passivo) feminino na Inglaterra medieval, consultem-se J. Carpenter e S.-B. MacLean (eds.), *Power of the Weak: Studies on Medieval Women*, 1995, pp. xi-xix, 1-26 e M. E. Mate, *Women in Medieval English Society*, 1999, pp. 27-77, 126-152.

313. Vide Alcuin Blamires, *The Case for Women in Medieval Culture*, 1998, pp. 9-11.

314. *DI*, p. 21.

315. *DI*, pp. 90, 128.

316. *A Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, 1972, p. 12.

de um tardio adequamento a módulos literários de importação, ainda que isto não exclua, evidentemente, a sua dependência de modelos longínquos de proveniência não ibérica.<sup>317</sup> Efectivamente, os valores dos heróis desses romances, como a coragem, a honra, o culto da mulher e a elevação dos sentimentos, espelham-se nos feitos dos Doze, sendo actualizados e recontextualizados pelos autores que ficcionalizam o episódio até à actualidade. Como já afirmámos, a figura do cavaleiro andante é associada ao tipo social do filho segundo de famílias aristocráticas, o que se aplica, por exemplo, a Magriço, encontrando-se, assim, reproduzidos no poema alguns dos elementos e características do *ethos* cavaleiresco e das especificidades sociais da época histórica em questão, nomeadamente do género.<sup>318</sup> Na senda de Galaaz, o cavaleiro perfeito, os doze paladinos lusos apresentam-se como leais e determinados servidores dos reis português e inglês e ainda das desconhecidas damas, fazendo eco das especificidades do amor cortês<sup>319</sup> e da protecção dos indefesos através da espada e da cortesia.<sup>320</sup>

O tema da hierarquia social também marca as relações do género, por exemplo quando a infanta Isabel encabeça a mesa das damas na festa de despedida dos Doze, e relativamente ao poder (in)formal de Filipa de Lencastre, que se encontra presente em todas as cerimónias públicas e interage com os cavaleiros na presença do rei e na sua ausência. É, aliás, a rainha que tira a sorte dos cavaleiros que irão a Londres, rentabilizando o poema de Braga o *suspense* em torno do nome de Magriço, pois este é o mais famoso dos Doze e o último a ser escolhido. As divisas de cada um dos Doze são “expressão do ideal do Cavaleiro”<sup>321</sup> e consistem em frases repletas de intenções misteriosas retiradas de romances franceses.<sup>322</sup> Tal como a já referida peça de Jacinto Loureiro, *DI* atribui a cada cavaleiro uma “empresa” (divisa), apresentando o seguinte quadro essas ‘sentenças’ em ambas as obras. Como podemos concluir através do quadro que se segue, torna-se clara a influência da peça histórica no poema, existindo apenas discrepâncias entre os dois intertextos relativamente a dois cavaleiros:

317. Ettore Finazzi-Agrò, *op. cit.*, p. 16.

318. Sobre a masculinidade medieval a que temos acesso enquanto textualização, ou construção literária, vejam-se também F. Wolfzettel (ed.), *Arthurian Romances and Gender*, 1995, C. A. Lee, «Introduction», 1994, p. xv e V. L. Bullough, «On Being Male in the Middle Ages», 1994, pp. 31-46.

319. Consultem-se, entre outros, M. Stanesco, «Sous le Masque de Lancelot: Du Comportement Romanesque au Moyen Âge», 1985, pp. 23-33, G. Gusdorf, «A Cavalaria: Romantismo *Avant la Lettre*», pp. 193-216 e Richard W. Kaeuper, *op. cit.*, *passim*.

320. Em 1528, Castiglione (1478-1529) publica os seus diálogos (*Il Libro del Cortegiano*) sobre as características do cortês ideal, nomeadamente as suas virtudes éticas, intelectuais e militares, que deverão ser demonstradas com graciosidade e calma, tal como os Doze fazem em Londres. Veja-se também Jennifer Richards, *Rhetoric and Courtliness in Early Modern Europe*, 2003, pp. 1-64.

321. *DI*, p. 103.

322. *Ibidem*, p. 101.

DOZE DA INGLATERRA	Divisas	
	Peça de J. Loureiro (JL)	Poema de T. Braga (TB)
Álvaro Gonçalves Coutinho	<i>Vincit amor patriæ</i>	<i>Plus est belle qu'ymage!</i>
Álvaro Vaz de Almada	<i>Nil temere, nee timore</i>	<i>Li porterai foi!</i>
Vasco Anes da Costa	<i>Courage, sans peur</i>	
João Pereira (Agostin)	<i>Sans changer</i>	<i>Loiaulment aimer!</i>
Rui Mendes da Silva	<i>Ubi amor, ibi fides</i>	<i>Rêve au quel on s'attache!</i>
Álvaro Mendes Cerveira	<i>Non mihi, sed patriæ</i>	<i>Espérance ne ment!</i>
Rui Mendes de Cerveira	<i>Deo, patriæ tibi</i>	<i>Fait penser!</i>
Martim Lopes de Azevedo (JL) Martim Gomes de Azevedo (TB)	<i>Pugna pro patria</i>	<i>Les joies dans le désir!</i>
Luís Gonçalves Malafaia	<i>Inebranlable</i>	<i>Peine endurer!</i>
Lopo Fernandes Pacheco (JL) Pereira Lopo Fernandes (TB)	<i>Honore et amore</i>	<i>Feindre la froideur!</i>
Soeiro da Costa	<i>Toujours loyal</i>	<i>Cuer dolant!</i>
Pedro Homem da Costa	<i>Patria cara, carior libertas</i>	<i>Amors m'ocie!</i>
[Álvaro de Almada] O Justador		<i>Trop haut penser!</i>

**Quadro 1:** Rol dos Doze e das respectivas divisas na peça de Jacinto Loureiro e em *DI*.

Como demonstra o quadro 1, as divisas adensam o imaginário cavaleiresco e nacionalista português das duas obras, pois remetem para temas e auto-estereótipos como o amor/luta pela pátria, a honra e a coragem. Já alguns cavaleiros ingleses são caracterizados através das respectivas divisas no canto IX — Austin (“Refuser d’avance”), Athelard (“Générosité effraie”), Blundell (“Toz jors sans repantir!”) e Loveday (“D’amors joir”)<sup>323</sup> — enquanto os nomes dos restantes são apenas enumerados. Essa estratégia torna-se relevante na (re)criação literária da ‘lenda cavaleiresca’ dos Doze, pois, ao apresentar o nome dos ingleses, confere ao texto um maior grau de verosimilhança, e permite quer rentabilizar, através das divisas, o simbolismo do imaginário cavaleiresco, quer enriquecer a representação do universo inglês ao conferir novos elementos biográficos aos anónimos prevaricadores. O espaço e os sentimentos veiculam também relações de género, como se verifica durante a despedida dos cavaleiros em Lisboa, quando, das janelas, as mulheres acenam lenços e enviam beijos aos heróis e, nas ruas, os homens os invejam por não poderem participar na aventura, sendo assim

323. *Ibidem*, pp. 203-204.

caracterizado psicologicamente “o povo em bando”<sup>324</sup> de forma dinâmica. O comportamento dos nobres portugueses é comparado indirectamente e por dissemelhança ao dos ingleses, e na corte de D. João I reina a união entre os géneros e a harmonia, quase como se essas relações não fossem, na base, relações de poder, assimetria e desigualdade.<sup>325</sup> Como já afirmámos, a representação do género contrasta assim os estereótipos lusos e ingleses para caracterizar os velhos aliados de forma negativa.

O ambiente bélico do combate londrino é veiculado através do campo semântico da violência, constituído por verbos de acção (avançar, descer, pôr, afastar, arrojado, investir, partir, sacar, florear, ajoelhar), por adjectivos (destemidos, ínclito, sobre-humano, invencível, louca, bravo, rápidos, violentos, ininterruptos, ferido, estrondosos, indefesos, angustioso, apaixonado, terrífico, altivo) e por substantivos, sobretudo abstractos, como entusiasmo, esperança, prova, alegria, golpes, vitória, lançadas, fintas, assaltos, bravura e ansiedade. Gestos, sons e imagens são apresentados rapidamente para transmitir a tensão do energético combate, formando-se duas dimensões em torno do evento bélico: uma passiva, expectante e contemplativa, a das damas e do público inglês; e uma activa, no campo de batalha. No entanto, a valentia guerreira não é a única característica dos lusos, pois o sujeito poético refere ainda o amor de Gotslina e de Rui Mendes Silva, “como bom portuguez apaixonado”,<sup>326</sup> auto-estereótipo que é reforçado pelas palavras dirigidas por Ethwalda a Magriço: “Fallaes, senhor, como um apaixonado,/Ou como Portuguez, melhor diria!”<sup>327</sup> *DI* tira assim partido não apenas dos estereótipos associados aos ingleses pelas personagens portuguesas, mas também dos estereótipos relacionados com o género (luso) que as norte-europeias apreciam por escassearem em Inglaterra. Esse estereótipo perdura na literatura portuguesa e, em 1907, também Eduardo de Noronha associa o enamoramento português a Magriço: “Não, meu amigo — contradictou Silvestre, muito sereno, — as duas inglesas fazem-te a côrte e tu, conterrâneo de Magriço e dos seus onze companheiros, não tens remédio”.<sup>328</sup>

Ao chegar a tempo a Londres, Álvaro Coutinho cumpre a sua palavra de honra e o seu combate é o mais longamente descrito, cabendo-lhe a ele declarar a ofensa às damas como falsa. A verdade é reposta pelos lusos, e o tema da galanteria, apresentado logo no início da invocação e retomado ao longo do poema,<sup>329</sup> marca de novo presença, divagando o narrador poético sobre as noções de valentia, honra, glória, heroísmo e arte da guerra, todas associadas à empresa lusa. Já em 1632, Francisco de Portugal ao redigir a sua *Arte de Galantaria*,<sup>330</sup> manual de civilidade que pretende regulamentar o comportamento cortesão em público e em privado, indica os Doze como modelo a seguir, pois “o galã triunfa, servindo a Dama”,<sup>331</sup>

324. *Ibidem*, p. 146.

325. Sobre as relações de poder e género, veja-se Miguel Vale de Almeida, *Senhores de Si*, 1995, p. 15.

326. *DI*, p. 122.

327. *Ibidem*, p. 251.

328. Eduardo de Noronha, *Da Madeira ao Alto Zambeze: Viagem Dramática através de Angola e Moçambique*, Porto, 1907, p. 139.

329. *DI*, pp. 9, 86.

330. A obra apenas é publicada trinta e oito anos mais tarde, por iniciativa de D. Lucas de Portugal, filho do autor.

331. Francisco de Portugal, *Arte de Galantaria*, 1984, p. 31.

princípio que pauta a caracterização de Magriço e D. Álvaro de Almada, por exemplo, na comédia *Los Doze de Inglaterra*, de Jacinto Cordeiro. Ao abordar a história da galanteria na Europa e nomeadamente em Inglaterra, Francisco de Portugal afirma que a Ordem da Jarreteira se deve à galanteria, “pois um Rei [...] a instituiu daquela liga que, dançando, se lhe caiu à Dama e que ele tomou com o mote *Mal venha a quem mal pensa*. Mais que desculpa tem o que diz o nosso grande Poeta”, transcrevendo, de seguida, a estrofe 44 do canto VI de *Os Lusíadas*, a segunda do episódio dos Doze, para concluir: “blasfêmias e loucuras, que é duas vezes heresia! E honra para a nossa pátria e tributo dos nossos Portugueses que os chamassem Damas para sua defesa, sem mais conhecimento que a fama de firmes galãs, a que anda sempre anexa a valentia”.<sup>332</sup> *DI* estabelece mais um paralelismo intertextual, desta feita com *A Arte de Galanteria*, num diálogo que enfatiza os ideais e a representação do género no mito dos Doze. O episódio reflecte, portanto, duas atitudes que o género masculino pode ter para com o feminino, que, por sua vez, se revolta e exige ser tratado com respeito, vindo a sê-lo pelos cavaleiros lusos, caracterizados de forma positiva, ao invés dos ingleses, coadunando-se essas auto- e hetero-imagens com os objectivos ideológicos de *DI*.

## 6. A RECEPÇÃO DO POEMA NARRATIVO EM PORTUGAL E NO BRASIL (1902-1906)

A partir de 1902, são publicadas várias recensões e críticas sobre *DI* nas imprensas europeia e brasileira, textos que são reunidos no volume de homenagem a Teófilo Braga compilado, em 1908, por Marques Braga e outros nove autores, intitulado *Quinquagenário 1858 a 1908: Cinquenta Anos da Actividade Mental de Teófilo Braga Julgados pela Crítica Contemporânea de Três Gerações Literárias*. Essa colectânea de estudos e opiniões sobre a obra teofiliana de “renovação poética, histórica, filosófica e política”<sup>333</sup> permite-nos estudar a recepção de *DI* em Portugal, no Brasil, na França e na Itália, logo após a sua publicação.

A secção da antologia intitulada “Idealização Nacionalista” é dedicada à colecção “Alma Portuguesa” e começa com a citação de um artigo do escritor e crítico literário Philéas Lebesgue (1869-1958) publicado na revista literária *Mercure de France* (15-5-1906), sobre a expressão artística do *ethos* português, tema também abordado pelo próprio Teófilo Braga.<sup>334</sup> Lebesgue afirma que o grande poeta se abstrai de si mesmo e se reconhece na alma da “Raça completa”, que, por sua vez, educa através de ideais e do “respeito pelo Costume, a Fé, a Nação. A Esthetica aqui conjuga-se directamente com a Sciencia e a Religião, por um contracto segundo o qual potencia e gloria prevalecem ao goso e êxito. [...] Eis aqui o poeta igual pelo

332. *Ibidem*, p. 48. Nas pp. 113-115, o autor, tal como T. Braga, refere o imaginário cavaleiresco de obras como *Amadis de Gaula*, *Palmeirim de Inglaterra* e *Clarimundo*.

333. Partes temáticas em que se divide a obra.

334. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, pp. 61-65.

coração aos seus próprios heroes”.<sup>335</sup> O escritor francês reconhece em T. Braga um “fanático da Raça e da Pátria”, pois “ninguém como elle se votou á glorificação popular dos grandes homens da sua nação [...]. Por elle o resurgimento de Portugal só é possível pela restauração intelligente e progressiva do sentimento nacional. [...] Os recentes poemas da Alma Portuguesa, ahi estão para demonstral-o”.<sup>336</sup> De acordo com Lebesgue, o objectivo do projecto teofiliano é enaltecer Portugal, na senda das obras de Camões, Bocage, Garrett e João de Deus, dando expressão à missão histórica lusa, à semelhança do que acontecera na época da expansão marítima, temática que *DI* associa à empresa dos Doze. O texto afirma ainda que Braga conjuga o sentimento universal e o sentimento português — projecto que o próprio autor português deixa claro em várias obras<sup>337</sup> e no prómio de *DI* —, tal como Camões, “symbolo da ideia lusitana, e por isso na occasião do Ultimatum inglez de 1891 [*sic.*] a sua estatua em Lisboa foi coberta com um panno preto”.<sup>338</sup> A associação da figura de Camões à alma lusa e a referência ao facto de a sua estátua ser coberta, como sinal de luto, após o Ultimato adquirem um significado especial num texto sobre *DI*, na medida em que esse poema critica o facto de os britânicos se aproveitarem da aliança anglo-portuguesa em prol dos seus interesses coloniais. Aliás, noutro artigo publicado na mesma revista (15-12-1906), Lebesgue relaciona, de forma clara, o Ultimato com o projecto (ideológico) da colecção «Alma Portuguesa» e com os Doze:

Desde o Ultimatum de 1891 [*sic.*], uma espécie de mal estar não deixou de actuar em Portugal, agitado por uma ardente preocupação de regenerescencia [...]; mas aqui esse mal estar, depois de ter tomado um instante a attitude agressiva de *revanche*, foi systematisar-se no humanitarismo. [...] Com Gil de Santarém, com Os Doze de Inglaterra, [T. Braga] faz-nos reviver os sobressaltos desvairados, os tumultos successivos d’esta alma, que o espirito dos Descobrimentos e a prodigiosa aventura colonial entretiveram por muito tempo [...] na ilusão bemdita da perpetua cruzada.<sup>339</sup>

O autor francês associa assim o poema teofiliano ao sentimento nacional anglóphobo despertado pelo Ultimato, à expansão marítima, tema que encerra *DI*, e às cruzadas e andanças dos cavaleiros medievais. Já em 1904, Marques Braga publicara um artigo sobre a colecção «Alma Portuguesa», no qual referira *DI* como projecto nacionalista e representação artística do “sentimento patrio, na aspiração generosa de travar quanto antes, a marcha acelerada de desnacionalisação que, lentamente, vem envenenando o veio riquíssimo da tradição [...], levantando a alma nacional”,<sup>340</sup> ideia repetida por Alfredo Gallis ao relacionar o conteúdo, os objectivos e a função pedagógica da obra de Teófilo Braga com o nacionalismo:

335. Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 252.

336. *Ibidem*, pp. 253-254.

337. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, p. 89.

338. Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 258. A associação entre T. Braga e Camões encontra-se também presente no artigo de Mezzacapo («Lusitânia e Portogallo», *Rassegna Italiana*, ano xiii, vol. 1, 1904, pp. 328) publicado por Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, pp. 260-263. Veja-se também Ofélia Paiva Monteiro, *s.v.* «Camões (na Literatura Romântica Portuguesa)», pp. 72-76.

339. Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 259.

340. *Ibidem*, pp. 272 e 278, respectivamente (*Revista Literária do Século*, n.º 74, 1904).

N'este tempo de triste decadencia que vamos atravessando, e no qual cada vez se accentua menos o amor patrio, esse sentimento sublime que é a égide defensiva da autonomia e liberdade de todos os povos, o livro de Teophilo Braga enche-nos a alma de uma grande consolação, e faz reviver em nos este semi-apagado orgulho civico e patriótico que parece ir-se afundando n'esse pantano traicoeiro.<sup>341</sup>

Também o poeta Alberto Osório de Castro (1868-1946), então juiz em Goa, escreve a T. Braga (1-2-1904) e felicita-o pelos volumes da colecção já publicados, que vêm “fascinar-nos ainda com outras mocidades encantadoras da nossa Patria de amor e de bravura, de aventura e de sonho profundo”.<sup>342</sup> A antologia dirigida por Marques Braga dedica uma secção a *DI*, que ocupa as pp. 320-352, e agrupa textos de sete autores. Um artigo anónimo do jornal brasileiro *O País* (1901) parafraseia o poema e afirma que a obra do seu autor é uma grande epopeia nacional,<sup>343</sup> enquanto, nesse mesmo ano, Jacob, num artigo do jornal portuense *Correio da Manhã*, considera que a obra poética teofiliana, devido à qualidade inferior da sua forma, deve ser avaliada sobretudo pelo seu conteúdo ideológico, pelo “lusismo” e pela “idealização tradicional”,<sup>344</sup> ideia que, como já afirmámos, também Jacinto do Prado Coelho e A. Machado Pires<sup>345</sup> veiculam ao afirmar que Teófilo não é um bom poeta. O articulista anónimo refere ainda um aspecto importante da recepção do poema quer ao afirmar que esse processo exige “uma preparação historica e uma disposição mental que raro se encontram hoje”,<sup>346</sup> quer ao remeter, assim, para a figura abstracta do leitor informado e competente que a obra exige.

No Brasil, a *Revista do Norte* publica uma carta de Mayer Garção (1872-1930) sobre *DI* que alude ao episódio dos Doze como universalmente conhecido, bem como à presença do mesmo em *Os Lusíadas* e à tentativa garrettiana de transformar em poema o tema que Braga apresentaria através do

caracter amoroso e cavaleiresco da raça [portuguesa...], esse espirito de cavalleria andante, o typo nacional de um Povo, que pelo caminho heroico da Aventura realisou a conquista de um ideal humano e abriu portas á Civilisação moderna, na dilataçao de novos mundos para a expansao universalista. [...] E' o quadro de uma época, com os seus costumes, as suas lendas, os seus romances.<sup>347</sup>

A expansão marítima é, uma vez mais, e tal como em *DI*, associada quer ao espírito aventureiro e cavaleiresco, quer ao patriotismo dos lusos. Pouco depois da publicação de *DI*, o crítico literário e romancista Fernandes Agudo publica o volume *Teófilo Braga e a*

341. Alfredo Gallis (*Tempo*, n.º 2:158, ano VIII), in Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 281. Consulte-se também Fernandes Agudo (*Correio da Manhã*, n.º 7:341, 1903), in Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, pp. 282-286.

342. Carta publicada por *ibidem*, p. 294, n.º 1; veja-se também o texto de Cândido Figueiredo (*Diário de Notícias*, n.º 13. 624, 31-10-1903), in Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, pp. 299-300.

343. *Ibidem*, p. 325.

344. *Ibidem*, pp. 325-326, ideia também presente no texto de Fran-Paxeco, in *ibidem*, pp. 331-332.

345. J. do P. Coelho, s.v. «Braga, Teófilo», p. 120 e A. M. Pires, s.v. «Braga, Teófilo», pp. 55, 57.

346. Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 326.

347. *Ibidem*, pp. 327 e 328, respectivamente (texto também publicado no jornal portuense *O Norte*, n.º 761, ano 3, 5-8-1902).

“*Alma Portuguesa*” (*Crítica aos Doze de Inglaterra*), dedicado ao seu “mestre”<sup>348</sup> T. Braga e à sua “nobilíssima obra de restauração da literatura portuguesa”,<sup>349</sup> advertindo o leitor para que as suas 124 páginas consistem basicamente num “brado d’alma que a [sua...] grande admiração pelo grande poeta não quis deixar morrer”.<sup>350</sup> Como se pode verificar através dos títulos dos oito capítulos da obra de Agudo, a sua “crítica” a *DI* é positiva, descreve o poema como um “thesouro” e debruça-se principalmente, sempre em traços muito gerais, sobre o estilo, a cadência poética e temas como o amor pátrio e pela mulher, as lendas, personagens e fortes “emoções”, ou seja, é um apanágio sentimental da obra. Na p. 13, o autor recorda a origem camoniana do episódio dos Doze e interroga-se sobre se T. Braga terá inventado todo o episódio ou se o terá reconstituído com base em novos documentos arquivísticos: “O grande restaurador da litteratura portugueza dissera-nos apenas: — ‘Na minha obra, — dizem-me! — há um sentimento patriotico que me consola’”. Tal como o proémio de *DI*, também o texto de Fernandes Agudo menciona recorrentemente o patriotismo como sentimento subjacente quer à colecção «*Alma Portuguesa*», quer ao poema, uma vez que, como esse autor afirma, “ha aqui tambem um brado da nossa patria, a assignalar-nos o nome lá fóra, numa aventura que impressionou toda a Europa [...]. Theophilo Braga [...] é um lyrico, e é um épico, ao mesmo tempo que um narrativo inegualavel”.<sup>351</sup> O crítico literário elogia ainda o “estilo sublime”, a “maviosidade da linguagem”, a suavidade do pensamento, a profundidade da ideia, os conceitos morais e “incisões na nossa vida passada, inteiramente applicaveis ao nosso estado presente”, para concluir que o povo português “ao lado do valor heroico e da coragem, possui [...] a inspiração intellectual e o valor moral — muito acima das outras nações”.<sup>352</sup> *Teófilo Braga e a “Alma Portuguesa”* sintetiza a acção de *DI*, transcreve excertos e apresenta comentários sobre a técnica de construção do poema e sobre a fusão do “lirismo” com o “épico-narrativo” através de “uma linguagem toda nossa, toda filha da nossa acuidade lusitana [...] uma maneira de ser nacional”,<sup>353</sup> temática que já abordámos. Nesse estudo, são também referidas a “verosimilhança histórica” e a “vernaculidade extrema”,<sup>354</sup> bem como, no sexto capítulo, as lendas do reinado de D. João I, que, “cortado de agitações e de passos tão decisivos para a história futura de Portugal, foi por isso um d’aquelles que melhor se prestou á phantasia do povo, nas suas concepções grandiosas da aventura e do genio cavalheiresco”.<sup>355</sup> Agudo tenta ainda explicar, de forma algo exagerada, por que razão considera Teófilo Braga, enquanto poeta, superior a Camões e a Garrett no que diz respeito à fusão da literatura e da história:

---

348. Fernandes Agudo, *Teófilo Braga*, p. 11.

349. *Ibidem*, p. 5.

350. *Ibidem*, p. 9.

351. *Ibidem*, pp. 17 e 22, respectivamente.

352. *Ibidem*, p. 27.

353. *Ibidem*, pp. 37 e 42, respectivamente; veja-se também a p. 46.

354. *Ibidem*, pp. 33 e 36, respectivamente

355. *Ibidem*, p. 64.

Porém neste poema, o poeta conseguiu propriamente dar-nos o que nem Camões soube distinguir. Porque, intercallando em toda a acção da obra, a par dos factos da história epica, soberbas lendas, inteiramente phantasticas, como a de Percival errante, o Perdão de Lohengrin, soube destaca-las na bocca dos proprios personagens com uma precisão que se não confunde com a historia, e muito menos com as exclusivamente portuguezas como *A Ala dos Namorados*, o *Crisanto do Amadis* e o *Amor e Morte*. Camões não fez d'isto [...] elle quasi que confunde o verdadeiro com o falso e a phantasia com a historia. Ainda neste ponto Theophilo Braga foi mais perfeito que Almeida Garrett, porque, quando este reuniu as lendas populares portuguezas, desmembrou-as da epoca historica a que pertencem, deixando-as por assim dizer isoladas, o que não acontece nos *Doze de Inglaterra*, em que as vemos reportadas á sua data propria. [...] As lendas evocadas nos *Doze de Inglaterra*, são, pois, uma innovação utilissima que todos nós devemos acatar como a crença do nosso heroismo e amor pátrio.<sup>356</sup>

Um outro elemento do poema abordado por Agudo é, como o excerto revela, o imaginário dos contos que Braga insere no texto como “visões populares” e que “no tempo da sua acção, errariam despercebidas pela bocca do povo inconsciente, e sem criterio scientifico capaz de distinguir a sua utilidade”.<sup>357</sup> No que diz respeito à relação da história com a literatura, que Agudo e *DI* referem, atentemos nas palavras de Richard L. Stein, que, num estudo sobre estética da recepção e o romance histórico, revê a teoria de Wolfgang Iser sobre a resposta estética do leitor perante acontecimentos históricos (enquanto temas e estratégias narrativas de Walter Scott). Stein afirma que a ‘moldura’ do romance histórico confere ao leitor a capacidade e a obrigação de julgar as ilusões e as escolhas das personagens, constituindo os conhecimentos históricos uma importante parte desse processo, pois o público sabe muitas vezes o que aconteceu na acção histórica ‘real’,<sup>358</sup> tal como o leitor informado de *DI* já conhece os episódios dos *Doze* e da assinatura do Tratado de Windsor. Também Naomi Jacobs afirma sobre a recepção do romance histórico: “the reception of these books has sometimes been confused by attempts to judge them on historical grounds, and they have been attacked for the “lies” they penetrate. But such critiques ignore the authors’ foregrounding of the fictional nature of their histories”,<sup>359</sup> fenómeno que também se aplica à recepção do mito dos *Doze* ao longo dos tempos, quando os próprios autores que o revisitam afirmam corrigir inexactidões históricas de obras literárias e de estudos anteriores, como acontece com Jacinto Heliodoro nos textos de ‘defesa’ que antecedem a sua peça.<sup>360</sup> Aliás, o próprio T. Braga enfatiza a natureza ficcional de *DI* ao invocar as “ficções” por duas vezes logo no início do poema. Ao estudar a recepção dos romances históricos de Scott, Iser conclui que, nas narrativas ficcionais, a história se relaciona com a estética e a imaginação, transformando-se a “realidade factual” em “cenar imaginadas”, como também acontece em *DI* no que diz respeito aos episódios e às figuras históricas:

356. *Ibidem*, pp. 65-68.

357. *Ibidem*, p. 73.

358. Richard L. Stein, «Historical Fiction and the Implied Reader: Scott and Iser», 1981, pp. 213-231.

359. Naomi Jacobs, *The Character of Truth: Historical Figures in Contemporary Fiction*, 1999, p. xviii.

360. Jacinto Loureiro, *op. cit.*, pp. i-xiii.

the reality conceived [...] is fictitious — it is not a chronicle [...]. The fiction is based on the reflections and reactions of the individual characters, whose subjective transformation of an historical situation gives rise to the reality of the novel. [...] It is only this fiction that enables Scott to produce the illusion of historical reality. [...] Historical consistency can only be a fiction.<sup>361</sup>

Tendo em mente esta citação e o que afirmámos na introdução e na segunda parte, podemos concluir que o conhecimento do passado — ou seja, do tempo, das ‘figuras’ históricas e dos espaços da acção — facilita o estudo do aproveitamento que *DI* faz da história enquanto tema e estratégia literária. Se os elementos históricos não se sobrepõem à dimensão ficcional e estética do poema, analisar o texto sem recorrer à história seria uma tarefa lacunar, pois muita da sua riqueza e do seu significado se perderia, uma vez que a essência do mito dos Doze e, logo, do poema reside na hibridez que surge da fusão premeditada da história com a ficção. Quanto ao tema principal de *DI*, Agudo considera sobretudo o “tratado de *fiel aliada* que era preciso fazer-se entre a nossa nação e a de Inglaterra, mas que era preciso também encobrir-se e occultar-se aos olhos de outras nações [...] as intenções de D. João I e de Ricardo Segundo [...] Este facto foram as simuladas justas d’estes doze cavalleiros”<sup>362</sup>. O autor chama ainda a atenção para o facto de Braga utilizar quer lendas da época da acção do poema, “verdadeiras sublimidades artísticas”, quer as “futuras descobertas”<sup>363</sup> dos portugueses.

Em Abril de 1902, logo após a publicação de *DI*, Carolina Michaëlis envia, do Porto, uma carta ao poeta, congratulando-o pela forma como concilia a história e a literatura popular e erudita para combater o fenómeno da “desnacionalização”:

O poema li-o todo, com verdadeiro prazer. Admiro a arte com que V. juntou factores positivos, combinando sucessos verdadeiros e outros lendarios, com liberdade engenhosa, bem se vê, mas ainda assim com exactidão sufficiente para contentar rigoristas que não admittam que a phantasia do poeta modifique factos e typos historicos. Todas as figuras que desenha, todas as tradições poeticas a que allude, os ditos e rifões citados, os variadissimos *intermezzos* lyricos e dramaticos que interrompem a narração, formam um conjuncto encantador. D. João e os inçlytos Infantes, Aljubarrota, a Ala dos Namorados, e os Fieis do Amor; Nun’Alvares, João das Regras, e Martim d’Ocem, Vasco do Lobeira e o seu Amadis; Anna D’Arfet e Machin; Froissart e Chaucer; Van-Eyk e a Bella Portugueza; Iгнеz de Castro e a Flor de Altina; D. João d’Eça ou de Tenorio; a Barca de San Brendan e o Mar Tenebroso; San Thiago de Compostela e o Peito Bordelo; as Covas de Salamanca e o Escolar das Nuvens, as Ilhas Encantadas e o Preste João; visões e prophcias que apontam para a epoca dos Descobrimentos e das Conquistas; hespanholadas expressivas; — Divisas em francez, Loas e Solãos; Gestas e Romances; Tristão e Yseult; Wolfran von Eschenbach e Lohengrin; Carlomagno e Roland, nada falta ahi. Temos nesse grandioso quadro (um, entre sete que V. planeia!) — uma lucida synthese da Epoca de D. João

361. Wolfgang Iser, *The Implied Reader*, pp. 92-93.

362. Fernandes Agudo, *Teófilo Braga*, p. 79.

363. *Ibidem*, pp. 82 e 84, respectivamente.

I, e ao mesmo tempo a idealização conscienciosa e carinhosa de todas as manifestações medievas do genio amoroso do povo portuguez e do espirito cavalheiresco que animou a nação nos seculos XIV e XV, impellindo-a a acções heroicas. Continuator inspirado de Almeida Garrett, V. prestou a esse poeta a mais significativa entre todas as homenagens a que o seu Centenario deu motivo. No meio d'este formidavel baquear politico e da desnacionalisação do mundo portuguez, consola vêr como V. hastêa bem alto o pendão da mentalidade portugueza. Bemdito seja!<sup>364</sup>

Carolina Michaëlis resume e enumera as temáticas medievais e os episódios principais de *DI* e relaciona-os com a homenagem de T. Braga a Garrett e com o amor pátrio que era então necessário para combater a “desnacionalisação do mundo portuguez”. São, portanto, vários os autores e admiradores de T. Braga a reconhecer a verosimilhança com que o poeta representa os espaços e o tempo da acção ao cantar o amor pela nação que os Doze demonstram, episódio-tema que remete também para o período futuro da expansão marítima portuguesa. Torna-se, portanto, evidente a simbólica utilização do imaginário cavaleiresco dos Doze para criticar a Grã-Bretanha e promover o nacionalismo (colonial) após o Ultimato devido à atitude da velha aliada e no âmbito da corrida europeia a África. Os contextos social, político e cultural de então e a necessidade de ‘revitalizar’ a “alma portuguesa” explicam, em parte, o facto de a crítica literária ter ‘louvado’ o imaginário e o objectivo de *DI*, obra saturada das ‘qualidades nacionais’ e na qual a crítica à Grã-Bretanha é subtil comparativamente às acusações que se fizeram ouvir logo após o Ultimato.

---

364. *Ibidem*, pp. 104-105. A missiva é também publicada por Marques Braga *et alii* (org.), *op. cit.*, pp. 320-321, e em vários jornais brasileiros (cf. *ibidem*, p. 321, n.º 1).

## CONCLUSÃO

Ao longo das duas partes que constituem este trabalho foram sendo apresentadas conclusões parcelares, tornando-se forçoso apontar finalmente as principais linhas de rumo da investigação e da nossa contribuição para o estudo do poema *DI* e do mito dos Doze como temática multissecular e recorrente na literatura portuguesa, pois é nosso objectivo principal demonstrar que essa obra de Teófilo Braga, até à data pouco ou nada estudada, se revela um projecto multifacetado e de capital interesse no âmbito dos estudos anglo-portugueses, nomeadamente no que diz respeito à representação ficcional do nacionalismo (colonial) ou ‘sentimento’ nacional através da aventura londrina, da lenda de Machim e também da mitificação do império.

Através do estudo quer dos dois *urtexts* que dão origem ao mito dos Doze e o nacionalizam, quer das obras que, desde o século XVI, dão continuidade a esse tema literário, bem como do contexto cultural que lhes dá origem, verificamos que são inúmeros os autores que revisitam ficcionalmente o episódio e o associam a outras narrativas históricas e lendas medievais, reconfigurando-os criativamente para veicular uma ideia de ‘portugalidade’. Ao contrário das ficções cavaleirescas de míticos heróis, e, tal como Veloso afirma em *Os Lusíadas*, o enredo ficcional dos Doze apresenta um elevado grau de verosimilhança, tem como protagonistas personagens inglesas e portuguesas que são co-referentes de figuras históricas, partilhando por isso características com o romance histórico, enquanto personagens literárias como Magriço ou Nuno Álvares Pereira exemplificam o modelo do nobre filho segundo que não pode herdar e se dedica à cavalaria. O reinado de D. João I foi fértil em figuras mitificadas, desde os heróis já referidos ao infante D. Henrique e à Ala dos Namorados, tendo ainda sido descobertos os arquipélagos da Madeira (1418-1419) e dos Açores (1427), além de se organizarem expedições às Canárias, arquipélagos decerto “afortunados” para os quais remete a Lenda de Machim, que é assim também actualizada. Esses mitos concorrem para o macromito da “era dourada”, uma época pretérita deveras produtiva em termos da consolidação da nação ao nível doméstico, europeu e do início da expansão marítima. A poesia e o romance históricos divulgam o passado nacional, que, por sua vez, vai adquirindo contornos míticos face à crise económica, à corrida europeia a África, ao Ultimato britânico e ao desalento da população nacional, servindo como um exemplo na memória colectiva que deveria inspirar Portugal. Como qualquer outro povo faz em tempo de crise, também Portugal encontra, ao longo dos tempos, estratégias e narrativas de sobrevivência, que geram os necessários sentimentos de pertença e (sub)identidades psicológicas colectivas, constructos que (supostamente) têm vindo a tornar-se cada vez mais democráticos, inclusivos e, logo, assentes em perspectivas informadas e críticas.

Como verificámos, os sucessivos autores portugueses vão adicionando cavaleiros à lista dos Doze e atribuindo-lhes novos traços biográficos, aventuras e espaços de acção, pelo que

os protagonistas, sobretudo Magriço e Álvaro Vaz de Almada, acumulam percursos, vitórias e identidades cada vez mais conhecidos dos leitores. Os paladinos são assim transformados em figuras míticas distintas das personalidades históricas com quem partilham o nome e alguns traços biográficos e tornam-se, desde o século XVI, representantes do sentimento de honra e nacionalismo luso, simbolizando metonimicamente, tal como outros mitos, o próprio ‘carácter’ ou ‘alma’ nacional. São esses mesmos estatuto e carga simbólica que Teófilo Braga, inspirado pelo revivalismo nacional(ista) e pelo ímpeto mito-poético dos séculos XIX-XX, recupera e capitaliza para criticar a Grã-Bretanha, mitificar a expansão marítima e estimular o orgulho nacional, num exercício literário de imagologia nacionalista. Se a nação ocupa sobretudo um espaço simbólico e imaginário,<sup>1</sup> o regresso ao passado em *DI* invoca (todo) o imaginário histórico e simbólico (ficcional) que enriquece e caracteriza Portugal enquanto país-espiritual-e-sentimento mitificado. O mito dos Doze revela, não a figura problemática de Magriço que as fontes históricas textualizam, mas sim a representação de um herói que a família tentou (e conseguiu) perpetuar através da breve narrativa original e de *Os Lusíadas*. Com base também na consulta de fontes históricas, acompanhámos a transformação dessa figura histórica em signo literário, paradigma moral e ético, bem como em arquétipo da honra e do enamoramento que vai sendo recuperado através de múltiplas manifestações artísticas no sistema cultural lusófono<sup>2</sup> ao longo dos séculos. Magriço e os Doze tornam-se “paradigmas de raiz cultural”, para usarmos a terminologia de Victor Turner,<sup>3</sup> residindo a natureza do mito nacional na ‘zona cinzenta’ entre a realidade e a ficção. Já a sobrevivência do mito advém do facto de os sucessivos escritores o irem recuperando ao adicionar personagens com referentes históricos e mini-enredos e ao enfatizar temáticas ou questões relevantes no momento da redacção-recepção.

As aventuras dos Doze exercem um apelo transtemporal, como ficou claro na primeira parte, ao longo da qual estudámos os pressupostos ideológicos e estético-literários subjacentes à construção da personagem colectiva. A viagem por mar e por terra dos cavaleiros remete para vários tópicos da escrita de viagens, nomeadamente a aprendizagem, o diálogo, a comparação intercultural, a percepção sensorial do Outro e do *Self* (através das *sound/smell/foodscapes*) e o afastamento da zona (doméstica) de conforto, rumo ao perigo do desconhecido. Não é apenas em Londres que os paladinos provam a sua coragem, e essa vitória é reforçada noutros países europeus e, mais tarde, no Norte de África. São assim representadas várias façanhas que comprovam as qualidades cavaleirescas dos guerreiros-navegadores cujos percursos formativos são também viagens pessoais e que alcançam a fama primeiro junto

1. Cf. Raphael Samuel, «Continuous National History», 1989, p. 16.

2. Recordamos, a título de exemplo, que Magriço dá ainda hoje nome a uma das travessas do bairro das Fontainhas, em Pangim, Goa (Índia). Se, em 1963, Manuel Bandeira, no seu poema-invocação «Ad Instar Delphini», in *Estrela da Tarde: Poemas*, p. 13, invoca “Camões, valei-me! Adamastor, Magriço/Dai-me força”, em 1986, a escritora brasileira Heloísa Maranhão refere o episódio dos Doze no seu romance *A Rainha de Navarra*, pp. 45-48.

3. Victor Turner, *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*, 1974, p. 154, afirma que o “cultural root paradigm” vai para além do domínio cognitivo e moral, revestindo-se de “allusiveness, implications, and metaphor”.

de D. João I, e posteriormente no continente europeu e no globo terrestre, como revelam os proféticos *gabs*, tendo os protagonistas uma função sinédouca ao representar características do ‘arquetipo’ nacional e colonial português. São várias as obras em que o percurso individualizado de Magriço, à semelhança do dos cavaleiros em demanda do Graal,<sup>4</sup> implica um caminho formativo de iniciação individual baseado na pureza e na renúncia que se aproxima da *Bildungsreise* do romance de formação. A textualização da amizade entre Portugal e a Inglaterra no âmbito da mais antiga aliança diplomática é levada a cabo através da focalização e dos motivos do herói viajante (e que, inclusive, emigra temporariamente) na Europa e no espaço mais alargado do império colonial em formação; ou seja, numa época de transição, o nobre cavaleiro luso continua a ser agente da história europeia e até universal. O acto de viajar e confrontar o Outro acarreta sempre o exercício da comparação, nem que seja de forma implícita, e esse movimento cronotópico ao longo de espaços e tempos diversos remete para o carácter dinâmico e relacional da noção e da representação de identidade e de alteridade, bem como para a dimensão didáctica da viagem-encontro com o Outro. Se, ao longo dos tempos, os autores vão tirando partido do poder simbólico e expressivo do episódio dos Doze, ou seja, do fascínio que este desperta, também o tema se vai actualizando através dessa utilização. Aliás, o mito, enquanto elemento do imaginário nacional, é uma ferramenta simultaneamente política, sociológica e literária, e, como conclui Bouchard, a nação “as a myth vehicle does not look to be about to disappear. It is still a powerful actor on the world scale, it remains a major purveyor of material and symbolic security to its members, it is often a haven for freedom and democracy, and it still possesses an amazing ability to redefine itself and to adapt to new environments”<sup>5</sup>. Não é, portanto, ‘ingénua’ a escolha dos autores ao decidirem recuperar a lenda dos Doze desde o século XVI e sobretudo no século XIX, pois esse mito nacional(ista) representa o altruísmo, a antiguidade e a fama internacional (reconhecidos no estrangeiro) dos portugueses, e recorda a antiga aliança anglo-portuguesa, sobretudo em períodos conturbados. O mito dos Doze, inicialmente familiar, nacionaliza-se e passa gradualmente de tema literário a forte símbolo e auto-estereótipo político (nacionalista), que é utilizado para caracterizar negativamente os britânicos. A necessidade histórico-política para criar mitos é também o motor que, por vezes, os recupera e divulga com objectivos específicos, no caso de que nos ocupamos o de denunciar a traição ingrata e a cobiça britânicas.

Magriço, tal como Camões, torna-se uma mitificação ideológica e alegoria do ‘grandioso’ passado nacional, e o imaginário da viagem e da coragem dos cavaleiros lusos estende-se, através das obras de autores como Manuel Soeiro, Inácio Vedouro e Teófilo Braga, do centro europeu para a periferia exótica do império em construção, exigindo *DI* também uma leitura pós-colonial que analise criticamente o processo de mitificação da expansão colonial, ou seja, dos chamados ‘Descobrimientos’ como um período ‘de ouro’ da história de Portugal no qual

---

4. Vide Ana Margarida Chora, «Os Cavaleiros do Graal e o Anti-Heroísmo Hagiográfico», 2012.

5. Gérard Bouchard, «The Small Nation», p. 285; veja-se também Régis Boyer, «Existe-t-il Un Mythe Qui ne Soit pas Littéraire?», 1994, pp. 153-164.

os Doze também participam. Numa altura em que ressurgem narrativas e conflitos de cariz nacionalista por toda a Europa, a análise de *DI* enquanto poema nacionalista demonstra a relação íntima entre a criação/manutenção de auto- e hetero-estereótipo e o nacionalismo cultural; daí a importância do uso de textos literários para o estudo imagológico da história das ideias, de estereótipos nacionais/estrangeiros e do mito (ou mitificação) do chamado ‘carácter nacional’. A recuperação ideológica do cavaleiro-pioneiro que sai da Europa e ‘desbrava’ o horizonte colonial no final da Idade Média remete para um período recuado em que Portugal, de acordo com a opinião pública portuguesa do início do século XX, seria uma nação ‘superior’ à Inglaterra, onde princesas inglesas se tornavam rainhas cujos cavaleiros se deslocavam, por convite, quer a Londres para defender a honra de amigas de Filipa de Lencastre, quer a outras regiões europeias. Os textos do século XIX que actualizam o mito dos Doze veiculam implicitamente a situação de inferioridade de Portugal face ao poderio colonial e à supremacia da Grã-Bretanha, pelo queurgia recuperar momentos históricos (ou imaginários) em que a situação e o desequilíbrio de poderes fosse diferente, e para tal é recordado o apoio, nem que ficcional, dado pelos lusos aos ingleses. A viagem dos Doze pela Europa e posteriormente rumo a Ceuta sugere a vocação simultaneamente europeia e imperialista (colonial) portuguesa; aliás, se atentarmos nos dois acontecimentos históricos evocados em *DI*, recordamos que, com a tomada de Ceuta, Portugal procurava reforçar a sua influência face a Castela e Aragão na embocadura atlântica do Mediterrâneo, e, com a aliança anglo-portuguesa, D. João I reforçava a sua política atlântica e tentava manter uma abertura, quer no mar do Norte, quer no Mediterrâneo, bem como uma posição de força, no mar ao sul do Algarve.<sup>6</sup> A representação da antiga anglofilia lusa no poema de Teófilo Braga e noutros textos que abordámos tem assim como motor quer a anglofobia generalizada em Portugal, sobretudo após o Ultimato, quer a superioridade simbólica (pretérita) portuguesa demonstrada pela vitória dos Doze nesses textos mitificadores, que, de acordo com os seus autores, teriam uma função terapêutica e consoladora face à impotência e ao complexo de inferioridade lusos na altura, pois, como recorda Hannah Arendt, “all sorrows can be borne if you put them into a story or tell a story about it”.<sup>7</sup> As imagens e os estereótipos textualizados pelos sucessivos autores são um reflexo ficcional dos imagótipos que já existem na sociedade portuguesa, ou seja, fora do texto, e o seu estudo é útil para entendermos fenómenos culturais como a ‘apropriação’ ideológica dos mitos dos Doze e da nação-império, permitindo-nos levar a cabo um exercício imagológico de exegese mítica em torno da identidade nacional e do ‘apego’ de Teófilo Braga e de autores românticos como Garrett e Herculano à Idade Média e às origens de Portugal.

A primeira parte deste estudo permitiu-nos analisar a formação de um mito nacional, sobretudo a partir da publicação de *Os Lusíadas*, bem como o seu uso ao longo dos tempos, contribuindo para a análise da chamada imagologia cultural nacional, quer geográfica (a viagem,

---

6. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, vol. 1, 2006, p. 81.

7. Frase atribuída por Hannah Arendt, *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*, 1968, p. 262, a Isak Dinesen (Karen Blixen).

por terra e por mar, dos Doze entre Inglaterra e Portugal), quer histórica (as figuras, os espaços e os episódios ficcionalizados), através de conceitos como o auto- e hetero-estereótipo. Obras como *DI* ilustram o fenómeno oitocentista e novecentista da revisitação de mitos nacionais portugueses através da literatura, da história e da etnografia e demonstram que a identidade nacional e colonial são constructos culturais, imagens rentabilizadas no âmbito do nacionalismo colonial. O estudo desses textos permite-nos analisar quer a forma como a construção da identidade nacional/colonial é feita através de concepções míticas ou mitificadas de Portugal e do seu passado, quer a função social da literatura também na manutenção de identidades nacionais, regionais, étnicas e de género, entre outras. A ficcionalização do passado e do presente com base em dados verídicos reflecte a natureza híbrida que confere ao poema narrativo de Teófilo Braga, tal como ao romance histórico em geral, algumas das suas especificidades. O tempo e o espaço medievais da acção são caracterizados de forma realista a partir dos conhecimentos de Braga acerca do mito dos Doze e da assinatura do Tratado de Windsor, actuando a história como fonte de energia dramática e mitificadora.<sup>8</sup> Em *DI*, os portugueses demonstram os valores nacionais primeiro fora de Portugal, e posteriormente esses ideais são levados quase a todo o globo terrestre através da expansão marítima, tornando-se implícito que o império luso foi construído com base na honra e nos outros valores (nacionais) dos Doze. Se, como o poema colonial «The White Man's Burden»,<sup>9</sup> de Rudyard Kipling, sugere ambigualmente, os 'ocidentais' tinham o 'nobre' dever de 'civilizar' o Outro 'primitivo', *DI* revela que Portugal, enquanto aliado da Grã-Bretanha e pioneiro colonial, demonstrou, desde a Idade Média, ter moral e ética superiores às dos ingleses, que não respeitavam as suas mulheres. Ou seja, o poema ideológico de Braga insinua que o 'fardo' civilizador de Portugal havia sido também para com a Inglaterra, e a pedido desta, ainda antes do início da expansão colonial.

Como as obras estudadas demonstram, o imaginário cavaleiresco tem alimentado a produção literária ao longo dos tempos e dá lugar à recriação de valores associados à Idade Média, como a cortesia, a honra e a glória. Na senda do que concluímos na segunda parte, podemos afirmar que figuras de estilo e estratégias literárias como a enumeração, a adjectivação dupla, a comparação, a elipse, a repetição, as interjeições de estrutura repetitiva, o discurso directo e os apartes entre parênteses conferem dramatismo e vivacidade ao poema narrativo de Teófilo Braga, caracterizam o estilo do autor e concorrem para a auto- e hetero-caracterização/estereotipação das personagens e para a descrição dos espaços e do tempo históricos, ou seja, a Inglaterra e o Portugal medievais, bem como espaços flutuantes e móveis, como a nau dos onze no oceano Atlântico, e outros lugares 'nacionais' e regionais, como Espanha, França e Flandres. *DI* retira ainda partido de artifícios literários como a representação do género e do ideal de cavalaria, a descrição do tempo e dos espaços históricos (medievais), a análise crítica da natureza e das consequências (a longo prazo) das relações anglo-portuguesas, a

---

8. Expressão de Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, p. 26.

9. Publicado originalmente em 1899, na revista *McClure's* (veja-se Rudyard Kipling, *The Works of Rudyard Kipling*, 1994, pp. 334-335).

caracterização da ‘feição nacional’ e da ‘alma portuguesa’, a intertextualidade no âmbito da tradição do episódio, a inserção de lendas, contos e adágios populares no tecido do texto poético, a abordagem do tema da viagem marítima e terrestre como sinónimo de glorificação dos feitos heróicos dos lusos, temática que se estende à expansão marítima. Analisámos ainda a recepção do poema na Europa e no Brasil através das críticas de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de Fernandes Agudo, entre outros autores que elogiam o programa de cariz nacionalista de *DI* (enquanto obra de poeta-historiador) e a sua função educativa e patriótica. Se, como vimos, na segunda metade do século XIX o mito-símbolo dos Doze adquire uma função maioritariamente ideológica e evidencia o papel da literatura e dos mitos nacionais como instrumentos políticos, a (vida e a) obra de Teófilo Braga associam, de forma muito clara, literatura e política, sendo o uso dos Doze fruto dessa interpenetração. Não é, portanto, de estranhar que os paratextos de *DI* concluam, logo à partida, que a literatura é muito mais do que apenas ficção; é também uma forma de ‘fugir’, por momentos, do mundo real, uma forma de questionar-retextualizar quer o passado, evidenciando inclusive o que já perdemos, quer o presente, uma ferramenta terapêutica e uma poderosa ‘arma’ ideológica. É, aliás, através da literatura que Braga e outros autores mitificam a identidade e o estatuto (pretéritos) nacional e colonial de Portugal no contexto alargado da Europa, com o objectivo de propiciar uma anamnese colectiva. No início do século passado, *DI* caracteriza psicologicamente o ‘povo’ português, um constructo-mitificação que é recuperado e reforçado estrategicamente em tempos de crise.

Mitos literários como o dos Doze tornam-se gradualmente elementos da dimensão imaginária da chamada identidade nacional e irão continuar a resistir à crítica racional e a convocar rumos temáticos e imagológicos que, tal como os dos doze cavaleiros, poderemos sempre recuperar através de viagens-leituras múltiplas por desvendar. Até porque o mito permanecerá sempre aberto.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Textos literários

- ANÓNIMO, «Factos Gloriosos da História Portuguesa: Os Doze de Inglaterra», *Arquivo Popular*, n.º 22, 29-05-1841, pp. 170-171.
- \_\_\_\_\_, «Cavalaria de Alguns Fidalgos Portugueses» [in Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, segunda parte, códice n.º 87, fls. 259-265v, Biblioteca Municipal do Porto, c. 1550], transcrição de Carlos Riley, «Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade», *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1988, pp. 29-36.
- \_\_\_\_\_, «O Entrudo do Diabo: Historieta», *O Jardim Literário: Seminário de Instrução e Recreio*, vol. 2, n.º 10, 1848, pp. 74-75.
- AMORIM, Francisco Gomes de, *Versos*, Tipográfica Franco-Portuguesa, Lisboa, 1866.
- ARAÚJO, Joaquim de (ed.), *Os Doze de Inglaterra: Episódio do Canto VI dos Lusíadas*, Tipografia da Editora Alcino Aranha, Lisboa, 1891.
- \_\_\_\_\_, *Flores da Noite: Versos*, Lelo & Irmão, Porto, 1894.
- BALTASSAT, Jean-Daniel, *A Infanta e o Pintor: A Relação entre a Infanta Isabel de Portugal e o Pintor Van Eyck*, trad. Inês Castro, Quetzal Editores, Lisboa, 2005.
- BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde: Poemas*, José Olímpio, Rio de Janeiro, 1963.
- BECKFORD, William, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*, Richard Bentley, Londres, 1835.
- BRAGA, Teófilo, *Os Doze de Inglaterra Poema por Teófilo Braga: Excertos - Proémio Narrativo - Invocação Lírica: Comemoração Centenária do Nascimento de Garrett 4 de Fevereiro de 1799*, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1899.
- \_\_\_\_\_, *Os Doze de Inglaterra: Poema*, Livraria Chardron, Porto, 1902.
- \_\_\_\_\_, *Viriato: Narrativa Epo-Histórica*, Chardron, Porto, 1904.
- \_\_\_\_\_, *Gomes Freire: Drama Histórico*, Chardron, Porto, 1907.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, comentados por Manuel de Faria e Sousa, 2 vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1972 [1639].
- \_\_\_\_\_, *Os Lusíadas do Grande Luís de Camões Príncipe da Poesia Heróica. Comentados pelo Licenciado Manuel Correia*, Pedro Craesbeck, Lisboa, 1613.
- \_\_\_\_\_, *Obras do Grande Luís de Camões, Novamente Dadas a Luz com os Seus Lusíadas Comentados pelo Licenciado Manuel Correia*, Oficina de José Lopes Ferreira, Lisboa, 1720.
- \_\_\_\_\_, *La Lusíade du Camoens: Poeme Héroïque sur la Découverte des Indes Orientales*, 3 vols., trad. Louis Adrien Duperron de Castera, chez Briasson, Paris, 1768.
- \_\_\_\_\_, *Obras de Luís de Camões Precedidas de Um Ensaio Biográfico, no qual se Relatam Alguns Factos não Conhecidos da Sua Vida*, vol. 6, org. do Visconde de Juromenha, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869.
- \_\_\_\_\_, *Os Lusíadas*, Porto Editora, Porto, 1987.
- CARVALHO, José Manuel Teixeira de, *O Mestre de Avis*, Tipografia Comercial, Porto, 1851.
- CASTELO BRANCO, Camilo, «Extermínio da Inglaterra/Trovas Alegres por Camilo Castelo Branco», *Vária Escrita: Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais*, n.º 2, 1995, pp. 145-171.
- CERVANTES, Miguel de, *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, Espasa-Calpe, Madrid, 1981.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Madalena e Helena: Dramas Originais*, Livraria Moré, Porto, 1875.
- CHAUCER, Geoffrey, *The Canterbury Tales*, Dover Publication, Mineola, 2004.
- CORDEIRO, Jacinto, *La Entrada del Rey em Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1621.
- \_\_\_\_\_, «La Famosa Comédia de Los Doze de Inglaterra [sic.]», in *Segunda Parte de las Comedias del Alférez Jacinto Cordero*, Lourenço e Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1634, pp. 60-78.
- EMANUEL, Pedro, *O Magriço*, Quid Novis, Viseu, 2011.
- FARIA, Almeida, *Cortes*, Caminho, Lisboa, 1986.
- FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998.
- GARRETT, Almeida, *Obras Completas*, vol. 1, edição de Teófilo Braga, H. Antunes, Lisboa, 1854.
- \_\_\_\_\_, «Magriço», in *Obras Póstumas*, 2 vols., ed. Teófilo Braga, Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1914, pp. 113-159.
- \_\_\_\_\_, *Magriço ou os Doze de Inglaterra*, edição de Alberto Pimenta, Edições 70, Lisboa, 1978.
- HONRADO, Alexandre, *A Gesta de Magriço*, Câmara Municipal do Barreiro, Barreiro, 2000.
- JÚNIOR, António Campos, *A Ala dos Namorados: Romance Histórico*, João Romano Torres, Lisboa, 1931.
- JÚNIOR, Francisco Soares Franco, *Folhas da Vida: Poesias*, Tipografia do Futuro, Lisboa, 1863.
- JÚNIOR, José da Silva Mendes Leal, *A Herança do*

- Chanceler*, Tipografia do Panorama, Lisboa, 1855.
- KIPLING, Rudyard, *The Works of Rudyard Kipling*, Wordsworth Editions, Ware, 1994.
- LAGE, José da Fonseca, *A Pátria: A Luís de Quillinan*, Tipografia Ocidental, Porto, 1884.
- LEAL, António Duarte Gomes, *A Fome de Camões e Outros Destinos Poéticos*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1999.
- LEAL, Fernando, *Palmadas na Pança de John Bull: Foguete de Guerra Oferecido a Camilo Castelo Branco*, Livraria Civilização, Porto, 1884.
- LOBO, Rodrigo, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.
- LOUREIRO, Jacinto Heliodoro de Faria Aguiar de, *Álvaro Gonçalves o Magriço e os Doze de Inglaterra: Drama Histórico Original Aprovado pelo Conservatório Real de Lisboa para a Inauguração do Teatro de D. Maria Segunda*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1846.
- MALHÃO, Francisco Manuel Gomes da Silveira, «Mondegueida: Poema Estrambótico», in *Vida e Feitos de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão*, vol. 3, J. M. F. de Campos, Lisboa, 1823.
- MARANHÃO, Heloisa, *A Rainha de Navarra*, J. Olímpio, Rio de Janeiro, 1986.
- MARIA, Francisco de Santa, *Ano Histórico. Diário Português, Notícia Abreviada de Pessoas Grandes e Coisas Notáveis de Portugal*, tomo 2, Domingos Gonçalves, Lisboa, 1744.
- MARIZ, Pedro de, *Diálogos de Vária História em que Sumariamente se Referem Muitas Coisas Antigas de Hespanha: E Todas as mais Notáveis que em Portugal Aconteceram*, Oficina de António de Mariz, Coimbra, 1599.
- \_\_\_\_\_, *Diálogos de Vária História, em que se Referem as Vidas dos Senhores Reis de Portugal. Com as Notícias de Nossos Reinos, & Conquistas, & Sucessos do Mundo*, acrescentados por António Craesbeeck de Melo, Oficina de António Craesbeeck de Mello, Lisboa, 1674.
- MORRIS, Mowbray, *Tales of the Spanish Main*, Macmillan, Londres, 1901.
- NORONHA, Eduardo de, *Da Madeira ao Alto Zambeze: Viagem Dramática através de Angola e Moçambique*, Magalhães e Moniz, Porto, 1907.
- PORTUGAL, D. Francisco de, *Arte de Galantaria*, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1984.
- Primeira Parte da História do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França*, trad. Jerónimo Moreira de Carvalho, Tipografia Rolandiana, Lisboa, 1863.
- REBELO, Carlos, *Lendas da História de Portugal*, Plátano Editora, Lisboa, 2009.
- RIBEIRO, Bernardim, *Menina e Moça*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1996.
- SARMENTO, Alexandre Tomás de Morais, *Russell de Albuquerque: Conto Moral*, Mr. O Rich, Londres, 1833.
- SILVEIRA, Carlos da, *Bom Dia Portugal*, Livraria Luso-Espanhola e Brasileira, Rio de Janeiro, 1961.
- SOEIRO, Manuel, *Anales de Flandes*, vol. 2, em Casa de Pedro e Juan Beleros, Anvers, 1624.
- VASCONCELOS, A. A. Teixeira de, *O Prato de Arroz Doce*, Tipografia do Comércio, Porto, 1862.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, Lello Editores, Lisboa, 1998 [1567].
- VÉDOURO, Inácio Rodrigues, *Desafio dos Doze de Inglaterra, que na Corte de Londres se Combateram em Desagravo das Damas Inglesas*, Oficina Ferreiriana, Lisboa, 1732.

## 2. Fontes Históricas

- AA.VV, *Monumenta Henriciana*, vol. 2, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960.
- CHAGAS, João, *Diário de Um Condenado Político (1892-1893)*, Livraria Chardron, Porto, 1913.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, tomo 2, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708.
- FARIA, António Machado de (ed.), *Livro de Linhagens do Século XVI*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1956.
- FÈVRE, J. Le, *Chronique de Jean Fèvre, Seigneur de Saint Remy*, vol. 1, Librairie Rebourard, Paris, 1876.
- FIGUEIREDO, Pedro José de, *Retratos e Elogios de Varões e Donas que Ilustram a Nação Portuguesa*, tomo 1, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, Lisboa, 1817.
- FROISSART, Jean, *Chronicles*, trad. Geoffrey Brereton, Penguin, Londres, 1978.
- HAKLUYT, Richard, *Voyages in Eight Volumes*, 8 vols., Dent, Londres, 1962.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Primeira Parte das Crônicas dos Reis de Portugal*, tomo 1, Manuel Coelho Amado, Lisboa, 1774.
- LEMOS, Damião António, *História Geral de Portugal e Suas Conquistas*, tomo VI, Tipografia Rolandiana, Lisboa, 1787.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2 vols., Livraria Civilização, Porto, 1990.
- MACHADO, J. T. Montalvão (ed.), *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1978.
- MENEZES, D. Fernando de, *Vida e Acções del Rei D. João I: Oferecido à Memória Póstuma do Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio*, livro 5, Oficina de João Galvão, Lisboa, 1677.
- PINA, Rui de, *Crónica de El Rei D. Afonso V*, Escriptorio, Lisboa, 1901.

- \_\_\_\_\_, *Crónica de El-Rei D. Duarte*, Renascença Portuguesa, Porto, 1914.
- PURCHAS, Samuel, *Hakluyt Posthumus or Purchas his Pilgrimes, Contayning a History of the World in Sea Voyages and Land Travel by Englishmen and Others*, vol. 2, James McLehose, Glasgow, 1905.
- SILVA, José Soares da, *Memórias para a História de Portugal*, tomo 3, Oficina de José António da Silva, Lisboa, 1732.
- SILVA, Rodrigo Mendes de, *Población General de España: Sus Trofeos, Blasones y Conquistas Heroicas*, Diego Dias de la Carrera, Madrid, 1645.
- SOUSA, Manuel de Faria e, *África Portuguesa*, António Craesbeck de Melo, Lisboa, 1681.
- TOSCANO, Francisco Soares, *Paralelos de Príncipes e Varões Illustres*, Oficina Ferreiriana, Lisboa, 1733.
- VASCONCELOS, M. R. M. Camões e, «Uma Relação Genealógica do Século XV», *Armas e Troféus*, série 2, tomo 1, 1959, pp. 52-57.
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Academia das Ciências, Lisboa, 1915.
- \_\_\_\_\_, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.
- \_\_\_\_\_, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, Lisboa, 1997.
- ### 3. Estudos
- AA.VV., *Portugal e a Inglaterra: Textos Principais dos Tratados de Aliança*, Serviços de Imprensa e Informação da Embaixada de Inglaterra, Lisboa, s./d.
- \_\_\_\_\_, *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa: 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*, Her Majesty's Government-British Broadcasting Corporation-Canning House, Londres, s./d.
- \_\_\_\_\_, *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano: Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1977.
- \_\_\_\_\_, *Poétique: Intertextualidade*, n.º 27, trad. Clara Crabbé Rocha, Livraria Almedina, Coimbra, 1979.
- \_\_\_\_\_, *Actas das Jornadas de História Medieval: 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV*, História e Crítica, Lisboa, 1985.
- \_\_\_\_\_, *Catálogo da Exposição Comemorativa VI Centenário do Tratado de Windsor 9-V-1386/9-V-1986*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo-The British Historical Society of Portugal, Lisboa, 1986.
- \_\_\_\_\_, *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986.
- \_\_\_\_\_, *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Instituto de Estudos Ingleses-Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1988.
- ABIZADEH, Arash, «Historical Truth, National Myths and Liberal Democracy: On the Coherence of Liberal Nationalism», *The Journal of Political Philosophy*, vol. 12, n.º 3, 2004, pp. 291-313.
- ABREU, Maria Fernanda de, *Cervantes no Romantismo Português: Cavaleiros Andantes, Manuscritos Encontrados e Gargalhadas Moralíssimas*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões, *Vestidos para Matar: Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- AGUDO, Fernandes, *Teófilo Braga e a «Alma Portuguesa» (Crítica aos Doze de Inglaterra)*, Livraria Chardron, Porto, 1902.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de, *Teoria da Literatura*, Livraria Almedina, Coimbra, 1998.
- ALARCÃO, Miguel, «'What Will Survive of us Is Love': Os Túmulos de Arundel (Sécs. XIV-XV)», no prelo.
- ALBALADEJO, Tomás Mayordomo, *Teoría de los Mundos Posibles y Macroestructura Narrativa*, Universidade de Alicante, Alicante, 1986.
- ALBOUY, Pierre, *Mythes et Mythologies dans la Littérature Française*, Armand Colin, Paris, 1969.
- ALENIOUS, Kari, Olavi K. Fält e Markus Mertaniemi (eds.), *Imagology and Cross-Cultural Encounters in History*, Pohjois-Suomen Historiallinen Yhdistys, Rovaniemi, 2008.
- ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno, 1822-1891*, Sá da Costa, Lisboa, 1979.
- \_\_\_\_\_, *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Afrontamento, Porto, 2000.
- \_\_\_\_\_, *O Império Africano: Séculos XIX e XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2000.
- ALLMAN, Eileen, *Jacobean Revenge Tragedy and the Politics of Virtue*, Associated University Press, Londres, 1999.
- \_\_\_\_\_, «O Império Português (1825-1890): Ideologia e Economia», *Análise Social*, vol. 38:169, 2004, pp. 959-979.
- \_\_\_\_\_, «Traumas do Império: História, Memória e Identidade Nacional», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 9-10, 2006, pp. 23-41.
- ALLEN, Graham, *Intertextuality*, Routledge, Londres, 2001.
- ALLMAND, C. T., *The Hundred Years War: England and France at War c.1300-c.1450*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.
- ALMADA, José de, *Para a História da Aliança Luso-Britânica*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1955.
- \_\_\_\_\_, *A Aliança Inglesa: Subsídios para o Seu Estudo*, 2

- vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1946-1947.
- ALMADA, Quinto Conde de, *Relação dos Feitos de Dom Antão de Almada: Oferecida ao mui Alto Príncipe Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, s./e.*, Lisboa, 1940.
- ALMEIDA, José Valentim Fialho de, *Os Gatos: Publicação Mensal de Inquérito à Vida Portuguesa*, vol. 1, 1922.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Fim de Século Edições, Lisboa, 1995.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «A Questão da Identidade Nacional na Escrita Portuguesa Contemporânea», *Hispania*, vol. 74, n.º 3, Setembro 1991, pp. 492-500.
- ALMEIDA, Teresa, s.v. «Poema Narrativo», in Helena Carvalhão Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997, pp. 423-425.
- ALSTON, Margaret, *Women on the Land: The Hidden Heart of Rural Australia*, University of New South Wales Press, Sidney, 1995.
- ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2013.
- AMANTE, Maria de Fátima, «A Reprodução Quotidiana do Mitos Nacionais: O Caso de Nuno Álvares Pereira», in Maria de Fátima Amante (coord.), *Identidade Nacional: Entre o Discurso e a Prática*, Editora do CAOS-CEPESE, Porto, 2011, pp. 219-233.
- AMOSSY, Ruth e Anne H. Pierrot, *Stéréotypes et Clichés: Langue, Discours, Société*, Armand Colin, Paris, 1997.
- ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, Londres, 1983.
- ANDRADE, Gomes Freire d', *A Dominação Inglesa em Portugal: O Que É e De Que Nos Tem Servido a Aliança da Inglaterra*, João António Rodrigues Fernandes, Lisboa, 1883.
- ANDRÉ, João Maria, *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização*, Ariadne, Coimbra, 2005.
- ANÓNIMO, «Biografia: D. Álvaro Vaz de Almada», *O Recreio*, n.º 2, Fevereiro de 1841, pp. 28-30.
- ANTUNES, Ana Paula J., «De Infanta de Portugal a Duquesa de Borgonha: D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)», dissertação de mestrado, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- ANTZE, Paul e Michael Lambek, «Introduction: Forecasting Memory», in P. Antze e M. Lambek (ed.), *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*, Routledge, Londres, 1996, pp. xi-xxviii.
- APPADURAI, Arjun, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1996.
- ARAÚJO, Maria Laura Fernandes Tomás de, «Teófilo Braga e o Positivismo», tese de doutoramento, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1982.
- ARAÚJO, Maria Teresa Alves de, «Teófilo Braga e o Romancero de Tradição Oral Moderna Portuguesa: Questões de História e Teorização», tese de doutoramento, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
- ARCHARD, David, «Myths, Lies and Historical Truth: A Defence of Nationalism», *Political Studies*, vol. 43, 1995, pp. 472-481.
- ARENDT, Hannah, *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*, Penguin, Nova Iorque, 1968.
- ARES MONTES, José, «Los Poetas Portugueses, Cronistas de la Jornada de Felipe III a Portugal» *Filología Románica*, vol. 7, 1990, pp. 11-36.
- \_\_\_\_\_, «Portugal en el Teatro Español del Siglo XVII», *Filología Románica*, vol. 8, 1991, pp. 11-29.
- ARMSTRONG, John, *Nations before Nationalism*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1982.
- ARNAUT, Ana Paula, *Memorial do Convento: História, Ficção e Ideologia*, Fora do Texto, Coimbra, 1996.
- \_\_\_\_\_, *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo*, Almedina, Coimbra, 2002.
- ARNAUT, Salvador Dias, *A Batalha de Trancoso*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1948.
- ARRIAGA, José d', *A Inglaterra, Portugal e as Suas Colónias*, Tipografia do Comércio, Lisboa, 1882.
- AUGÉ, Claude (dir.), *Nouveau Larousse Illustré: Dictionnaire Universel Encyclopédique*, Librairie Larousse, Paris, 1898.
- AVELAR, Mário, *Ekphrasis: O Poeta no Atelier do Artista*, Edições Cosmos, Lisboa, 2006.
- AZEVEDO, Pedro de, *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, vol. 1, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1915.
- BAÁR, M., *Historians and the Nation in the Nineteenth Century: The Case of East-Central Europe*, Oxford University Press, Oxford, 2010.
- BABINET, M. le Colonel, «Jeanne de Kent, Princesse de Galles et d'Aquitaine», *Bulletin de la Société des Antiquaires de l'Ouest*, série 2, vol. 6, 1894, pp. 438-460.
- BAKHTIN, Mikhail, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, trad. Caryl Emerson, Manchester University Press, Manchester, 1984.
- \_\_\_\_\_, *Rabelais and His World*, trad. Helene Iswolsky, Indiana University Press, Bloomington, 1985.
- \_\_\_\_\_, *The Dialogic Imagination: Four Essays*, trad. C. Emerson e M. Holquist, University of Texas Press, Austin, 2000.
- BALIBAR, Etienne, «Culture and Identity (Working

- Notes», in J. Rajchman (ed.), *The Identity in Question*, Routledge, Londres, 1995, pp. 173-196.
- BAPTISTA, Maria Manuel, *Identidade - Ficções*, Centro de Língua e Culturas, Aveiro, 2006.
- BARBER, Richard, *The Knight & Chivalry*, Longman, Londres, 1970.
- BARBOSA, Pedro Gomes e Alexandre P. Gouveia, *A Batalha de Trancoso*, Arcádia, Lisboa, 2013.
- BARCZEWSKI, Stephanie L., *Myth and National Identity in Nineteenth-Century Britain: The Legends of King Arthur and Robin Hood*, Oxford University Press, Oxford, 2000.
- BARFOOT, C. C. (ed.), *Beyond Pug's Tour: National and Ethnic Stereotyping in Theory and Literary Practice*, Rodopi, Amesterdão, 1997.
- BARKER, Anthony D. (ed.), *O Poder e a Persistência dos Estereótipos*, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2004.
- BARTHÉLEMY, Dominique, «Modern Mythologies of Medieval Chivalry», in P. Linehan e J. L. Nelson (eds.), *The Medieval World*, Routledge, Londres, 2001, pp. 214-228.
- BARTHES, Roland, «L'Effet de Réel», *Communications*, n.º 11, 1968, pp. 84-89.
- \_\_\_\_\_, *Mythologies*, Seuil, Paris, 1970.
- \_\_\_\_\_, *S/Z*, trad. R. Howard, Hill and Wang, Nova Iorque, 1974.
- BARTLET, Robert, *Trial by Fire and Water: The Medieval Judicial Ordeal*, Clarendon Press, Oxford, 1986.
- BASTO, Artur de Magalhães, *Relação ou Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1935.
- \_\_\_\_\_, *O Essencial sobre os Doze de Inglaterra*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.
- BASTOS, Teixeira, *A Crise: Estudos sobre a Situação Política, Financeira, Económica e Moral da Nação Portuguesa nas Suas Relações com a Crise Geral Contemporânea*, Livraria Chardron, Porto, 1894.
- BECK, Philippe, «Imagologie, Psychologie Sociale et Psychologie Cognitive. Pour Une Recherche Concertée», in Hubert Roland e Stéphanie Vanasten (eds.), *Les Nouvelles Voies du Comparatisme*, Academia Press, Gent, 2010, pp. 57-69.
- BELL, David A., *The Cult of the Nation in France: Inventing Nationalism, 1680-1800*, Harvard University Press, Cambridge, 2001.
- BELL, Duncan, «Mythsapes: Memory, Mythology and National Identity», *British Journal of Sociology*, vol. 54, n.º 1, 2003, pp. 63-81.
- BELLER, Manfred, «Climate», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 298-304.
- \_\_\_\_\_, «Myth», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 373-377.
- \_\_\_\_\_, «Perception, Image, Imagology», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 3-16.
- \_\_\_\_\_, «Stereotype», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 429-434.
- BELLER, Manfred e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007.
- BESSA, Carlos, «Memória da "Batalha Real" no Sexto Centenário», in AA. VV., *Batalha de Aljubarrota: Comemoração do VI Centenário*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1985, pp. 27-76.
- BETHENCOURT, Francisco e Diogo Ramada Curto (eds.), *A Memória da Nação*, Sá da Costa, Lisboa, 1991.
- BETHENCOURT, Rebelo de, *Teófilo Braga: Mestre Nacionalista*, Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1942.
- BHABHA, Homi K., *The Location of Culture*, Routledge, Londres, 2010.
- BILLIG, Michael, *Banal Nationalism*, Sage, Londres, 1995.
- BISHOP-SANCHEZ, Kathryn, *Utopias Desmascaradas: O Mito do Bom Selvagem e a Procura do Homem Natural na Obra de Almeida Garrett*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2008.
- BLACKSTONE, Charles e Jill Talbot (eds.), *The Art of Friction: Where (Non)Fictions Come Together*, University of Texas Press, Austin, 2008.
- BLAMIRE, Alcuin, *The Case for Women in Medieval Culture*, Oxford University Press, Oxford, 1998.
- BLANNING, T. C. W., *The Culture of Power and the Power of Culture: Old Regime Europe, 1660-1789*, Oxford University Press, Oxford, 2002.
- BOASE, Roger, *The Troubadour Revival*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1978.
- BOUCHARD, Gérard, «Introduction», in Gérard Bouchard (ed.), *National Myths: Constructed Pasts, Contested Presents*, Routledge, Londres, 2013, pp. xi-xiv.
- \_\_\_\_\_, «National Myths: An Overview», in Gérard Bouchard (ed.), *National Myths: Constructed Pasts, Contested Presents*, Routledge, Londres, 2013, pp. 276-297.
- \_\_\_\_\_, «The Small Nation with a Big Dream: Quebec National Myths (Eighteenth-Twentieth Centuries)», in

- Gérard Bouchard (ed.), *National Myths: Constructed Pasts, Contested Presents*, Routledge, Londres, 2013, pp. 1-23.
- BOULDING, Kenneth E., *The Image: Knowledge in Life and Society*, The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1973.
- BOULTON, D'Arcy Jonathan Dacre, *The Knights of the Crown: The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520*, The Boydell Press, Woodbridge, 1987.
- BOURBON E MENESES, O "Ultimatum" de 1890: *Antecedentes do Conflito Anglo-Português*, Edições Excelsior, Lisboa, s./d.
- BOWLBY, Rachel, *Freudian Mythologies: Greek Tragedy and Modern Identities*, Oxford University Press, Oxford, 2007.
- BOYER, Régis, «Existe-t-Il Un Mythe Qui ne Soit pas Littéraire?», in Pierre Brunel (ed.), *Mythes et Littérature*, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, Paris, 1994, pp. 153-164.
- BRAGA, João de, *Galeria*, edição do autor, Braga, 1980.
- BRAGA, Marques, *A Obra de Teófilo Braga e as Tradições Portuguesas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917.
- BRAGA, Marques et alii (org.), *Quinquagenário 1858 a 1908: Cinquenta Anos de Actividade Mental de Teófilo Braga Julgados pela Crítica de Três Gerações Literárias. Homenagem*, Antiga Casa Bertrand, Lisboa, 1908.
- BRAGA, Teófilo, *Visão dos Tempos*, Viúva Moré, Porto, 1864.
- \_\_\_\_\_, *História da Poesia Portuguesa*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1870.
- \_\_\_\_\_, *História da Literatura Portuguesa: Poetas Palacianos*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1871.
- \_\_\_\_\_, *História de Camões*, vol. 2, Imprensa Portuguesa, Porto, 1875.
- \_\_\_\_\_, *Antologia Portuguesa: Trechos Selectos Coordenados sob a Classificação dos Géneros Literários e Precedidos de Uma Poética Histórica Portuguesa*, Livraria Universal-Magalhães e Moniz, Porto, 1876.
- \_\_\_\_\_, *Parnaso Português Moderno Precedido de Um Estudo da Poesia Moderna Portuguesa*, Francisco Artur da Silva, Lisboa, 1877.
- \_\_\_\_\_, «Elementos da Nacionalidade Portuguesa», *Revista de Estudos Livres*, vol. 1, n.º 5, 1883-1884, pp. 193-200.
- \_\_\_\_\_, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1884.
- \_\_\_\_\_, *Camões e o Sentimento Nacional*, Livraria Chardron, Porto, 1891.
- \_\_\_\_\_, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. 2, Livraria Chardron, Porto, 1892.
- \_\_\_\_\_, *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça*, Livraria Chardron, Porto, 1894.
- \_\_\_\_\_, *História Literária Portuguesa. Introdução: Teoria da História da Literatura Portuguesa*, Livraria Chardron, Porto, 1896.
- \_\_\_\_\_, *Garrett e o Romantismo*, Livraria Chardron, Porto, 1903.
- \_\_\_\_\_, *Camões: Época e Vida*, Chardron, Porto, 1907.
- \_\_\_\_\_, Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, Chardron, Porto, 1908.
- \_\_\_\_\_, *Cancioneiro Popular Português*, J. A. Rodrigues, Lisboa, 1911.
- \_\_\_\_\_, *História da Literatura Portuguesa: Camões. A Obra Lírica e Épica*, Livraria Chardron, Porto, 1911.
- \_\_\_\_\_, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. 1, Livraria Chardron, Porto, 1912.
- \_\_\_\_\_, *Tristão, o Enamorado, Quadros de Conjunto do Romanceiro Popular Português*, Renascença Portuguesa, Porto, 1914.
- \_\_\_\_\_, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Vega, Lisboa, 1983.
- \_\_\_\_\_, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.
- \_\_\_\_\_, *Contos Tradicionais Portugueses*, vol. 2, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992.
- \_\_\_\_\_, *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 vols., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.
- BREUILLY, John, *Nationalism and the State*, Manchester University Press, Manchester, 1993.
- \_\_\_\_\_, *The Formation of the First German Nation-State, 1800-1871*, Macmillan, Basingstoke, 1996.
- \_\_\_\_\_ (ed.), *19th-Century Germany: Politics, Culture and Society, 1780-1918*, Arnold, Londres, 2001.
- BRIDGE, G. e S. Watson (eds.), *A Companion to the City*, Blackwell, Oxford, 2003.
- BRINCKER, B. et al., «Seventh Nations and Nationalism Debate: Joep Leerssen's *National Thought in Europe: A Cultural History*», *Nations and Nationalism*, vol. 19, n.º 3, 2013, pp. 409-433.
- BROWN, Kathleen M., *Wives, Nasty Wenches & Anxious Patriarchs: Gender, Race and Power in Colonial Virginia*, The University of North Carolina Press, North Carolina, 1996.
- BRUNEL, Pierre (ed.), *Dictionnaire des Mythes Littéraires*, Éditions du Rocher, Paris, 1988.
- \_\_\_\_\_ (ed.), *Dictionnaire des Mythes d'Aujourd'Hui*, Éditions du Rocher, Paris, 1999.
- BRUNO, José Pereira de Sampaio, *Portuenses Ilustres*, vol. 3, Livraria Magalhães e Moniz, Porto, 1908.
- BUCK, Paul, *Lisbon: A Cultural and Literary Companion*, Signal Books, Oxford, 2002.
- BUESCU, Ana Isabel, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, INIC, Lisboa, 1987.
- \_\_\_\_\_, «A *Confessio Amantis* de John Gower na Livraria

- do Rei D. Duarte», in Maria Leonor Machado de Sousa (dir.), *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses-FCSH/NOVA, Lisboa, 2001, pp. 67-75.
- BUESCU, Ana Isabel e David Felismino (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal*, Temas e Debates, Lisboa, 2011.
- BUESCU, Helena Carvalhão, «Heróis, Romances e Histórias: A Propósito do Presbítero Eurico», *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, n.º 11, 1992-1994, pp. 193-206.
- \_\_\_\_\_, «A Horizontal e a Vertical do Nacionalismo Garrettiano», in Fernando Cristóvão (ed.), *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 83-87.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Medievalismo», in Helena Carvalhão Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997, pp. 310-313.
- \_\_\_\_\_, «Socio-Institutional Literary Practices in Portuguese Romanticism», in Miguel Tamen e Helena Carvalhão Buescu (eds.), *A Revisionary History of Portuguese Literature*, Garland Publishing, Nova Iorque, 1999, pp. 93-104.
- \_\_\_\_\_, *Grande Angular: Comparatismo e Práticas de Comparação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Literatura Comparada», in Carlos Ceia (coord.), *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, <<http://www.edtl.com.pt>> (acesso em 22-09-2013).
- BULFINCH, Thomas, *Bulfinch's Medieval Mythology: The Age of Chivalry*, Dover Publications, Mineola, 2004.
- BULLOUGH, Vern L., «On Being Male in the Middle Ages», in C. A. Lees (ed.), *Medieval Masculinities: Regarding Men in the Middle Ages*, University of Minnesota, Minneapolis, 1994, pp. 31-46.
- BURKE, Peter, «Foundation Myths and Collective Identities in Early Modern Europe», in Bo Stråth (ed.), *Europe and the Other and Europe as the Other*, Peter Lang, Bruxelas, 2010, pp. 113-122.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «Portugal e a Europa: Diferenças e Semelhanças», *Análise Social*, vol. 27:118-119, 1992, pp. 943-954.
- CAETANO, Marcelo, *Portugal e a Internacionalização dos Problema Africanos*, Edições Ática, Lisboa, 1971.
- CALAFATE, Pedro (ed.), *Portugal como Problema, Século XIX: Decadência*, Fundação Luso-Americana/Público, Lisboa, 2006.
- CALDICOTT, Eric e Anne Fuchs, «Introduction», in Eric Caldicott e Anne Fuchs (eds.), *Cultural Memory: Essays on European Literature and History*, Peter Lang, Oxford, 2003, pp. 11-32.
- CAMPBELL, Joseph, *The Hero with a Thousand Faces*, Princeton University Press, Princeton, 1968.
- CAMPBELL, Joseph e Bill Moyers, *The Power of Myth*, Anchor Books, Nova Iorque, 1991.
- CANARY, Robert A. e Henry Kozicki (eds.), *The Writing of History: Literary Form and Historical Understanding*, University of Wisconsin Press, Madison, 1978.
- CARPENTER, Jennifer e Sally-Beth MacLean (eds.), *Power of the Weak: Studies on Medieval Women*, University of Illinois Press, Champaign, 1995.
- CARRÉ, Jean-Marie, *Images d'Amérique*, Lardanchet, Lyon, 1927.
- \_\_\_\_\_, *Les Écrivains Français et le Mirage Allemand (1800-1940)*, Paris, Boivin, 1947.
- CARVALHO, Joaquim de, *Compleição do Patriotismo Português*, Atlântida, Lisboa, 1953.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, *A Nossa Aliada!*, Tipografia de António Henriques Morgado, Porto, 1883.
- CASAL, Manuel V. Veiga, «Seia e os Doze de Inglaterra», *Altitude*, ano 1-2, n.º 10-12, 1941-1942, pp. 22-25 e 34-36.
- CAVALIERE, Mauro, «Ficção e História n'Os Lusíadas: O Marinheiro Veloso como Personagem e como Narrador», *Acta Universitatis Stockholmiensis*, 19, 1999, 8 pp., disponível online: <<http://su.diva-portal.org/smash/record.jsf?searchId=1&pid=diva2:352839>> (acesso 12-12-2011).
- CEIA, Carlos, *O Que é Afinal o Pós-Modernismo?*, Edições Século XXI, Lisboa, 1999.
- \_\_\_\_\_, «Para a Definição do Conceito de Estudos Anglo-Portugueses», in Maria L. M. de Sousa (dir.), *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, FCSH/NOVA, Lisboa, 2001, pp. 97-102.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Ekphrasis», in Carlos Ceia (ed.), *E-Dicionário de Termos Literários*, <<http://www.edtl.com.pt>> (acesso 12-01-2011).
- CENTENO, Yvette Kace (cord.), *Portugal: Mitos Revisitados*, Edições Salamandra, Lisboa, 1993.
- CHAUVIN, D. (ed.), *Iris: Mythe et Nation*, Centre de Recherche sur l'Imaginaire, Université de Grenoble III, Grenoble, 1995.
- CHAVES, Pedro Castelo Branco, *Teófilo Braga e o Nacionalismo*, Lisboa, Seara Nova, 1935.
- CHEW, William L., «What's in a National Stereotype? An Introduction to Imagology at the Threshold of the 21st Century», *Language and Intercultural Communication*, vol. 6, n.º 3-4, 2006, pp. 179-187.
- CHILDS, Wendy R., «Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century», in James L. Gillespie (ed.), *The Age of Richard II*, Sutton Publishing, Stroud, 1997, pp. 27-49.
- CHORA, Ana Margarida, «Os Cavaleiros do Graal e o Anti-Heroísmo Hagiográfico», *Medievalista*, n.º 12, Julho-Dez. 2012: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/chora1208.html>> (acesso 07-05-

- 2013).
- CIDADE, Hernâni, «[Recensão Crítica] *Relação ou Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*», *Boletim de Filologia*, tomo 4, fascículos 1-2, 1936, pp. 201-202.
- \_\_\_\_\_, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Sá da Costa, Lisboa, 1948.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Camões, Luís Vaz de», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 136-139.
- CLARIDGE, Laura e Elizabeth Langland (eds.), *Out of Bounds: Male Writers and Gender(ed) Criticism*, University of Massachusetts Press, Amherst, 1990.
- CLARO, João, *A Aliança Inglesa (História e Fim de Um Mito)*, Editorial Liberta, Lausanne, 1943.
- COELHO, Jacinto do Prado, s.v. «Braga, Teófilo», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, vol. 1, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 119-121.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Doze de Inglaterra», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, vol. 1, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 274-275.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Neogarrettismo», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, vol. 3, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 711-714.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Portugal, D. Francisco de», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, vol. 3, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 851-852.
- COELHO, Maria Teresa Pinto, *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, Cosmos, Lisboa, 1996.
- \_\_\_\_\_, *Ilhas, Batalhas e Aventura: Imagens de África no Romance de Império Britânico do Último Quartel do Século XIX e Início do Século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.
- COHEN, Tom, *Ideology and Inscription: "Cultural Studies" after Benjamin, De Man, and Bakhtin*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.
- COLERIDGE, *Biographia Literaria. Chapters I-IV, XIV-XXII: Wordsworth Prefaces and Essays on Poetry 1800-1815*, Cambridge University Press, Cambridge, 1920.
- COLLINS, Hugh E. L., *The Order of the Garter, 1348-1461: Chivalry and Politics in Late Medieval England*, Clarendon Press, Oxford, 2000.
- CONNEL, R. W., *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, Polity Press, Cambridge, 1993.
- \_\_\_\_\_, «Gender as a Structure of Social Practice (1995)», in Linda McDowell e Joanne P. Share (eds.), *Space, Gender, Knowledge, Feminist Readings*, Arnold, Londres, 1997, pp. 44-52.
- CONTAMINE, Philippe, *Les Chevaliers*, Tallandier, Paris, 2006.
- CONVERSI, Danielle, «Reassessing Theories of Nationalism. Nationalism as a Boundary Maintenance and Creation», *Nationalism and Ethnic Politics*, vol. 1, n.º 1, 1995, pp. 73-85.
- CORDEIRO, Luciano, «A Questão do Zaire», *Revista de Estudos Livres*, vol. 1, n.º 6, 1883-1884, pp. 260-263.
- CORTESÃO, Armando, «A História do Descobrimento das Ilhas da Madeira por Roberto Machim em Fins do Século XIV», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 23, 1973, pp. 292-409.
- CORTESÃO, Jaime, *O Humanismo Universalista dos Portugueses*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.
- COSTA, Fernando, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.
- \_\_\_\_\_, «A Política Externa: do Ultimatum à República», in Fernando Martins (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Edições Colibri, Lisboa, 2001, pp. 45-67.
- COUTO, Digo de, *Década VIII*, Livraria São Carlos, Lisboa, 1974.
- CRANG, Mike, *Cultural Geography*, Routledge, Londres, 1998.
- CRISÓSTOMO, Pedro, «Governo Espanhol: "Não Somos Portugal, não Somos a Grécia"», *Público*, 06-07-2011, versão online: <[http://www.publico.pt/economia/noticia/governo-espanhol-nao-somos-portugal-nao-somos-a-grecia\\_1501682](http://www.publico.pt/economia/noticia/governo-espanhol-nao-somos-portugal-nao-somos-a-grecia_1501682)> (acesso 01-03-2012).
- CRISTÓVÃO, Fernando, «Porquê este Simpósio sobre Regionalismo e Nacionalismo?», in Fernando Cristóvão (ed.), *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 13-20.
- CRUZ-ORTIZ, Jaime, «Jacinto Cordeiros' *El Juramento antes Dios y Lealtad contra el Amor*: A Critical Edition», tese de doutoramento, Universidade de Oklahoma, Norman, 2009.
- CUENCA, Luis Alberto de, *Floresta Española de Varia Caballería*, Editora Nacional, Madrid, 1975.
- CUNHA, Carlos Manuel F. da, s.v. «Braga, Teófilo (Camonista)», in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*, Caminho, Lisboa, 2011, pp. 101-107.
- CUNHA, Celso Ferreira da, s.v. «Lirismo. Época Medieval. Géneros e Subgéneros», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 2, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 539-541.
- DAEMRICH, Horst S. e Ingrid Daemrich, *Themes and Motifs in Western Literature: A Handbook*, Francke Verlag, Tübingen, 1987.
- DAHL, Julie M., «Suicidal Spaniards in Moody Portugal and Other Helpful Stereotypes: Imagology and Luso-Hispanic Cultural Studies», *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, vol. 15, 2011, pp. 23-40.
- DARDELL, Eric, «The Mythic», in Alan Dundes (ed.),

- Sacred Narrative: Readings in the Theory of Myth*, University of California Press, Berkeley, 1984, pp. 225-243.
- DATTA, Venita, *Heroes and Legends of Fin-de-Siècle France: Gender, Politics, and National Identity*, Cambridge University Press, Cambridge, 2010.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia, «Imagens da Alemanha nos Jornais e Revistas Literárias da Geração de Coimbra (1858/59-1865/66)», *Colóquio/Letras*, 123-124, Janeiro-Junho 1992, pp. 26-36.
- A Demanda do Santo Graal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1995.
- DETIENNE, Marcel, *L'Invention de la Mythologie*, Gallimard, Paris, 1981.
- DIAS, Jill e Valentim Alexandre, *O Império Africano, 1825-1890*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.
- DIAS, Jorge, *Estudos do Carácter Nacional*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1971.
- \_\_\_\_\_, *O Essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.
- DÍAZ-TOLEDO, Aurélio Vargas, «Os Livros de Cavalarias Renascentistas nas Histórias da Literatura Portuguesa», *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3, 2006, pp. 233-247.
- DOLEŽEL, Lubomír, «Mimesis and Possible Worlds», *Poetics Today*, vol. 9, n.º 3, 1988, pp. 475-496.
- \_\_\_\_\_, «Fictional and Historical Narrative: Meeting the Postmodernist Challenge», in David Herman (ed.) *Narratologies: New Perspectives and Narrative Analysis*, Ohio State University Press, Columbus, 1999, pp. 247-273.
- DROBNICK, Jim, *The Smell Culture Reader*, Berg, Oxford, 2006.
- DUARTE, Luís Miguel, «Crimes do Mar e Justiça da Terra», *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 8, 1991, pp. 43-73.
- DUBOIS, C.-G. (ed.), *L'Imaginaire de la Nation (1792-1992): Colloque Européen de Bordeaux*, Presses Universitaires de Bordeaux, Talence, 1991.
- DUBY, Georges, *Hommes et Structures du Moyen Âge*, Mouton, Paris, 1973.
- \_\_\_\_\_, *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1987.
- DURAND, Gilbert, «O Imaginário Português e as Aspirações do Ocidente Cavaleiresco», trad. Ana Isabel Buescu, in AA. VV. *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986, pp. 9-21.
- DYSERINCK, Hugo, «La Dimension Imagologique du Comparatisme Littéraire. Ses Origines Franco-Allemandes et Son Actualité Intercontinentale», in II Jornadas Nacionales de Literatura Comparada, Centro de Literatura Comparada, Universidad Nacional de Cuyo, vol. 1, 1997, pp. 83-106.
- \_\_\_\_\_, «Imagology and the Problem of Ethnic Identity», *Intercultural Studies: Scholarly Review of the International Association of Intercultural Studies*, vol. 1, Primavera 2003, edição online: <<http://www.intercultural-studies.org/ICS1/Dyserinck.shtml>> (acesso 12-10-2012).
- \_\_\_\_\_, «O Problema das *Images* e *Mirages* e Sua Pesquisa no Âmbito da Literatura» [1966], trad. Karola Zimmer, in Celeste Ribeiro de Sousa (org.), *Imagologia: Coletânea de Ensaios de Hugo Dyserinck I*, 2005, pp. 1-11, edição online: <[http://www.rellibra.com.br/sumario\\_imalogia2.html](http://www.rellibra.com.br/sumario_imalogia2.html)> (acesso 05-08-2010).
- \_\_\_\_\_, «Sobre o Desenvolvimento da Imagologia Literária» [1988], trad. Jael Glauce da Fonseca, in Celeste Ribeiro de Sousa (org.), *Imagologia: Coletânea de Ensaios de Hugo Dyserinck I*, 2005, pp. 39-48, edição online: <[http://www.rellibra.com.br/sumario\\_imalogia2.html](http://www.rellibra.com.br/sumario_imalogia2.html)> (acesso 05-08-2010).
- EAGLETON, Terry, *Ideology: An Introduction*, Verso, Londres, 1991.
- ECO, Umberto, «Possible Worlds and Text Pragmatics: 'Un Drame bien Parisien'», *Versus*, n.º 19-20, 1978, pp. 5-72.
- \_\_\_\_\_, *Seis Passeios nos Bosques da Ficção*, Difel, Algés, 1997.
- \_\_\_\_\_, *Apostillas a El Nombre de la Rosa*, Editorial Lumen, Barcelona, 2000.
- EDERSON, Tim, *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, Berg, Oxford, 2002.
- ELIADE, Mircea, *Myths, Dreams and Mysteries: The Encounter between Contemporary Faiths and Archaic Reality*, Fontana, Londres, 1970.
- ELLIOT, T. S., *Selected Prose of T. S. Eliot*, Harcourt Brace Jovanovich, Nova Iorque, 1975.
- ENGEN, T., *The Perception of Odors*, Academic Press, Nova Iorque, 1982.
- ENGEN, T. e B. M. Ross, «Long Term Memory of Odors with and without Verbal Descriptions», *Journal of Experimental Psychology*, vol. 100, 1973, pp. 221-27.
- ENTWISTLE, William J., *A Lenda Arturiana nas Literaturas da Península Ibérica*, trad. António A. Dória, Imprensa Nacional, Lisboa, 1942.
- ENTWISTLE, William J. e P. E. Russell, «A Rainha D. Felipa e Sua Corte», in AA. VV., *Congresso do Mundo Português*, vol. 2, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940, pp. 317-346.
- ERICKSON, Peter, *Rewriting Shakespeare, Rewriting Ourselves*, University of California Press, Berkeley, 1991.
- EYSTUROY, Annie O., *Daughters of Self-Creation: The Contemporary Chicana Novel*, University of New Mexico Press, Albuquerque, 1996.
- FÄLT, Olavi K., «Introduction», in Kari Alenius, Olavi

- K. Fält e Seija Jalagin (eds.), *Looking at the Other: Historical Study of Images in Theory and Practise*, Oulun Yliopisto, Oulun, 2002, pp. 7-11.
- \_\_\_\_\_, «Theoretical Roots of the Study of Historical Images», in Kari Alenius, Olavi K. Fält e Markus Mertaniemi (eds.), *Imagology and Cross-Cultural Encounters in History*, Pohjois-Suomen Historiallinen Yhdistys, Rovaniemi, 2008, pp. 37-43.
- FARIA, Tiago Viúla de, «Pela “Santa Garrotea”: Ofício Cavaleiresco nas Vésperas de Alfarozeira», in Alexandre de Sousa Pinto (ed.), *XIV Colóquio de História Militar: Portugal e os Conflitos Militares Internacionais*. Actas, vol. 2, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2005, pp. 61-86.
- \_\_\_\_\_, «Por proll e serviço do reino»? O Desempenho dos Negociantes Portugueses no Tratado de Windsor e Suas Consequências nas Relações com Inglaterra», in M. H. C. Coelho, S. A. Gomes e A. M. R. Rebelo (eds.), *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: A Guerra e a Sociedade na Idade Média*, vol. 2, Sociedades Portuguesa e Espanhola de Estudos Medievais, Batalha, 2009, pp. 209-227.
- \_\_\_\_\_, «Tracing the “Chemyn de Portyngale”: English Service and Servicemen in Fourteenth-Century Portugal», *Journal of Medieval History*, vol. 37, 2011, pp. 257-68.
- \_\_\_\_\_, «Comunicação Visual e Relações Externas: Abordagens a Partir do Caso Anglo-Português», in Maria Lurdes Rosa e Miguel M. Seixas (eds.), *Estudos de Heráldica Medieval*, Caminhos Romanos, Lisboa, 2012, pp. 211-24.
- \_\_\_\_\_, «The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages», tese de doutoramento, Universidade de Oxford, Oxford, 2012.
- FARIA, Tiago Viúla de e Flávio Miranda, «“Pur bonne alliance et amiste faire”: Diplomacia e Comércio entre Portugal e Inglaterra no Final da Idade Média», *Cultura, Espaço e Memória*, vol. 1, 2010, pp. 109-27.
- FARO, J., *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: Subsídios Documentais*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1965.
- FERNANDES, Luís Martins, *Expressões da Identidade Nacional em Miguel Torga*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2011.
- FERNANDES, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque: Um Soldado ao Serviço do Império*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2010.
- FERREIRA, Frei João, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965.
- FERREIRA, Joaquim, *Camões: Dúvidas e Acertos*, Domingos Barreira, Porto, 1960.
- FERRELL, William K., *Literature and Film as Modern Mythology*, Praeger Publishers, Westport, 2000.
- FERRIER-CAVERIVIÈRE, Nicole, «Figures Historiques et Figures Mythiques», in Pierre Brunel (dir.), *Dictionnaire des Mythes Littéraires*, Éditions du Rocher, Paris, 1988, pp. 603-611.
- FIGUEIREDO, Fidelino, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1987.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore, *A Novellística Portuguesa do Século XVI*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1978.
- FIRCHOW, Peter, «The Nature and Uses of Imagology», in Mario J. Valdés (ed.), *Toward a Theory of Comparative Literature*, Peter Lang, Nova Iorque, 1990, pp. 135-142.
- FISH, Stanley E., *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretative Communities*, Harvard University Press, Cambridge-Massachusetts, 1980.
- FLEISHMAN, Avrom, *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*, The John Hopkins Press, Baltimore, 1972.
- FLORI, Jean, *La Chevalerie*, Éditions Jean-Paul Gisserot, Paris, 2004.
- FONSECA, João Ferreira da, *Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço: O Cavaleiro e o Seu Tempo*, Quartzto Editora, Viseu, 2013.
- FONSECA, Luís Adão da, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.
- FONTVIEILLE, Jean, «A Lenda de Machim. Une Découverte Bibliographique à la Bibliothèque Musée du Palais Ducal de Bragança a Vila Viçosa (Portugal)», in AA. VV., *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. 3, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960, pp. 197-238.
- FOSS, Michael, *Chivalry*, Michaele Joseph, Londres, 1975.
- FOUCAULT, Michel, «Des Espaces Autres», *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.º 5, 1984, pp. 46-49.
- FULBROOK, Mary, «Myth-Making and National Identity: The Case of the G.D.R.», in Geoffrey Hosking e George Schöpflin (ed.), *Myths and Nationhood*, Routledge, Nova Iorque, 1997, pp. 72-87.
- FRANK, R., «Qu’Est-Ce Qu’Un Stéréotype?», in J.-N. Jeanneney, *Une Idée Fausse Est aussi Un Fait Vrai: Les Stéréotypes Nationaux en Europe*, Odile Jacob, Paris, 2000, pp. 17-26.
- FRAZÃO, Fernando (ed.), *Lendas Portuguesas*, Amigos do Livro, Lisboa, 1982.
- FRÈCHES, Claude-Henri, «Le Théâtre Néo-Latin au Portugal. Histoire et Actualité dans le Tragicomédies du XVIII<sup>e</sup> Siècle», *Euphrosyne: Revista de Filologia Clássica*, n.º 2, 1968, pp. 87-131.
- FREEDMAN, William, «The Literary Motif», in M. J.

- Hoffman e P. D. Murphy (eds.), *Essentials of the Theory of Fiction*, Duke University Press, Durham-Carolina do Norte, 1996, pp. 200-212.
- FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973.
- FREITAS, Maria Teresa de, *Literatura e História: O Romance Revolucionário de André Malraux*, Atual, São Paulo, 1986.
- GARRETT, Stephanie, *Gender*, Routledge, Londres, 1992.
- GAYO, Manuel José da C. Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 vols., Pax, Braga, 1992.
- GEARY, Patrick J., *The Myth of Nations*, Princeton University Press, Princeton, 2002.
- GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, Harper Collins, Nova Iorque 1973.
- GELLNER, Ernest, *Nations and Nationalism*, Blackwell, Londres, 1983.
- GENETTE, Gérard, *Palimpsestes: La Littérature au Second Degré*, Éditions du Seuil, Paris, 1982.
- \_\_\_\_\_, *Seuils*, Éditions du Seuil, Paris, 1987.
- \_\_\_\_\_, «Fictional Narrative, Factual Narrative», *Poetics Today*, vol. 11, n.º 4, 1990, pp. 755-774.
- GENNEP, Arnold van, *The Rites of Passage*, Chicago University Press, Chicago, 1960.
- GOFF, Jacques Le, *O Imaginário Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- GERSON, Judith e Kathy Peiss, «Boundaries, Negotiation, Consciousness: Deconceptualizing Gender Relations», in Michael Kimmel (ed.), *The Gender Society Reader*, Oxford University Press, Oxford, 2004, pp. 114-125.
- GIL, José, *Portugal, hoje: O Medo de Existir*, Relógio d'Água, Lisboa, 2005.
- GILCHRIST, Roberta, *Gender and Archaeology: Contesting the Past*, Routledge, Londres, 1999.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Difel, Lisboa, 1990.
- GONÇALVES, Iria, «Viajar na Idade Média: Através da Península em Meados do Século XIV», *Arquipélago: Série Ciências Humanas*, vol. 2, 1980, pp. 119-142.
- GONZALEZ, Christophe, «Le Dramaturge Jacinto Cordeiro et Son Temps», tese de doutoramento, Universidade de Provence, Aix-en-Provence, 1987.
- \_\_\_\_\_, «Héroïsme Lusitanien et Comédie Espagnole: *Los Doce de Ingalaterra*, de Jacinto Cordeiro», *Taira*, vol. 7, 1995, pp. 55-87.
- \_\_\_\_\_, «De la Comédie Espagnole aux Textes Anti-Castillans, l'itinéraire d'Un Dramaturge Portugais entre la Monarchie Dualiste et la Restauration: Jacinto Cordeiro», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 44, 2002, pp. 183-197.
- GOODMAN, Anthony, *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*, St. Martin, Londres, 1992.
- GORSKI, Philipp, «The Mosaic Moment: An Early Modernist Critique of Modernist Theories of Nationalism», *American Journal of Sociology*, vol. 105, n.º 5, 2000, pp. 1428-68.
- GOSSMAN, Lionel, *Between History and Literature*, Harvard University Press, Cambridge-Massachusetts, 1990.
- GRAF, Fritz, *Greek Mythology: An Introduction*, The John Hopkins University Press, Baltimore, 1996.
- GRAZIA, Margreta de, *Shakespeare Verbatim: The Reproduction of Authenticity and the 1790 Apparatus*, Oxford, Clarendon Press, 1991.
- GUEDES, Armando Marques, *A Aliança Inglesa: Notas de História Diplomática (1373-1943)*, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1943.
- GUERRA, Amílcar e Carlos Fabião, «Viriato: Genealogia de Um Mito», *Penélope: Fazer e Desfazer História*, n.º 8, 1992, pp. 9-23.
- GUILL, James H., *A History of the Azores Islands*, vol. 5, sem editora, Menlo Park, 1972.
- GUIMARÃES, Ângela, *Uma Corrente do Colonialismo Português: A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
- GUREVITCH, Aaaron, *Les Catégories de la Culture Médiévale*, Gallimard, Paris, 1983.
- GUSDORF, Georges, «Romantismo e Cavalaria», in AA. VV. *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, INIC, Lisboa, 1986, pp. 193-216.
- GUSMÃO, Manuel, «Da Literatura enquanto Construção Histórica», in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (org.), *Floresta Encantada: Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2001, pp. 181-224.
- \_\_\_\_\_, «Da Literatura enquanto Configuração Histórica do Humano», in Maria de Fátima Marinho e Francisco Topa (coord.), *Literatura e História: Actas do Colóquio Internacional*, vol. 1, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 309-319.
- GUYARD, Marius-François, *La Littérature Comparée*, Presses Universitaires de France, Paris, 1951.
- HALL, Stuart, *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Sage-Open University, Londres, 1997.
- HARDIN, James N., *Reflection and Action: Essays on the Bildungsroman*, University of South Carolina Press, Columbia, 1991.
- HARPER-BILL, Christopher e Ruth Harvey (eds.), *The Ideals and Practice of Medieval Knighthood: Papers from the First and Second Strawberry Hill Conferences*, The Boydell Press, Woodbridge, 1986.
- HARSHAW, Benjamim, «Fictionality and Fields of

- Reference», *Poetics Today*, vol. 5, n.º 2, 1984, pp. 227-251.
- HASTINGS, Adrian, *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- HAWKES, David, *Ideology*, Routledge, Londres, 2003.
- HEARN, J., *Rethinking Nationalism: A Critical Introduction*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2006.
- HEERS, Jacques, *Fêtes, Jeux et Joutes dans les Sociétés d'Occident à la Fin du Moyen-Âge*, Librairie J. Vrin, Paris, 1982.
- HERCULANO, Alexandre, «Novelas de Cavalaria Portuguesas: *Amadis de Gaula*», in *Opúsculos*, tomo 9, Antiga Casa Bertrand, Lisboa, 1909, pp. 86-114.
- HERMAN, David (ed.), *Narratologies: New Perspectives and Narrative Analysis*, Ohio State University Press, Columbus, 1999.
- HOBSBAWM, Eric e Terence Ranger (ed.), *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983.
- HOLMSTROM, Nancy, «Race, Gender, and Human Nature», in Dina Anselmi et alii (eds.), *Questions of Gender: Perspectives and Paradoxes*, McGraw Hill, Londres, 1998, pp. 97-105.
- HOMEM, Amadeu de Carvalho, «Memória sobre as Causas do Ultimato Inglês de 1890», *Biblos*, vol. 59, 1985, pp. 454-471.
- \_\_\_\_\_, «Diplomacia e Diplomatas nos Finais da Idade Média. A Propósito de Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-Mor (1374-99) e Negociador do Tratado de Windsor», in AA. VV., *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Instituto de Estudos Ingleses-Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1988, pp. 221-240.
- \_\_\_\_\_, *A Ideia Republicana em Portugal: O Contributo de Teófilo Braga*, Minerva, Coimbra, 1989.
- \_\_\_\_\_, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1990.
- \_\_\_\_\_, «O "Ultimatum" Inglês de 1890 e a Opinião Pública», *Revista de História das Ideias*, vol. 14: *Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional*, 1992, pp. 281-296.
- HONKO, Lauri, «The Problem of Defining Myth», in Alan Dundes (ed.), *Sacred Narrative: Readings in the Theory of Myth*, University of California Press, Berkeley, 1984, pp. 41-52.
- HORÁCIO, *Arte Poética*, trad. Raúl M. Rosado Fernandes, Editorial Inquérito, Lisboa, 1992.
- HOSKING, G. e G. Schöpflin (eds.), *Myths and Nationhood*, Routledge, Nova Iorque, 1997.
- HUET-BRICHARD, Marie-Catherine, *Littérature et Mythe*, Hachette, Paris, 2001.
- HUIZINGA, Johan, *O Declínio da Idade Média: Um Estudo das Formas de Pensamento e Arte em França e nos Países Baixos nos Séculos XIV e XV*, trad. Augusto Abelaira, Ulisseia, Lisboa, 1962.
- HUTCHEON, Linda, *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*, Routledge, Londres, 1988.
- HUTCHINSON, John, *The Dynamics of Cultural Nationalism*, Allen & Unwin, Londres, 1987.
- IRIMIAS, Eugenia, «Behavioural Stereotypes in Intercultural Communication», *Philologica: Studies on Imagology*, vol. 3, n.º 2, 2011, pp. 167-174.
- ISER, Wolfgang, «Indeterminacy and the Reader's Response to Prose Fiction», in J. Hillis Miller (ed.), *Aspects of Narrative*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1971, pp. 1-45.
- \_\_\_\_\_, *The Implied Reader: Patterns of Communication in Prose Fiction from Bunyan to Beckett*, John Hopkins University Press, Baltimore, 1974.
- \_\_\_\_\_, *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response*, John Hopkins University Press, Baltimore, 1978.
- \_\_\_\_\_, *Prospecting: From Reader to Literary Anthropology*, John Hopkins University Press, Baltimore, 1993.
- \_\_\_\_\_, «Os Atos de Fingir ou o que é Fictício no Texto Ficcional», in L. Costa Lima (ed.), *Teoria da Literatura em Suas Fontes*, vol. 2, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983, pp. 384-416.
- JACOBS, Naomi, *The Character of Truth: Historical Figures in Contemporary Fiction*, Southern Illinois University Press, Carbondale, 1999.
- JAMESON, Frederic, *The Political Unconsciousness Narrative as a Socially Symbolical Act*, in Michael McKeon (ed.), *A Critical Anthology: Theory of the Novel. A Historical Approach*, The John Hopkins University Press, Baltimore, 2000, pp. 404-413.
- JAY, P., *Global Matters: The Transnational Turn in Literary Studies*, Cornell University Press, Ithaca, 2010.
- JEANNENEY J.-N., *Une Idée Fausse Est aussi un Fait Vrai: Les Stéréotypes Nationaux en Europe*, Odile Jacob, Paris, 2000.
- JOÃO, Maria Isabel da Conceição, «Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)», 2 vols., tese de doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, 1999.
- JOHNSON, A. W., «Imagology, Literature, and the Writing of History: Shakespeare's *Tempest* and the Iconospheres of *Prospero's Books*», in Kari Alenius, Olavi K. Fält e Markus Mertaniemi (eds.), *Imagology and Cross-Cultural Encounters in History*, Pohjois-Suomen Historiallinen Yhdistys, Rovaniemi, 2008, pp. 9-24.
- JONES, Catherine, *Literary Memory: Scott's Waverley Novels and the Psychology of Narrative*, Bucknell University Press, Lewisburg, 2003.
- JOUKOVSKY, Françoise, *La Gloire dans la Poésie Française*, Librairie Droz, Genebra, 1969.
- KAEUPER, Richard, *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, Oxford University Press, Oxford, 2002.
- KATZNELSON, Ira e Gareth Stedman Jones (ed.),

- Religion and the Political Imagination*, Cambridge University Press, Cambridge, 2010.
- KERR, James, *Fiction Against History: Scott as Storyteller*, Cambridge University Press, Cambridge, 1989.
- KERMODE, Frank, «Secrets and Narrative Sequence», in W. J. T. Mitchell (ed.), *On Narrative*, The University of Chicago Press, Chicago, 1981, pp. 79-97.
- KLEINERT, S., «Le Construction de la Mémoire dans le Nouveau Roman Historique et la Métafiction Historiographique des Littératures Romances», in H. van Gorp e U. Musarra-Schroeder (eds.), *Genres as Repositories of Cultural Memory*, Atlanta GA, Amesterdão, 2000, pp. 137-149.
- KLOBUCKA, Anna, *The Formation of a National Myth*, Associated University Press, Londres, 2000.
- KÖHLER, Erich, *L'Aventure Chevalresque: Idéal et Réalité dans le Roman Courtois*, Gallimard, Paris, 1984.
- KOTLER, P., D. H. Haider e I. Rein, *Marketing Places*, The Free Press, Nova Iorque, 1993.
- KRISTEVA, Julia, *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*, trad. Thomas Gora et alii, Blackwell, Oxford, 1980.
- KRUS, Luís, «A Vivência Medieval do Tempo», in AA. VV., *Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. 1, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 343-355.
- , *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, Patrimonia Histórica, Cascais, 1994.
- KUIN, Simon, «Portuguese», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 220-223.
- LANCASTER, Roger N. e Micaela di Leonardo, *The Gender Sexuality READER: Culture, History, Political Economy*, Routledge, Londres, 1997.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval*, Coimbra Editora, Coimbra, 1973.
- LAWRENCE, Paul, *Nationalism: History and Theory*, Pearson, Londres, 2005.
- LEAL, Cunha, *Portugal e a Inglaterra*, Imprensa Moret, La Coruña, 1932.
- LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999.
- LEAL, João, «Em torno Desta Reedição», in Teófilo Braga, *Contos Tradicionais do Povo Português*, vol. 1, D. Quixote, Lisboa, 1999, pp. 13-19.
- , *Etnografias Portuguesas 1870-1970: Cultura Popular e Identidade Nacional*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.
- LEE, Debbie e Tim Fulford, «The Beast Within: The Imperial Legacy of Vaccination in History and Literature», *History & Literature*, vol. 9, n.º 1, 2000, pp. 1-23.
- LEERSSEN, Joep, *Remembrance and Imagination: Patterns in the Historical and Literary Representation of Ireland in the Nineteenth Century*, Cork University Press, Cork, 1996.
- , «The Rhetoric of National Character: A Programmatic Survey», *Poetics Today*, vol. 21, n.º 2, 2000, pp. 267-292.
- , «The Cultivation of Culture: Towards a Definition of Romantic Nationalism in Europe», *Working Papers European Studies*, vol. 2, Universidade de Amesterdão, Amesterdão, 2005.
- , *National Thought in Europe: A Cultural History*, Amsterdam University Press, Amesterdão, 2006.
- , «Images-Information-National Identity and National Stereotype: National Identity and National Stereotype», *Images*: <<http://www.imagologica.eu/leerssen>> (acesso 03-07-2013).
- , «Imagology: History and Method», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 17-32.
- , «Representation», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 415-418.
- , «Image», in Manfred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey*, col. «Studia Imagologica» n.º 13, Rodopi, Amesterdão, 2007, pp. 342-344.
- , «Cultural Nationalism from the Point of View of SPIN», *Study Platform on Interlocking Nationalisms*: <<http://www.spinnet.eu/cultural-nationalism>>, s./d. (acesso 05-02-2014).
- LEES, Clare A. (ed.), «Introduction», in Clare A. Lees (ed.), *Medieval Masculinities: Regarding Men in the Middle Ages*, University of Minnesota, Minneapolis, 1994, pp. xv-xxv.
- LEITE, António Pedro de Sousa, «A Capela dos Fitzalans no Castelo de Arundel Última Jazida de D. Beatriz, Filha de El-Rei D. João I, e a Sua Aia Inês de Oliveira», *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 4ª série, n.º 46/47, Setembro de 1973, pp. 103-109.
- LEMAIRE, Claudine et alii (dir.), *Isabelle du Portugal, Duchesse de Bourgogne (1397-1471): Catalogue d'Exposition, Chapel de Nassau, du 5 Octobre au 23 Novembre 1991. Études Iconographiques*, Bibliothèque Royale Albert I<sup>er</sup>, Bruxelas, 1991.

- LEOUSSI, Athena, «The Ethno-Cultural Roots of National Arts», *Nations and Nationalism*, vol. 10, n.º 1-2, 2004, pp. 143-158.
- LEVINAS, Emmanuel, *Totalité et Infini: Essais sur l'Extériorité*, Martinus Nijhoff, Boston, 1961.
- \_\_\_\_\_, *Entre Nous: Essais sur le Penser-à-l'Autre*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1993.
- \_\_\_\_\_, *Altérité et Transcendance*, Fata Morgana, Montpellier, 1995.
- LEVINGER, M. e P. Franklin-Lytle, «Myth and Mobilization: The Triad Structure of Nationalist Rhetoric», *Nation and Nationalism*, vol. 7, n.º 2, 2001, pp. 175-194.
- LEYENS, J.-Ph., V. Yzerbyt e G. Schadron, *Stéréotypes et Cognition Sociale*, Mardaga, Bruxelas, 1996.
- LINEHAN, Peter e Janet L. Nelson (eds.), *The Medieval World*, Routledge, Londres, 2001.
- LIPPMAN, Walter, *Public Opinion*, Transaction Publishers, New Brunswick, 1998.
- LIVRAMENTO, Marco, «Machim, quando a História Se Mistura com a Lenda», *Isleña*, n.º 47, 2010, pp. 115-136.
- LOBO, Eduardo de Barros (Beldemónio), *À Volta do Chiado*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1902.
- LODGE, David, *Modes of Modern Writing*, Edward Arnold, Londres, 1977.
- \_\_\_\_\_, «Analysis and Interpretation of the Realist Text», *Poetics Today*, vol. 1, n.º 4, 1980, pp. 5-22.
- \_\_\_\_\_, *Working with Structuralism: Essays and Reviews on Nineteenth-and-Twentieth-Century Literature*, Routledge and Kegan Paul, Londres, 1981.
- \_\_\_\_\_, *Language of Fiction*, Routledge, Londres, 1984.
- LÖFGREN, Orvar, «Landscapes and Mindscapes», *Folk*, vol. 31, 1989, pp. 183-208.
- \_\_\_\_\_, «The Nationalization of Culture», *Ethnologia Europea*, vol. 19, 1989, pp. 21-22.
- LOMAX, Derek W. e R. J. (eds.), *The English in Portugal: 1367-87: Extracts from the Chronicles of Dom Fernando and Dom Joao I, Fernão Lopes*, Aris & Philips, Warminster, 1988.
- LORENZ, C. e S. Berger (eds.), *Nationalizing the Past: Historians as Nation Builders in Modern Europe*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2010.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- \_\_\_\_\_, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1988.
- LUCAS, Maria Manuela, «A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)», *Revista de História das Ideias*, vol. 14: *Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional*, 1992, pp. 297-324.
- LYNCH, Kevin, *The Image of the City*, Harvard MIT Joint Center for Urban Studies, Cambridge-Massachusetts, 2000.
- A. T. de M. [colaborador não identificado], s.v. «Coutinho, Álvaro Gonçalves», in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Livraria Figueirinhas, Porto, 1984, p. 220.
- MAALOUF, Amin, *Identités Meurtrières*, Grasset, Paris, 1998.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Os Lusíadas e a História*, Editorial Verbo, Lisboa, 1979.
- \_\_\_\_\_, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geoplítica*, vol. 1, Tribuna da História, Lisboa, 2006.
- MACHADO, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Presença, Lisboa, 2001.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*, vol. 3, Atlântida Editora, Coimbra, 1967.
- MACHADO, Fernando Augusto, «Introdução», in Almeida Garrett, *Da Educação*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009, pp. 15-107.
- MAGALHÃES, José Calvet, «Portugal e Inglaterra: de D. Fernando ao Mapa Cor-de-Rosa (II)», *Janus*, 1999-2000: <[http://janusonline.pt/1999\\_2000/1999\\_2000\\_1\\_25.html#dados](http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_25.html#dados)> (acesso 02-10-2009).
- MAGNUSON, Paul, *Reading Public Romanticism*, Princeton University Press, Princeton, 1998.
- MALINOWSKI, Bronislaw, *Magia, Ciência e Religião*, Edições 70, Lisboa, 1984.
- MARAVALL, José Antonio, *La Cultura del Barroco*, Editorial Ariel, Barcelona, 1981.
- MARÇAL, Rafael, *A Primeira Aliança Portuguesa (Resumo Histórico da Aliança entre Portugal e a Inglaterra)*, Vida Mundial Editora, Lisboa, 1943.
- MARINHO, Maria de Fátima, *O Romance Histórico em Portugal*, Campo das Letras, Porto, 1999.
- \_\_\_\_\_, *Um Poço sem Fundo: Novas Reflexões sobre Literatura e História*, Campo das Letras, Porto, 2005.
- MARINHO, Maria de Fátima e Francisco Topa (coord.), *Literatura e História*, 2 vols., Universidade do Porto, Porto, 2004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1981.
- \_\_\_\_\_, «O Portugal do Tempo do Infante D. Pedro Visto por Estrangeiros (A Embaixada Bourguinhã de 1428-29)», *Biblos*, vol. 69, 1993, pp. 59-78.
- MARQUES, Gentil, *Lendas de Portugal*, Editorial Universus, Porto, 1962.
- MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a Sua História*, vol. 1, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988.
- MARTIN, G. H., «Introduction», in Henry Knighton, *Knighton's Chronicle 1337-1396*, trad. G. H. Martin,

- Oxford University Press, Oxford, 2004, pp. xv-lxxxii.
- MARTINEAU, Anne, «L'Image du Corps dans la Chanson de Geste», *Razo: Cahier du Centre d'Études Médiévales de Nice*, n.º 3, 1982, pp. 17-48.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, Portugal: *Identidade e Diferença: Aventuras da Memória*, Gradiva, Lisboa, 2007.
- MARTINS, Heitor, «Jacinto Cordeiro e *La Estrella de Sevilla* (Notas sobre a Ideologia Portuguesa durante a Monarquia Dual)», in AA. VV., *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 1963, vol. 4, s./ed., Coimbra, 1968, pp. 109-139.
- MARTINS, Júlio de Jesus, *Os Doze de Inglaterra*, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1956.
- MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*, Almedina, Coimbra, 2011.
- \_\_\_\_\_, *Guerreiros Medievais Portugueses*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2013.
- MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lello & Irmãos, Porto, 1983.
- \_\_\_\_\_, *História de Portugal*, Guimarães Editores, Lisboa, 1987.
- MARTINS, Rocha, *O Sangue de Inês de Castro*, edição do autor, Lisboa, s./d.
- MATE, Maris E., *Women in Medieval English Society*, Cambridge University Press, Cambridge, 1999.
- MATHEW, Gervase, *The Court of Richard II*, Murray, Londres, 1966.
- MATHIEU, N. C., «Sexes (Différenciation de)», in Pierre Bronte e Michel Izard (eds.), *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1992, pp. 660-664.
- MATOS, Sérgio Campos, «Heróis e Anti-Heróis de Uma Memória Histórica. Para a Caracterização dos Paradigmas de Heroísmo nos Manuais Escolares (1895-1939)», *Clio*, vol. 6, 1987-1988, pp. 39-77.
- \_\_\_\_\_, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.
- \_\_\_\_\_, «História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX», *Penélope: Fazer e Desfazer História*, n.º 8, 1992, pp. 51-71.
- \_\_\_\_\_, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.
- \_\_\_\_\_, «Historiografia e Intervenção Cívica em Portugal no Século XIX: De Herculano à I República», in Sérgio Matos Campos e Maria Isabel João (orgs.), *Historiografia e Memórias (Séculos XIX-XXI)*, CHFLUL, Universidade de Lisboa-CEMRI, Universidade Aberta, Lisboa, 2012, pp. 153-166.
- MATOS, Vitalina Leal de, s.v. «Biografia de Luís de Camões», in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*, Caminho, Lisboa, 2011, pp. 80-94.
- MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Estampa, Lisboa, 1981.
- \_\_\_\_\_, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Guimarães Editores, Lisboa, 1982.
- \_\_\_\_\_, *Portugal Medieval: Novas Interpretações*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.
- \_\_\_\_\_, «Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade», in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Editorial Estampa, Lisboa, 1987, pp. 355-371.
- \_\_\_\_\_ (coord.), *História de Portugal*, vol. 2: *A Monarquia Feudal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.
- \_\_\_\_\_, *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Identificação de Um País: Oposição*, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2001.
- MAURÍCIO, Domingos, «O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria», *Brotéria*, vol. 68, n.º 1, 1959, pp. 17-37.
- MCALPINE, Monica, *The Chaucer's Bibliographies: Chaucer's Knights Tale, An Annotated Bibliography 1900 to 1985*, University of Toronto Press, Toronto, 1991.
- MCCRACKEN, Peggy, *The Curse of Eve, the Wound of the Hero: Blood, Gender, and Medieval Literature*, University of Pennsylvania Press, Filadélfia, 2003.
- MCDUGALL, Russell, «The Body as Cultural Signifier», in Bill Ashcroft et alii (eds.), *A Post-Colonial Handbook*, Routledge, Londres, 1995, pp. 336-340.
- McEWAN, Neil, *Perspective in British Historical Fiction Today*, Macmillan, Londres, 1987.
- McGARTY, C. et alii (ed.), *Stereotypes as Explanation: The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.
- McHALE, Brian, «Beginning to Think about Narrative in Poetry», *Narrative*, vol. 11, n.º 1, 2009, pp. 11-27.
- MEADE, Theresa A. e Merry E. Wiesner Hanks (eds.), *A Companion to Gender History*, Blackwell, Oxford, 2004.
- MEDINA, João, «Zé-Povinho e Camões: Dois Pólos da Prototopia Nacional», *Colóquio/Letras*, n.º 89, Janeiro de 1986, pp. 11-21.
- MELMAN, Billie, *The Culture of History: English Uses of the Past, 1800-1953*, Oxford University Press, Oxford, 2006.
- MENDES, Ana Paula Coutinho, «Representação do Outro e Identidade Um Estudo de Imagens na Narrativa de Viagens – II Imagologia Literária: Contornos Históricos e Princípios Metodológicos», *Cadernos de Literatura Comparada*, vol. 1, 2000, pp. 93-100.
- MENDES, Ana Paula Coutinho, M. Fátima Outeirinho e J. Domingues de Almeida (eds.), *Nos & Leurs Afriques. Images Identitaires et Regards Croisés Constructions*

- Littéraires Fictionnelles des Identités Africaines Cinquante Ans après les Décolonisations*, Peter Lang, Oxford, 2013.
- MENDES, António M., «Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789). Nobreza e Cultura no Algarve Setecentista», tese de doutoramento, Universidade do Algarve, Faro, 2003.
- MEYERS, Diana T., *Gender in the Mirror: Cultural Imagery and Women's Agency*, Oxford University Press, Oxford, 2002.
- MILL, John Stuart, *Considerations on Representative Government*, Longmans, Londres, 1880.
- MILLER, David, *On Nationalism*, Clarendon Press, Oxford, 2005.
- MILLER, Robert P. (ed.), *Chaucer: Sources and Backgrounds*, Oxford University Press, Oxford, 1977.
- MINDEN, Michael, *The German Bildungsroman: Incest and Inheritance*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- MOCK, S. J., *Symbols of Defeat of the Construction of National Identity*, Cambridge University Press, Cambridge, 2012.
- MOLINO, Jean, «Qu'Est-Ce que le Roman Historique», *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, vol. 75, n.º 2-3, Março-Junho de 1975, pp. 195-234.
- MOLL, Nora, «'Imágenes del Otro'. La Literatura y los Estudios Interculturales», in Armando Gnisci (org.), *Introducción a la Literatura Comparada*, Editorial Crítica, Barcelona, pp. 347-386.
- MONCRIEFF, A. R. Hope, *Romance and Legend of Chivalry*, Kessinger Publishing, Whitefish, 2004.
- MONGELLI, Lênia Márcia (org.), *E Fizerom Taes Maravilhas... Histórias de Cavaleiros e Cavalarias*, Ateliê Editorial, Cotia, 2012.
- MONNEYRON, F., *La Nation aujourd'hui: Formes et Mythes*, Harmattan, Paris, 2000.
- MONTANDON, Alain, «Les Caractères Nationaux dans la Littérature Française: Problèmes de Méthode», *Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises*, n.º 54, 2002, pp. 251-269.
- MONTEIRO, João Gouveia, «Torneios, Justas e Feitos de Armas: Escolas de Guerra e Desporto de Nobres no Ocidente Medieval», in AA.VV., *Actas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, Comissão Portuguesa de História Familiar, Lisboa, 1994, pp. 293-364.
- \_\_\_\_\_, «A Campanha Anglo-Portuguesa em Castela, em 1387: Técnicas e Táticas da Guerra Peninsular nos Finais da Idade Média», in AA.VV., *Actas do VI Colóquio Portugal na História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1995, pp. 89-112.
- \_\_\_\_\_, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Aljubarrota, 1385: A Batalha Real*, Tribuna da História, Lisboa, 2007.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva, *A Formação de Almeida Garrett: Experiência e Criação*, 2 vols., Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971.
- \_\_\_\_\_, «Camões no Romantismo», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 33, 1985, pp. 120-137.
- \_\_\_\_\_, s.v. «Camões (na Literatura Romântica Portuguesa)», in Helena Carvalhão Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997, pp. 72-76.
- MOORE, Henrietta L., «The Cultural Constitution of Gender», in AA.VV., *The Polity Reader in Gender Studies*, Polity Press, Londres, 1994, pp. 14-21.
- MORAIS, Cristóvão Alão de, *Predatura Lusitana*, vol. III, tomos 1-2, Carvalhos de Basto, Braga, 1997.
- MOREIRA, David Bruno Soares, *Terras de Trancoso*, Tipografia da Empresa Aquila, Porto, 1932.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha da Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Universidade de Coimbra, Coimbra, 1979-1980.
- \_\_\_\_\_, «O Tratado de Windsor de 1386 no Conspeto das Relações Luso-Inglesas», in AA. VV., *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Instituto de Estudos Ingleses-Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1988, pp. 213-219.
- MOSSE, George L., «Racism and Nationalism», *Nations and Nationalism*, n.º 1-2, 1995, pp. 163-173.
- MOURA, Jean-Marc, «L'Imagologie Littéraire: Tendences Actuelles», in J. Bessière e Daniel-Henri Pageaux (eds.), *Perspectives Comparatistes*, Honoré Champion, Paris, 1999, pp. 191-192.
- MUNZ, Peter, «History and Myth», *Philosophical Quarterly*, vol. 6, 1956, pp. 1-16.
- MURRAY, Jacqueline, «Thinking about Gender: The Diversity of Medieval Perspectives», in Jennifer Carpenter e Sally-Beth MacLean (eds.), *Power of the Weak: Studies on Medieval Women*, University of Illinois Press, Champaign, 1995, pp. 1-26.
- NANQUETTE, Laetitia, *Orientalism Versus Occidentalism: Literary and Cultural Imaging between France and Iran since the Islamic Revolution*, IB Tauris, Londres, 2012.
- NASCIMENTO, João Cabral, s.v. «Machim, Lenda de», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, Figueirinhas, Porto, 1984, pp. 119-120.
- NEUMANN, Birgit, «Towards a Cultural and Historical Imagology», *European Journal of English Studies*, vol. 13, n.º 3, 2009, pp. 275-291.
- NORA, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, 4 tomos, Gallimard, Paris, 1984.
- NOSOW, Robert, *Ritual Meanings in the Fifteenth-Century Motet*, Cambridge University Press, Cambridge, 2012.
- OERTEL, Maike, *The Return of King Arthur and the Nibelungen: National Myth in the Nineteenth-Century English and German Literature*, De Gruyter, Berlin,

1997.

OLIVEIRA, Luís Filipe, «A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Um Processo de Recomposição Social da Nobreza», in AA.VV, *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-V: Jornadas de História Medieval. Actas*, História Crítica, Lisboa, 1985, pp. 199-207.

\_\_\_\_\_, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Patrimonia Histórica, Cascais, 1999.

\_\_\_\_\_, «O Arquivo dos Condes de Marialva num Inventário do Século XVI», in Filipe Themudo Barata (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*, Edições Colibri-CIDEHUS, Universidade de Évora, 2001, pp. 221-260.

\_\_\_\_\_, «Entre a História e a Memória: Os Coutinhos e a Expansão Quatrocentista», *Anais de História de Além-Mar*, vol. 2, 2001, pp. 115-126.

\_\_\_\_\_, «Outro Venturoso de Finais do Século XV», in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor L. G. Rodrigues (ed.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, CHAM-IICT, Lisboa, 2004, pp. 45-56.

ORR, Clarissa Campbell, «Introduction», in Clarissa Campbell Orr (ed.), *Queenship in Europe 1660-1815: The Role of the Consort*, Anglia Polytechnic University, Cambridge, 2004, pp. 1-15.

ORTNER, Sherry B. e Harriet Whitehead (eds.), *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

PACHECO, Fran, *The Intellectual Relations between Portugal and Great Britain*, Editorial Império, Lisboa, 1937.

PADDISON, Ronan (ed.), *Handbook of Urban Studies*, Sage, Londres, 2001.

PAGEAUX, Daniel-Henri, «L'Imagerie Culturelle: De la Littérature Comparée à l'Anthropologie Culturelle», *Synthesis*, vol. 10, 1983, pp. 79-88.

\_\_\_\_\_, «De l'Imagerie Culturelle à l'Imaginaire», in P. Brunel e Y. Chevrel (dir.), *Précis de Littérature Comparée*, Presses Universitaires de France, Paris, 1989, pp. 133-161.

\_\_\_\_\_, *La Littérature Générale et Comparée*, A. Colin, Paris, 1994.

\_\_\_\_\_, «Recherche sur l'Imagologie: De l'Histoire Culturelle à la Poétique», *Revista de Filologia Francesa*, vol. 8, 1995, pp. 135-160.

\_\_\_\_\_, H. Pageaux, *La Lyre d'Amphion*, Presses Sorbonne Nouvelle, Paris, 2001.

PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa: White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876-1912*, Perennial, Nova Iorque, 2003.

PALMA-FERREIRA, João (ed.), *Novelistas e Contistas Portugueses do Século XVI*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

\_\_\_\_\_, «Prefácio», in Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Idade Média*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984, pp. 7-56.

PASCOAIS, Teixeira de, *A Arte de Ser Português*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1998.

PATERSON, Linda, «Gender Negotiations in France during the Central Middle Ages: the Literary Evidence», in Peter Linehan e Janet L. Nelson (eds.), *The Medieval World*, Routledge, Londres, 2001, pp. 246-267.

PAVIOT, Jacques, «Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> Siècle. Essai de Synthèse», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 26, 1989, pp. 121-143.

\_\_\_\_\_, *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle (1384-1482): Recueil de Documents Extraits des Archives Bourguignonnes*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 1995.

PEARSON, Carol S., *The Hero Within: Six Archetypes We Live By*, Harper Collins, Nova Iorque, 1998.

PEREIRA, Ana Leonor, «Darwinismo, História e Literatura: O Caso da História Universal: Epopeia da Humanidade de Teófilo Braga», *Revista de História das Ideias*, vol. 21, 2000, pp. 221-260.

PEREIRA, José Carlos Seabra, «Tempo Neo-Romântico (Contributo para o Estudo das Relações entre Literatura e Sociedade no Primeiro Quartel do Século XX)», *Análise Social*, vol. 19:77-79, 1983, pp. 845-873.

\_\_\_\_\_, s.v. «Nacionalismo (e a Teoria Política)», in Helena Carvalhão Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997, pp. 339-340.

\_\_\_\_\_, s.v. «Camões e o Neorromantismo», in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*, Caminho, Lisboa, 2011, pp. 167-172.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, «A Etno-Epo-História e os Mitos Fundacionais da Nação: "Viriatato" de Teófilo Braga», in Maria de Fátima Amante (coord.), *Identidade Nacional: Entre o Discurso e a Prática*, Editora do Caos-Cepese, Porto, 2011, pp. 141-164.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Portucalense, Porto, 1943.

PHILLIPS, Kim M., *Medieval Maidens: Young Women and Gender in England, 1270-1540*, Manchester University Press, Manchester, 2003.

PIMENTA, Alberto, «Prefácio», in Almeida Garrett, *Magriço ou os Doze de Inglaterra*, Edições 70, Lisboa, 1978, pp. 7-25.

PIMENTEL, Alberto, *Um Contemporâneo do Infante D. Henrique*, Tipografia A. J. de Silva Teixeira, Porto, 1894.

PINTO, Celsa, «Twilight of the Carreira da Índia», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, s./e., Angra do Heroísmo, 1998, pp. 835-857.

PIO, Ivete Luís A. V. C., «Alberto de Oliveira: Ideário

- Nacional», dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.
- PIRES, António Machado, s.v. «Braga Teófilo e o Romantismo», in Helena Carvalhão Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997, pp. 55-57.
- POOLE, Ross, *Nation and Identity*, Routledge, Londres, 1991.
- PORTEOUS, J. Douglas, «Smellscape», *Progress in Human Geography*, vol. 9, n.º 3, 1985, pp. 356-78.
- PRESTAGE, Edgar, *The Anglo-Portuguese Alliance: Reprint de Transactions of the Historical Society*, 4ª série, vol. 17, 1934, pp. 69-100.
- \_\_\_\_\_, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Greenwood Press Publishers, Westport, 1971.
- \_\_\_\_\_, «A Cavalaria de Portugal», in Edgar Prestage (ed.), *A Cavalaria Medieval: Ensaios sobre a Significação Histórica e Influência Civilizadora do Ideal Cavaleiresco*, trad. António Álvaro Dória, Livraria Civilização, Porto, s./d., pp. 157-183.
- PRIETO, Celia Fernández, «El Anacronismo: Formas y Funciones», in M. de Fátima Marinho e F. Topa (coord.), *Literatura e História*, vol. 1, Universidade do Porto, Porto, 2004, pp. 249-259.
- PROPP, Vladimir, *Morphology of the Folktale*, trad. L. Scott, University of Texas Press, Austin, 1968.
- PROUD, Linda, «Truth is no Stranger to Fiction», *History Today*, vol. 54, n.º 11, Novembro de 2004, pp. 30-31.
- PUGA, Rogério Miguel, «A Imagem do Cavaleiro Português no Teatro Isabelino: *The Spanish Plays*, de Thomas Kyd, e *The Battle of Alcazar*, de George Peele», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 9, 2000, pp. 7-42.
- \_\_\_\_\_, «Os Descobrimientos Portugueses em *The Principal Navigations*, de Richard Hakluyt», *Anais da História de Além-Mar*, vol. 5, 2003, pp. 63-131.
- \_\_\_\_\_, «*Through the Stained Glass Window*: O Imaginário Medieval(izante) na Obra Lusitanista de William Beckford», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 12, 2003, pp. 61-84.
- \_\_\_\_\_, *O Essencial sobre o Romance Histórico*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006.
- \_\_\_\_\_, «Every Fresh Object Was Amusing»: Representações Sonoras de Portugal em *Travels Through Portugal and Spain, during the Peninsular War (1820)*, de William Graham», in A. P. A. P. Vicente (ed.), *XX Colóquio de História Militar. A Guerra Peninsular em Portugal (1810-1812)*, vol. 1, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2012, pp. 223-234.
- \_\_\_\_\_, «A Lenda de Machim, os Descobrimientos e a Ficcionalização das Relações Anglo-Portuguesas no Poema *Os Doze de Inglaterra* (1902), de Teófilo Braga», *Hispanic Research Journal*, vol. 13, n.º 3, Junho 2012, pp. 218-233.
- \_\_\_\_\_, «A Peregrinação Cronotópica de Magriço em Espanha: Religião, Identidade e Alteridade em *Os Doze de Inglaterra*, de Teófilo Braga», in Maria Jesus Fernández Garcia e Maria Luísa Leal (coord.), *Imagologías Ibéricas: Construyendo la Imagen del Otro Peninsular*, Governo da Estremadura Espanhola, Mérida, 2012, pp. 199-214.
- \_\_\_\_\_, *British Presence in Macau, 1635-1793*, Royal Asiatic Society, Londres; Hong Kong University Press, Hong Kong e Universidade de Macau, Macau, 2013.
- QUADROS, António, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1989.
- RAMOS, Rui, *Teófilo Braga: Fotobiografia*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.
- RAPPORT, Nigel, s.v. «Gossip», in Alan Barnard e Jonathan Spencer (eds.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, Routledge, Londres, 1996, pp. 266-267.
- RAU, Virgínia, «A Alvorada da Aliança Anglo-Portuguesa», in AA. VV., *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa: 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*, Her Majesty's Government-British Broadcasting Corporation-Canning House, Londres, s./d., pp. 21-26.
- REAL, Miguel, «O Espiritualismo d'A Águia», *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 28, 2011, pp. 237-255.
- REBELO, Luís de Sousa, s.v. «Vasconcelos, Jorge Ferreira de», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 4, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 1133-1134.
- REIS, Carolina, «“Nós não Somos a Grécia”, Insiste Passos», *Expresso*, 07-12-2012, versão online: <<http://expresso.sapo.pt/nos-nao-somos-a-grecia-insiste-passos=f772180>> (acesso 01-07-2013).
- REIS, Carlos e Ana C. M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Livraria Almedina, Coimbra, 1994.
- RELPH, E., *Place and Placelessness*, Pion, Londres, 1976.
- RENAN, Ernest, *Qu'Est-Ce Qu'Une Nation?*, Pierre Bordas, Paris, 1991.
- RESENDE, Silva, «Magriço: Traço de Lusitanidade, Evocação Histórica e Voto de Portugueses», *A Bola*, ano xxxii, n.º 3048, 13-06-1966, capa e p. 8.
- Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 1-23, 1990-2014.
- RIBEIRO, Aquilino, «As Beiras sob o Ponto de Vista Etnográfico», *Seara Nova*, n.º 731, 1941, pp. 227-233.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, «Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos Anos 90 em Portugal», *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Rio Grande do Sul*, vol. 8, n.º 13, 2000, pp. 63-84.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1963.

- RICHARDS, Jennifer, *Rhetoric and Courtliness in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.
- RICOEUR, Paul, *Time and Narrative*, 2 vols., trad. K. McLaughlin e D. Pellaner, The University of Chicago Press, Chicago, 1985.
- RIEDEL, Dirce Côrtes (ed.), *Narrativa, Ficção e História*, Imago, Rio de Janeiro, 1998.
- RILEY, Carlos, «Juvenilidade e Comportamento. O Caso de Alguns Fidalgos Portugueses na Baixa Idade Média», *Arquipélago*, vol. 7, 1985, pp. 101-141.
- \_\_\_\_\_, «Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade», *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1988.
- \_\_\_\_\_, «A Inglaterra como Espaço de Projecção da Memória e Imaginário Linhagístico da Família Almada», in AA. VV., *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Instituto de Estudos Ingleses-Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1988, pp. 161-171.
- \_\_\_\_\_, «Da Origem Inglesa dos Almadás: Genealogia de Uma Ficção Linhagística», *Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores*, vol. 11, 1989, pp. 153-169.
- RIQUER, Martin de, *Vida Caballeresca en la España del Siglo XV*, Real Academia Espanhola, Madrid, 1965.
- \_\_\_\_\_, *Caballeros Andantes Españoles*, Espasa-Calpe, Madrid, 1967.
- RODRIGUES, Vítor L. G., «Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino», in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor L. G. Rodrigues (ed.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, CHAM-IICT, Lisboa, 2004, pp. 175-190.
- ROSENBERG, David J., «Towards a Cosmopolitanism of Self-Difference: Heinrich Heine and Madame de Staël between France and Germany», tese de doutoramento, Universidade da Califórnia, Santa Barbara, 2007.
- ROSNOW, Ralph L. e Gary Alan Fine, *Rumor and Gossip: The Social Psychology of Hearsay*, Elsevier, Nova Iorque, 1976.
- ROTELLA, Carlos, *October Cities: Redevelopment of Urban Literature*, University of California Press, Los Angeles, 1998.
- ROUSSET, Jean, *La Littérature Baroque en France: Circé et le Paon*, José Corti, Paris, 1954.
- ROWLAND, Jon Thomas, *Faint Praise and Civil Leer: The "Decline" of Eighteenth-Century Panegyric*, Newark, University of Delaware Press, 1994.
- RUSSELL, Peter Edward, *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490: Chivalry and Crusade from John of Gaunt to Henry the Navigator*, Ashgate, Aldershot, 1995.
- \_\_\_\_\_, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, trad. Maria Ramos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000.
- SABUGOSA, *Donas de Tempos Idos*, Portugalia Editora, Lisboa, 1922.
- SAENGER, Michael, *The Commodification of Textual Engagements in the English Renaissance*, Aldershot, Ashgate, 2006.
- SAMUEL, Raphael, «Continuous National History», in Raphael Samuel (ed.), *Patriotism: The Making and Unmaking of British National Identity*, vol. 1, Routledge, Londres, 1989, pp. 9-17.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamento Lisboa, 1990.
- \_\_\_\_\_, «Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity», *Luso-Brazilian Review*, vol. 39, n.º 2, 2002, pp. 9-43.
- SCHÖPFLIN, George, «The Functions of the Myth and a Taxonomy of Myths», in Geoffrey Hosking e George Schöpflin (ed.), *Myths and Nationhood*, Routledge, Nova Iorque, 1997, pp. 19-35.
- \_\_\_\_\_, *Nations, Identity, Power: The New Politics of Europe*, C. Hurst, Londres, 2002.
- SÁNCHEZ-ROMERO, Manuel, «La Investigación Imagológica Contemporánea y su Aplicación en el Análisis de Obras Literarias», *Revista de Filología Alemana*, vol. 28, 2005, pp. 9-28.
- SANTARÉM, Visconde de (ed.), *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo desde o Princípio da Monarquia Portuguesa até aos Nossos Dias*, vols. 14-18, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1858-1865.
- SANTOS, José Joaquim Moreira dos, «O Medievalismo em Camões: Os Doze de Inglaterra», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 33, 1985, pp. 209-220.
- SARAIVA, António José e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 1987.
- SARDINHA, António, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, Civilização, Lisboa, 1930.
- SAUL, Nigel (ed.), *The Oxford Illustrated History of Medieval England*, Oxford University Press, Oxford, 1997.
- SAX, Benjamin C., *Images of Identity: Goethe and the Problem of Self-Conception in the Nineteenth Century*, Peter Lang, Nova Iorque, 1987.
- SCARLATTI, Lita, *Os Homens de Alfarrobeira*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1980.
- SCHACHTER, D. L., *Searching for Memory: The Brain, the Mind and the Past*, Harper Collins, Nova Iorque, 1996.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang, *The Culture of Defeat: On National Trauma, Mourning and Recovery*, Picador, Nova Iorque, 2004.
- SEIXO, Maria Alzira, «Literatura e História: Poética da Descorrelação em Peregrinação de Barnabé das

- Índias, de Mário de Carvalho», in M. de F. Marinho e F. Topa (coord.), *Literatura e História: Actas do Colóquio Internacional*, vol. 2, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2004, pp. 231-241.
- SELLERS, Susan, *Myth and Fairy Tale in Contemporary Women's Fiction*, Macmillan Palgrave, Basingstoke, 2001.
- SENA, Jorge de, *Amor e Outros Verbetes*, Edições 70, Lisboa, 1992.
- SERPA, Homero e Vítor Serpa, *História do Futebol em Portugal*, C.T.T. Correios, Lisboa, 2004.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa*, 3 vols., Verbo, Lisboa, 1972-1974.
- SEVERAL, Carlos Eduardo, s.v. «Historiografia Moderna», in Jacinto Prado Coelho (ed.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, vol. 2, Figueirinhas, Porto, 1992, pp. 404-418.
- SHILLINGTON, V. M. e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, George Routledge & Sons, Londres, 1907.
- SIDNEY, Sir Philip, *An Apology for Poetry*, Manchester University Press, Manchester, 1973.
- SIKKA, Sonia, *Herder on Humanity and Cultural Difference: Enlightened Relativism*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011.
- SILLANPÄÄ, Pia, *The Scandinavian Sporting Tour: A Case Study in Geographical Imagology*, ETOUR: European Tourism Research Institute, Östersund, 2002.
- SILVA, Amélia Maria Polónia da, «D. Filipa de Lencastre: Representações de Uma Rainha», in AA. VV., *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Instituto de Estudos Ingleses-Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1988, pp. 297-313.
- SILVA, B. M. Costa da, *Estudantes de Coimbra: Episódios Burlescos, Costumes Populares Nacionais*, Tipografia A. P. Vasconcelos, Porto, 1903.
- SILVA, Manuela Santos, «O Casamento de D. Beatriz (Filha Natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel): Paradigma Documental da Negociação de Uma Aliança», in Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga (coord.), *Problematicar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007, pp.77-91.
- \_\_\_, «Filipa de Lencastre e o Ambiente Cultural na Corte de Seu Pai (1360-1387)», *Clio*, vol. 16/17, 2007, pp. 245-258.
- \_\_\_, «"John of Gaunt", Duque de Lancaster, Rei de Castela e Leão: A "Praxis" de Vida de Um Cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos», in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas, vol. 1, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Batalha, 2009, pp. 159-171.
- \_\_\_, «Philippa of Lancaster, Queen of Portugal: Educator and Reformer», in Liz Oakley-Brown e Louise J. Wilkinson (ed.), *The Rituals and Rhetoric of Queenship. Medieval to Early Modern*, Four Courts Press, Dublin, 2009, pp. 37-46.
- \_\_\_, «Um Reino, Uma Família, Um Herdeiro: os Primeiros Anos da Dinastia de Avis», in *O Túmulo do Infante D. Afonso de Portugal da Sé de Braga*, Instituto dos Museus e da Conservação e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2010, pp. 16-27.
- \_\_\_, *A Rainha Inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre (1360-1415)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.
- SIMÕES, Manuel, «A Europa Vista de Portugal», *Brotéria*, vol. 135, 1992, pp. 363-385.
- SIMÕES, Maria João, «Introdução: Cruzamentos Teóricos da Imagologia Literária: Imagotipos e Imaginário», in Maria João Simões (ed.), *Imagotipos Literários: Processos de (Des)Configuração na Imologia Literária*, Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 9- 53.
- SIMONDE, J. C. L., *De la Littérature du Midi de l'Europe*, tomo 4, Treuttel et Würtz, Paris, 1819.
- SMITH, Anthony D., *The Ethnic Revival in the Modern World*, Cambridge University Press, Cambridge, 1981.
- \_\_\_, *Theories of Nationalism*, Duckworth, Londres, 1983.
- \_\_\_, *The Ethnic Origins of the Nation*, Wiley-Blackwell, Londres, 1986.
- \_\_\_, *National Identity*, University of Nevada Press, Reno, 1991.
- \_\_\_, *Nations and Nationalism in a Global Era*, Polity Press, Cambridge, 1998.
- \_\_\_, *Myths and Memories of the Nation*, Oxford University Press, Oxford, 1999.
- \_\_\_, *Nationalism and Modernism: A Critical Survey of Recent Theories of Nations and Nationalism*, Routledge, Londres, 2001.
- \_\_\_, «History and National Destiny: Responses and Clarifications», *Nations and Nationalism*, vol. 10, n.º 1-2, 2004, pp. 195-209.
- \_\_\_, *The Cultural Foundations of Nations: Hierarchy, Covenant, and Republic*, Blackwell, Oxford, 2008.
- \_\_\_, *Ethno-Symbolism and Nationalism: A Cultural Approach*, Routledge, Londres, 2009.
- SMITH, Rogers M., «Citizenship and the Politics of People-Building», *Citizenship Studies*, vol. 5, 2001, pp. 73-96.
- SOARES, João Teixeira, «Os Doze de Inglaterra», *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*, sem número, 1880-1881, pp. 448-466.
- SOBRAL, José, «A Formação das Nações e do Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o Caso Português», *Análise Social*, vol. 37:165, 2003, pp. 1093-1126.
- \_\_\_, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*,

- Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012.
- SOMMÉ, Monique, *Isabelle de Portugal. Duchesse de Borgogne: Une Femme au Pouvoir au Xve Siècle*, Presses Universitaires du Septentrion, Villeneuve d'Ascq, 1998.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 14 vols., Atlântida, Coimbra, 1846-1955.
- SOUSA, Armindo de, *A Morte de D. João I (Um Tema de Propaganda Dinástica)*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984.
- SOUSA, Celeste Ribeiro de, *Do Cá e do Lá: Introdução à Imagologia*, Humanitas, São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_, «Literatura e Imagologia: Uma Interpretação Produtiva. A Contribuição da Comparatística da Universidade de Achen», *Pandaemonium Germanicum*, n.º 17, 2011, versão online: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-88372011000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-88372011000100010&script=sci_arttext)> (acesso 20-12-2012).
- SOUSA, Maria Leonor Machado de, «Almeida Garrett, Magriço ou os Doze de Inglaterra», *Colóquio Letras*, n.º 48, Março de 1979, pp. 73-74.
- \_\_\_\_\_, *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1984.
- \_\_\_\_\_, *Inês de Castro: Um Tema Português na Europa*, Edições 70, Lisboa, 1987.
- \_\_\_\_\_, «Editorial», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 1, 1990, pp. 7-8.
- \_\_\_\_\_ (dir.), *Camões em Inglaterra*, I. C. A. L. P., Lisboa, 1992.
- \_\_\_\_\_ (dir.), *Actas do I Congresso de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.
- SOUTO, António Meireles do, «Pedro de Mariz: Qual o Seu Valor Historiográfico?», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, vol. 15, 1965, pp. 251-270.
- SPIERING, Menno, *Englishness: Foreigners and Images of National Identity in Postwar Literature*, col. «Studia Imagologica», Rodopoi, Amsterdão, 1992.
- SPILLIUS, Alex, «We're not Greece, Says Barack Obama as US Fears Grow», *The Telegraph*, 16-01-2011, versão online: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/barackobama/8641712/Were-not-Greece-says-Barack-Obama-as-US-fears-grow.html>> (acesso 12-12-2013).
- STANESCO, Michel, «Sous le Masque de Lancelot: Du Comportement Romanesque au Moyen Âge», *Poétique*, n.º 61, 1985, pp. 23-33.
- \_\_\_\_\_, *Jeux d'Errance du Chevalier Médiéval: Aspects Ludiques de la Fonction Guerrière dans la Littérature du Moyen Âge Flamboyant*, E. J. Brill, Nova Iorque, 1988.
- STEIN, Richard L., «Historical Fiction and the Implied Reader: Scott and Iser», *Novel: A Forum on Fiction*, vol. 14, n.º 3, Primavera de 1981, pp. 213-231.
- STERNE, Jonathan, «Sonic Imaginations», in Jonathan Spence (ed.), *The Sound Studies Reader*, Routledge, Nova Iorque, 2012, pp. 1-18.
- STRÁTH, Bo (ed.), *Europe and the Other and Europe as the Other*, Peter Lang, Bruxelas, 2010.
- SUBIRATS, Jean, *Jorge Ferreira Vasconcelos: Visages de Son Oeuvre et de Sons Temps*, 2 vols., Universidade de Coimbra, Coimbra, 1982.
- SWALES, Martin, *The German Bildungsroman from Wieland to Hesse*, Princeton University Press, Princeton, 1978.
- TAVARES, Jorge, *Os Doze de Inglaterra: Episódio do Canto VI de Os Lusíadas Camões. Paráfrase, Ilustrações e Estudo do Torneio Medieval*, Lello & Irmãos, Lisboa, 1985.
- TEIXEIRA, Nuno Severino, «Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890: O Ultimatum Inglês», *Análise Social*, vol. 23:98, 1987, pp. 687-719.
- \_\_\_\_\_, *O Ultimato Inglês: Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, 1990.
- TELO, A. José, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa 1875-1900*, Cosmos, Lisboa, 1991.
- THIESSE, Anne-Marie, *La Construction des Identités Nationales*, Le Seuil, Paris, 1999.
- THOMAS, Henry, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, Cambridge University Press, Cambridge, 1920.
- THOMAZ, Luís Filipe e Jorge Santos Alves, «Da Cruzada ao Quinto Império», in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1991, pp. 81-164.
- THOMPSON, Emily Ann, *The Soundscape of Modernity: Architectural Acoustics and the Culture of Listening in America, 1900-1933*, MIT Press, Cumberland, 2004.
- THÜSEN, Joachim von der, «The City as Metaphor, Metonym and Symbol», in V. Tinkler-Villani (ed.), *Babylon or New Jerusalem? Perceptions of the City in Literature*, Rodopi, Amsterdão, 2005, pp. 1-12.
- TODOROV, *Critique de la Critique*, Éditions du Seuil, Paris, 1984.
- TOURNIER, Michel, *Vent Paraclet*, Gallimard, Paris, 1977.
- TROMMLER, Frank (ed.), *Thematics Reconsidered: Essays in Honor of Horst S. Daemmrich*, Rodopi, Amsterdão, 1995.
- TROWBRIDGE, B., «English Intervention in Iberia during the Hundred Years War: The English Army and Expedition to Portugal in 1381-2», dissertação de mestrado, Universidade de Reading, Reading, 2008.
- TUAN, Yi-Fu, *Topophilia*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1974.
- TURNER, Victor, *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*, University of Cornell

- Press, Ithaca, 1974.
- VANOOSTHUYSE, Michel, *Le Roman Historique: Mann, Brecht, Döblin*, Presses Universitaires de France, Paris, 1996.
- VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de, *O Drama Histórico Português do Século XIX (1836-56)*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2003.
- VERDON, Jean, *Voyager au Moyen Âge*, Perrin, Londres, 1998.
- VERNANT, J.-P., *Myth and Society in Ancient Greece*, The MIT Press, Cambridge, 1990.
- VILA FRANCA DO CAMPO, Conde de, *D. João I e a Aliança Inglesa: Investigações Histórico-Sociais*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1884.
- VILELA, Mário, *Alma Nacional (Revista Republicana 1910) Linguagem e Ideologia*, Civilização, Porto, 1977.
- VILLANUEVA, Mario, *Theories of Literary Realism*, University of New York Press, Albany, 1997.
- VINYALS, Ramon d'Abadal i de, «À Propos du Legs Visigothique en Espagne», *Settimane di Studio de Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo*, vol. 5, 1958, pp. 541-585.
- VIROLI, Maurizio, *For Love of Country: An Essay on Patriotism and Nationalism*, Oxford University Press, Oxford, 1995.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram*, vol. 1, edição crítica de Mário Fiúza, Civilização, Porto, 1966.
- WADE, Jonathan William, «Early Modern Iberian Landscapes: Language, Literature, and the Politics of Identity», tese de doutoramento, Universidade de Vanderbilt, Nashville, 2009.
- WARNER, Marina, *Managing Monsters: Six Myths of Our Time*, Vintage, Londres, 1994.
- WATT, Ian, *Myths of Modern Individualism: Faust, Don Quixote, Don Juan, Robinson Crusoe*, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1996.
- WELLEK, René, *Concepts of Criticism*, Yale University Press, New Haven, 1963.
- WESSELING, Elisabeth, *Writing History as a Prophet: Postmodernist Innovations of the Historical Novel*, John Benjamins Publishing Company, Amesterdão, 1991.
- WETHERBEE, Winthrop, *Chaucer: The Canterbury Tales*, Cambridge University Press, Cambridge, 2004.
- WHITE, O. Hayden, *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*, The John Hopkins Press, Baltimore, 2000.
- WODAK, Ruth, *et alii, The Discursive Construction of National Identity*, Edinburgh University Press, Edimburgo, 1999.
- WOLFZETTEL, Friedrich (ed.), *Arthurian Romances and Gender*, Rodopi, Amesterdão, 1995.
- ZACHARASIEWICZ, Waldemar, *Imagology Revisited*, Rodopi, Amesterdão, 2010.
- ZIMMER, Oliver, *Nationalism in Europe, 1890-1940*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2003.